

Gabriel Schmitt

**REDES SOCIOPOLÍTICAS NAS INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO: O BRDE E AS
AGÊNCIAS DE FOMENTO DA REGIÃO SUL (1995-2010)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Sociologia Política.
Orientador: Prof. Dr. Ary Cesar Minella.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schmitt, Gabriel

Redes sociopolíticas nas instituições financeiras
de desenvolvimento : o BRDE e as agências de
fomento da região sul (1995-2010) / Gabriel Schmitt
; orientador, Ary Cesar Minella, 2016.
353 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política,
Florianópolis, 2016.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. BRDE. 3. BADESC. 4.
BADESUL. 5. Fomento Paraná. I. Minella, Ary Cesar .
II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III.
Título.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppqsp@cfh.ufsc.br

“REDES SOCIOPOLÍTICAS NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO: O BRDE E AS AGÊNCIAS DE FOMENTO DA REGIÃO SUL (1995-2010)”.

GABRIEL SCHMITT

Esta tese foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.

Prof. Dr. Ary Cesar Minella
(Orientador)

Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges
(Membro)

Prof. Dr. Flavio Ramos
(Membro)

Prof. Dr. Jacques Mick
(Membro)

Prof. Dr. Márcia Grisotti
(Presidente)

Prof. Dr. Tamar Aguiar
(Membro)

Prof. Dr. Thulio Cícero Guimarães
Pereira
(Membro)

Prof. Dr. Márcia Grisotti
Coordenadora

FLORIANÓPOLIS, (SC), ABRIL DE 2016.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este não pôde ser realizado somente a duas mãos. Tampouco foi fruto único dos anos em que estive matriculado no presente Programa. Trazemos para cá pessoas, histórias, conquistas, frustrações... sentimentos que se contrastam mas que, sem exceção, todos eles nos fizeram ser desafiados e nos fizeram crescer... e nos fizeram estar aqui. Na verdade trazemos para cá toda uma nação, com suas tristezas e alegrias, e que, não obstante suas batalhas diárias, não se cansa de investir na sua gente. Em uma universidade pública e de qualidade, sou um destes casos de “investimento” e, por este motivo, quero agradecer inicialmente, e imensamente, ao povo brasileiro por ter financiado meus estudos desde a graduação, passando pelo Mestrado, e chegando até este emocionante momento. Espero sempre ser grato, reconhecer e retribuir a riqueza e a grandeza deste povo... povo que é ao mesmo tempo nosso promotor e nosso constante objeto de estudos e de preocupações.

Agradeço infinitamente a meus pais e irmãs: Maria da Graça, Urbano, Mariana e Maria Luiza... sem o acompanhamento, o carinho e a compreensão de vocês este trabalho jamais teria se concretizado. O permanente cuidado de vocês em querer saber se estava tudo bem comigo, com meus estudos, com os prazos, fez-me sempre valorizar ainda mais tudo o que se passava ao meu redor e me fez ter sempre um porto e um norte seguros ao longo de toda esta empreitada acadêmica.

À minha companheira Roséles... pela contínua atenção à minha pessoa no sentido de que eu pudesse priorizar os meus estudos.

Ao professor Ary Minella... seu empenho na orientação e seu caminhar conjunto ao meu, desde a graduação, ensinaram-me não somente a compreender melhor as complexidades e as dinâmicas da vida social mas, igualmente, proporcionaram-me estar diante de um grande profissional e de um ser humano admirável. Espero continuar ter o privilégio de contar com seu inestimável conhecimento e com sua amizade.

Ao Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC –, espaço onde tenho o prazer e a responsabilidade de atuar enquanto servidor público desde 2011 e que me concedeu 1 ano e 9 meses de afastamento integral no sentido de que eu pudesse priorizar tempo e energia para a realização de pesquisas e da própria tese.

Ao Departamento de Atendimento Institucional (Deati), da Divisão de Atendimento ao Cidadão (Diate), do Banco Central do Brasil, que concedeu inúmeros dados fundamentais relacionados a

elementos e aspectos que foram desenvolvidos ao longo do trabalho. Tais informações foram cruciais para que posteriormente fossem realizadas, entre outras, reflexões acerca das relações políticas e empresariais dos integrantes das instituições delimitadas pelo estudo.

A todos os colegas do corpo técnico, docente e discente deste Programa de Pós-Graduação os quais tive a felicidade de conhecer e conviver. O senso de competência e seriedade de todos vocês deve ser sempre reconhecido.

E a todos que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que esta obra viesse a acontecer, propondo-se a se somar ao conjunto de saberes que nos fazem aumentar nosso senso de conhecimento e nos fazem encontrar sentido às nossas existências e ao nosso convívio coletivo.

Muito agradecido!

RESUMO

A tese examina a composição da Junta e do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal do Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul (BRDE) e das três agências de fomento oficiais do sul do Brasil (BADESC, BADESUL e Fomento Paraná) no período de 1995 a 2010. O foco principal da análise é verificar a participação empresarial e a vinculação partidária de 282 membros e o período abrange três governos estaduais no que se refere às relações comparativas entre as quatro instituições. Os procedimentos metodológicos incluem a pesquisa bibliográfica e documental e a utilização de elementos de análise de redes sociais com o software Ucinet6 e NetDrawn. Foram considerados dados do Banco Central, do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais do Paraná e Santa Catarina. Inicialmente problematizamos, historicamente, o imperativo da Medida Provisória que criou o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), em 1996, e como ali se encontravam os elementos fundantes das agências de fomento. Vimos que ainda antes, desde a concepção da lei 4.595/1964, e do que foi conceituado na Constituição de 1988, repercussões advieram para que, em anos posteriores, fosse instituído o PROES e a própria criação das agências de fomento e as atribuições adequadas aos bancos de desenvolvimento no Brasil. Localizamos os elementos mais germinais das quatro instituições focadas por meio da contextualização que a noção de “desenvolvimento” teve nas ciências econômicas desde seus primórdios e que, insatisfatória na apreciação de demais dinâmicas da vida social, abriu margem para que reflexões históricas e políticas das coletividades pudessem integrar tal discussão. Trouxemos fundamentos da trajetória que a noção de “desenvolvimento” significou em sua expressão coletiva, seja por meio da implementação de estratégias e planejamentos de grupos de especialistas e de governos ao longo do tempo e do espaço, seja por meio da própria criação das instituições financeiras consideradas “de desenvolvimento” que, com suas congêneres em nível internacional, contribuíram para que também no Brasil começasse a se pensar a relevância de contar com a existência de tais instituições. Contextualizamos, assim, o BNDES e os bancos regionais e estaduais de desenvolvimento no cenário brasileiro e, simultaneamente, a forma como os mesmos inseriram-se em planos de governos autoritários e democráticos, e igualmente se prestaram aos mais diversos projetos políticos e ajustes característicos dos processos de modernização social que foram se sucedendo. Como desdobramento de tais processos,

situamos o BRDE, a Fomento Paraná , o BADESUL e o BADESC em conjunturas que, inobstante maior rigidez quanto à normatização a respeito da inserção social e dos campos de atuação destas empresas, não impediu que o preenchimento dos principais espaços decisórios das mesmas fosse realizado por indivíduos advindos de setores tradicionalmente contemplados, política e empresarialmente. Ao examinarmos a composição das diretorias, juntas e conselhos de administração e fiscal destas quatro instituições, procuramos demonstrar que os empresários, em maior ou menor medida, participaram no comando dessas entidades financeiras e que a filiação partidária foi um critério expressivo nas referidas composições. Ademais, tais composições foram constituídas por um considerável contingente de integrantes que, até então, possuíam elevado grau de influência e prestígio no contexto de suas coletividades. Concluimos que estas quatro instituições reverberaram preponderantemente, quanto ao fator “presença” em seus principais espaços decisórios, a demanda dos correspondentes partidos políticos e/ou entidades sindicais patronais, instituições delegadas de classe e órgãos associativos empresariais.

Palavras-chave: Redes sociopolíticas. BRDE. BADESC. BADESUL. Fomento Paraná.

ABSTRACT

This thesis goes over Banco de Desenvolvimento Regional do Extremo Sul (BRDE)'s composition of Board and Management Council, Board of Directors and Audit Committee as well as the three official Southern Brazil funding agencies (BADESC, BADESUL and Fomento Paraná) from 1995 to 2010. The analysis' main focus is to verify corporate involvement and political party links among the 282 members and the period which covers three state governments' terms in relation to comparative relationships between the institutions. Methodological procedure includes documental and bibliographical research and social network analysis employing the software Ucinet6 and Netdrawn. Data were considered from the Central Bank, the Superior Electoral Tribunal and the regional electoral courts of Paraná and Santa Catarina. Initially, the paper discussed the imperative of the Provisional Measure that created the Program for Incentive to Reduce the State Public Sector in Banking Activity (PROES) in 1996, and how the founding elements of the development agencies were at the time. It had been noticed that even before, since the conception of law 4.595 / 1964, and of what was conceptualized in the 1988 Constitution, consequences were brought about to, in the following years, PROES and the creation of development agencies itself and the development funding banks in Brazil were created. We find the most germinal elements of the four institutions focused through the contextualization that the notion of "development" has had in the economic sciences since its beginnings and which, unsatisfactory in the appreciation of other dynamics of social life, opened the door to allow historical and political reflections of communities to integrate such discussion. We have brought in the foundations of the trajectory that the notion of "development" has meant in its collective expression, whether through the implementation of strategies and plans of groups of experts and governments over time and space, or through the very creation of financial institutions considered "developmental" that, with their counterparts at the international level, contributed to the fact that in Brazil the importance of having such institutions began to be considered. Thus, BNDES is depicted in a context and the regional and state development banks in Brazilian scenario and, simultaneously, the way they were inserted in authoritarian and democratic governments' plans, and also lent themselves to the most diverse political projects and typical adjustments of the processes of social modernization that have been taking place. As

a result of these processes, BRDE, Fomento Paraná, BADESUL and BADESC were placed in conjunctures that, despite the greater rigidity regarding the standardization concerning the social insertion and the fields of action of these companies, did not prevent that the filling of the main spaces decisions were made by individuals from traditionally contemplated sectors, both politically and entrepreneurially. When examining the composition of boards, committees and administration and tax boards of these four institutions, we attempt to demonstrate that the businessmen, to a greater or lesser extent, participated in the command of these financial entities and that political party affiliation was an expressive criterion in such compositions. In addition, such compositions were constituted by a considerable contingent of members who, until then, had a high degree of influence and prestige in the context of their communities. As the research has demonstrated, these four institutions predominantly reverberated, regarding the "presence" factor in their main decision-making spaces, the demands from their corresponding political parties and/or employers union organizations, delegated class institutions and corporate associative bodies.

Key-words: Sociopolitical networks. BRDE. BADESC. BADESUL. Fomento Paraná.

LISTA DE FIGURAS

Sociograma 1a - FOMENTO PARANÁ. Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Membros, filiação partidária e empresários	103
Sociograma 1b - FOMENTO PARANÁ. Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Identificação dos Membros, filiação partidária e empresários	104
Sociograma 2a - BADESUL. Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Membros, filiação partidária e empresários	154
Sociograma 2b - BADESUL. Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Identificação dos Membros, filiação partidária e empresários	156
Sociograma 3a – BADESC: Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Membros, filiação partidária e empresários	215
Sociograma 3b – BADESC: Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Identificação dos Membros, filiação partidária e empresários	217
Sociograma 4a - BRDE. Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Membros, filiação partidária e empresários	297
Sociograma 4b - BRDE. Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Identificação dos Membros, filiação partidária e empresários	298
Sociograma 5a – BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul, Direção. Membros, filiação partidária e empresários. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.....	302
Sociograma 5b - BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul, Direção. Identificação dos Membros, filiação partidária e empresários. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010	349

Sociograma 6a – BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul, Direção. Membros empresários. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.....	303
Sociograma 6b – BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul, Direção. Membros empresários. Identificação. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010	304
Sociograma 7 – Direção do BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Membros filiados a partidos políticos. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010	305
Sociograma 8 – Direção do BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Membros filiados ao PMDB. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010	307
Sociograma 9 – Membros filiados ao PP. Direção do BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010	308
Sociograma 10 – Direção do BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Membros filiados ao PSDB. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010	309
Sociograma 11 – Membros filiados ao Partido DEM (Democratas). Direção do BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010	310
Sociograma 12 – Membros filiados ao PT. Direção do BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010	311

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1- Os bancos multilaterais de desenvolvimento, ano de fundação, regiões e setores onde operam 55
- Quadro 2 - FOMENTO PARANÁ - Integrantes da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal (comando da instituição) entre 1999 e 2010 89
- Quadro 3 - Filiação partidária dos integrantes do comando da Fomento Paraná (1999-2010)..... 94
- Quadro 4 - Fomento Paraná (1999-2010) - Profissões/ocupações/formações dos integrantes do comando da instituição..... 100
- Quadro 5 - FOMENTO PARANÁ - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (1999-2002) 106
- Quadro 6 - Filiações partidárias do comando da FOMENTO PARANÁ (1999-2002 – Governo Jaime Lerner) vinculadas ao empresariado .. 116
- Quadro 7 - FOMENTO PARANÁ - Integrantes do comando da instituição entre 1999 e 2002. Em destaque os membros relacionados ao empresariado 120
- Quadro 8 - FOMENTO PARANÁ - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (2003-2006) 123
- Quadro 9 - Filiações partidárias do comando da FOMENTO PARANÁ (2003-2006 – Governo Requião) vinculadas ao empresariado 126
- Quadro 10 - FOMENTO PARANÁ - Integrantes do comando da instituição entre 2003 e 2006. Em destaque os membros relacionados ao empresariado 128
- Quadro 11 - FOMENTO PARANÁ - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (2007-2010) 132

Quadro 12 - Filiações partidárias do comando da FOMENTO PARANÁ (2007-2010 – Governo Requião) vinculadas ao empresariado	136
Quadro 13 - FOMENTO PARANÁ - Integrantes do comando da instituição entre 2007 e 2010. Em destaque os membros relacionados ao empresariado	138
Quadro 14 - BADESUL - Integrantes da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal (comando da instituição) entre 1998 e 2010	144
Quadro 15 - Filiação partidária dos integrantes do comando do BADESUL (1998-2010)	148
Quadro 16 - BADESUL (1998-2010) - Profissões/ocupações/formações dos integrantes do comando da instituição	151
Quadro 17 - Filiações partidárias do comando do BADESUL (dezembro de 1998 – Governo Britto) vinculadas ao empresariado...	159
Quadro 18 - BADESUL - Integrantes do comando da instituição em dezembro de 1998. Em destaque os membros relacionados ao empresariado	160
Quadro 19 - BADESUL - Integrantes do comando da instituição entre 1999 e 2002	162
Quadro 20 - Perfil técnico, profissional e acadêmico dos integrantes do comando do BADESUL no governo Olívio Dutra (1999-2002)	163
Quadro 21 - Filiações partidárias dos integrantes do comando do BADESUL (1999-2002- Governo Olívio Dutra)	166
Quadro 22 - BADESUL - Integrantes do comando da instituição entre 2003 e 2006. Em destaque os membros relacionados ao empresariado	173

Quadro 23 - BADESUL - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (2003-2006)	174
Quadro 24 - Filiações partidárias do comando do BADESUL (2003-2006 – Governo Rigotto) vinculadas ao empresariado	179
Quadro 25 - BADESUL - Integrantes do comando da instituição entre 2007 e 2010. Em destaque os membros relacionados ao empresariado	184
Quadro 26 - BADESUL - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (2007-2010)	186
Quadro 27 - Filiações partidárias do comando do BADESUL (2007-2010 – Governo Crusius) vinculadas ao empresariado	192
Quadro 28 - BADESC - Integrantes da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal (comando da instituição) entre 1999 e 2010	199
Quadro 29 - Filiação partidária dos integrantes do comando do BADESC (1999-2010)	203
Quadro 30 - BADESC (1999-2010) - Profissões/ocupações/formações dos integrantes do comando da instituição	212
Quadro 31 - BADESC - Integrantes do comando da instituição entre 1999 e 2002. Em destaque os membros relacionados ao empresariado	218
Quadro 32 - BADESC - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (1999-2002)	220
Quadro 33 - Filiações partidárias do comando do BADESC (1999-2002 – Governo Amin) vinculadas ao empresariado	221
Quadro 34 - BADESC - Integrantes do comando da instituição entre 2003 e 2006. Em destaque os membros relacionados ao empresariado	228

Quadro 35 - BADESC - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (2003-2006)	230
Quadro 36 - Filiações partidárias do comando do BADESC (2003-2006 – Governo Luiz Henrique) vinculadas ao empresariado	233
Quadro 37 - BADESC - Integrantes do comando da instituição entre 2007 e 2010. Em destaque os membros relacionados ao empresariado.	240
Quadro 38 - BADESC - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (2007-2010)	242
Quadro 39 - Filiações partidárias do comando do BADESC (2007-2010 – Governo Luiz Henrique) vinculadas ao empresariado	247
Quadro 40 - BRDE - Integrantes da Diretoria e dos Conselhos de Administração e da Junta de Administração (comando da instituição) entre 1995 e 2010	254
Quadro 41 - Filiação partidária dos integrantes do comando do BRDE (1995-2010)	259
Quadro 42: BRDE (1995-2010) - Profissões/ocupações/formações dos integrantes do comando da instituição	269
Quadro 43 - BRDE (1995-2010) - membros empresários ou vinculados ao empresariado, os cargos que ocuparam na diretoria, no CA e na JUNAD e os governos que representaram	272
Quadro 44 - BRDE - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (1995-2010)	274
Quadro 45 - Filiações partidárias do comando do BRDE (1995-2010) vinculadas ao empresariado	286
Quadro 46 - BRDE – Empresários ou vinculados ao empresariado integrantes do comando institucional (1995-2010) e seus históricos de participação em pleitos político-eleitorais	290

Quadro 47 - BADESC (1999-2010), BADESUL (1998-2010), Fomento Paraná (1999-2010) e BRDE (1995-2010) – Integrantes que ocuparam cargos de Presidente e Diretor Presidente do Conselho Administrativo (CA) e Diretoria (DIR) respectivamente	323
Quadro 48 - BADESC, BADESUL, Fomento Paraná e BRDE - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes dos núcleos dos comandos das instituições (Presidentes e Diretores Presidentes) (1995-2010)	325
Quadro 49 - BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Membros da Direção (entre 1999 e 2010). Código para identificação nos sociogramas	351

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - FOMENTO PARANÁ/BADESUL/BADESC/BRDE -
DIREÇÃO: número de membros e participação empresarial 313
- Tabela 2 - FOMENTO PARANÁ/BADESUL/BADESC/BRDE -
DIREÇÃO: número de membros e participação empresarial por
Governo 314
- Tabela 3 - FOMENTO PARANÁ/BADESUL/BADESC/BRDE -
DIREÇÃO: número de membros e total de filiação partidária 316
- Tabela 4 - FOMENTO PARANÁ/BADESUL/BADESC/BRDE -
DIREÇÃO: número de membros e filiação por partido 317
- Tabela 5 - FOMENTO PARANÁ/BADESUL/BADESC/BRDE -
DIREÇÃO: número de membros, filiação partidária e participação
empresarial (nas gestões específicas consta apenas a filiação partidária
dos empresários) 319
- Tabela 6 - Total de participações de empresários com filiação partidária
na Fomento Paraná, BADESUL, BADESC e BRDE (1995-2010) 322

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACOMP. E REC. DE CRÉD. – Acompanhamento e Recuperação de Crédito
- AGE – Assembleia Geral Extraordinária
- AGO – Assembleia Geral Ordinária
- AID – Associação Internacional de Desenvolvimento
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- BACEN – Banco Central do Brasil
- BADEP – Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná
- BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
- BADESUL – Desenvolvimento S/A – Agência de Fomento/RS
- BANDEPE – Banco do Estado do Pernambuco
- BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
- BANEB – Banco do Estado da Bahia
- BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro
- BANESE – Banco do Estado de Sergipe
- BANESPA – Banco do Estado de São Paulo
- BANESTADO – Banco do Estado do Paraná
- BANPARÁ – Banco do Estado do Pará
- BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul
- BASA – Banco da Amazônia
- BDE – Banco de Desenvolvimento do Estado
- BESC – Banco do Estado de Santa Catarina
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- BNB – Banco do Nordeste
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- CASAN – Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina
- CIC – Cidade Industrial de Curitiba
- CFR – *Council on Foreign Relations*
- CMBEU – Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
- CMN – Conselho Monetário Nacional
- CNA – Confederação Nacional da Agricultura
- CODESUL – Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul
- CA – Conselho de Administração
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

DEM – Democratas
DIR. V.PRESID. – Diretor Vice-Presidente
EUA – Estados Unidos da América
EURADA – Associação Europeia de Agências de Desenvolvimento
FACIAP – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINANC. – Financeiro
FMI – Fundo Monetário Internacional
GOV. – Governo
HSBC – *Hong Kong and Shanghai Bank*
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
OEA – Organização de Estados Americanos
ONU – Organização das Nações Unidas
OPER. – Operações
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Crsitão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEP – *Political and Economic Planning*
PFL – Partido da Frente Liberal
PGT – Partido Geral do Trabalho
PL – Partido Liberal
PLANEJ. – Planejamento
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPR – Partido Progressista Renovador
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRN – Partido da Renovação Nacional
PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público

Estadual na Atividade Bancária
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrata
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PST – Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil
PV – Partido Verde
REP. – Representante
RPCTV – Rede Paranaense de Comunicação
SD – Partido Solidariedade
TRE-PR – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
TRE-SC – Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA	27
1.1	OS PRESSUPOSTOS E CONDICIONAMENTOS SOCIOPOLÍTICOS DAS INSTITUIÇÕES DELIMITADAS PELO ESTUDO	30
2	O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO	37
2.1	OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO: DO ÂMBITO INTERNACIONAL PARA O LOCAL	49
2.2	O BRDE: UMA NOVA REFERÊNCIA PARA O SISTEMA FINANCEIRO DO SUL DO BRASIL	66
2.3	O ESTADO DO PARANÁ: O BADEP E A FOMENTO PARANÁ	69
2.4	O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: O BADESUL ...	75
2.5	O ESTADO DE SANTA CATARINA: O BADESC	82
3	A FOMENTO PARANÁ E SUA COMPOSIÇÃO POLÍTICA E EMPRESARIAL REPRESENTADA PELOS MEMBROS DO COMANDO INSTITUCIONAL (1999-2010)	87
3.1	PREENCIMENTO DOS ESPAÇOS DE COMANDO E VINCULAÇÕES POLÍTICAS E PROFISSIONAIS	87
3.2	A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DO EMPRESARIADO NOS CARGOS DE COMANDO DA FOMENTO PARANÁ	102
3.2.1	O empresariado, nos espaços de comando da Fomento Paraná, na gestão Jaime Lerner (1999-2002)	105
3.2.2	O empresariado, nos espaços de comando da Fomento Paraná, na gestão Roberto Requião (2003-2006)	122
3.2.3	O empresariado, nos espaços de comando da Fomento Paraná, na gestão Roberto Requião (2007-2010)	131
4	O BADESUL E SUA COMPOSIÇÃO POLÍTICA E EMPRESARIAL REPRESENTADA PELOS MEMBROS DO COMANDO INSTITUCIONAL (1998-2010)	143
4.1	PREENCHIMENTO DOS ESPAÇOS DE COMANDO E VINCULAÇÕES POLÍTICAS E PROFISSIONAIS	143
4.2	A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DO EMPRESARIADO NOS CARGOS DE COMANDO DO BADESUL	153

4.2.1	O empresariado, nos espaços de comando do BADESUL, no término da gestão Antônio Britto (dezembro de 1998)	156
4.2.2	Os espaços de comando do BADESUL, na gestão Olívio Dutra (1999-2002)	161
4.2.3	O empresariado, nos espaços de comando do BADESUL, na gestão Germano Rigotto (2003-2006)	172
4.2.4	O empresariado, nos espaços de comando do BADESUL, na gestão Yeda Crusius (2007-2010)	184

5 O BADESC E SUA COMPOSIÇÃO POLÍTICA E EMPRESARIAL REPRESENTADA PELOS MEMBROS DO COMANDO INSTITUCIONAL (1999-2010)

5.1	PREENCHIMENTO DOS ESPAÇOS DE COMANDO E VINCULAÇÕES POLÍTICAS E PROFISSIONAIS	197
5.2	A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DO EMPRESARIADO NOS CARGOS DE COMANDO BADESC	214
5.2.1	O empresariado, nos espaços de comando do BADESC, na gestão Esperidião Amin (1999-2002)	217
5.2.2	O empresariado, nos espaços de comando do BADESC, no primeiro mandato de Luiz Henrique da Silveira (2003-2006)	227
5.2.3	O empresariado, nos espaços de comando do BADESC, no segundo mandato de Luiz Henrique da Silveira (2007-2010)	239

6 O BRDE E SUA COMPOSIÇÃO POLÍTICA E EMPRESARIAL REPRESENTADA PELOS MEMBROS DO COMANDO INSTITUCIONAL (1995-2010)

6.1	PREENCHIMENTO DOS ESPAÇOS DE COMANDO E VINCULAÇÕES POLÍTICAS E PROFISSIONAIS	253
6.2	A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DO EMPRESARIADO NOS CARGOS DE COMANDO DO BRDE	272

7 OS MEMBROS DO BRDE E DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO DA REGIÃO SUL: UM EXAME DAS CONFORMAÇÕES EMPRESARIAIS, POLÍTICO-PARTIDÁRIAS E GOVERNAMENTAIS (1995-2010)

301

7.1	ABRANGÊNCIA INTEGRAL (1995-2010) DO ESTUDO PROPOSTO E O EXAME DE SUAS RESPECTIVAS PERCEPÇÕES	312
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	331
	REFERÊNCIAS	335
	APÊNDICE A – Sociograma 5b: BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul, Direção. Identificação dos Membros, filiação partidária e empresários. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010	349
	APÊNDICE B – Quadro 49: BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Membros da Direção (entre 1999 e 2010). Código para identificação nos sociogramas	351

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA

No Brasil, o tema referente aos possíveis rumos oferecidos aos bancos públicos estaduais e federais é um assunto que persiste no contexto dos debates sobre a organização e funcionamento das instituições financeiras enquanto importantes promotoras dos mais variados interesses da coletividade.

Não obstante, outras instituições financeiras públicas, como os bancos regionais e estaduais de desenvolvimento e as agências de fomento das unidades da federação brasileira, igualmente entram na atual agenda de discussões a respeito das novas atribuições a serem desempenhadas por estas empresas diante das transformações da ordem econômica, social e política, tanto no plano nacional como internacional. Ademais, independente das pressões advindas das mais diferentes tendências transformadoras, jamais se pode despersonalizar quaisquer instituições a ponto de enxergá-las somente através do viés frio e calculista dos números, dados e do aparato técnico que as caracteriza. Neste sentido, faz-se sempre pertinente uma reflexão acerca do preenchimento pessoal dos cargos que dizem respeito às principais funções de direção e administração destas instituições financeiras e dos interesses sociopolíticos que estão implícitos na escolha de ocupação desses espaços.

Desta forma, recortando o Sul do Brasil como o espaço principal a ser situado neste estudo, tratar-se-á de investigar o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e as agências financeiras públicas de fomento de cada um dos estados desta região para, então, procurar empreender a reflexão acima mencionada. Quanto a tais agências, especificamente serão examinadas a Fomento Paraná, o BADESUL Desenvolvimento S/A – Agência de Fomento/RS e a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC. Estas instituições, enquanto entidades de fomento, surgem no mesmo período temporal, no final dos anos noventa, no contexto nacional de deliberações políticas e econômicas influenciadas pelo Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES).

Segundo Lundberg (1999, p. 60) o PROES, através da Medida Provisória 1.514, de 07/08/1996,

[...] autorizou o Governo Federal a financiar a privatização, extinção ou transformação dos bancos estaduais e, mais importante, autorizou

também a aquisição dos créditos de governos estaduais e de suas empresas junto a seus bancos. Com a compra e refinanciamento pela União dessas dívidas, deu-se solução simultânea a dois problemas: bancos e finanças públicas. Assim, abriu-se caminho para viabilizar a privatização, liquidação ou transformação desses bancos em agências de fomento.

Sendo estas as circunstâncias em que as três agências de fomento anteriormente citadas aparecem em cena, e levando em conta que o momento político brasileiro dizia respeito ao “[...]governo liberal de FHC” (SICSÚ, 2003, p.317), a Fomento Paraná, o BADESUL e o BADESC já nascem pressionados por determinações de uma gestão governamental que prioriza a implementação da “[...] reforma do Estado – mormente privatizações e reforma administrativa –, desregulamentação dos mercados e liberalização comercial e financeira” (CARINHATO, 2008, p.40). Ainda que maior desenvolvimento analítico sobre as três agências de fomento seja executado em momento posterior deste mesmo texto, desde já se faz importante perceber que as mesmas se originam em condições macroeconômicas mais favoráveis aos interesses do grande capital em detrimento de uma atenção governamental que continuava se voltando com menos prioridade aos setores tradicionalmente carentes de investimentos e crédito.

Atualmente, grande parte das análises acadêmicas sobre os bancos públicos recaem unicamente no âmbito da compreensão dos objetivos de eficiência econômica e funcional próprias deste tipo de organização, como por exemplo podemos situar os trabalhos de Saunders (2000), Souza (2006), Schapiro (2009) e Tabak, Craveiro & Cajueiro (2010). Não obstante, principalmente no campo dos estudos sociopolíticos, cada vez mais se percebe a importância de investigações que entrem no mérito do entendimento das escolhas e decisões ideológicas e governamentais tomadas pelos indivíduos que, à frente destas instituições, respondem por atribuições administrativas e diretivas. E, ilustrando este conjunto de exames, vislumbram-se, entre outros, os trabalhos de Minella (1988), Pereira (2006), Silva (2007) e Costa (2014).

Quanto às agências de fomento, inicialmente procurando compreender a normatização básica que rege a organização e funcionamento das mesmas para, posteriormente, levar em conta as

análises sociopolíticas propostas em relação a estas instituições, estabelece a Resolução 2.828, de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN) que

as agências de fomento têm como objeto social a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede. Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e estar sob o controle de Unidade da Federação, sendo que cada Unidade só pode constituir uma agência. Tais entidades têm status de instituição financeira, mas não podem captar recursos junto ao público, recorrer ao redesconto, ter conta de reserva no Banco Central, contratar depósitos interfinanceiros na qualidade de depositante ou de depositária e nem ter participação societária em outras instituições financeiras. De sua denominação social deve constar a expressão "Agência de Fomento" acrescida da indicação da Unidade da Federação Controladora. É vedada a sua transformação em qualquer outro tipo de instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional. As agências de fomento devem constituir e manter, permanentemente, fundo de liquidez equivalente, no mínimo, a 10% do valor de suas obrigações, a ser integralmente aplicado em títulos públicos federais.

Partindo desta determinação legal e ainda procurando inferir o papel funcional das instituições aqui enfocadas, faz-se fundamental perceber a expectativa de cumprimento de objetivos que as mesmas possuem no âmbito de sua atuação estrita e também no que diz respeito ao sistema econômico que predomina em seu entorno. Deste modo, Studart (2003, p.18), perfazendo considerações acerca da atuação do Estado, dos mercados e do financiamento do desenvolvimento, analisa a incumbência institucional exercida pelas agências de fomento, enquanto entidades públicas, da seguinte forma:

[...] as instituições públicas de fomento surgem, especialmente, como instrumentos de implementação de estratégias de

desenvolvimento, e secundariamente como respostas a falhas informacionais de mercados. O seu papel, portanto, não pode ser compreendido como o de simples intermediário entre poupadores, outros intermediários financeiros e investidores [...].

Para além da compreensão técnica, ao investigar o campo do preenchimento dos espaços de gestão, deve-se levar em conta que a indicação e nomeação dos dirigentes das instituições públicas estaduais comumente se faz a partir do contexto das relações político-partidárias estabelecidas. Este procedimento, por sua vez, torna-se legitimado por meio dos respectivos representantes governamentais que, eleitos para os seus mandatos em suas unidades da federação, enunciam seus pretensos objetivos administrativos e aquelas que seriam suas necessidades prioritárias. Isto posto, há que se considerar que a Fomento Paraná, o BADESUL e o BADESC são entidades que possuem, por consequência, estas aludidas características já que as mesmas são submetidas aos planejamentos político-partidários e às propostas administrativas basilares a serem implementadas pelos mandatários públicos. Portanto, acrescida à relevância da compreensão quanto aos atributos oficiais de regramentos e definições que qualificam técnica e funcionalmente o significado do que é uma agência de fomento, e por extensão o que são as três instituições acima mencionadas, constitui-se de substancial importância para o desenvolvimento do estudo aqui proposto a verificação e o exame da construção de relações de interesses políticos e econômicos que se configuraram através do referido preenchimento destes espaços de direção e gestão das referidas entidades focadas.

1.1 OS PRESSUPOSTOS E CONDICIONAMENTOS SOCIOPOLÍTICOS DAS INSTITUIÇÕES DELIMITADAS PELO ESTUDO

Levando em conta as particularidades das instituições financeiras, as mesmas são conceituadas da seguinte forma, por meio do artigo 17 da lei 4.595 de 1964:

Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como

atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Quanto ao sistema financeiro nacional, contexto maior que envolve as instituições que aqui nos referimos, assim prevê a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 192:

O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003) (Vide Lei nº 8.392, de 1991)

O objetivo do sistema financeiro nacional, dizendo respeito então ao “desenvolvimento equilibrado do País”, faz-se passível de reflexão quanto aos mais variados significados a serem pensados a respeito de qual tipo de “desenvolvimento” se pretende alcançar. Ou seja, torna-se propícia a indagação sobre qual espécie de “desenvolvimento” seria priorizado pelo Brasil quando, em uma mesma passagem da Carta Magna, como a acima citada, vislumbram-se a presença das cooperativas de crédito e do capital estrangeiro. Não seria esta, por exemplo, uma situação essencialmente contraditória? Nesta direção, além de outras instituições que fazem parte do sistema financeiro nacional e que por isso se adequam à referida previsão constitucional, pode-se também investigar o significado específico do “desenvolvimento” que é planejado e executado por entidades que trariam já em seu próprio nome as suas atribuições características, como é o caso então dos bancos de desenvolvimento e das agências de fomento. Assim, obviamente buscando fazer um exame para além de suas denominações institucionais e procurando compreender o caráter do “desenvolvimento” almejado por estas entidades, pergunta-se: os bancos de desenvolvimento e as agências de fomento “desenvolveriam” o quê, para quem e através de quais espaços e indivíduos?

Como visto em momento anterior deste texto, os bancos de desenvolvimento e, ainda mais especialmente, as agências de fomento, são legalmente delimitadas através de um estrito controle voltado à expectativa de que os mesmos não se confundam, de forma alguma, com as condições, regras e oportunidades que estão à disposição das instituições financeiras privadas e mesmo de muitas das públicas. Não obstante, bancos de desenvolvimento e agências de fomento, sendo instituições pertencentes ao conjunto de empresas dirigidas pelas administrações governamentais estaduais, são também entidades que possuem, em seus principais cargos de gestão, personagens de confiança política daqueles que os indicaram e os nomearam para suas funções. Neste sentido, a hipótese que se coloca ao longo do presente estudo diz respeito à seguinte proposição: as agências de fomento de cada um dos estados do sul do Brasil, por mais que possam ser comparadas especificamente entre si e por mais que estejam, em seus mínimos detalhes legais, amparadas e submetidas por rígidos controles referentes às suas atribuições públicas e estatais, ainda assim são alvos de manejo, articulação e utilização pessoal e político-partidária através dos personagens que assumem seus principais postos de comando. O sentido político-partidário diz respeito às relações estabelecidas entre os personagens membros das siglas partidárias que, oficialmente ou não, participam da gestão administrativa do governo estadual, ou do apoio à mesma, em cada uma das três referidas unidades da federação. Por sua vez, o sentido pessoal se reporta à forma como, através destes mesmos personagens membros das siglas partidárias, são construídos vínculos entre as dimensões do público e do privado.

Derivando dos pressupostos anteriormente descritos e da hipótese acima levantada, o objetivo central da pesquisa referente à Tese proposta será a análise da composição das diretorias e dos conselhos de administração e fiscal que integram as agências públicas de fomento do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, além do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) enquanto única instituição financeira pública de desenvolvimento oficialmente permitida para funcionar na circunscrição da região sul do Brasil após as determinações oriundas do PROES no final dos anos noventa. Para tanto, será necessário ter presente qual a concepção de “fomento” e de “desenvolvimento” que orientou o início da operacionalização destas instituições e identificar quais os grupos e interesses políticos e empresariais beneficiados com a ocupação dos respectivos cargos de comando das mencionadas entidades. Assim, o recorte temporal de estudo e análise dos dados dirá respeito ao período que começa com a

fundação de cada uma das agências de fomento, no final dos anos noventa, e termina no ano de 2010, quando se finda mais uma das gestões governamentais estaduais. Quanto ao BRDE, ainda que o mesmo foi criado em momento bem anterior, na década de sessenta, será utilizada a mesma delimitação de tempo referente às agências de fomento já que este procedimento favorecerá uma contextualização e comparação mais adequada de cada uma das instituições examinadas.

Como objetivos específicos, tratar-se-á de compreender e comparar os padrões de relacionamento político-partidário e as redes de interesses econômicos e sociais realizadas através dos personagens que fizeram parte das diretorias e dos conselhos de administração e fiscal de cada um das instituições priorizadas neste estudo (“Fomento Paraná”, “BADESUL Desenvolvimento S/A – Agência de Fomento/RS”, “Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC” e o “Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE”). Em relação ao período demarcado para ser explorado, cabe aqui o mesmo recorte temporal mencionado no parágrafo anterior.

Neste sentido, contextualizando de forma inaugural todas estas reflexões e desde já buscando operar as indagações e as proposições de estudo e análise acima levantadas, inicialmente serão discutidas concepções clássicas, e suas heranças para a contemporaneidade, a respeito do conceito de “desenvolvimento”, tanto sob um enfoque econômico quanto sociopolítico. A relevância desta abordagem, delimitada no capítulo “O debate sobre o desenvolvimento”, faz-se no sentido de se compreender a repercussão que estas concepções tiveram quanto às suas contribuições com o debate sobre a constituição do Banco Mundial, o primeiro banco de desenvolvimento de caráter internacional.

Em seguida, na seção “Os bancos de desenvolvimento: do âmbito internacional para o local”, examinar-se-á a conexão entre a lógica que perpassou a estruturação das instituições financeiras de desenvolvimento, desde aquelas globais, como o Banco Mundial, passando por suas congêneres continentais, nacionais, até chegar àquelas existentes no plano das regiões e das unidades da federação brasileira. Assim, ao final deste segmento de estudo, será iniciado um recorte analítico referente ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e aos bancos de desenvolvimento e agências de fomento da região sul do Brasil.

Por fim, nas seções seguintes serão pormenorizados os caminhos políticos percorridos historicamente pelo BRDE, e as trajetórias de criação, incremento e extinção dos bancos de desenvolvimento de cada

um dos três estados da região sul do Brasil. Da mesma forma, serão explorados os contextos referentes à fundação e consolidação das agências de fomento dos respectivos estados mencionados e os inerentes elementos sociopolíticos que fizeram parte das redes de influências empresariais e institucionais de constrangimento das decisões econômicas executadas por estas mesmas agências.

Cabe enfatizar que, em relação a um desenvolvimento mais completo de cada um dos assuntos que compõem a implementação da presente Tese, os tópicos descritos nos três parágrafos acima, e que são referentes ao capítulo 2, oferecem um panorama geral e discursivo acerca das principais instituições aqui delimitadas para nosso exame. Além disso, a pertinência da reflexão acerca destes mencionados tópicos também propicia que se compreenda, desde já, e em linhas gerais, a relevância das análises sociopolíticas acerca de um banco de desenvolvimento e de três agências de fomento que potencializam ações coletivas importantes quanto aos planejamentos públicos e privados de cada uma das unidades da federação da região sul do Brasil. Por sua vez, como abordagem mais específica, tais agências de fomento e tal banco de desenvolvimento, com a realização das respectivas análises condizentes com a ocupação dos espaços das diretorias e dos conselhos administrativo e fiscal, ganharão atenção especial a partir do capítulo 3.

Metodologicamente, o presente trabalho percorrerá uma trajetória de investigação contemplada especialmente pelos seguintes procedimentos:

- verificação de bibliografias, documentos, artigos acadêmicos, sítios da Internet e notícias de jornais e revistas que levam em conta discussões tanto acerca de pensamentos que expressam a dimensão do debate sobre o “desenvolvimento”, como no que se refere aos contextos que permearam a criação, estruturação e o preenchimento funcional das instituições prioritariamente delimitadas por este estudo e em especial dos principais espaços de comando do BRDE, da Fomento Paraná, do BADESC e do BADESUL ao longo do período recortado (1995-2010);

- explorações em um amplo banco de dados oferecidos pelo Banco Central do Brasil e pelo Tribunal Superior Eleitoral quanto a informações acerca de membros do banco de desenvolvimento e das três agências de fomento acima mencionadas e que resultaram na coleta e análise de abundantes elementos de investigação relacionados aos integrantes que fizeram parte dos espaços de comando de tais empresas no período 1995-2010.

Na direção do que será demonstrado a partir do presente instante, as dinâmicas de pesquisa acima relatadas, e seus respectivos cruzamentos de dados, apresentaram-se fundamentais para que se permitisse examinar como, a partir do preenchimento das principais esferas decisórias da Fomento Paraná, do BADESUL, do BADESC e do BRDE, fortaleceu-se a representação dos interesses políticos e empresariais de indivíduos e de grupos que, até o momento de suas participações na cúpula das quatro citadas instituições, já possuíam elevado grau de influência e prestígio no que se refere ao conjunto de suas atuações políticas e econômicas perante suas coletividades.

Para fins de constatação e verificação das fontes relacionadas a atas de reuniões, assembleias, documentos institucionais e informações coletadas a partir da Internet, as mesmas constam por meio de notas de rodapé ao longo de seus respectivos capítulos.

2 O DEBATE SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Nos anos de 1990, quando os programas econômicos de alguns países apresentaram-se mais liberalizantes e ao mesmo tempo mais insatisfatórios, resgatou-se em um contexto teórico do pós Segunda Guerra alguns elementos para se pensar e repensar o assunto “desenvolvimento”. Levando em conta o fato de que este tema é considerado periférico pela ciência econômica (CASTRO, 2011), torna-se necessário recorrer aos clássicos do pensamento econômico e compreender a dimensão teórica que precedeu o referido debate deste período pós-guerra.

No século XVIII, tendo em Adam Smith (1983, p. 57) o início de uma concepção de desenvolvimento como sinônimo da riqueza advinda das consequências geradas pelo trabalho, este processo, que é ao mesmo tempo econômico e coletivo, é descrito da seguinte forma por este pensador:

Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, é muito reduzida a parcela de necessidades humanas que pode ser atendida pela produção individual do próprio trabalhador. A grande maioria de suas necessidades, ele a satisfaz permutando aquela parcela do produto de seu trabalho que ultrapassa o seu próprio consumo, por aquelas parcelas da produção alheia de que tiver necessidade. Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tomando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que adequadamente se denomina sociedade comercial.

Embora se deva levar em conta a contribuição de Smith ao considerar o trabalho como um gerador de valor, relegou-se a reflexão sobre a realização da acumulação de capital como importante fator de entendimento dos processos de desenvolvimento econômico.

Neste sentido é que o inglês David Ricardo, outro representante da economia clássica, apesar de atraído no plano teórico pela interpretação referente ao “automatismo” da lei dos mercados, percebe que o desenvolvimento econômico pode ser dificultado caso a taxa de lucro da indústria for diminuída pelas condições de distribuição do produto, gerando, como resultado, uma redução da taxa de acumulação.

Ricardo (1996, p. 47) ainda relaciona a esta reflexão sua abordagem acerca do trabalho quanto à compreensão de que “não é pela quantidade absoluta do produto obtida por cada classe que avaliaremos com exatidão a taxa de lucro, de renda e de salários, mas pela quantidade de trabalho necessária para a obtenção daquele produto”.

Identificando e criticando em Ricardo a falta de um exame mais acurado a respeito do caráter do trabalho, Karl Marx surge no contexto intelectual do pensamento econômico priorizando a investigação da “propriedade específica do trabalho de gerar valor de troca ou de representar-se em valores de troca” (MARX, 1980, p. 597). Assim, para Marx, a obra de Ricardo unicamente trata da magnitude do valor e das circunstâncias da mesma serem proporcionais às quantidades de trabalho requeridas para produzir as mercadorias.

Em relação à Smith, as ideias de Marx igualmente evidenciam uma nítida diferenciação quanto à forma como se pensa a contextualização do processo econômico e a própria expressão do sentido do desenvolvimento. Nesta direção é que Denis (1974, p. 201) argumenta que:

Os progressos ulteriores do pensamento econômico mostrarão a fonte do erro de Smith. Não compreende que os fenômenos sociais concretos não refletem de maneira simples e diretamente as leis essenciais que os comandam. Pretendia que cada preço de um produto particular correspondesse ao custo em trabalho do produto. Na continuação, Karl Marx mostrará, de maneira perfeitamente clara, que na economia capitalista a correspondência entre o preço e o custo do trabalho se verifica apenas em média e que há sempre mercadorias para as quais os preços são um pouco superiores aos verdadeiros valores dos produtos, enquanto para outras os preços são um pouco inferiores aos valores.

O fato é que Smith e Ricardo, mesmo que tenham se deparado com ideias que relacionam a economia com o trabalho, a acumulação, o valor e, enfim, o desenvolvimento das nações, acabaram não discutindo a tendência de queda da taxa de lucro, ou seja, um dos temas que Marx vai priorizar em suas análises.

Sobre a análise marxista referente a este assunto, Nunes (2004, p.27) declara que

Nesta interpretação destaca-se o fato de que o crescimento da acumulação estimula a procura de poder de trabalho, dessa forma elevando o nível de salários e diminuindo os lucros. Os lucros, por sua vez, desencorajam mais acumulação e precipitam uma crise cuja causa imediata é o subinvestimento. Sendo assim, há uma interrupção do fluxo circular em resultado de um declínio abaixo do normal da taxa de lucro.

Dentro da lógica de análise de Marx quanto à direção tomada pelas transformações econômicas, observa-se que sua preocupação constante baseia-se na compreensão referente aos elementos de desenvolvimento da sociedade capitalista. Preocupação que, de certa forma, somente mais tarde, na primeira metade de século XX, com Schumpeter, vai ser retomada através de componentes próprios desta discussão. Sem querer teorizar todo o processo geral de desenvolvimento econômico, mas sim àquele que se refere ao contexto capitalista, Schumpeter se nega a tentar explicar a economia por ela própria. Ou seja, assim como Marx, em seus estudos Schumpeter (1997, p. 70) igualmente abre margem para se pensar o entendimento do processo econômico capitalista relacionando-o necessariamente com a inclusão investigativa de exames que se refiram também a outros elementos dinâmicos da vida social:

O desenvolvimento econômico até agora é simplesmente o objeto da história econômica, que por sua vez é meramente uma parte da história universal, só separada do resto para fins de explanação. Por causa dessa dependência fundamental do aspecto econômico das coisas em relação a tudo o mais, não é possível explicar a mudança econômica somente pelas condições econômicas prévias. Pois o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente.

Schumpeter foi contemporâneo de John Maynard Keynes (1883-1946), um economista influente mundialmente tanto no campo teórico

quanto no prático. Ainda que não fosse opositor ao sistema capitalista, Keynes incorpora em sua análise a importância das ações e intervenções do Estado através de novos pressupostos de política econômica a serem adotados pelos governos liberais. Neste sentido, ao invés de contradizer o capitalismo, as administrações políticas dos países empregariam medidas fiscais e monetárias objetivando atenuar as consequências problemáticas referentes às instabilidades dos ciclos econômicos, das recessões, das depressões e mesmos dos *booms*.

Um exemplo das orientações ideológicas de Keynes (1996, p. 345) pode ser observado quando, através de uma mesma reflexão, este economista aborda aspectos referentes à “socialização dos investimentos”, “pleno emprego”, “Estado”, iniciativa privada” e “propriedade dos meios de produção”:

Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um Socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete. Ademais, as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem afetar as tradições generalizadas da sociedade.

Observando os desdobramentos históricos da economia mundial, pode-se então perceber que, a partir Keynes, fundamentou-se um pensamento que procurou adotar como principal referência de análise a necessidade de reformulação da política de livre mercado combinada com a participação do Estado enquanto orquestrador da otimização econômica e de um desenvolvimento social que, preferencialmente, não entrasse em conflito com os interesses privados e do grande capital.

Expressando a convergência entre atribuições do poder público e do mercado, Gros (2004, p.230) manifesta que Keynes

[...] partia da ideia de que o mercado não é suficiente para desenvolver a economia e que o desenvolvimento precisa do planejamento governamental. Na visão de Keynes, a manutenção do pleno emprego seria função do governo, através de obras de infra-estrutura e financiamento a setores estratégicos; o financiamento desses investimentos se faria pelo individamento público e por moderada inflação; e as novas funções do Estado deveriam incluir a educação básica, a saúde pública e a previdência social. Essas funções redistributivas do Estado poderiam exigir outros recursos, como a tributação crescente; e a proteção das indústrias consideradas estratégicas, como as de energia, transportes e comunicações, que não poderiam ser deixadas aos azares do mercado.

Assim é que Keynes inspirou, por exemplo, a política econômica do chamado *Welfare State*, o “Estado de Bem-Estar Social” aplicado das formas as mais variadas por diversos governos ocidentais até a década de 1970. Sem deixar de assegurar os principais interesses das empresas privadas, a atuação governamental do *welfare state* se fez mais próxima tanto das atividades de organização do planejamento industrial, como dos anseios sindicais, e como também dos reclames pelas garantias de serviços públicos e de proteção geral às populações dos respectivos países onde tal contexto transcorreu. As nações europeias foram as primeiras e as que introduziram de forma mais universalizada estas características específicas do Estado de Bem-Estar Social e, indo ao encontro dos projetos defendidos pela social-democracia de então, países como Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia constam como proeminências maiores dentre estas sociedades.

Abordando de forma pormenorizada o âmbito das tensões e da busca por planejamentos políticos e econômicos que fossem considerados adequados à nova configuração eleitoral constituída por estes países, Przeworski (1989, p. 55) argumenta que,

Em suma, incapazes, como governos de minoria, de empreender o programa socialista, em meados da década de 1930 os social-democratas encontraram uma política econômica distinta que justificava seu papel governamental, especificava diversas reformas intermediárias que poderiam ser realizadas com êxito dentro dos limites do capitalismo e permitia, em vários países, o estabelecimento de uma plataforma eleitoral bem sucedida. Enredados, nos anos vinte, em uma posição de tudo-ou-nada, os social-democratas descobriram um novo caminho para a reforma, abandonando o projeto de nacionalização em favor do de bem-estar geral. O novo projeto, na verdade, implicava um compromisso fundamental com aqueles que ainda eram denunciados como exploradores, mas era economicamente viável, socialmente benéfico e, talvez mais importante, politicamente praticável sob as condições democráticas.

A relação entre o pensamento de Keynes e as implementações de políticas econômicas e sociais “de bem-estar social” dos partidos social-democratas europeus, passando pelos objetivos eleitorais destas mesmas siglas, expressa, de forma saliente, um caráter do significado de “desenvolvimento” que pode ser compreendido, nestas circunstâncias, como resultado da preocupação por uma cuidadosa dosagem entre aspirações socialistas, que orientavam a posição de correligionários situados nas instâncias de representação pública, e a realidade das pressões capitalistas nacionais e internacionais, que conformavam a coletividade de tais países.

Nesse sentido, também podemos encontrar no próprio Keynes alguns elementos teóricos que indiretamente sustentam a defesa das instituições conhecidas como “bancos de desenvolvimento”. Ou seja, estes bancos apareceriam então enquanto principais mobilizadores de recursos, tanto para o setor público quanto para o privado sendo que, além disso, os mesmos seriam instituições inigualáveis em termos de concessão de respostas para grandes inversões financeiras realizadas pelas empresas que efetivam os mais variados investimentos econômicos e sociais. Somando atividades como “assistência técnica, informação estatística, diálogo sobre políticas econômicas, manejo de fundos fiduciários, estudos sobre

desenvolvimento, avaliação do gasto público, capacitação de funcionários” (SAGASTI, 2002, p. 8), entre outras atribuições, pode-se afirmar que os bancos de desenvolvimento aparecem no cenário internacional coincidindo com a expectativa de continuação das estratégias de aumento dos investimentos e lucros capitalistas que, testemunhados pelo próprio Estado, seriam mais eficientemente organizados e implementados no contexto social.

Não é à toa que Keynes, representando o Reino Unido na Conferência de Bretton Woods em 1944, foi um dos idealizadores e fundadores do Banco Mundial, a primeira instituição financeira de caráter de desenvolvimento em dimensão internacional.

Atentando mais pormenorizadamente ao contexto do debate do qual Keynes participou no momento econômico e político internacional em que se discutia, entre outros assuntos, a formação do Banco Mundial, determinados estudos e documentos a respeito destes temas vem à tona no sentido de revelar indícios importantes a respeito do conceito de “desenvolvimento” que se caracterizava a partir do pensamento expresso por prestigiados intelectuais e por líderes políticos e empresariais destacados e que estavam envolvidos nestas conversações. Neste sentido, organizações que, desde o início do século XX, constituíam-se também com esta finalidade reflexiva, como o *Council on Foreign Relations* (CFR), o *Political and Economic Planning* (PEP), o *Round Table Groups* e o *Royal Institute of International Affairs*, traduzem muito bem a conformação de espaços de debates entre personagens proeminentes advindos de diferentes setores sociais alinhados com uma perspectiva de fortalecimento das regras e das instituições capitalistas internacionais. Tais grupos, sem exceção, eram integrados por um amplo, mas cuidadosamente selecionado, conjunto de intelectuais, empresários e líderes políticos filiados à referida perspectiva acima mencionada.

Levando em conta os aspectos que aqui nos são mais pertinentes quanto ao estudo em foco, torna-se importante abordar determinadas particularidades relacionadas ao conjunto de vínculos constituídos e interesses articulados pelos integrantes de cada um destes grupos no interior dos mesmos. Assim, tratando primeiramente do CFR, observa-se que este grupo se apresentou como uma das “(...) primeiras e mais significativas tentativas de reunir industriais, banqueiros, militares e burocratas de estado, intelectuais e figuras de destaque da mídia num novo formato político e intelectual” (DREIFUSS, 1987, p. 33). Tal organização era controlada pelo grupo ligado ao banqueiro J.P. Morgan e fortemente enaltecido por personagens ilustres e bastante

representativos das tendências econômicas e políticas predominantes daquele momento, como era o caso do magnata David Rockefeller (SILVA, 2007). Percebendo as consistentes conexões com o setor financeiro e com os planejamentos do poder público dos EUA, o CFR pode ser caracterizado especialmente por suas pretensões exitosas de intervenção política e por ser um espaço inspirador de implementação das estratégias do Estado.

Quanto aos *Round Table Groups* e ao *Royal Institute of International Affairs*, ainda que cada uma destas organizações tivesse sua própria lógica de missão e de funcionamento, havia uma importante conexão específica entre elas e que as caracterizava de forma especial. No que concerne aos *Round Table Groups*, estes eram grupos que tinham o reconhecimento do Estado britânico enquanto detentores do que se compreendia como “assunto de guerra”, sendo que os mesmos receberam “o apoio de inúmeros colaboradores do mundo empresarial privado, associados principalmente ao banqueiro norte-americano J.P. Morgan” (SILVA, 2007, p. 93). Aliás, reaparecendo aqui, e em mais uma entidade do mesmo gênero, J.P. Morgan revela importante influência nos mecanismos de funcionamentos deste tipo de instituição. Já o *Royal Institute of International Affairs* foi constituído como um novo grupo que, também articulado com importantes representantes políticos e empresariais, foi considerado como sendo uma entidade resultante das discussões realizadas ao longo da trajetória de desenvolvimento dos *Round Table Groups*. Assim, ao tratar de aspectos que se referem às relações entre os *Round Table Groups* e o *Royal Institute of International Affairs*, e ao final abordando algumas particularidades deste último, Dreifuss (1987, p. 33) nos traz que

O Round Table Groups mantiveram intensa correspondência e intercâmbio de pessoas entre si, ao longo de 10 anos de existência, ganhando destaque durante a Primeira Guerra Mundial, quando participaram da formulação de objetivos de guerra do Império Britânico. A delegação britânica ao encontro de Paris seria de membros dos Round Tables. Desses encontros veio a existir o Instituto (Anglo-Americano) de Relações Exteriores, com uma seção inglesa chamada Chathan House ou Royal Institute for International Affairs e uma seção norte-americana, o American Institute of International Affairs.

Além destes dados que manifestam os vínculos existentes entre os *Round Table Groups* e o *Royal Institute of International Affairs*, reaparece em nosso estudo o Council on Foreign Relation (CFR) quando se constata que o mesmo contribuiu para “salvar” a seção norte-americana do Instituto (Anglo-Americano) de Relações Exteriores. Como se observa na citação acima, esta seção, que era a American Institute of International Affairs, pode ser considerada irmã do *Royal Institute of International Affairs*, já que as duas nasceram da mesma entidade: o Instituto (Anglo-Americano) de Relações Exteriores. Destarte, Dreifuss (1987, p. 33) explicita que

Após dois anos de existência, a seção norte-americana quase entrou em colapso, salva unicamente pela fusão com um "Gentleman's Club" econômico e político de Nova Iorque, o *Council on Foreign Relation* ou Conselho das Relações Exteriores, que existia desde 1918, vinculado a outra organização de elite, a *Century Association* de Nova Iorque.

Arrematando, Dreifuss (1987, p. 33) expõe que “a estrutura interna de poder do CFR expressava a proeminência de grupos financeiros e industriais do leste norte-americano”. Observa-se assim que, através de uma rede de relações de interesses intelectuais, políticos e econômicos-financeiros existentes nas perspectivas capitalistas internacionais mais veementes daquele momento, fez-se presente uma articulação de prioridades de discussões e estratégias que se foram estabelecendo no interior das três entidades aqui mencionadas com maior evidência: o CFR, o *Round Table Groups* e o *Royal Institute of International Affairs*.

Por fim, há que se refletir acerca da influente atuação exercida pelo *Political and Economic Planning (PEP)*. Quarto grupo aqui recortado analiticamente, o PEP destacava-se no cenário europeu da primeira metade do século XX pelo fato de arregimentar um número expressivo de empresários, políticos e intelectuais, de diferentes áreas, que buscavam propagar os novos interesses e estratégias da elite capitalista internacional e que procuravam cada vez mais se organizar e implementar suas ações de forma global. Esta situação, em si, já evidencia o principal ponto de convergência entre o PEP e as demais organizações congêneres anteriormente mencionadas. Além

disso, faz-se importante constatar que, entre os criadores do referido grupo, estava o escritor britânico Lionel Curtis, personagem que igualmente integrou a fundação do *Round Table Groups* e do *Royal Institute of International Affairs*. Neste sentido, o historiador Carrol Quigley, em sua obra intitulada "*The Anglo-American Establishment*", publicada em 1981, relata a presença e a posição-chave de Lionel Curtis nestes e em outros grupos que se organizavam com o propósito de se pensar estratégias políticas e econômicas a partir da influência britânica em nível internacional. Na referida obra, inclusive, encontram-se abordagens acerca do *Round Table Groups* e do *Royal Institute of International Affairs* no contexto de articulação das análises que Quigley realiza quanto ao Grupo Milner, entidade esta que o autor enfatiza de forma muito especial pelo fato de que a mesma, organizando-se secretamente, tinha como objetivo influenciar os rumos das ações públicas e privadas na dimensão das relações políticas nacionais britânicas e também em nível internacional.

Assim, segundo Quigley (1981, p. ix),

This society has been known at various times as Milner's Kindergarten, as the Round Table Group, as the Rhodes crowd, as The Times crowd, as the All Souls group, and as the Cliveden set. All of these terms are unsatisfactory, for one reason or another, and I have chosen to call it the Milner Group. [...] this Group is, as I shall show, one of the most important historical facts of the twentieth century.

Em passagem posterior, abordando os nexos entre o Grupo Milner e outros grupos e instituições que objetivavam um planejamento de ações articuladas no que se refere à intensificação da dinâmica das relações de mercado, e neste aspecto trazendo também o *Royal Institute of International Affairs*, Quigley (1981, p. 113) relata que

[...] the Milner Group never intended to influence events by acting through any instruments of mass propaganda, but rather hoped to work on the opinions of the small group of "important people," who in turn could influence wider and wider circles of persons. This was the basis on which the Milner Group itself was constructed; it was the theory behind the Rhodes Scholarships; it

was the theory behind "The Round Table" and the Royal Institute of International Affairs; it was the theory behind the efforts to control All Souls, New College, and Balliol and, through these three, to control Oxford University; and it was the theory behind The Times.

Mencionando o fato de que o Grupo Milner procedia enquanto uma sociedade secreta, e relacionando esta informação com registros acerca de Linel Curtis, co-fundador do *PEP*, do *Round Table Groups* e do *Royal Institute of International Affair*, Quigley (1981, p. 3-4) ainda nos traz que

One wintry afternoon in February 1891, three men were engaged in earnest conversation in London. From that conversation were to flow consequences of the greatest importance to the British Empire and to the world as a whole. For these men were organizing a secret society that was, for more than fifty years, to be one of the most important forces in the formulation and execution of British imperial and foreign policy. [...] The creation of this secret society was not a matter of a moment. [...] Nor was the society thus founded an ephemeral thing, for, in modified form, it exists to this day. [...] From 1902 to 1925, Milner was leader, while Philip Kerr (Lord Lothian) and Lionel Curtis were probably the most important members.

Além de intelectuais como Curtis, “co-fundador do *Round Table Groups* e do *Royal Institute*” (DREIFUSS, 1987, p. 36), e que era um professor e escritor, o *PEP* também contou com a participação de cientistas de campos como sociologia, biologia e economia. Um destes participantes, e que aqui volta a aparecer em cena quando se observa que este personagem é identificado como um importante articulador do *PEP*, é John Maynard Keynes. Neste sentido, segundo Dreifuss (1987, p. 44), “na visão de Keynes, que tinha como poderosa e efetiva caixa de ressonância das suas idéias o *PEP* britânico, o capitalismo do nosso tempo teria como problema fundamental a insuficiência crônica de demanda”. Desta forma, nesta passagem, evidencia-se uma enfática relação entre o nome de Keynes e dois importantes dados a serem aqui considerados: o primeiro se refere à sua presença no *PEP* enquanto

grupo que expressava a concordância e a iniciativa de seus integrantes quanto a um determinado formato de planejamento econômico e político continental e internacional; e o segundo dado se refere à preocupação de Keynes com o sistema capitalista enquanto contexto de organização coletiva que deveria ser mantido e fortalecido diante dos novos desafios que se apresentavam globalmente.

Assim é que, ao tratar de questões conceituais, portanto indo além de abordagens biográficas de personagens específicos que demarcaram seus espaços em locais decisórios da vida coletiva, o presente estudo trata de colocar em foco, com aguçada atenção, o panorama que congrega pessoas, instituições e situações que, conjuntamente, foram as principais responsáveis pelas novas definições de “desenvolvimento” que viriam a inspirar inúmeras gestões governamentais de diferentes países já a partir da primeira metade do século XX. Deste modo, especialmente originado em uma contextualização estadunidense e britânica, e articulados em uma teia de conexões que se configuravam em uma rede de interesses de relações políticas e econômicas, os atores que integravam os grupos mencionados nos parágrafos acima eram os mesmos que participavam, por conseguinte, de círculos de discussões em que se pensavam os novos desenhos institucionais que seriam condicionantes de uma revitalizada concepção de “desenvolvimento”. E tal concepção de desenvolvimento, consensualmente aceita nestes grupos, teria os próprios limites internacionais como nova dimensão a ser superada, e teria como indispensável motor capitalista o mundo das finanças, o qual atrelaria e sujeitaria cada vez mais os demais setores econômicos, públicos ou privados, ao seu predomínio decisório. E aqui, uma vez mais, fazem-se apropriadas as palavras de Dreifuss quando o mesmo se refere à missão dos organismos financeiros multilaterais, já que tais instituições igualmente têm suas raízes originadas a partir destes mesmos debates, realizados neste mesmo período, e por estes mesmos personagens e grupos. Ou seja, teriam então os organismos financeiros multilaterais o interesse de “visualizar objetivos globais e de operacionalizar a condução das ações requeridas em todos os campos para alcançar suas metas, face à resistência de forças sociais e políticas adversas” (DREIFUSS, 1987, p. 29-30).

E aqui, ao tratar das análises referentes aos organismos financeiros multilaterais, o Grupo Banco Mundial diz respeito àquele que, no interior deste conjunto de instituições específicas, mais nos interessa examinar no presente momento de reflexão deste texto. Sua relevância nos remete ao fato de que o Grupo Banco Mundial foi a

mente e o inspirador inicial daquelas entidades que mais tarde viriam a se estruturar como bancos de desenvolvimento e agências de fomento constituídas em diferentes contextos sociais e políticos. Assim, ao concluir este tópico, torna-se novamente importante trazer os pensamentos de Silva (2007, p.129-130) para esta discussão, haja vista que o mesmo busca relacionar o papel do Banco Mundial no contexto do amplo debate referente ao desenvolvimento:

Essas orientações estratégicas, principalmente as do Grupo Banco Mundial, em seu caráter 'interinstitucional' com o FMI, estão intimamente ligadas aos mecanismos da 'assistência financeira' com seus empréstimos visando solucionar os impactos das crises institucionais, a partir das orientações políticas de ajuste estrutural implementadas nas economias e nos Estados nacionais a eles associados. Dessa forma procedendo, observa-se que os organismos financeiros multilaterais atuam essencialmente no interior dos processos de desenvolvimento econômico e social com seus mecanismos da 'assistência financeira'.

Faz-se presente, então, um elo relevante entre a compreensão acerca dos processos gerais de desenvolvimento econômico e social de muitas das sociedades da contemporaneidade, especialmente ocidentais, e uma instituição multilateral, o Banco Mundial, que nascia com o propósito de impulsionar tais dinâmicas aos países para os quais prestaria assistência financeira. Ademais, tais vínculos também agregariam todo um programa de orientação de políticas que fossem consideradas apropriadas às finalidades objetivadas por esta entidade.

2.1 OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO: DO ÂMBITO INTERNACIONAL PARA O LOCAL

Levando em conta que “a Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas em 1944 teve o intuito de articular e ordenar o sistema econômico e financeiro do mundo após a II Grande Guerra” (SANTOS, 2011, p. 36), o Banco Mundial aparece como o pioneiro entre os bancos de desenvolvimento ao conceder empréstimos para governos que habitualmente não possuem condições propícias de

conseguir financiamentos mais facilitados. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) foi a primeira instituição que integrou a estrutura de funcionamento Banco Mundial, sendo que, ao longo do tempo, o mesmo foi se consolidando como auxiliador de projetos de desenvolvimento para governos que são avaliados como possuidores de bons antecedentes de crédito.

Somando-se ao BIRD e completando a composição do Banco Mundial, surge nos anos sessenta a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). Tal instituição funciona como um organismo de empréstimos e subsídios, isentos de juros, direcionados a países que tal entidade considera mais carentes. Assim, internamente ao Banco Mundial, 188 países fazem parte do BIRD e 172 integram a AID, conforme dados de *“La Cooperación Internacional en Bolivia”* (2013).

A incumbência primeira do Banco Mundial foi a de auxiliar no reerguimento econômico e infraestrutural dos países impactados pela Segunda Guerra Mundial. Em relação ao seu papel de financiador do desenvolvimento, progressivamente as atividades da instituição foram se direcionando cada vez mais para o suporte a países mais carentes. Assim, na maior parte de sua história, a própria razão de existir desta instituição está marcada pela difusão de uma imagem que apresenta o Banco Mundial de duas formas: 1) como uma organização que financia países que implementam projetos governamentais de desenvolvimento e 2) que possui como uma de suas principais metas a minimização da pobreza no planeta.

Desta maneira, no sítio eletrônico do Banco Mundial (2013), em língua espanhola, afirma-se que “si bien la reconstrucción sigue siendo importante, el objetivo predominante de todo su trabajo es luchar contra la pobreza a través de un proceso de globalización inclusivo y sostenible”. Ou seja, através de palavras difundidas pela própria instituição, podemos encontrar presente nesta fonte de informação, por exemplo, um esforço de divulgação de uma propaganda que exhibe o Banco Mundial como uma organização que tradicionalmente objetiva ações fortemente preocupadas com questões humanas e sociais de grande importância.

Não obstante, desde o início de seu funcionamento, pesam sobre o Banco Mundial inúmeras críticas quanto à sua subordinação aos interesses estadunidenses. Exemplo claro disso se encontra expresso no contexto da decisão tomada por John McCloy, o segundo presidente do Banco Mundial, quanto à concessão do primeiro empréstimo concedido pelo BIRD que, somados, “estes valores corrigidos permanecem como sendo o maior empréstimo já feito pelo Banco” (SILVA, 2007, p. 148).

Quanto ao que diz respeito à influência dos EUA acima referida e à simultânea política de acirramento ideológico executada por Washington contra o comunismo internacional, Pereira (2012, p. 403-404) relaciona este primeiro empréstimo, então liberado à França, com as condições que estavam incluídas para que o mesmo fosse efetivamente concedido:

O Departamento de Estado norte-americano orientou McCloy a direcionar o primeiro empréstimo do banco para a França. Tratava-se de uma operação financeira arriscada, pois comprometia mais de um terço dos recursos do banco e não definia com precisão o destino dos fundos. Em termos reais, aquele foi o empréstimo mais volumoso concedido ao longo dos primeiros cinquenta anos de existência da instituição. O banco desembolsaria apenas a metade dos US\$ 500 milhões solicitados, em troca dos quais o governo francês deveria equilibrar o orçamento e aumentar impostos. Além disso, o Departamento de Estado exigiu que a França expelisse os comunistas do governo de coalizão, para evitar que sua influência aumentasse na eleição seguinte. No início de maio de 1947, o PCF foi ejetado da coalizão e McCloy anunciou a liberação do empréstimo.

A partir deste acontecimento que se deu na fase inicial de constituição do Banco Mundial, faz-se importante constatar a forte relação existente entre planejamento financeiro, aqui expressa pela referida instituição, e planejamento político, que neste caso é expresso pela ascendência da supremacia estadunidense no que diz respeito ao caráter de seus interesses em dimensão internacional. Conforme Silva (2007, p. 139-140), o próprio controle institucional que os EUA têm sobre as chamadas instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), também demonstram esta realidade, já que

[...] uma das condições para que os países membros tenham seus capitais integralizados no Banco Mundial é a necessidade deles serem antes, em primeira instância, membros do FMI. Neste caso, o poder de voto recai sobre o sócio

majoritário, que é o governo dos EUA, em ambas as instituições.

Até então, ao acompanhar a cronologia de implantação e implementação do Banco Mundial, observa-se que ele, na condição especial de capital financeiro multilateral, se estruturou e se transformou num grupo de instituições financeiras que mantém uma regularidade na oferta de créditos de longo prazo, tendo seu poder político sob o domínio dos EUA, também mantido numa regularidade.

Levando em conta o pioneirismo e a inspiração que o Banco Mundial provocou no que se refere à implementação de entidades de desenvolvimento e fomento vindouras, a partir do momento de surgimento desta organização as futuras instituições congêneres que viriam a aparecer nas mais diversas partes do globo igualmente efetuaram práticas de constrangimento político quanto ao caráter de suas decisões executadas.

Do banco de cunho internacional de desenvolvimento, que foi o Banco Mundial, para a criação, em 1959, do primeiro banco regional de desenvolvimento com caráter continental, que foi o caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), passaram-se 15 anos. Ainda que tenha surgido no contexto institucional da Organização de Estados Americanos (OEA), ao longo do tempo o BID acabou não mantendo qualquer vínculo oficial com esta entidade. E, diferentemente do Banco Mundial, o BID não se integra à Organização das Nações Unidas (ONU).

Quando foi criado, seu Convênio Constitutivo determinou que “o Banco terá por objetivo contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social, individual e coletivo, dos países membros regionais em vias de desenvolvimento”. A partir de 18 países membros que ratificaram a criação do BID em 1959, chega-se a 2014 com um número de 48 membros, sendo que, destes, 26 são mutuários e 22 são não mutuários. Os países mutuários, como o Brasil, são membros com condições de receber financiamentos e os não mutuários, como por exemplo os Estados Unidos e Israel, não recebem mas, por outro lado, influenciam as decisões exercidas pelo BID. Nesta direção, destacando as principais ideias que fizeram parte da organização do BID e de seu funcionamento inicial, Santana (2006, p. 29), em sua tese de doutorado em que enfatiza o papel desta instituição quanto ao financiamento de políticas urbanas, declara que

Na organização inicial de funcionamento do BID tem destaque: 1) a disponibilidade de assistência técnica aos países membros, no sentido de identificar as demandas prioritárias de investimento e de orientar os projetos na solicitação do financiamento; 2) o financiamento do setor privado sem a garantia dos governos nacionais, isto é, os empréstimos poderiam ser feitos diretamente às empresas privadas, sem a interveniência do poder público; 3) apenas os países participantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) estariam habilitados a serem membros do Banco, o que será modificado posteriormente, com a inclusão de países de outros continentes; 4) as decisões sobre as atividades do Banco são tomadas na Assembleia de Governadores, na qual cada país membro deveria nomear um Governador e um Suplente para os encontros anuais que seriam realizados na capital de um desses países; 5) a sede da instituição foi instalada – não por acaso – na capital dos Estados Unidos.

Deste modo, assim como em relação ao Banco Mundial, igualmente no que se refere ao BID os Estados Unidos controlariam as principais decisões e determinariam as diretrizes mais cruciais quanto aos planejamentos levados a cabo.

Ainda que se considere incontestável a predominância estadunidense na dimensão das relações econômicas internacionais, cabe observar o contexto do começo da história do BID e perceber que o ano de sua criação institucional coincide com o momento em que se dá a chegada de Fidel Castro ao cargo máximo do poder político de seu país caribenho. Reconhecido como uma nova liderança que, através da Revolução Cubana de 1959 simbolizava uma ameaça à supremacia dos interesses estadunidenses na América Latina, Fidel também era considerado por muitos como um idealizador da possibilidade de que seria praticável a construção de uma alternativa social à ordem política e econômica internacional impulsionada pelos EUA. Portanto, levando em conta o conjunto das estratégias de crescimento e consolidação da hegemonia deste país e considerando o BID como um instrumento de organização dos interesses capitalistas mais prementes no continente americano, esta instituição teve como papel, além do

alinhamento aos programas liberais conduzidos pelos EUA, o intuito ideológico de fortalecer a oposição à expectativas de avanço de propostas socialistas e comunistas no continente americano.

A “Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais” em uma coletânea de estudos sintetizados na obra “A Sociedade Civil e o Monitoramento das Instituições Financeiras Multilaterais” (2005), realça dois momentos da trajetória do BID que demarcam profundamente a forma como o mesmo realizou seus trabalhos e influenciou os países membros através de sua política de atuação. Desta forma, Marcus Faro de Castro e Magnolia Said (2005, p. 168), na obra acima mencionada, afirmam que

[...] desde os anos 1960, em que o BID apoiava investimentos em infraestrutura de serviços públicos, tais como educação, os empréstimos do BID para aplicação em programas sociais mudaram. Assim, nos anos 1980, o foco em expansão de infraestrutura física de serviços sociais (e.g. escolas, hospitais, clínicas) foi abandonado em favor de uma preocupação com a 'qualidade' dos serviços. Porém, isto, na prática, significou que o BID passou a procurar incentivar 'eficiência' em termos de 'retornos por dispêndio', projetando tais retornos como se fossem de investimentos privados em um mercado.

Neste sentido, prosseguindo com tais condutas desde o período acima citado até os dias atuais, tanto o BID como também o Banco Mundial e o FMI aplicaram e intensificaram ainda mais esta lógica de se encaminhar todas e quaisquer ações institucionais a partir do escopo de que as mesmas devam ser sempre e necessariamente consideradas como práticas de “investimentos privados em um mercado”. Assim, consagrando a consolidação da sintonia destas instituições, constituiu-se, como auge deste processo, o chamado “Consenso de Washington”, em 1989. Tal “auge” se deu por meio de um conjunto de medidas que significou tanto a busca de se trabalhar alguns insucessos como também a procura pela garantia de mais segurança para os procedimentos e mecanismos pragmáticos já levados à cabo. Alejandra Pastorini (2002, p. 174-175), ao analisar esta conjugação de interesses e os artifícios que estavam sendo pensados, manifesta que

Perante a constatação do fracasso das medidas de ajuste automático, propostas pelos organismos internacionais, foi necessário realizar algumas inflexões nas orientações futuras em relação aos chamados países periféricos. Essas mudanças, que buscam acompanhar as novas exigências e necessidades do grande capital, têm como marco a reunião realizada em 1989 entre representantes do FMI, BID, BIRD e do governo dos EUA, com economistas latino-americanos, que passa a ser conhecida como Consenso de Washington.

Desta forma, inserido neste panorama amplo e complexo, ao longo de sua história o BID foi, e continua sendo, o mais forte e influente banco regional de desenvolvimento do planeta. Além disso, cabe registrar que as demais instituições congêneres buscaram inspiração no BID para operarem e se estabelecerem no rol deste conjunto de entidades que objetivam fomentar as mais diversas atividades referentes às coletividades das circunscrições regionais em que atuam.

Consequentemente, inferindo o aspecto regional a partir da concepção de relação de similitude entre um conjunto de países de algum continente específico, Francisco Sagasti e Fernando Prada (2006, p. 94), em publicação organizada e veiculada por meio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), sistematizam no quadro abaixo informações a respeito da conexão com o setor público e/ou privado que o BID, e também outras instituições multilaterais de desenvolvimento, exercem através de seus mecanismos de funcionamento:

Quadro 1: Os bancos multilaterais de desenvolvimento, ano de fundação, regiões e setores onde operam^A

Bancos multilaterales de desarrollo	Año	América Latina y el Caribe	África al sur del Sahara	Oriente Medio y Norte de África	Asia meridional	Asia oriental y el Pacífico	Europa y Asia central
Grupo del Banco Mundial							
Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (BIRF)	1944	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb

continua

continuação

Asociación Internacional de Fomento (AIF)	1960	Pb	Pb	Pb	Pb	Pb	Pb
Corporación Financiera Internacional	1956	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb
Organismo Multilateral de Garantía de Inversiones (OMGI)	1988	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb
Bancos regionales de desarrollo							
Banco Interamericano de Desarrollo (BID)	1959	Pr/ Pb					
Fondo para Operaciones Especiales (FOE)	1959	Pb					
Corporación Interamericana de Inversiones (CII)	1989	Pr					
Fondo Multilateral de Inversión (FOMIN)	1992	Pr					
Banco Africano de Desarrollo (BAfD)	1964		Pr/ Pb	Pr/ Pb			
Fondo Africano de Desarrollo (FAfD)	1972		Pr/ Pb	Pr/ Pb			
Banco Asiático de Desarrollo (BAsD)	1966				Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb
Fondo Asiático de Desarrollo (FAsD)	1973				Pb	Pb	Pb
Banco Europeo de Reconstrucción y Desarrollo (BERD)	1991						Pr/ Pb
Bancos subregionales de desarrollo							
Banco Europeo de Inversiones (BEI)	1958	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb
Banco Centroamericano de Integración Económica (BCIE)	1961	Pr/ Pb					
Banco de Desarrollo del Caribe (BDC)	1969	Pr/ Pb					
Corporación Andina de Fomento (CAF)	1971	Pr/ Pb					
Banco Nórdico de Inversiones (BNI)	1976	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb
Banco Islámico de Desarrollo (BIsD)	1973		Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb		Pr/ Pb
Corporación islámica para seguros de inversiones y créditos a la exportación	1994		Pr	Pr	Pr		Pr
Corporación Islámica para el Desarrollo del Sector Privado	1999		Pr	Pr	Pr		Pr
Banco de Desarrollo del África Oriental (BDAO)	1967		Pr/ Pb				
Banco Árabe para el Desarrollo Económico de África (BADEA)	1974		Pb	Pb			
Banco de Desarrollo del África Occidental (BOAD)	1973		Pr/ Pb				
Banco de Desarrollo de América del Norte (BDAN)	1994	Pr/ Pb					
Otros fondos similares a los bancos							

multilaterales de desarrollo							
Fondo Nórdico de Desarrollo (FND)	1989	Pr/ Pb	Pr/ Pb		Pr/ Pb	Pr/ Pb	
Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA)	1977	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb
Fondo Árabe de Desarrollo Económico y Social (FADES)	1968		Pb	Pb			
Fondo de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para el Desarrollo Internacional	1976	Pr/ Pb	Pr/ Pb	Pr/ Pb		Pr/ Pb	
FONPLATA ^B	1976	Pb					

Fonte: Quadro extraído de SAGASTI e PRADA (2006, p. 94).

^A Pb = Operaciones con el sector público. Pr = Operaciones con el sector privado.

^B FONPLATA = Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata.

Quanto aos bancos de desenvolvimento nacionais, os mesmos foram criados em vários países ao longo de todo o século XX, sendo que no Brasil foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) através da Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952. Segundo o website da instituição (2013), hoje denominada de BNDES com a inclusão do “Social” enquanto complemento da denominação, quando surgiu em meados do século passado “o objetivo da nova autarquia federal era ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico”. Em outro espaço da mesma fonte (2013), refletindo sobre o contexto atual desta empresa, também se encontra que

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal, é hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental.

Do âmbito nacional para o espaço regional brasileiro referente à constituição de bancos de desenvolvimento, esta é a época também do aparecimento e da consolidação, nas décadas de 50 e 60, do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Com foco no desenvolvimento integrado de suas respectivas regiões, estas instituições

expressam o interesse de articulação entre as esferas públicas, empresariais e financeiras quanto aos investimentos realizados nos contextos de desenvolvimento de cada uma das unidades da federação envolvidas por esta integração.

Ainda que se organizassem no sentido da constituição de bancos regionais de desenvolvimento, boa parte das unidades da federação que participaram da criação e do desenvolvimento das instituições acima mencionadas, assim como boa parte dos demais estados do Brasil, planejaram e fundaram seus próprios bancos de desenvolvimento. Assim, Costa Neto (2004, p. 53) nos traz que

[...] um segundo gênero de instituições financeiras estaduais surgiu a partir de 1968: os bancos de desenvolvimento econômico, alguns dos quais constituídos em estados que já controlavam instituições denominadas como “de desenvolvimento” ou “de fomento”, mas que também apresentavam características de bancos comerciais. A difusão dos bancos de desenvolvimento se realizou entre 1968 e 1977.

Desta forma, são criados então o Banco de Desenvolvimento do Paraná/ BADEP (1968), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo/BANDES (1969), Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão/BDM (1970), Banco de Desenvolvimento do Ceará/BANDECE (1970), Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo/BADESP (1970), Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte/BDRN (1970), Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul/BADESUL (1974), Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro/BD- RIO (1975), Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina/BADESC (1975) e Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás/BDGOIÁS (1977).

Assim, perfazendo uma contextualização histórica dos bancos de desenvolvimento desde o âmbito internacional, Torres Filho (2007, p. 2) afirma que

Os atuais bancos de desenvolvimento (BD) constituem uma forma particular de direcionamento de crédito. São, em boa medida, fruto da evolução de mecanismos, criados a partir da 2ª Guerra Mundial, para a reconstrução das grandes economias destruídas pelo conflito –

Alemanha e Japão – e para a promoção da industrialização e do desenvolvimento em países da Ásia e da América Latina.

E é desta forma, condicionada pela influência do jogo de forças e de interesses políticos das grandes potências capitalistas internacionais do final da primeira metade do século XX e pressionada pelo contexto de adequação ao projeto de influência econômica estadunidense que se tornava ainda mais hegemônico após a Segunda Guerra Mundial, que surge a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) no ano de 1951. Mônica Hirst (2011, p.27), em seu trabalho de Tese referente às “Relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional”, relata que a CMBEU teve “a função de elaborar projetos de fomento ao desenvolvimento econômico que contariam com o apoio financeiro do Eximbank norte-americano”, sendo que, para tanto, a mencionada “comissão reuniu órgãos governamentais, segmentos técnicos e empresários que almejavam garantir instrumentos permanentes para o desenvolvimento econômico”. E, para os fins a que se destinam de forma mais específica o presente momento deste estudo, deve-se salientar que a CMBEU também se sobressaiu como um espaço decisório de especial influência no que se refere ao fato de que a mesma carregou consigo a origem da proposta oficial do planejamento político que mais tarde iria desembocar na criação e estruturação do BNDE. Assim, em depoimento que consta no livro “BNDES: um banco de história e do futuro” (PAIVA, 2012, p. 17), obra esta que integrou a comemoração dos 60 anos da instituição, o cientista político Hélio Jaguaribe aborda alguns elementos referentes às relações entre o CMBEU e o BNDES e sua participação neste processo:

Como intelectual interessado nos estudos da vida pública brasileira, participei das discussões da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que levaram à ideia de fundar o Banco. Eu tinha relações muito boas com o presidente do setor brasileiro da Comissão, o engenheiro Ary Torres, e também com Roberto Campos e Glycon de Paiva. Eram pessoas que estavam no centro das deliberações e conduziram, naturalmente, com o apoio do presidente Vargas, a criação do BNDES. O

BNDES está no ceme do processo de desenvolvimento.

Abrangendo as décadas de 50 e 60, a origem dos bancos regionais e estaduais de desenvolvimento se dá no contexto de continuidade desta estratégia estadunidense de atuação no Brasil, e que, no princípio deste período, foi vivenciado pelo BNDES, como foi acima apontado. Assim, se por um lado obviamente devemos considerar que todas estas sejam instituições de dimensões e proporções diferentes, já que neste instante estamos tratando do BNDES e dos bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, por outro lado há que se perceber as condições políticas internacionais que, em comum, todas estas entidades precisaram encarar no período em que foram concebidas e ao longo de seus respectivos contextos de funcionamento. Condições estas que, todavia, nem sempre foram conciliadas ou aceitas passivamente pelos propósitos dos gestores e dos representantes públicos que decretavam suas decisões institucionais quer fossem nos limites nacionais, regionais ou em algumas das unidades da federação brasileira. Assim é que, por exemplo, voltando ao BNDES, ainda que uma forma de inspiração para a concepção do mesmo tenha surgido no interior dos projetos pensados pela CMBEU, sua criação e estruturação somente se deu de fato a partir das deliberações, executadas ao longo do segundo governo Vargas, consideradas nitidamente favoráveis à geração de “um projeto político e econômico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil mais profundo e complexo, mais abrangente, ambicioso e integrado que o delineado ao final da década de 30” (DRAIBE, 1985, p.180). Não é à toa que este foi mais um dentre os vários episódios da gestão 1951-1954 que pode ser interpretado como expressão do caráter e do significado de afronta aos interesses estadunidenses dentro do Brasil. Ademais, segundo Fonseca (1988, p. 23), a partir da vitória de Eisenhower no final de 1952 seria modificada “completamente a postura norte-americana em questões de política externa”, sendo que “os governos tidos como 'nacionalistas', como os de Vargas e Perón, passaram a ver seus créditos cortados, e a decisão consistia em substituir os empréstimos de governo a governo pelos realizados por bancos particulares”. Desta forma, eis que se dá um importante motivo adicional para Vargas criar o BNDES.

Tal contexto político nacional, com Vargas enquanto presidente em seu segundo governo, igualmente se colocou como o cenário no qual foi constituído o Banco do Nordeste (BNB), entidade financeira regional de desenvolvimento fundada em 1952. Ainda antes, o Banco

da Amazônia, mesmo que tivesse ganhado características de banco regional de desenvolvimento somente em 1950, iniciou suas atividades em 1942 como Banco de Crédito da Borracha, fundado portanto no primeiro governo Vargas. E por fim, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), autorizado em 1962 pelo governo Jango (1961-1964), é a única, entre as três instituições bancárias com caráter regional, que não foi inaugurada por Vargas. Não obstante, afinado com a memória getulista de valorização do financiamento público nacional às atividades produtivas do próprio país, o BRDE foi enfaticamente aclamado como instituição que teria a missão de satisfazer o tão esperado suporte ao desenvolvimento econômico regional.

Ainda tratando dos bancos de desenvolvimento regional, e estabelecendo paralelos entre eles, é importante salientar, como faz Lima (2003, p. 91), que o BNB e o Banco da Amazônia foram constituídos “sob iniciativa da União”, enquanto que o BRDE, foi “patrocinado pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná”. Além disso, em seguida o mesmo autor afirma que

Similarmente, surgiram superintendências federais de planejamento regional, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada no final da década anterior, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), com o objetivo de realizar estudos, formular planos estratégicos, programas de investimentos e fomentar o desenvolvimento no âmbito das suas regiões de atuação (LIMA, 2003, p. 91).

Há que se salientar que o período pós-guerra induziu o Brasil, enquanto economia periférica, à projeção de uma política industrial de substituição de importações. Além disso, desde o primeiro mandato de Vargas (1930-1945), até o último ano de seu segundo mandato (1954), deu-se início a um processo de diversificação industrial e se procurou consolidar a economia nacional também através da criação de grandes empresas estratégicas, como foi o caso da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores - FNM (1942), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (1945), a Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobrás (1953) e a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso I (1954).

Todos estes fatores foram dinamizando a economia nacional e, ao mesmo tempo, demandando a presença de agentes de financiamento que apoiassem a manutenção e a expansão dos vários setores de desenvolvimento industrial, alcançando também a necessidade de estímulo à agropecuária e ao âmbito dos serviços. E, independente das equipes governamentais que assumiram o comando do Estado brasileiro após a morte de Vargas, prosseguiu-se intensificando a execução de uma política econômica que priorizasse o direcionamento de investimentos nesta mesma direção. Assim, todo este panorama se constituiu como o principal contexto de justificação da fundação das mencionadas superintendências de desenvolvimento e dos bancos de desenvolvimento nacional, regional e estadual no espaço social, econômico e político brasileiro.

Por outro lado, são emblemáticos certos trechos da “grande mídia” ou de discursos de governadores e de presidentes que, ao assinalarem a inauguração de alguns dos bancos de desenvolvimento acima mencionados, procuram justificar a seu modo, e a partir de seus interesses e objetivos, a criação das referidas instituições. Assim é que o jornal “O Estado de São Paulo”, por exemplo, na data de 27 de julho de 1952, ao expressar algumas das ideias pronunciadas pelo então Ministro da Fazenda Horácio Lafer, aponta que o BNDES iria “[...] executar as deliberações do governo, aplicando o máximo de recursos na recuperação de serviços públicos essenciais ao nosso país. Com essa recuperação, está certo o governo de que aumentará a produção, barateará o custo de vida e desenvolverá as nossas riquezas” (jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, 27.07.1952, *apud.* PAIVA, 2012, p. 22). Em outro caso, este relacionado ao banco regional do sul do país, encontra-se uma declaração dirigida aos governadores de Santa Catarina e do Paraná e ao então presidente da república João Goulart, e que foi proferida por meio do “Discurso do governador Leonel Brizola por ocasião da instalação do CODESUL e do BRDE” (1961):

Estamos certos, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujas economias complementam, pela sua própria natureza subtropical, a economia brasileira, que todo o incremento dado à nossa riqueza será impulso oferecido ao próprio progresso do Brasil, que desejamos não apenas política, mas também econômica e socialmente unificado, numa obra de desenvolvimento que

distribua os seus benefícios materiais e espirituais por todo o povo brasileiro, em vez de convertê-lo em privilégio de grupos e castas econômicas.

Por sua vez, o presidente Goulart, em seu “Discurso ao instalar o Banco Regional do Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul”, publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão (2009, p. 25), afirma que “[...] estamos, implicitamente, proclamando que o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná somente superarão as suas atuais dificuldades quando ingressarem na área da grande industrialização”.

Muito embora seja relevante que se examine exemplos de abordagens de jornais e discursos políticos acerca dos bancos de desenvolvimento, nada se compara à importância que os planos de desenvolvimento governamentais tiveram no sentido de orientação quanto à fundamentação e ao funcionamento das entidades aqui focadas. Neste sentido, no que se refere ao contexto do segundo governo Vargas (1951-1954), criou-se o “Plano de Reaparelhamento Econômico” e, como eixo de extrema importância para a execução do mesmo, fundou-se o BNDES. No governo Juscelino Kubitschek, presidente este que, após Vargas, cumpriu integralmente seu mandato (1956-1961), foi instituído o chamado “Plano de Metas”, e o BNDES intensificou ainda mais suas operações, haja vista que

Sem dúvida, foram cruciais para o crescimento e o desenvolvimento da capacidade de coordenação, elaboração e execução de projetos setoriais do BNDE as atribuições decorrentes da execução do Plano de Metas. Nesse sentido, é possível afirmar que Banco e Plano estão estreitamente relacionados (TAVARES *et al.*, 2010, p. 51).

Além do BNDES, é importante constatar que o Banco do Nordeste (BNB) também surgiu no mesmo período de estabelecimento do Plano de Reaparelhamento Econômico, ainda no governo Vargas. No hiato de tempo que separou o momento da criação destas duas instituições bancárias em relação ao momento da criação do BRDE, mais especialmente ao longo do governo Kubitschek (1956-1961), a execução do Plano de Metas deste presidente contrastava sobremaneira com os anseios manifestados pelos estados do sul para que se dotasse essa região de maior volume de

financiamentos aos mais variados setores da economia regional, já que a orientação política federal da administração de Juscelino continuava privilegiando de forma preponderante os investimentos governamentais na região sudeste. Assim, fez-se presente um importante motivador da criação de um banco de desenvolvimento regional na extensão meridional do Brasil, fato que se dará concretamente em 1962, sendo que no ano seguinte, quando o BRDE efetivamente já havia iniciado a colocação em prática de suas operações institucionais, havia uma relação bastante ajustada entre esta entidade e os propósitos do “Plano Trienal” do governo João Goulart, que previa, entre outros objetivos, um maior estímulo federal no que diz respeito ao combate às discrepâncias de crescimento econômico quando comparadas as respectivas regiões do Brasil. Todavia, com a instauração do regime militar ditatorial, extinguiu-se a construção de afinidades entre o governo federal e os respectivos estados, na acepção do que havia sido idealizado ao longo do governo Goulart, e, anexo a este fato, sucumbiu o “Plano Trienal”. Com a gestão de Humberto Castelo Branco (1964-1967) implementou-se o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), e, nos demais governos militares que se sucederam, foram estabelecidas as “Diretrizes de Governo” e o “Programa Estratégico de Desenvolvimento” (1967-1970), o I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND - (1972-1974), o II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND - (1975-1979) e o III Plano Nacional de Desenvolvimento - PND - (1980-1985). Coincidindo com a abordagem dos momentos referentes a estes planejamentos do Estado brasileiro dos anos 1960, 70 e 80, Saes (2001, p.51) chama atenção para “um fato objetivo: a contribuição efetiva da ação estatal, no pós-64, para o ‘desenvolvimento capitalista’, a ‘industrialização’ (capitalista) ou o ‘progresso da indústria’ (nos quadros do capitalismo)”. Ademais, como afirma o autor,

É o golpe militar de 1964 que cria as condições políticas necessárias à mudança do tratamento dado pelo Estado ao “sistema financeiro”. As novas equipes ministeriais, sustentadas pelo Alto Comando das Forças Armadas e apoiadas pelo capital bancário (nacional, associado ou internacional) implementarão desde então uma política econômica que contribui objetivamente para o fortalecimento da posição econômica do

capital bancário diante das demais frações de classe dominante (SAES, 2001, p. 54).

Conexos à mencionada reorganização do capital, é exatamente neste panorama ditatorial, e contextualizados pelas “diretrizes”, “programas” e “planos” acima mencionados, que são instituídos os bancos de desenvolvimento administrados por alguns dos estados da federação, entre os quais se encontram os três da região sul: BADESUL, BADESC e BADEP.

Considerando todo o exposto no presente tópico, percebe-se que, do plano global para o estadual, passando pelos níveis nacionais e regionais brasileiros, os bancos de desenvolvimento estabeleceram-se a partir de um receituário organizacional mais ou menos comum, na direção de que os mesmos almejavam práticas de alavancamento mais acentuado dos processos de incremento econômico nos setores estruturais e produtivos das coletividades em que atuaram. Neste sentido, os bancos de desenvolvimento em geral, independentemente da extensão geográfica em que operassem, exerceram o papel protagonista de “principal investidor estratégico”, nitidamente evidenciado por meio da materialização de obras e impactos econômicos advindos dos processos de financiamentos governamentais. Estes, não obstante serem geridos por entes públicos estatais, majoritariamente foram implementados, seja nos cenários internacionais, nacionais ou locais, a partir das orientações derivadas da lógica capitalista de mercado e de seus respectivos mecanismos coletivos de funcionamento.

Por conseguinte, têm-se como pressuposto o fato de que as principais relações pessoais e profissionais que envolvem bancos de desenvolvimento, em geral, enredam-se entre atores políticos e atores empresariais. Todavia, como esta questão se faz ponto-chave das análises referentes ao presente estudo que ora se expõe, torna-se fundamental verificar se este pressuposto efetivamente se comprova na realidade investigada. Nesta direção, tal realidade diz respeito ao único banco de desenvolvimento existente, atualmente, do sul do Brasil (BRDE), e às três agências de fomento da mesma região (BADESUL, BADESC e Fomento Paraná), instituições estas que podem ser consideradas desdobramentos, no tempo presente, dos antigos bancos de desenvolvimento de cada um dos estados meridionais do país.

Delimitadas as entidades a serem exploradas pelo estudo aqui proposto, torna-se indispensável um exame acerca de quem são os

atores pertencentes aos quadros das referidas instituições, suas funções nas mesmas e suas características referentes às trajetórias biográficas e profissionais que os fazem ser indicados pelos governantes a ocupar papéis de destaque nas mencionadas agências e no BRDE. Vinculado a este exame, será relevante investigar as filiações partidárias destes mesmos personagens e a forma de conexão deles com os interesses políticos do grupo governamental que administra seu estado. Desta forma, possibilitar-se-á circunscrever o BRDE e as agências de fomento como pontos de convergências entre interesses políticos, além de empresariais, relacionados aos atores que influenciam as decisões e os mecanismos de funcionamento destas instituições, seja internamente, seja externamente a elas. Seguindo este raciocínio, pretender-se-á investigar a ocorrência de formas e padrões de interações e de interesses políticos, empresariais e profissionais, sendo de valiosa importância, para tanto, a utilização de quadros e demais suportes visuais que deem conta da demonstração objetiva destas conexões tecidas em relação a atores e instituições envolvidos pela pesquisa.

Destarte, passaremos em seguida, nos próximos tópicos deste capítulo, a implementar o “reconhecimento de espaço” do BRDE, da Fomento Paraná, do BADESUL e do BADESC. Neste sentido, faz-se importante salientar que, ao se adentrar em todos estes momentos subsequentes do presente capítulo, objetivar-se-á, especialmente, oferecer uma compreensão acerca da extensão e da dimensão das instituições que fazem parte do foco principal do presente trabalho e de suas respectivas discussões.

2.2 O BRDE: UMA NOVA REFERÊNCIA PARA O SISTEMA FINANCEIRO DO SUL DO BRASIL

Em 1962, ano de criação do BRDE, eram governadores Leonel Brizola, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Rio Grande do Sul, Celso Ramos, pelo Partido Social Democrata (PSD) em Santa Catarina e Ney Braga, pelo Partido Democrata Cristão (PDC) no Paraná. Ainda que pertencessem a partidos políticos diferentes, os três governadores se assemelhavam muito quanto ao reconhecimento local e nacional de seus nomes no sentido de serem sujeitos fortemente influentes no cenário da vida pública em que atuavam. Além disso, consensualmente, estes três representantes definiam estratégias políticas comuns quanto a uma orientação de planejamentos e práticas que buscassem contemplar o desenvolvimento específico de seus estados

com uma integração maior às convergências de interesses econômicos próprios da região sul do Brasil. Neste sentido, Cabral (2005) manifesta que

O rumo traçado por Brizola passava pela constituição de um conselho de planejamento e um banco de desenvolvimento para implementar as políticas de modernizar da economia Regional. Eleito Jânio Quadros presidente e João Goulart vice, a ideia foi acolhida pelo Governo Federal e assim foram constituídas: a primeira autarquia interestadual – o BRDE, Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul, contando com transferências fiscais dos estados membros e um órgão de Planejamento Regional - o CODESUL dirigido pelos três governadores do Extremo Sul, para harmonizar as políticas econômicas dos Estados e constituído por técnicos cedidos dos estados. Desde logo ficou estabelecido que a tarefa do BRDE seria financiar a industrialização, priorizando bens de produção e ao CODESUL buscar oportunidades além do beneficiamento das matérias-primas locais. O sistema CODESUL/BRDE representou a maior conquista do Extremo-Sul para reverter o processo de concentração e internacionalização da política econômica de JK.

Nacionalmente, quanto ao contexto sociopolítico predominante daquele momento, privilegiava-se sobremaneira o eixo econômico Rio-São Paulo e nesta direção, ao acabar de completar o governo Kubitscheck no início de 1961, findava um governo excessivamente defensor das dinâmicas industriais concentradas na região sudeste para um governo ainda incerto, no caso de Jânio Quadros, mas que depois, com João Goulart presidente, orientava-se para uma tendência de maior equalização dos interesses das várias regiões integrantes do país. E a criação do BRDE aparece em cena exatamente com o intuito de se alavancar os setores produtivos da região sul e, conseqüentemente, contribuir com uma difusão mais igualitária do desenvolvimento econômico nacional. Quanto às condições mais favoráveis que o governo federal oferecia à idealização e implementação do BRDE, Albuquerque e Aued (2008, p. 4) afirmam que

Evitando a oposição das demais bancadas regionais no Congresso Nacional, os governadores sulistas articularam-se diretamente ao Executivo da República, e, em 5.12.62, o Decreto Federal nº 51.617, assinado pelo Presidente João Goulart, reconheceu o BRDE como instituição financeira pública de fomento ao desenvolvimento econômico e social da Região Sul, de caráter complementar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Os sinais de uma preocupação maior destes governadores sulistas com um desenvolvimento econômico mais dinâmico e integrado entre os três estados já aparecem até mesmo anteriormente a este momento. Ou seja, no início de 1961, quando Jango ainda não era presidente, e sim Jânio Quadros, o mesmo protagonizou juntamente com Brizola, Celso Ramos e Ney Braga uma importante discussão que mais tarde desembocaria na própria criação do BRDE e do CODESUL. Este momento histórico, transcorrido em Florianópolis, é assim narrado por Doustdar (2010, p. 105) em sua Tese de doutorado sobre “O Paranismo atualizado: a democracia cristã e o planejamento no primeiro governo Ney Braga”:

Jânio Quadros pretendia tratar de assuntos administrativos diretamente com os governadores, criando uma espécie de governo itinerante. A primeira reunião se deu em Florianópolis no início de 1961, quando se reuniram os governadores de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente Celso Ramos, Leonel Brizola e Ney Braga. Nessa reunião foram liberadas verbas para a construção da BR – 14, BR – 35 e BR – 87, além de construção de estradas vicinais para escoamento da safra do café. Foram também nomeadas as comissões destinadas a criar o Conselho de Desenvolvimento Regional do Sul, o Banco Regional do Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul e uma empresa de economia mista para a geração de energia elétrica.

Em outro trecho dos seus escritos, ainda quanto a esta reunião, e refletindo acerca das relações entre o contexto dos planejamentos nacionais e o contexto dos planejamentos regionais de desenvolvimento do Brasil, a mesma autora (DOUSTDAR, 2010, p. 105) argumenta que

A obtenção desses recursos era vista como uma correção por parte da União da forma descuidada com que tradicionalmente eram tratadas as áreas periféricas. Ou seja, a reunião realizada entre os estados do Sul com o Presidente da República assinalava para obtenção de recursos que iriam assegurar a coordenação entre o planejamento nacional e os planejamentos regionais, o que era uma garantia de que a política de desenvolvimento do novo governo não seria travada pelo caráter aleatório da ajuda federal.

2.3 O ESTADO DO PARANÁ: O BADEP E A FOMENTO PARANÁ

Ainda que Jânio, Jango e os três governadores mencionados tivessem interesse na criação e no crescimento de uma instituição financeira que viesse ao encontro dos anseios mais prementes de investimento na economia regional, o primeiro banco de desenvolvimento propriamente estadual do sul do país apareceu somente mais tarde, em 1968, já durante o regime da ditadura militar. Assim, o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) foi fundado no governo estadual de Paulo Cruz Pimentel, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), administrando esta unidade da federação entre 31 de janeiro de 1966 e 15 de março de 1971. Em relação ao contexto político, Pimentel foi o único governador do Paraná que foi eleito por sufrágio universal durante todo o regime militar, com exceção de José Richa, escolhido em 1982, sendo que este finalizou sua administração já durante o período democrático enquanto que o primeiro cumpriu completamente o seu mandato durante a fase ditatorial. Tratando das origens do BADEP e sua atuação no contexto paranaense, Vaz (2011, p. 111) declara que

Sua atuação remete a 1962, quando surge a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), instituição criada para administrar os recursos do Fundo de

Desenvolvimento Econômico (FDE), frente ao poder público que mediava as transformações econômicas e sociais do período. Em 1968, ao ser instituído o Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento, com base nas diretrizes da Resolução n.º 93 do Banco Central, a CODEPAR mudou seus estatutos e sua razão social para Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (BADEP). O banco já atuava desde janeiro com base na nova estrutura, embora o ato público registre seu novo estatuto em 6 de dezembro de 1968.

Portanto, como está apontado, os fundamentos reais do BADEP principiam-se em 1962 a partir da CODEPAR, ainda no período democrático brasileiro, quando o governador era Ney Braga (PDC), ou seja, o mesmo administrador público que, igualmente naquele ano, tinha também participado da criação do BRDE. Sendo que Paulo Pimentel havia sido Secretário da Agricultura de Ney Braga, este apoiou o primeiro na campanha para o governo do estado, ainda que meses depois houve um rompimento de relações políticas entre eles.

Criando as bases para uma nova configuração de estruturação e funcionamento do estado, em seu governo Ney Braga criou as seguintes sociedades de economia mista: CAFÉ do Paraná - Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná -, a FUNDEPAR — Fundação Educacional do Paraná -, a SANEPAR — Companhia de Saneamento do Paraná -, a TELEPAR — Companhia de Telecomunicações do Paraná -, a CELEPAR — Centro Eletrônico de Processamento de Dados e a a COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná. A origem destas empresas estava associada ao “Projeto Paranaense de Desenvolvimento”, planejamento administrativo e estratégico de governo criado por Ney Braga e para o qual surgiu a CODEPAR, futuro BADEP, enquanto instituição central na condução desta iniciativa. A CODEPAR então, “[...] ao administrar o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e coordenando as atividades de planejamento, tornou-se o principal instrumento de intervenção do governo estadual na economia” (GOMES, 2010, p.197-198).

Neste sentido, mais especificamente sobre a fase inicial vivida pelo BADEP, Lourenço (2005, p.8) nos traz, por exemplo, que

[...] uma retaguarda física (infra-estrutura) e financeira (Badep) – montada na década de 1960

com recursos da Codepar, mais precisamente, do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) – em condições de crescimento acelerado da economia brasileira facilitou a ocorrência da modernização agrícola e agroindustrial do Estado e a instalação de um polo cimenteiro na Região Metropolitana de Curitiba, sobretudo entre 1970 e 1975.

Na década de 1970, O BADEP também pôde ser considerado o articulador financeiro principal da construção de um polo industrial, mais conhecido como Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Este polo foi concebido como incluso no projeto do Plano Diretor elaborado durante a primeira gestão de Jaime Lerner enquanto prefeito de Curitiba (1971-1974), sendo que foi reservada, então, uma determinada área da cidade para a instalação de conjuntos industriais interessados em se instalar na capital paranaense. Em Lourenço (2011, p. 05), a relevância de tal empreendimento pode ser constatada através dos seguintes registros:

[...] o episódio mais saliente do intervalo 1975-1978 foi a mutação do perfil econômico provocada pela consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e a instalação da Refinaria de Petróleo de Araucária, na RMC. A CIC foi obra do consistente trabalho feito pelo BADEP (incluindo a oferta de integralização acionária de parte do capital) na captação de recursos de grandes corporações de origem estrangeira – New Holland, Phillip Morris, Robert Bosch, Bernard Krone, Pfaff, Furukawa, Siemens, Trützchler, Volvo, Giben, Maclinea, Omark, dentre outras –, que buscavam locais alternativos para a hospedagem de suas fábricas, em razão dos efeitos depressivos do I choque do petróleo de 1973 nas economias centrais.

No decênio seguinte, têm destaque dentre os investimentos do BADEP aqueles que dizem respeito ao setor agropecuário e à consolidação das cooperativas agrícolas. Assim, Moro e Pieruccini (2000, p. 76) afirmam que

O apoio ao complexo agroindustrial incluía também a produção dos demais componentes

necessários à produção agrícola, como insumos, máquinas e equipamentos, componentes e instalações para a agroindústria e atividade pecuária. Nesse contexto, o BADEP financiou também a construção ou expansão de unidades industriais de cooperativas agrícolas, ressaltando 7 cooperativas financiadas no ano de 1983.

Aprofundando ainda mais esta característica condizente à agropecuária, dados referentes aos dois anos seguintes, 1984 e 1985, apontam que a proporção dos investimentos feitos pelo BADEP nestes mesmos setores deixam ainda mais evidente a mudança de orientação desta instituição quanto aos financiamentos concedidos. Ou seja, enquanto a atenção que o BADEP tinha na década de 1970 se dava principalmente aos empreendimentos realizados no meio urbano, na década de 1980 começou-se a priorizar os créditos voltados ao meio rural. Desta forma, Moro e Pieruccini (2000, p. 76) declaram que

Em 1984, ainda no governo de José Richa, o BADEP e o BRDE realizaram financiamentos às cooperativas e à indústria de produtos alimentares. Assim, 72% do total dos financiamentos efetuados pelo BADEP e 61% dos financiamentos realizados pelo BRDE – agência PR., voltavam-se aos setores acima mencionados.

E, em 1985, “[...] no ano seguinte, o fomento às atividades relacionadas a agricultura tiveram maior ênfase por parte do governo do Estado” (MORO e PIERUCCINI, 2000, p. 76).

Por fim, com os anos noventa, ocorre o derradeiro processo de extinção do BADEP. No ano de 1991, através de solicitação feita pelo próprio governador do Paraná, Álvaro Dias, o banco foi liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central. Como contexto de seu período de governo, entre 1987 e 1991, e mais especialmente nos últimos anos da gestão, Dias levou adiante a execução de ações administrativas harmonizadas com o discurso modernizante de enxugamento do Estado, contenção de despesas e até mesmo privatização de determinadas instituições e setores públicos.

É nesse sentido que Lima (2006, p. 116), assim declara:

Percebe-se que o governo Álvaro Dias, mesmo sendo da base histórica peemedebista e que tinha por linha a defesa de maiores investimentos na área social, a fixação do homem no campo e o fortalecimento dos laços de cooperativismo e comunidade alterou seu discurso para privatização, liberalização e ataque ao funcionalismo público. Tal linha de pensamento só viria a ser alterada com a chegada do também peemedebista Roberto Requião, ao Executivo [...]

Mais tarde, enquanto senador, no dia 27 de abril de 1998, Requião sobe à Tribuna do senado para discursar e, entre os assuntos tratados, o ex-governador se refere à determinadas situações problemáticas que ao longo do tempo se acumularam até que as mesmas contribuíram para ocasionar a quebra do BADEP. E, para falar sobre isso, Requião (1998, p. 07065-07066) então menciona Jaime Lerner que, neste momento, ocupava o cargo de governador do Paraná:

Falsificam a verdade e mentem de forma descarada e obscena ao tentar encobrir que o Badep quebrou em função da dívida não paga de financiamentos feitos a Prefeitura Municipal de Curitiba e, fundamentalmente, para empresários que se estabeleceram na Cidade Industrial de Curitiba, quando o atual governador era prefeito da capital.

Essas contas não pagas, somadas às dívidas do Grupo Atalla (Usina Central do Paraná) e da Cocelpa (Companhia de Celulose e Papel do Paraná), foram transferidas na liquidação do Badep, para o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná (FDE). Logo, essas dívidas foram colocadas sob a responsabilidade do próprio Estado [...] Mentem e escondem que as dívidas que quebraram o Badep foram contraídas irresponsavelmente pelos governos da antiga Arena (partido que dava sustentação aos desmandos da ditadura e que se transformou no PFL de hoje), quando o Prefeito de Curitiba, realizador do projeto CIC, era o Sr. Jaime Lerner.

Confirmando a mencionada declaração de Requião, o jornal Folha de Londrina, com edição de 23/01/2012, expressa que, segundo um dos executivos da CIC

'o desencadeamento, em 1973, do processo de industrialização de Curitiba foi um ato consciente e deliberado das administrações públicas em âmbito estadual e municipal'. Além de dotações financeiras e participação direta de órgãos da administração, o Governo do Estado teve de assumir a dívida acumulada por Curitiba, que contribuiu para fechar o Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná (Badep). Declarações no livro "Memória da Curitiba Urbana" reafirmam a soberania de Curitiba ante o Interior. No caso da CIC, houve o reforço da prática por uma "familiaridade": o próprio prefeito, Jayme Lerner, idealizador do empreendimento, fora nomeado pelo governador e este, por sua vez, indicado pela ditadura.

Um ano e meio após o discurso de Requião mais acima situado, quando o mesmo ainda era Senador, o Paraná passou por uma mudança importante no cenário da sua estrutura financeira pública e reascendeu determinadas expectativas, perdidas no início dos anos 90 com o fim do BADEP, de aplicação do investimento público em setores considerados de fundamental relevância econômica e social em relação ao estado paranaense. Ou seja, mais especificamente em 08/11/1999, o Banco Central autorizou o funcionamento da Fomento Paraná através do documento DEORF/DIFIN-99/239. Sobre este fato, Costa e Burgos (2013, p. 142) relatam que

A Agência foi criada [...] para substituir algumas das funções do Banco do Estado do Paraná (Banestado), privatizado em 2000 e comprado pelo grupo Itaú. A Fomento Paraná passou a gerir os ativos do antigo Banco estadual de desenvolvimento e tornou-se o principal órgão financiador do governo do Paraná, tendo como finalidade operar, prioritariamente com recursos próprios, no financiamento de iniciativas compatíveis com a política de governo estadual. A Fomento Paraná é uma empresa de economia

mista, cujo sócio majoritário é o Governo do Estado do Paraná, estando vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado.

Em seguida, relatando a forma pela qual esta instituição atua, os mesmos autores (COSTA e BURGOS, 2013, p. 142-143) explicam que

O financiamento a municípios paranaenses é o principal foco da Fomento Paraná, representando cerca de 90% dos recursos gerenciados, que se originam também da operação de alguns fundos estaduais. Um outro foco que foi construído pela Agência ao longo da última década foi o apoio financeiro às pequenas empresas e ao micro e pequeno empreendedor, por meio principalmente do Banco Social, um sistema de concessão de microcrédito criado em 2001, que envolve a Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETP), o Sebrae, as Prefeituras e a Fomento Paraná. Diferentemente do modelo adotado em Santa Catarina, cuja concessão de crédito é feito por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), no Paraná, adotou-se o modelo chamado de primeiro piso. Isso significa que a Fomento Paraná não repassa recursos a uma entidade, que então realiza os empréstimos. O microcrédito é feito diretamente com a Fomento Paraná, por meio de uma rede de agentes de crédito espalhados pelo estado, que apenas fazem a avaliação da operação, mas que não operam diretamente o crédito.

2.4 O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: O BADESUL

Continuando a reflexão acerca da constituição de bancos de desenvolvimento no sul do Brasil, a segunda instituição do gênero a surgir nesta região é o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul/BADESUL no ano de 1974. Nacionalmente, este é um contexto político ainda pertencente ao período ditatorial militar no qual, em grande parte dos estados da federação, ainda predominava um sistema de eleição indireta, onde o

governador escolhido era indicado pelo governo federal e, depois, referendado pela Assembleia Legislativa. E este é o caso do Rio Grande do Sul, onde, no ano da fundação do BADESUL, governava esta unidade da federação o engenheiro metalúrgico, e também militar, Euclides Triches.

Ainda sentindo os efeitos do chamado “milagre econômico brasileiro”¹, e com Triches no comando do governo estadual, o Rio Grande do Sul funda seu próprio banco de desenvolvimento como parte das estratégias políticas para priorizar o setor industrial. Assim, de acordo com Moraes (2012, p. 15),

Nesta conjuntura de uma nova onda de crescimento e de inovação, a industrialização na economia gaúcha passou a ser impulsionada principalmente pelo Projeto Grande Rio Grande [...], que articulou uma unidade pela política fiscal, pelo planejamento e por gestões políticas junto ao Governo Federal. Tal projeto tinha como uma de suas metas a formulação de uma política industrial que pudesse alcançar e manter a taxa mínima de 7% de crescimento anual do produto industrial. O governo Euclides Triches, ao escolher o setor industrial como área prioritária fazia afirmações no sentido de ser possível o fortalecimento do poder de competição e o crescimento do Estado no contexto nacional.

Ary Burger, contador, economista e doutor em Evolução da Conjuntura Econômica, com título em 1956 pela UFRGS, foi o primeiro diretor-presidente do BADESUL. Em trabalhos relacionados ao setor financeiro, e anteriormente à ocupação deste cargo, Burger já havia sido funcionário do Banco do Brasil em 1942, ocupado a função de diretor-presidente do BRDE entre 1963 e 1967 e, na segunda administração de Ildo Meneghetti à frente do governo do estado (entre 1962 e 1966), foi secretário da fazenda do Rio Grande do Sul. Igualmente antes de ter sido diretor-presidente do BADESUL, Burger ocupou os cargos de diretor e também de presidente do Banco Central do Brasil entre 1967 e 1969.

¹ Período, referente ao intervalo 1968-1973, em que se conheceu elevado crescimento econômico simultaneamente à intensificação da concentração da renda e da desigualdade social.

Ainda consta na trajetória biográfica de Ary Burger o fato de ter sido diretor financeiro do Grupo Gerdau, executivo do Grupo Financeiro Ipiranga, representante brasileiro em trabalhos conjuntos com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e, em 1981, criador da Companhia Riograndense de Participações (CRP), especializada em administrar fundos de investimento para projetos privados, pioneira brasileira na área de gestão de fundos.

Teixeira (2011, p.116), em seu estudo sobre “Reforma Financeira e Banco Central do Brasil em tempos de capital monopolista (1964-1967)”, ao nos trazer “Informações gerais sobre os diretores do Banco Central” evidencia a trajetória de Burger em influentes meios de atuação pública e privada e destaca que, entre outros papéis exercidos por este sujeito, o mesmo também foi

Fundador (1981) da CRP Companhia de Participações (pioneiro de capital de risco). Entre os investidores dos fundos administrados pela CRP, estão: agências multilaterais e de desenvolvimento (IFC, IIC, BID/FUMIN, BNDES, FINEP, SEBRAE e CAF), fundos de pensão brasileiros (PETROS, FAPES, CELOS e PREVISC) e grandes investidores privados (Gerdau, Habitasul, Azaléia, Ipiranga).

E mais adiante, ao analisar mais detidamente a relação de influências pessoais e institucionais que ia além de Burger e encadeava uma gama maior de indivíduos que se caracterizavam por possuírem propósitos políticos e econômicos em comum, o autor percebe a existência de uma verdadeira rede de conexões que envolvem os interesses destes mesmos atores, permitindo identificar a presença de laços entre os mesmos. Desta forma, os dados evidenciados acerca dos diretores do Banco Central, entre eles Ary Burger, explicitam para Teixeira (2011, p. 117), a partir de suas investigações,

[...] o caráter classista do aparelho de Estado. Longe de ser isento dos conflitos sociais da sociedade, emergindo como uma camada técnica que paira acima da luta de classes, a inserção destes *intelectuais* confirma o tônica da política econômica brasileira do pós-1964. Suas trajetórias mostram uma ampla participação conjunta em projetos e instituições do Governo, criando laços

entre si, além de afinidades na associação de aparelhos privados de hegemonia [...]

Assim, observa-se que o BADESUL conta como seu primeiro diretor-presidente, em 1974, um personagem que, além de se qualificar cada vez mais como integrante e conhecedor das dinâmicas de funcionamento do sistema financeiro público, ao longo do tempo também iria participar da estruturação do espaço dos mecanismos das influentes decisões financeiras privadas.

Entre 1974 e 1992 o BADESUL praticamente não sofre mudanças em suas funções e na missão de investir nos processos de desenvolvimento dos setores econômicos do Rio Grande Sul. Neste período, foram governadores deste estado, além de Euclides Triches, os seguintes administradores consentidos pelo regime ditatorial militar: Sinval Guazzelli (1975-1979), José Augusto Amaral de Souza (1979-1983) e Jair Soares (1983-1987). Em seguida, já no período democrático, governaram Pedro Simon (1987-1990), novamente Sinval Guazzelli (1990-1991) e Alceu Collares (1991-1995). O BADESUL, assim, finaliza a primeira fase de sua história de atuação no governo deste último, mais especificamente no ano de 1992.

Enquanto instituição financeira de desenvolvimento, ao longo destes dezoito anos da mencionada primeira fase de atuação, o BADESUL passou por desafios, problemas organizacionais e dificuldades burocráticas internas mas, ao mesmo tempo experienciou progressos em suas operações de crédito e no próprio *status* de sua classificação institucional, especialmente no que tange à década de 80, período este que antecede à mudança estrutural do referido banco. Neste sentido, Maldonado Filho (1990, p.426), por exemplo, verifica por meio de seus estudos que “O BADESUL também teve sua participação relativa no total das operações de crédito aumentada, e, em termos de sua classificação no “ranking” dos bancos de desenvolvimento, sua classificação passou do décimo para o oitavo lugar entre 1980 e 1987”. Apresentando informações que se orientam nesta mesma direção, Garcia (1990, p. 224-225), em seu estudo acerca da criação da Caixa Econômica Estadual ao surgimento dos bancos múltiplos no contexto do sistema financeiro do Rio Grande do Sul, expõe que, no BADESUL, “em 1981 os financiamentos totalizaram US\$ 119 milhões enquanto o saldo de financiamentos crescia 23% e o Banco voltava a apresentar lucro”, sendo que, “o saldo de Financiamentos, no final de 1984, se apresentava com um acréscimo de 599% em relação ao final de 1976” e que,

comparativamente, “no mesmo período o crescimento do mesmo item no BRDE foi de 47%”.

Em 27 de agosto de 1992, Alceu Collares efetua uma decisão impactante quanto ao funcionamento das esferas financeiras públicas do Rio Grande do Sul, qual seja a de incorporar o BADESUL ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL). Assim, para a realização de funções afins às que antes eram executadas pelo BADESUL, criou-se na estrutura de banco múltiplo do BANRISUL a Carteira de Desenvolvimento e Investimento (DESIN).

Os estudos acima, tanto de Maldonado Filho quanto de Garcia, efetuados praticamente às vésperas da extinção do BADESUL em 1992, sinalizam de que estava ausente, das motivações para esta decisão governamental, qualquer justificativa que pudesse derivar da falta de eficiência ou competência técnica e operacional realizada por esta instituição. Não obstante, o que se percebe ao mesmo tempo em relação ao governo de Collares é existência das mesmas pressões liberalizantes que, a partir dos novos procedimentos de políticas econômicas adotadas por governos de vários países, chegavam também ao Brasil naquele momento através da administração federal liderada por Fernando Collor de Mello (1990-1992).

Da mesma forma que o BADESUL, deve-se recordar que o BADEP, no Paraná, extinto no ano anterior, em 1991, igualmente estava contextualizado pelo mesmo conjunto de circunstâncias nacionais baseadas em um programa governamental liberalizante e que buscava constranger as administrações públicas das unidades da federação no sentido de que as mesmas implementassem políticas econômicas e reformas de estado adequadas às intervenções do mercado. Por sua vez, estas deveriam ser compatíveis com uma tendência cada vez maior de se projetar e executar regras de desregulamentações burocráticas que permitissem uma livre e progressiva circulação de capitais. E isto assim acontecendo, se possível, em todos os níveis de atuação governamental, ou seja, no (e do) plano local, estadual, passando pelo nacional, até chegar ao contexto internacional.

Como relata Filgueiras (2000, p. 84), com o governo Collor presencia-se o início de uma “ruptura econômico-política que marcou definitivamente a trajetória do desenvolvimentismo no Brasil na década de 1990”. Neste sentido, ainda segundo este autor, emergiu “uma proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia,

no Estado e na relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente neoliberais” (FILGUEIRAS, 2000, p. 84).

Em 1997 ocorre mais uma mudança nas estruturas financeiras públicas do Rio Grande do Sul quanto ao planejamento político visando os processos de desenvolvimento econômico deste estado. Assim, durante a gestão do então governador Antônio Brito, do PMDB, institui-se a Caixa Estadual S.A. – Agência de Desenvolvimento, através da Lei Estadual nº 10.959. Trazendo o relato do que é descrito na Internet por meio do próprio sítio da instituição (2013), “em 20 de maio de 1998 a Caixa Estadual S.A – Agência de Desenvolvimento – nominada Agência Gaúcha de Fomento, é constituída de fato, com a integralização de seu capital inicial no montante de R\$ 4 milhões” e “em dezembro de 1998 o Banco Central do Brasil concedeu à Caixa Estadual S.A – Agência de Desenvolvimento autorização para funcionamento, nomeando os membros do Conselho Fiscal e de Administração”. Todavia, foi somente na administração seguinte, com Olívio Dutra (PT) no governo estadual (1999-2002), que esta instituição efetivamente começa a funcionar e a representar ao Rio Grande do Sul um programa de investimentos aos setores que demandavam financiamentos para alavancar suas atividades. Até porque, como relata Dellaméa (2001, p. 181-182), referindo-se ao governo de Olívio Dutra,

Com relação ao crescimento das micro, pequenas e médias empresas, o governo constatou que a dificuldade de acesso ao crédito e a falta de apoio para a modernização gerencial e técnica eram obstáculos que tinham de ser removidos, através do direcionamento do sistema financeiro público e de instrumentos capazes de sustentar uma política de crédito assistido às micro e pequenas empresas que operassem (ou que buscassem se instalar) em setores estratégicos [...]

No ano de 2003, com Germano Rigotto (PMDB) enquanto governador, a instituição, agora denominada de CAIXARS, continua progredindo ao expandir sua atuação e apresentando resultados bastante positivos. Inclusive, como revela a página eletrônica da instituição (2013)

O ano de 2003 foi um marco importante para a CAIXARS, que superou todas as outras agências em ativos, em termos de aplicações e,

principalmente, em produtividade. A CAIXARS foi a primeira colocada no ranking nacional na relação entre patrimônio líquido e volume de operações.

No ano seguinte, o Jornal Gazeta do Sul, em edição de 27/08/2004, também retrata números positivos ao expressar que “o primeiro semestre de 2004 consolidou a CaixaRS como importante agente gaúcho de fomento econômico e social, graças a um desempenho 275% superior ao mesmo semestre do ano anterior”. Na mesma reportagem, uma informação que abre espaço para se aprofundar as pesquisas acerca das relações entre o setor público e o privado, revela que “a CaixaRS ampliou também sua penetração no mercado chegando a aproximadamente 14 mil o número de clientes ativos na sua carteira de financiamentos à iniciativa privada”.

Com Yeda Crusius (PSDB) no governo estadual entre 2007 e 2010, a CAIXARS teve que se adequar ao processo de aperfeiçoamento da regulação prudencial que visava à adoção pelo Brasil das recomendações publicadas no documento “Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital”, conhecido como Basileia II, e que imprimiria a partir do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, novas regras para cálculo do requerimento de capital das Agências de Fomento. Tais regras foram sintetizadas na Resolução nº. 3.490, de 29/08/2007, do Banco Central do Brasil, e produziria seus efeitos a partir de 01/07/2008. Perante estes novos regramentos, as Agências de Fomento tais como a CAIXARS passaram a contar com maior alavancagem em relação ao normativo anterior pois foi reduzido de 30% para 11% o fator de ponderação para apuração do requerimento de capital aplicável às exposições ao risco de crédito.

Politicamente sempre se mostrando fortemente opositora aos programas implementados pelo governo Lula, administração federal que simultaneamente acontecia à sua gestão, a equipe política de Yeda teve diversos integrantes que foram alvos de denúncias de corrupção e que envolveram desde o seu vice-governador até seu marido. Yeda acabou finalizando seu governo com uma grande impopularidade, uma das maiores de toda a história do Rio Grande do Sul, e também com um fracasso notável no que diz respeito aos planejamentos governamentais relacionados ao fomento do desenvolvimento deste estado. E um dos maiores exemplos desta realidade foi a paralisia que tomou conta da CAIXARS em sua administração. Ao relatar este mesmo contexto político e administrativo do estado do Rio Grande do Sul, Baccin

(2010, p. 57) expressa que o governo Yeda “desde o início de sua gestão, implementa um processo de cortes de verbas, abertura de ações do Banrisul, para que grupos de capitalistas pudessem adquirir parte do mesmo, repressão aos movimentos sociais, entre outras iniciativas”, para mais à frente complementar que “analisando mais atentamente, percebemos que todas essas ações vêm a atender os interesses do capital, pois se trata do aprofundamento da perspectiva neoliberal de Estado, iniciado com o Governo Britto”.

Na eleição de 2010 para o governo do estado, Yeda Crusius não se reelege e consegue somente um terceiro lugar na disputa ao Palácio Piratini, sendo que Tarso Genro (PT) é eleito governador em primeiro turno e inicia sua gestão em 2011.

2.5 O ESTADO DE SANTA CATARINA: O BADESC

Santa Catarina foi o último dos três estados do Sul do Brasil a instituir um banco de desenvolvimento público. Assim, um ano após o surgimento do BADESUL, é criado o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina/BADESC. Historicamente, recorrendo a este momento, o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A- BADESC foi oficialmente instalado em 01 de agosto de 1975 “com o objetivo, segundo documentos oficiais, de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado através da concessão de crédito destinado às empresas catarinenses” (SANTOS, 2011, p. 68).

Desta forma, oficialmente instalado na gestão do governador Antônio Carlos Konder Reis, imposto pelo regime militar a partir de 15.03.1975, o BADESC tem Plínio Arlindo de Nês como um de seus primeiros presidentes. De Nês foi o fundador e proprietário do forte grupo agroindustrial Chapecó, e um dos empresários mais influentes do estado na época. Enquanto político, de Nês já tinha sido vereador em Chapecó entre 1946 a 1955, prefeito de Chapecó entre 1956 a 1960, deputado estadual de 1962 a 1966 e Secretário de Estado da Secretaria de Negócios do Oeste, entre 1969 a 1975.

Outro empresário e político com forte influência no governo Konder Reis, e que continuou ocupando importantes funções na administração estadual seguinte foi Ivan Orestes Bonato. Proprietário de veículos de comunicação e de comércio de couro, Bonato foi vice-Presidente do Conselho de Administração do BADESC e, no governo Jorge Konder Bornhausen (1979-1982), foi membro efetivo do Conselho de Administração desta instituição. No governo Konder Reis, sua participação no BADESC se deu concomitantemente ao cargo de

Secretário da Fazenda do Estado. Destaque-se que, assim como de Nês, Bonato também ocupou postos-chave em uma das maiores agroindústrias de Santa Catarina: a Perdigão. Ou seja, após sua passagem pelo BADESC, Bonato exerceu o cargo de vice-presidente do Conselho de Administração do Grupo Perdigão (1984 a 1992) e a vice-presidência geral do mesmo Grupo (1984 a 1990).

Interessante ainda é constatar que, além de Bonato e de Nês, outro nome a completar o grupo de agroindustriais com forte influência no governo Konder Reis, e também nos governos seguintes de Jorge Bornhausen e Esperidião Amin (1983-1987), é Victor Fontana, ainda que este tenha feito parte da cúpula do sistema financeiro público estadual somente mais tarde, no final dos anos 90. Fontana foi um dos fundadores e proprietários da Sadia, foi vice-governador de Esperidião Amin em seu primeiro mandato e, em momento posterior, nos anos de 1999 e 2000, em parte da segunda administração Amin (1999-2002), ocupou a presidência do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC).

E, falando especificamente destas grandes empresas agroindustriais de Santa Catarina e da relação entre elas e instituições financeiras oficiais, Pertile (2013, p. 9), afirma que

A década de 1970 foi, sem dúvida, de grande crescimento das empresas agroindustriais catarinenses, impulsionadas pelo Estado. Entre os anos de 1971 e 1981 as empresas Sadia, Perdigão e Chapecó estiveram entre as empresas catarinenses que obtiveram maior crescimento, em percentuais de 970, 2.220 e 1.300%, respectivamente. Na análise da trajetória das agroindústrias que atuaram e atuam no Oeste de Santa Catarina é notável a participação de órgãos financiadores oficiais, tanto no plano estadual, quanto federal [...]

Seguindo na mesma direção, faz-se importante voltar às palavras de Décio Saes, haja vista que sua análise acerca do Estado e das classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 1970/80 contribui para que se compreenda a contextualização desta situação em Santa Catarina. Ou seja, “a política do Estado brasileiro favoreceu regularmente, a partir do golpe militar de 1964, a oligopolização da indústria: seja a formação de oligopólios nos ramos industriais ainda em implantação [...], seja o

avanço da oligopolização em ramos industriais tradicionais” (SAES, 2001, p.52), como é o caso das agroindústrias acima situadas.

Pode-se relacionar estas informações com outra que diz respeito mais especificamente ao BADESC enquanto banco oficial. Ou seja, os dados acima vem ao encontro, por exemplo, daquilo que Aldo Schneider, secretário geral que integrou o BADESC na gestão de Luiz Henrique da Silveira (2003-2010), relatou em entrevista à Santos (2011, p. 68) quanto às prioridades traçadas pela instituição quando de sua origem na década de setenta. Neste sentido, o BADESC, em seu início, “[...] embora não estivesse explícito em sua Lei a que porte de empresa seus recursos se destinariam, o fato é que o Banco esteve 'mais preocupado com grandes projetos industriais’”. Na verdade, além deste momento inicial, constatando-se as práticas e procedimentos adotados pelos demais administradores que estiveram diante do BADESC até o final do governo de Vilson Kleinübing (1991-1994), verifica-se que praticamente não houve mudanças de conduta quanto à forma de utilização do banco para interesses políticos e finalidades econômicas dos grupos empresariais já fortes e muito bem consolidados no contexto catarinense. Ademais, com Kleinübing, Santa Catarina se sintoniza às já abordadas “pressões econômicas liberalizantes” vivenciadas nesta mesma época pelo Paraná e pelo Rio Grande do Sul e que foram condicionadas pela política neoliberal inicialmente liderada por Fernando Collor de Mello. Logo, tal fato permite a Goularti Filho (2005, p.644) afirmar que, “fazendo parte do PFL, Kleinübing seguia as orientações do movimento geral, impostas pela onda neoliberal que elegia o Estado como o vilão da crise”. Neste sentido, as relações do governo Kleinübing com o setor empresarial, por exemplo, mostravam-se tão convergentes que a própria Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) ocupava assentos em escalões importantes do governo estadual, aí incluído o BADESC. Assim é que GÜTHS (2006, p.30) nos traz que

As articulações dos dirigentes da FIESC com o Executivo estadual também tornaram-se mais explícitas, justamente com o retorno da direita ao topo do Executivo estadual.

Durante todo o governo de Kleinübing (1991-1994) a FIESC assumiu indiretamente a direção da Secretaria de Indústria e Comércio de Santa Catarina. As relações da FIESC com os poderes públicos se fortaleceram com a ocupação de cargos por parte de dirigentes da entidade na

administração estadual, como o de Fernando Marcondes de Mattos, Conselheiro Deliberativo e cargo administrativo da FIESC 1989/1998, que foi Secretário da Planificação e da Fazenda do governo Vilson Pedro Kleinubing do PFL (1991/1994); Adolar Pieske, presente na lista de oposição a FIESC em 1986 e integrante da Direção adjunta da entidade no mandato 1989-1992 e do Conselho Deliberativo da FIESC nos mandatos 1992-95 e 1995-98, que foi presidente do BADESC (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) durante o governo de Vilson Kleinubing (1991/1994), todos próximos do grupo do presidente da FIESC Osvaldo Moreira Douat (1992- 1999).

Na administração seguinte, referente à gestão de Paulo Afonso Vieira (1995-1998), ao final de seu período administrativo, foi implementada no BADESC uma importante mudança. A Lei 10.912 de 15 de setembro de 1998 transformou o "banco de desenvolvimento" em "agência de fomento", nos termos da Resolução 2828/98, do Banco Central do Brasil. Segundo Santos (2011, p. 74),

O processo de transformação do Badesc (banco) em agência de fomento envolveu três núcleos centrais de atuação e debates, para que de fato se concretizasse a transformação. Em 1996, quando se iniciou o processo de transição, formou-se uma Comissão de Funcionários que se dedicou exclusivamente ao levantamento de dados para a modelagem da agência, com participação dos Fóruns de Desenvolvimento e o apoio da Associação Europeia de Agências de Desenvolvimento (EURADA).

Faz-se fundamental pormenorizar resumidamente cada um destes três núcleos. Assim, a acima mencionada Comissão de funcionários, reunida em 1996 e 1997, constatou que o banco, historicamente, direcionou seus financiamentos de longo prazo prioritariamente para grandes empresas (SANTOS, 2011).

Os Fóruns de Desenvolvimento, por sua vez, eram discussões compostas por entidades patronais, associações comerciais, sindicatos e

órgãos governamentais e estavam distribuídos em seis regiões de Santa Catarina: Norte, Oeste, Sul, Vale do Itajaí, Planalto Serrano e Grande Florianópolis. Uma das constatações mais destacadas dos Fóruns de Desenvolvimento foi de que seria preciso intensificar e diversificar as fontes de recursos, assim como também as formas de financiamento e a possibilidade das micro e pequenas empresas alcançarem o crédito necessário.

Por fim, a EURADA, que coordena e dá suporte às instituições de fomento dos países integrantes da União Europeia, tem como compreensão de que estas agências devem ser estruturadas como eficazes meios de se identificar problemas, apuração de oportunidades e estratégias para sua solução. Levando em conta que as primeiras agências de fomento foram instituídas na Europa ao longo da década de 1970, a contribuição da EURADA foi considerada substancial para as metas que o governo estadual possuía ao objetivar a efetivação de uma agência de fomento catarinense, ainda que, como a própria autora Iliane Santos constata em sua Tese, a transformação de “banco de desenvolvimento” para “agência de fomento” deveria em primeiro lugar se adequar aos anseios e possibilidades de alternativas oferecidas pelo Banco Central (SANTOS 2011).

Desta forma, oferecido o panorama contextual acima exposto, e assim como já abordado quanto à Fomento Paraná e ao BADESUL, igualmente abre-se espaço para que se busque investigar e analisar quais foram os atores-chave, com suas respectivas relações sociopolíticas, referentes ao panorama de constituição e funcionamento do BADESC enquanto agência de fomento a partir do final da década de 90 até a gestão pública administrativa finalizada em 2010.

3 A FOMENTO PARANÁ E SUA COMPOSIÇÃO POLÍTICA E EMPRESARIAL REPRESENTADA PELOS MEMBROS DO COMANDO INSTITUCIONAL (1999-2010)

Trataremos em primeiro lugar de verificar a normatização quanto ao preenchimento dos espaços de comando da Fomento Paraná, utilizando para isso a fundamentação estatutária da instituição, e, a partir daí, localizar a estrutura dos cargos decisórios da empresa no sentido de identificar quais foram seus membros ocupantes das diretorias e dos conselhos administrativo e fiscal. A partir da verificação da eleição destes nomes para a ocupação de tais espaços e a respectiva identificação da aprovação dos mesmos pelo Banco Central, é que poderemos ter em mãos o conjunto completo dos integrantes os quais examinaremos quanto às suas relações políticas e empresariais tecidas até e no momento em que integraram a instituição. Para tanto, procederemos com o reconhecimento de suas filiações partidárias antes e no momento em que constituíram a Fomento Paraná, suas profissões/ocupações e formações acadêmicas realizadas até aquela oportunidade, para, ao final, identificar as relações empresariais de que fizeram parte, assim como suas composições em espaços de atuação de entidades sindicais, instituições representativas de classe e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais. Ao término, traçaremos a trajetória de atuação política de cada um destes membros, com suas disputas em pleitos de mandatos públicos eletivos e suas atividades no contexto político-partidário executados até e no momento em que integraram a agência de fomento.

3.1 PREENCIMENTO DOS ESPAÇOS DE COMANDO E VINCULAÇÕES POLÍTICAS E PROFISSIONAIS

O estatuto social da Fomento Paraná, em seus Artigos 12, 15, 44 e 45, assim estabelece a forma de como deve se dar a constituição dos membros do comando da agência em sua estrutura de diretoria e dos conselhos administrativo e fiscal:

Art. 12 [...] a eleição dos membros do Conselho de Administração deverá recair obrigatoriamente sobre:

- I - Secretário de Estado da Fazenda;
- II - Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

III - Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

IV - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano;

V - Chefe da Casa Civil;

VI - Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A;

VII - Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP;

VIII - Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP;

IX - Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná – FACIAP;

X - Presidente da Federação do Comércio do Paraná – FECOMÉRCIO, ou por representantes por eles indicados, sendo presidido pelo Secretário de Estado da Fazenda, ou por representante por ele indicado.

[...]

Art. 15 A realização dos objetivos sociais e a prática dos atos necessários ao normal funcionamento da Fomento Paraná competem à Diretoria.

A Diretoria será composta de 6 (seis) membros, assim denominados:

I - Diretor-Presidente;

II - Diretor Administrativo e Financeiro;

III - Diretor Jurídico, Riscos e *Compliance*;

IV - Diretor de Mercado e Relações Institucionais;

V - Diretor de Operações do Setor Público;

VI - Diretor de Operações do Setor Privado. [...]

Art. 44 O Conselho Fiscal funcionará de forma permanente e será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no Estado do Paraná. [...]

Art. 45 Os Conselheiros serão eleitos por Assembleia Geral (AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A., 1997).

Na delimitação referente ao período que vai do início da constituição da Fomento Paraná (em 08.11.1999) até o momento final do recorte analítico (31.12.2010), foram em número de 72 os integrantes

desta agência de fomento que ocuparam os referidos espaços de comando (Diretorias e Conselhos Administrativo e Fiscal).

Estes 72 integrantes tiveram seus nomes aprovados pelo Banco Central em várias datas diferentes, como se pode visualizar abaixo (Quadro 2) :

Quadro 2: FOMENTO PARANÁ - Integrantes da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal (comando da instituição) entre 1999 e 2010

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Ágide Meneguette	CA	Efetivo	8/11/1999
Alcy Marochi	CA	Efetivo	28/05/2001
	CA	Efetivo	12/07/2002
Allan Costa	CA	V. Presid.	18/02/2005
	CA	V. Presid.	17/06/2005
Almedes Oliveira	CF	Suplente	19/6/2000
Altivo D. Gubert Junior	CA	Efetivo	17/6/2005
Álvaro Rodriguez	DIR	Diretor	17/04/2003
	DIR	Diretor	28/05/2004
Amer Soneh	CF	Efetivo	12/02/2004
	CF	Efetivo	28/05/2004
	CF	Efetivo	17/06/2005
Antonio de Araujo	DIR	Dir. Presid.	23/05/2000
	CA	Efetivo	11/10/2000
	CA	Efetivo	12/07/2002
	DIR	Dir. Presid.	27/08/2002
Antonio Poloni	CA	Efetivo	8/11/1999
Antonio Arten	DIR	Dir. Presid.	17/04/2003
	CA	Efetivo	29/07/2003
	CA	Efetivo	17/06/2005
	DIR	Dir. Presid.	17/06/2005
Antonio Calabresi	CF	Suplente	29/07/2003
	CF	Suplente	28/05/2004
	CF	Suplente	17/06/2005
	CF	Suplente	04/05/2006
	CF	Suplente	29/06/2007
	CF	Suplente	28/05/2008
	CF	Suplente	29/05/2009
	CF	Suplente	11/05/2010

continua

continuação

Ardisson Akel	CA	Efetivo	08/11/1999
	CA	Efetivo	30/04/2007
	CA	Efetivo	28/05/2008
Arthur dos Santos	CA	Efetivo	08/11/1999
	CA	Efetivo	12/07/2002
Benoni Manfrin	CF	Efetivo	19/06/2000
	CF	Efetivo	28/05/2001
	CF	Efetivo	12/07/2002
Carlos Ferreira	CF	Efetivo	8/11/1999
Carlos Albuquerque	CA	Efetivo	28/05/2001
	CA	Efetivo	12/07/2002
	CA	Efetivo	17/06/2005
	CA	Efetivo	28/05/2008
Cesar Ferreira	CF	Efetivo	29/07/2003
	CF	Efetivo	28/05/2004
	CF	Efetivo	17/06/2005
	CF	Efetivo	04/05/2006
	CF	Efetivo	29/06/2007
	CF	Efetivo	28/05/2008
	CF	Efetivo	29/05/2009
	CF	Efetivo	11/05/2010
Cristina Stephanes	DIR	Diretor	17/04/2003
	DIR	Diretor	28/05/2004
	DIR	Diretor	17/06/2005
	DIR	Diretor	25/10/2005
	DIR	Diretor	28/05/2008
	DIR	Diretor	9/09/2008
Danilo Empinotti	DIR	Dir. V.Presid.	17/04/2003
	DIR	Diretor	28/05/2004
	DIR	Diretor	17/06/2005
	DIR	Diretor	25/10/2005
	DIR	Diretor	28/05/2008
	DIR	Diretor	19/09/2008
Deni Schwartz	CA	Efetivo	12/7/2002
Dionisio Dal Pra	DIR	Diretor	8/11/1999
Disonei Zampieri	CA	Efetivo	29/07/2003
	CA	Efetivo	17/06/2005
Eduardo Sciarra	CA	Efetivo	8/11/1999
Eduardo Araujo	CA	Efetivo	28/11/2005
Eleonora Fruet	CA	V. Presid.	17/4/2003
Eliel de Freitas	CA	Efetivo	14/7/2010
Elio Panato	DIR	Diretor	08/11/1999
	DIR	Diretor	23/05/2000

continuação

	DIR	Diretor	10/07/2000
	DIR	Diretor	04/01/2001
	DIR	Diretor	27/08/2002
Ernesto Batista	DIR	Diretor	06/12/2004
	DIR	Diretor	17/06/2005
	DIR	Diretor	25/10/2005
	DIR	Diretor	28/05/2008
	DIR	Diretor	19/09/2008
Fernando Mazon	DIR	Diretor	14/1/2009
Francisco A. C. de Britto Filho	DIR	Dir. V.Presid.	23/05/2000
	DIR	Dir. V.Presid.	27/08/2002
	DIR	Dir. Presid.	05/09/2002
Gilberto Coelho	CA	V. Presid.	12/7/2002
Gilmar da Silva	CF	Suplente	12/7/2002
Giovani Gionedis	CA	Presid.	8/11/1999
Heitor Franca	CA	V. Presid.	26/10/2006
	CA	V. Presid.	28/05/2008
Helio Bampi	CA	Efetivo	06/12/2004
	CA	Efetivo	17/06/2005
	CA	Efetivo	28/05/2008
Helio Rodrigues	DIR	Diretor	28/5/2004
Herlon Almeida	CA	Efetivo	04/07/2007
	CA	Efetivo	28/05/2008
Hermes Bollmann	CF	Efetivo	19/06/2000
	CF	Efetivo	28/05/2001
	CF	Efetivo	12/07/2002
Heron Arzua	CA	Presid.	17/04/2003
	CA	Presid	17/06/2005
	CA	Presid	28/05/2008
Ingo Hubert	CA	Presid.	28/05/2001
	CA	Presid.	12/07/2002
Jacir Bergmann II	CA	Efetivo	26/10/2006
Jackson P. Cavalcante Filho	CA	Efetivo	11/10/2000
	CA	Efetivo	12/07/2002
	DIR	Diretor	09/12/2002
	DIR	Diretor	17/04/2003
Jair Vendrusculo	CA	Efetivo	10/12/2003
Joao Lucena	CF	Efetivo	19/06/2000
	CF	Efetivo	28/05/2001
	CF	Efetivo	12/07/2002
Jorge Guerra	CA	Efetivo	10/12/2003
Jose C. Campelo Filho	CA	Efetivo	08/11/1999
	CA	Efetivo	12/07/2002

continuação

Jose L. da Silva	DIR	Diretor	05/07/2001
	DIR	Diretor	27/08/2002
	DIR	Dir. Presid.	20/01/2003
Jose Richa Filho	DIR	Diretor	17/4/2003
Julio Ribeiro	DIR	Diretor	26/03/2002
	DIR	Diretor	27/08/2002
Kazuto Yokoo	CF	Suplente	7/12/2005
Leonardo Andrade	DIR	Diretor	28/05/2004
	DIR	Diretor	17/06/2005
	DIR	Diretor	8/05/2008
Luiz Forte Neto	CA	Efetivo	25/10/2005
	CA	Efetivo	28/05/2008
Marcos A. Jagher	CF	Efetivo	29/07/2003
		Suplente	12/02/2004
		Suplente	28/05/2004
		Suplente	17/06/2005
		Efetivo	11/08/2005
		Efetivo	04/05/2006
		Efetivo	29/06/2007
		Efetivo	28/05/2008
		Efetivo	29/05/2009
		Efetivo	11/05/2010
Mário Lopes Filho	DIR	Diretor	23/5/2000
Miguel Salomão	CA	V. Presid.	8/11/1999
Moacir J. Soares	CF	Efetivo	29/07/2003
		Efetivo	28/05/2004
		Efetivo	17/06/2005
		Efetivo	04/05/2006
		Efetivo	29/06/2007
		Efetivo	28/05/2008
		Efetivo	29/05/2009
		Efetivo	11/05/2010
Murilo Schmitt	DIR	Diretor	06/12/2004
		Diretor	17/06/2005
		Efetivo	28/05/2008
		Dir. Presid.	28/05/2008
		Diretor	28/05/2008
Nelson da Silva	DIR	Diretor	23/05/2000
	DIR	Diretor	27/08/2002
Nelson Garcia	CA	Efetivo	30/04/2007
	CA	Efetivo	28/05/2008
Nelson Guimaraes	CF	Suplente	19/06/2000
	CF	Suplente	28/05/2001
	CF	Suplente	12/07/2002

Odisnei Bega	CF	Suplente	04/05/2006
	CF	Suplente	29/06/2007
	CF	Suplente	28/05/2008
	CF	Suplente	29/05/2009
	CF	Suplente	11/05/2010
Otaviano Ferraz	CF	Suplente	19/06/2000
	CF	Suplente	28/05/2001
	CF	Suplente	12/07/2002
Paulo Ragnini	CA	Efetivo	18/02/2005
	CA	Efetivo	17/06/2005
Pedrinho Furlan	CA	Efetivo	8/11/1999
	DIR	Dir. Presid.	8/11/1999
Pedro Gomes	DIR	Diretor	8/11/1999
Ramiro Wahrhaftig	CA	Efetivo	12/7/2002
Reinhold Stephanes	CA	V. Presid.	15/9/2004
Sergio Marchauek	CA	V. Presid.	2/9/2010
Solange Merida	CF	Suplente	29/07/2003
	CF	Suplente	28/05/2004
	CF	Suplente	17/06/2005
	CF	Suplente	04/05/2006
	CF	Suplente	29/06/2007
	CF	Suplente	28/05/2008
	CF	Suplente	29/05/2009
	CF	Suplente	11/05/2010
Tercio Albuquerque	CA	Efetivo	14/7/2010
Virgilio Moreira Filho	CA	Efetivo	30/04/2007
	CA	Efetivo	28/05/2008
Wilson Lipski	CA	Efetivo	14/7/2010

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal; DIR = Diretoria
 (**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência; diretores.

Em relação às filiações político-partidárias destes 72 integrantes, condizentes com o momento que coincidiu com a ocupação dos mesmos em seus respectivos cargos no comando da Fomento Paraná, constata-se que 27 deles possuíam filiação (cf. Quadro 3): 10 filiados ao PMDB, 5 ao DEM, 5 ao PSDB, 3 ao PP, 2 ao PTB, 1 ao PT e 1 ao PTC. Quanto aos restantes, percebe-se que 11 deles não tiveram filiações partidárias nos momentos de suas participações na agência de fomento, mas tiveram filiações em outro(s) momento(s). E por fim, verifica-se a presença de 34 outros integrantes os quais não foram encontrados registros de filiações partidárias.

Quadro 3: Filiação partidária dos integrantes do comando da Fomento Paraná (1999-2010)

Filiados	Origem	Data da Filiação
PMDB		
Eleonora Fruet	Curitiba	15/12/1995
Eliel de Freitas	Curitiba	03/10/2003
Heitor França	Curitiba	29/08/2007
Heron Arzua	Curitiba	08/03/1999
Jacir Bergmann II	Curitiba	16/04/1999
Luiz Forte Neto	Curitiba	29/09/2003
Reinhold Stephanes	Curitiba	04/10/2001
Sergio Marchauek	Curitiba	01/07/1988
Virgilio M Filho	Irati	29/08/1986
Wilson Lipski	Lapa	30/09/2003
DEM		
Antonio de Araujo	Curitiba	18/04/2002
Ingo Hubert	Curitiba	02/10/2001
Jose C. Campelo Filho	Curitiba	29/09/1997
Dionisio Dal Pra	Paranavaí	20/12/1985
Mário Lopes Filho	Curitiba	Não encontrado
PSDB		
Ardisson Akel	Curitiba	29/09/2001
Deni Schwartz	Curitiba	17/12/1988
Gilmar da Silva	Curitiba	27/02/1989
Jose Richa Filho	Curitiba	22/02/1989
Nelson Garcia	Umuarama	27/08/2003
PP		
Carlos Albuquerque	Curitiba	04/09/1980
Cesar Ferreira	Curitiba	04/09/1980
Julio Ribeiro	Curitiba	21/08/1980
PTB		
Eduardo Sciarra	Não encontrado	1982
Nelson da Silva	Curitiba	15/05/1988
PT		
Herlon Almeida	Curitiba	20/02/2006
PTC		
Tercio Albuquerque	Quatro Barras	04/08/2005

continua

conclusão

Com filiações em momentos distintos de suas participações no comando da Fomento Paraná: Paulo Ragnini, Jair Vendruscolo, Jackson P. Cavalcante Filho, Gilberto Coelho, Arthur dos Santos, Ramiro Wahrhaftig, Benoni Manfrin, Joao Lucena, Almedes Oliveira, Antonio Poloni, Giovani Gionedis.

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

Quanto aos vínculos dos integrantes do comando da Fomento Paraná com mandatos públicos eletivos, sendo eleitos para ocupar os mesmos ou possuindo alguma relação familiar com detentores destes respectivos mandatos, apresentam-se os seguintes registros (na sequência, as informações sobre a participação na direção da Fomento Paraná são do Banco Central do Brasil (2015)):

- **Antônio Leonel Poloni**, integrante do Conselho de Administração da Fomento Paraná no governo Lerner, foi vereador no município de Barracão, no Paraná² e foi eleito prefeito do mesmo município, pelo PMDB, no ano de 1985, e também pelo PSDB no ano de 1992³;

- **Deni Lineu Schwartz**, integrante do Conselho de Administração da Fomento Paraná no governo Lerner, foi eleito deputado estadual pelo MDB e PMDB (em 1974, 1978 e 1982), prefeito de Francisco Beltrão, por meio da Arena (1969-1972), e ocupou a cadeira de deputado federal em 1993 e 1994⁴. Além dos referidos registros, consta também que Schwartz, quando mais jovem, estudou em Curitiba e teve como colega de turma Jaime Lerner, que mais tarde seria prefeito de Curitiba e governador do Paraná⁵. Ademais, verifica-se

² ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/70825-70825>>.

Acesso em: 22 abr. 2015.

³ TRE-PR. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

⁴ PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRÃO. Disponível em: <<http://franciscobeltrao.pr.gov.br/o-municipio/historia/>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

⁵ GUIA PARANÁ SUDOESTE. Disponível em: <<http://www.guiaparanasudoeste.com.br/noticias/Noticia.aspx?id=26453>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

que Schwartz, além de ocupar o mencionado conselho da Fomento Paraná no governo estadual de Jaime Lerner, foi seu secretário dos Transportes (1995-1996), seu secretário da Agricultura (2002) e seu diretor de assuntos institucionais da Copel (1996-2002)⁶.

● **Dionísio Assis Dal Pra**, integrante da Diretoria da Fomento Paraná no governo Lerner, foi vereador no município de Alto Paraná (Paraná), pelo PTB, em dois períodos (1955-1959 e 1959-1963)⁷, prefeito de Paranavaí (1969-1973) e deputado federal integrante da constituinte de 1988 (PFL)⁸.

● **Tercio Alves de Albuquerque**, integrante do Conselho de Administração da Fomento Paraná no governo Requião, foi vereador de Foz do Iguaçu entre 1973 e 1976 (ARENA)⁹ e presidente da Câmara deste Município. Devido à sua presença à frente da câmara de vereadores, chegou a ocupar o cargo de prefeito de Foz do Iguaçu nos anos de 1973 e 1974 (ARENA)¹⁰. Quatro anos depois, foi eleito deputado estadual (ARENA) e em 1982 (pelo PDS) (ALCÂNTARA, 2004).

● **José Richa Filho**, integrante da Diretoria da Fomento Paraná no governo Requião, é filho de José Richa (1934-2003), que exerceu os cargos políticos de deputado federal (PDC e MDB), foi prefeito da cidade de Londrina (MDB), senador (MDB e PSDB) e governador do Paraná (PMDB)¹¹. José Richa Filho é irmão de Beto Richa, eleito,

⁶ PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRÃO. Disponível em: <<http://franciscobeltrao.pr.gov.br/o-municipio/historia/>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=103579&tipo=0>. Acesso em: 09 jan. 2015.

⁸ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Disponível em: <www.diap.org.br>. Acesso em: 09 jan. 2015.

⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. Disponível em: <<http://www.cmfi.pr.gov.br/composicao.php>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

¹⁰ PAULO MICOSKI. Disponível em: <<http://paulomicoski.blogspot.com.br/2010/05/novo-secretario-do-trabalho-do-parana.html>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

¹¹ THE CITIES. Disponível em: <http://www.thecities.com.br/Artigos/Brasil/Paran%C3%A1/Curitiba/Poder_P%C3%BAblico/Prefeitura/Administra%C3%A7%C3%A3o/Secretarias/Administrac%C3%A7%C3%A3o/Carreira_de_Jos%C3%A9_Richa_Filho/>. Acesso em: 26 fev. 2015.

sempre pelo PSDB, prefeito de Curitiba em 2004 e 2008, e governador do Paraná em 2010¹² e 2014.

- **Nelson Garcia**, integrante do Conselho de Administração da Fomento Paraná no governo Requião, é genro do ex-prefeito de Umuarama, Alexandre Ceranto¹³. Garcia foi eleito deputado estadual, pelo PFL, nas eleições de 1990, 1994, 1998 e 2002, e pelo PSDB em 2006¹⁴.

- **Eleonora Bonato Fruet**, integrante da Fomento Paraná no cargo de vice-presidenta do Conselho de Administração no governo Requião, é filha do político paranaense Maurício Fruet (1939-1998), que já foi vereador e prefeito de Curitiba, deputado federal e estadual pelo Paraná¹⁵, sempre pelo PMDB. Além disso, Eleonora é irmã de Gustavo Fruet, prefeito eleito de Curitiba para a gestão 2013-2016 (PDT)¹⁶, e que também já foi vereador por Curitiba (1997-1999), pelo PMDB, e Deputado Federal nos períodos 1999-2003 (PMDB), 2003-2007 (PMDB) e 2007-2011 (PSDB)¹⁷.

¹² INTERNET GROUP (IG) – NOTICIÁRIO ÚLTIMO SEGUNDO.

Disponível em:

<<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/apos+nomear+parentes+beto+richa+d+eve+anunciar+choque+de+gestao/n1237903830146.html>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

¹³ REVELIA EVENTOS (website de variedades). Disponível em:

<<http://www.revelia.com.br/posts/detalhe/13092>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

¹⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Disponível em:

<http://www.alep.pr.gov.br/os_deputados/conheca_os_deputados/perfil/41-nelson-garcia>. Acesso em: 04 de fev. 2015.

¹⁵ THE CITIES. Disponível em:

<http://www.thecities.com.br/Artigos/Brasil/Paran%C3%A1/Curitiba/Poder_P%C3%BAblico/Prefeitura/Administra%C3%A7%C3%A3o/Secretarias/Educa%C3%A7%C3%A3o/Carreira_de_Eleonora_Bonato_Fruet/>. Acesso em: 09 mar. 2015.

¹⁶ JORNAL GAZETA DO POVO (Curitiba). Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-ublica/fruet-escolhe-mulher-e-irma-para-equipe-de-governo-0tfjz1h5v7dajh0k2zuuwi8ge>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

¹⁷ PÁGINA PESSOAL DE GUSTAVO FRUET. Disponível em: <<http://www.fruet.com.br/gustavo/>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

● **Heron Arzua**, integrante da Fomento Paraná no cargo de presidente do Conselho de Administração no governo Requião, é filho de Ivo Arzua, prefeito de Curitiba entre 1962 e 1967 (ARENA)¹⁸.

● **Hélio Bampi**, integrante do Conselho de Administração da Fomento Paraná no governo Requião, é filho de Cândido Maria Bampi, que foi vereador em Lages (SC) no período 1948-1951, pela UDN, e deputado estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 5ª legislatura (1963-1967), eleito pelo Partido de Representação Popular (PRP)¹⁹.

● **Reinhold Stephanes**, integrante da Fomento Paraná no cargo de vice-presidente do Conselho de Administração no governo Requião, foi Deputado Federal nos períodos 1979-1983 (ARENA), 1983-1987 (PDS), 1991-1995 (PFL), 1995-1999 (PFL), 2005-2006 (PMDB), 2007-2011 (PMDB) e 2011-2015 (PSD)²⁰. Reinhold Stephanes consta como pai do deputado estadual Reinhold Stephanes Jr., que foi eleito vereador de Curitiba em 2000 (PSDB) e 2004 (PMDB) e deputado estadual eleito em 2006 e 2010 (também pelo PMDB)²¹.

● **Arthur Claudino dos Santos**, integrante do Conselho de Administração da Fomento Paraná no governo Lerner, elegeu-se deputado federal pelo Paraná em 1970 pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA)²². Seu pai, Arthur Ferreira dos Santos, foi deputado federal pelo Paraná nos períodos 1935-1937 e 1951-1955 (UDN) e senador pelo mesmo estado entre 1947 e 1951 (UDN)²³. E seu avô,

¹⁸ MEIO POPULAR. Disponível em: <

<https://meiopopular.wordpress.com/2011/07/10/morre-nestor-bueno-ex-secretario-de-planejamento-do-governo-requiao/>>. Acesso: 11 mar. 2015.

¹⁹ KIWIX (página de armazenamento de dados). Disponível em:

<http://library.kiwix.org/wikipedia_pt_all_12_2012/A/C%C3%A2ndido%20Maria%20Bampi.html>. Acesso em: 14 mar. 2015.

²⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=102091&tipo=0>. Acesso em: 19 set. 2014.

²¹ PÁGINA PESSOAL DE STEPHANES JÚNIOR. Disponível em:

<<http://www.stephanesjunior.com.br/perfil.php>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

²² JORNAL GAZETA DO POVO (Curitiba). Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/morre-o-empresario-paranaense-arthur-claudino-dos-santos-bqr2y5yk98t63j6dig3f030we>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

²³ FIEP. Disponível em:

<<http://www.fiepr.org.br/centrodememoria/FreeComponent14926content117739.shtml>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, elegeu-se prefeito de Curitiba, pelo Partido Republicano Paranaense, no ano de 1916²⁴.

Todos estes 11 integrantes do comando da Fomento Paraná pontuados acima foram portanto eleitos ou nomeados (caso da época da ditadura militar) para os mais variados cargos públicos do executivo e do legislativo (vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, governador e senador), ou possuíam alguma relação familiar com detentores destes respectivos cargos. Como o número de integrantes do espaço decisório da Fomento Paraná somava 72, percebe-se, por conseguinte, um total de 15,2% dos integrantes que possuíam tais trajetórias.

Quanto à formação acadêmica, profissões e ocupações dos respectivos 72 integrantes dos postos de comando da Fomento Paraná (vide quadro 4, abaixo), constata-se, entre outros detalhes, que:

- 49 possuíam formação superior completa e 2 não chegaram a completar seus cursos acadêmicos. Tais acadêmicos estavam dispostos em 22 diferentes cursos, sendo que os cursos mais contemplados foram os de Direito e Economia (cada um deles com 14 integrantes), Administração (7 integrantes), Agronomia (6 integrantes) e Ciências Contábeis (5 integrantes). Verificou-se ainda a presença de 14 pós-graduados e 7 Mestres;

- 4 bancários e 1 servidor público concursado pertencente aos quadros da própria Fomento Paraná;

- 12 servidores públicos estaduais, além do servidor mencionado no item anterior;

- 1 servidor público municipal;

- 1 servidor público federal;

- e 22 indivíduos caracterizados como empresários ou com forte relação com o empresariado pelo fato de participar de suas entidades e/ou defender institucionalmente os seus interesses.

²⁴ PREFEITURA DE CURITIBA. Disponível em: <
<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4>>.
 Acesso em: 20 abr. 2015.

Quadro 4: Fomento Paraná (1999-2010) - Profissões/ocupações/formações dos integrantes do comando da instituição

Relações empresariais	Graduados em Direito	Advogados	Jornalista	Servidor Público Federal
Ágide Meneguette	Antonio Poloni	Antonio Poloni	Carlos Albuquerque	Moacir J. Soares
Alcy Marochi	Ardisson Akel	Arthur dos Santos		
Antonio Poloni	Arthur dos Santos	Carlos Albuquerque	Contadores	Bancários
Ardisson Akel	Carlos Albuquerque	Francisco A. C. de Britto Filho	Almedes Oliveira	Amer Soneh
Arthur dos Santos	Francisco A. C. de Britto Filho	Giovani Gionedis	Antonio Arten	Carlos Ferreira
Benoni Manfrin	Gilmar da Silva	Joao Lucena	Fernando Mazon	Hermes Bollmann
Carlos Ferreira	Giovani Gionedis	Jose C. Campelo Filho	Joao Lucena	Miguel Salomão
Dionisio Dal Pra	Jose C. C. Filho	Leonardo Andrade	Moacir J. Soares	
Eduardo Sciarra	Joao Lucena	Pedrinho Furlan		Ensino Superior Incompleto
Eduardo Araujo	Leonardo Andrade	Pedro Gomes	Formado Adm. Públ.	Nelson Garcia
Hélio Bampi	Murilo Schmitt	Wilson Lipski	Sergio Marchauek	Fercio Albuquerque
Hermes Bollmann	Pedrinho Furlan			
Ingo Hubert	Pedro Gomes	Admin. de Empresas	Teólogo	Pós-Graduados
Jacir Bergmann II	Wilson Lipski	Altivo D. Gubert Junior	Paulo Ragnini	Antonio Arten
Jackson P. Cavalcante Filho		Antonio de Araujo		Antônio Poloni
Jose C. Campelo Filho	Economistas	Ingo Hubert	Pedagogo	Ardisson Akel
Nelson Garcia	Antonio Calabresi	Jackson P. Cavalcante Filho	Paulo Ragnini	Eleonora Fruet
Odisnei Bega	Carlos Albuquerque	Joao Lucena		Fernando Mazon
Pedrinho Furlan	Cesar Ferreira	Sergio Marchauek	Historiador	Hélio Bampi
Ramiro Wahrhaftig	Disonei Zampieri	Virgilio M Filho	Antonio Poloni	Herlon Almeida
Reinhold Stephanes	Eleonora Fruet			Ingo Hubert
Virgilio Moreira	Jackson P.	Geógrafo	Servidor da	Jackson P.

continua

conclusão

Filho	Cavalcante Filho		Fomento Paraná	Cavalcante Filho
	Jorge Guerra	Antonio Poloni	Fernando Mazon	Jose Richa Filho
Engen. Civil	Miguel Salomão			Miguel Salomão
Deni Schwartz	Moacir J. Soares	Bacharel em Proce. de Dados	Servidor Público Municipal	Moacir J. Soares
Eduardo Sciarra	Murilo Schmitt	Allan Costa	Antonio de Araujo	Paulo Ragnini
Jose Richa Filho	Odisnei Bega	Ramiro Wahrhaftig
Ramiro Wahrhaftig	Otaviano Ferraz	Engen. de Segur. do Trabalho	Servidores Públicos Estaduais	
	Reinhold Stephanes	Ágide Meneguette	Antonio Calabresi	Mestres
Engen. Eletrônico	Solange Merida		Cesar Ferreira	Allan Costa
Hélio Bampi		Engen. Agrônomo	Danilo Empinotti	Álvaro Rodriguez
	Sociólogo	Ágide Meneguette	Eliel de Freitas	Eleonora Fruet
Arquiteto/urbanista	Antonio Poloni	Antonio de Araujo	Ernesto Batista	Fernando Mazon
Gilberto Coelho	Miguel Salomão	Disonei Zampieri	Gilmar da Silva	Moacir J. Soares
Luiz Forte Neto		Herlon Almeida	Heitor Franca	Murilo Schmitt
	Físico	Jair Vendrusculo	Herlon Almeida	Ramiro Wahrhaftig
Veterinário	Hélio Bampi	Nelson da Silva	Joao Lucena	
Eliel de Freitas			Marcos A. Jagher	
	Analista de Sistemas	Turismólogo	Nelson Guimaraes	
Engen. Eletricista	Julio Ribeiro	Gilmar da Silva	Solange Merida	
Ingo Hubert				

Fonte: Elaborado pelo autor (2016) a partir de dados referentes às fontes das Notas de rodapé do Capítulo 3.

Obs.: o motivo de se classificar alguns integrantes enquanto “graduados em Direito” e outros enquanto “advogados” se deve ao fato de que nem todos os que tiveram tal formação acadêmica acabaram seguindo a carreira advocatícia.

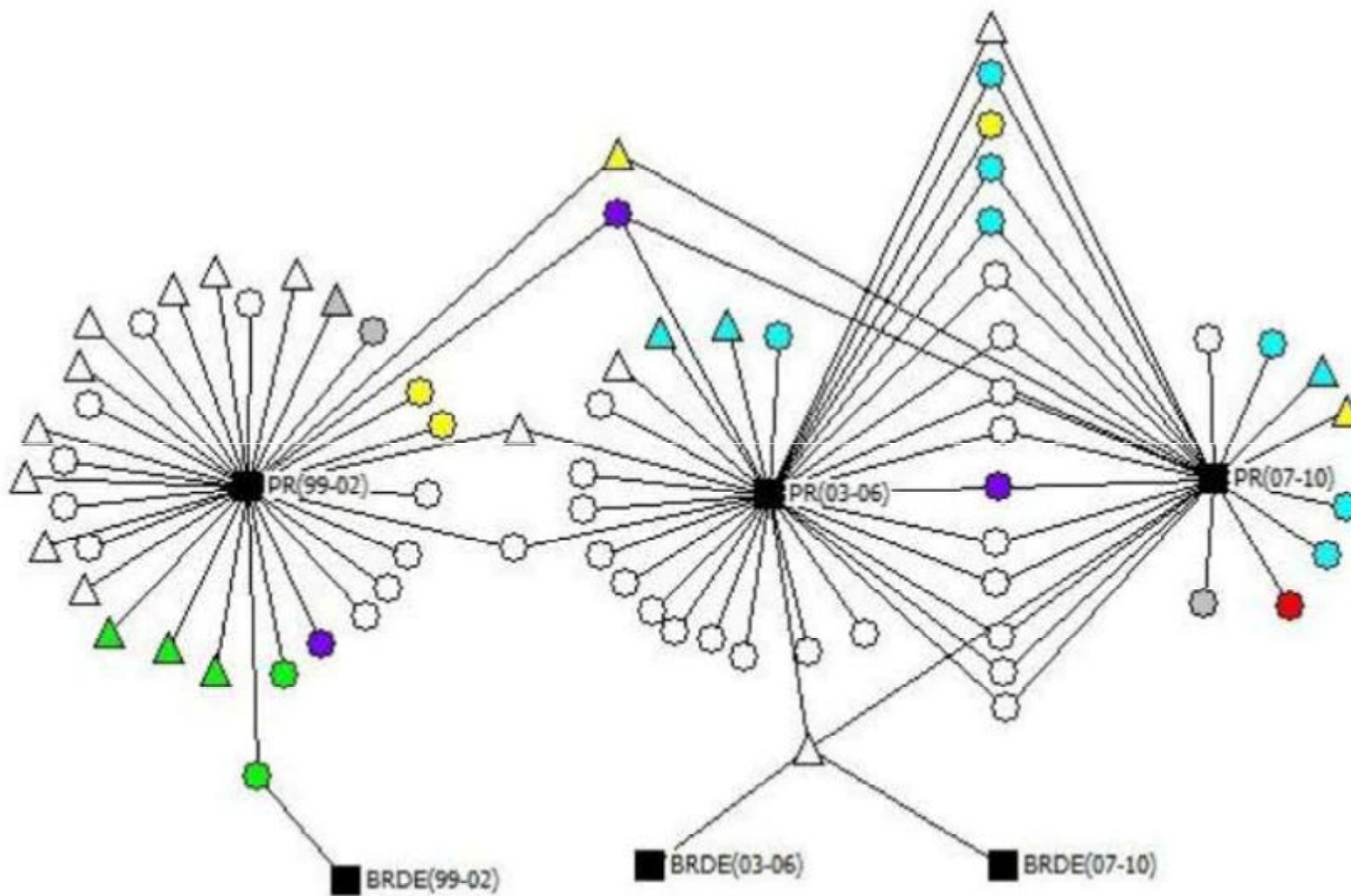
Em seguida, trataremos ainda mais detalhadamente do formato referente à presença e participação de representantes do empresariado na Fomento Paraná ao longo do período delimitado pelo estudo. Dar-se-á um enfoque geral acerca da presença de tais empresários, embora, ao mesmo tempo, serão abordados os aspectos específicos que caracterizam cada um destes integrantes, em especial quanto aos seus ramos de atuação empresarial e em relação às suas vinculações políticas e às respectivas contextualizações estaduais e nacionais às quais os mesmos se encontravam envolvidos.

3.2 A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DO EMPRESARIADO NOS CARGOS DE COMANDO DA FOMENTO PARANÁ

Foram em número de 22 os integrantes dos Conselhos e Diretoria da Fomento Paraná que, desde o início de sua constituição (em 08.11.1999) até o final do período delimitado pelo estudo (31.12.2010), são caracterizados como empresários ou como indivíduos que possuíam alguma relação forte com a esfera empresarial. Desta forma, estes mencionados 22 integrantes totalizam 30,5% do total de 72 membros pertencentes aos referidos Conselhos e Diretoria no que tange à delimitação do presente estudo.

Deve-se sublinhar em primeiro lugar que, no contexto do conjunto da participação total dos empresários, haviam representantes seus que possuíam espaços já previstos a partir do Estatuto Social da Fomento Paraná. Ou seja, recordemos que os incisos VII e IX do artigo 12 deste documento já garantia uma vaga no Conselho de Administração ao Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e a outra vaga para o Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná – FACIAP (AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A., 1997). Nesse sentido, como representantes destas “cadeiras cativas” da Fomento Paraná no período considerado, fizeram-se presentes, a partir da FIEP, Arthur Claudino dos Santos e Hélio Bampi, e, a partir da FACIAP, Ardisson Naim Akel, Alci Antônio Marochi e Virgílio Moreira Filho.

Sociograma 1a - FOMENTO PARANÁ. Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Membros, filiação partidária e empresários.



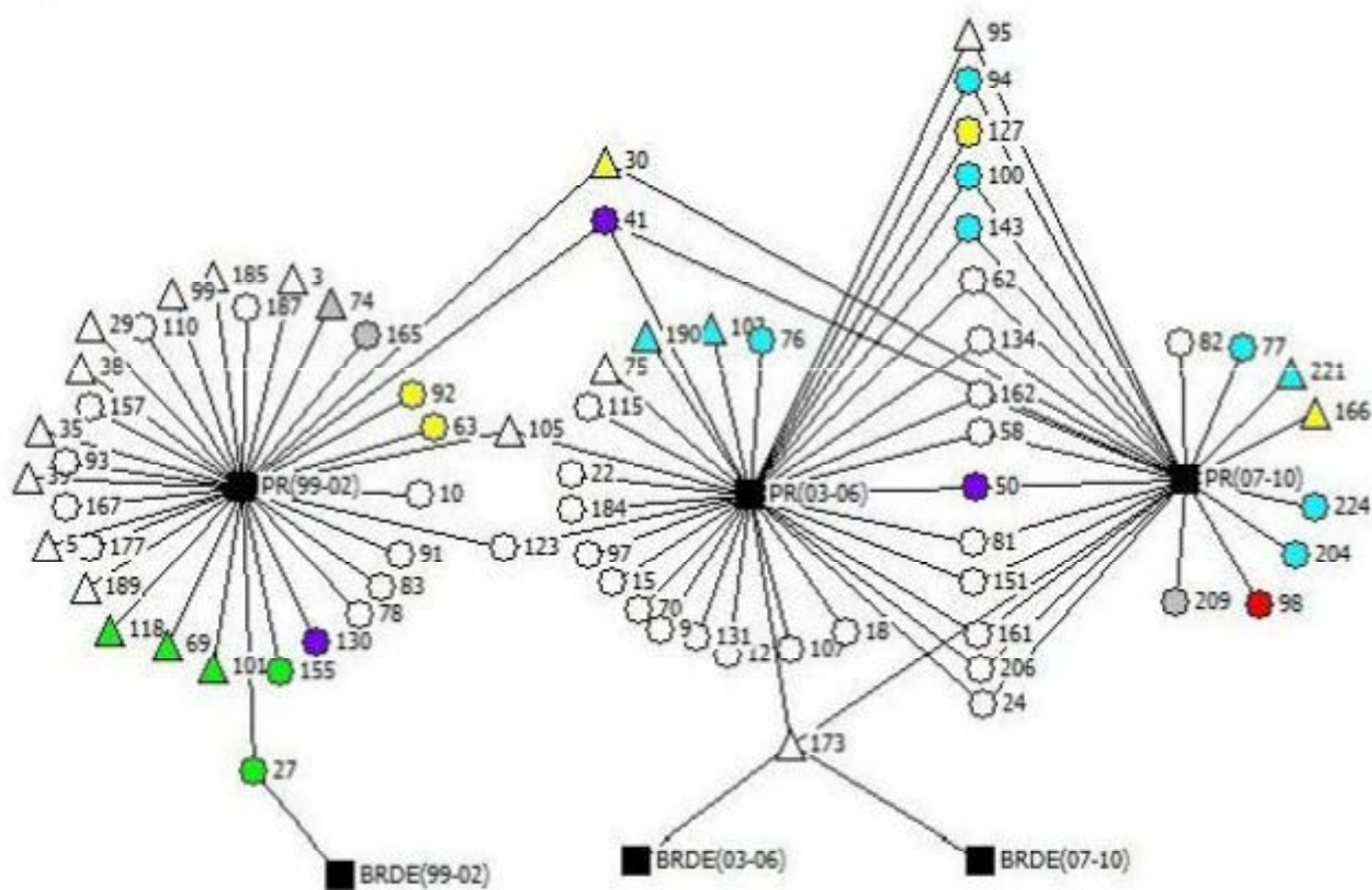
Fonte: Banco Central do Brasil e Fomento Paraná (composição da direção); Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (filiação partidária). Fontes diversas citadas na tese (identificação empresarial). Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Triângulo representa empresário. Filiação Partidária: Azul – PMDB; Amarelo - PSDB; Roxo – PP; Verde – DEM; Vermelho – PT; Cinza - Outros partidos; Branco – sem filiação

Acima, no “Sociograma 1a”, apresenta-se uma visualização gráfica quanto à ocupação empresarial e partidária dos cargos de comando da Fomento Paraná ao longo do período 1999-2010. Neste recorte de tempo, como dados mais gerais, depreende-se que, do total de 72 integrantes do comando institucional, 27 possuíam filiação partidária (37,5%) e 22 eram identificados como empresários (30,5%). De forma mais específica, percebe-se que, ao longo das gestões que estão contextualizadas em tal período, três dos partidos de maior representatividade no cenário político estadual preencheram amplamente os mencionados espaços desta agência: PMDB, DEM e PSDB. No que diz respeito ao quantitativo de correligionários pertencentes a estes, o PMDB contou com dez integrantes, o DEM com cinco e o PSDB também com cinco. Todavia, esta mencionada

totalização de correligionários de cada legenda não se fez diretamente proporcional à quantidade de representantes empresariais entre os mesmos filiados de cada partido. Ou seja, ainda que o PMDB contemplasse o maior número de filiados (10), tal sigla possuiu três empresários entre os mesmos (30%); o PSDB, por sua vez, teve dois empresários entre os cinco filiados (40%); e, por fim, o DEM teve três empresários entre os cinco filiados (60%).

Sociograma 1b - FOMENTO PARANÁ. Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Identificação dos Membros, filiação partidária e empresários.



Fonte: Banco Central do Brasil e Fomento Paraná (composição da direção); Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (filiação partidária). Fontes diversas citadas na tese (identificação empresarial). Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Triângulo representa empresário. Filiação Partidária: Azul – PMDB; Amarelo - PSDB; Roxo – PP; Verde – DEM; Vermelho – PT; Cinza - Outros partidos; Branco – sem filiação

Obs: Identificação numérica de acordo com Quadro 49 (Apêndice B)

Acima, o “Sociograma 1b” contém o mesmo sentido de representação já expresso no sociograma anterior. Porém, com a condição de se reportar à verificação do Apêndice B, e por meio das correspondentes numerações, é propiciada a identificação específica de

todos os integrantes que constam como membros do comando da Fomento Paraná.

3.2.1 O empresariado, nos espaços de comando da Fomento Paraná, na gestão Jaime Lerner (1999-2002)

Ao longo da segunda gestão do governo Jaime Lerner (1999-2002), entre os integrantes relacionados ao empresariado que fizeram parte do comando da Fomento Paraná haviam membros advindos de atividades como a do setor agropecuário (representados por Ágide Meneguette, Antônio Leonel Poloni e Dionisio Assis Dal Prá), alimentação (Benoni Constante Manfrin e Pedrinho Antônio Furlan), finanças (Hermes Carlos Bollmann), imobiliário (Alcy Antonio Marochi), construção civil (Eduardo Francisco Sciarra), vestuário (Ardisson Naim Akel), comunicação (Carlos Antônio de Almeida Ferreira), educação privada (Jackson Pitombo Cavalcante Filho), tecnologia da informação (Ramiro Wahrhaftig) e ramo de produção de peças, componentes e equipamentos (Ingo Henrique Hubert). Também se menciona Athur Claudino dos Santos, proprietário de empresa de decoração e representante da FIEP, e José Cid Campelo Filho, proprietário de casas de jogo de azar. Além das atividades empresariais mencionadas, alguns destes nomes aqui citados atuaram também em demais setores econômicos. Porém, como consta no presente parágrafo, preferiu-se deixar expresso, por enquanto, somente as principais áreas de atuação privada destes integrantes. (cf. Quadro 5)

Quadro 5: FOMENTO PARANÁ - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (1999-2002)

Empresários	Agropecuário	Alimentação	Finanças	Imobiliário	Constr. civil	Vestuário	Comunicação	Educ. privada	Tecn. da Inform.	Peças, comp. e equip.	Empresa de decoração	Jogos
Ágide Meneguette	X											
Alcy Marochi				X								
Antonio Poloni	X											
Ardisson Akel						X						
Arthur dos Santos											X	
Benoni Manfrin		X										
Carlos Ferreira							X					
Dionisio Dal Pra	X											
Eduardo Sciarra					X							
Hermes Bollmann			X									
Ingo Hubert										X		
Jackson P. Cavalcante Filho								X				
José C. Campelo Filho												X
Pedrinho Furlan		X										
Ramiro Wahrhaftig									X			

Fonte: Diversas, citadas nas notas do capítulo. Elaborado pelo autor.

Como se evidencia, há uma variedade considerável de interesses particulares que se fizeram presentes e que caracterizaram o leque de atividades econômicas representadas a partir dos citados membros que compuseram a estrutura de comando da Fomento Paraná. Nesse sentido, e ao se iniciar um detalhamento mais específico de cada setor ou ramo

de atuação da iniciativa privada empreendido pelos referidos integrantes mencionados no parágrafo anterior, percebe-se, em primeiro lugar, uma pequena preponderância da atividade agropecuária (representada por Ágide Meneguette, Antônio Leonel Poloni e Dionísio Assis Dal Prá) sobre os outros setores de atuação econômica empresarial que foram característicos dos demais componentes da agência de fomento paranaense.

Ágide Meneguette, que consta como diretor-superintendente da Usina de Açúcar Santa Terezinha²⁵, é de uma família que é dona de dezenas de usinas açucareiras no Norte/Noroeste paranaense, sendo o maior empregador do Estado (mais de 16 mil trabalhadores)²⁶. Quando participou da Fomento Paraná, Meneguette já era presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep) desde 1985²⁷. Mais tarde, em 2009, Meneguette constava como integrante do Conselho Superior da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), presidente do Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/Paraná) e primeiro vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)²⁸.

Por sua vez, Antônio Leonel Poloni, então secretário de estado da Agricultura do período 1998-2002, direcionou a gestão de sua pasta aos interesses empresariais da chamada “modernização agrícola”, caracterizada pelo predomínio do agronegócio, ao pautar as principais políticas públicas em detrimento das necessidades advindas da agricultura familiar. Schlosser (2005, p. 61), ao abordar aspectos referentes aos discursos que envolvem os interesses agrícolas no extremo oeste do Paraná no período 1980-2000, menciona Poloni e afirma que o mesmo

motivou os agricultores para a profissionalização e a administração da propriedade, refutando o

²⁵ FIEP. Disponível em: <<http://www.agenciafiiep.com.br/noticia/data-marca-homenagens-a-empresarios/>>. Acesso em: 22 out. 2014.

²⁶ SÍTIO ELETRÔNICO DE ZÉ BETO. Disponível em: <<http://www.zebeto.com.br/poloni-e-os-que-cercam-richa/#.VkFT92xj10x>>. Acesso em: 07 set. 2014.

²⁷ INSOL INTERTRADING DO BRASIL S.A. Disponível em: <<http://www.insoja.com.br/principal/destaque11.php>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

²⁸ FIEP. Disponível em: <<http://www.agenciafiiep.com.br/noticia/data-marca-homenagens-a-empresarios/>>. Acesso em: 19 out. 2014.

agricultor analfabeto. No entender do Secretário, o agricultor deveria estar instruído para competir no mundo globalizado. A solução para o campo estaria firmada na 'Reforma Agrária Educativa'.

Com o precedente de já ter sido presidente da Associação Comercial e Empresarial de Barracão, Dionísio Cerqueira e Bom Jesus do Sul (ASCOAGRIN), presidindo esta entidade na gestão 1991/1992²⁹, além de ter ocupado o cargo de prefeito do município de Barracão, Paraná, pelo PMDB, sendo eleito no ano de 1985, e também eleito prefeito no ano de 1992, no mesmo município, pelo PSDB³⁰, Poloni ganha crescente prestígio dos setores empresariais da agropecuária paranaense para ser o secretário de agricultura da segunda gestão Lerner e, com isso, integrar a estrutura de comando da Fomento Paraná. Advogado e especialista em gestão pública³¹ e graduado em Estudos Sociais, História, Geografia e Direito, e com formação em Administração de Cooperativas pela Associação de Orientação às Cooperativas do Estado do Paraná (Assocep) e em Profissionalização de Agricultores na França³², ainda fazem parte do currículo de Poloni as atuações de dirigente da Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Sudoeste do Paraná (Cacispar)³³, presidente da Associação Comercial Agro-Industrial de Barracão, da Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, das quais é representante da América Latina na Associação Internacional, com sede em Paris, presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná

²⁹ SUDOESTE ONLINE. Disponível em:

<<http://sudoesteonline.com.br/santoantoniodosudoeste/notindividual.asp?id=85649>>. Acesso: 16 set. 2015.

³⁰ TRE-PR. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

³¹ PARANÁ ONLINE (notícias). Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/pais/news/159411/>>. Acesso em: 11 ago.2015.

³² ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/70825-70825>>.

Acesso em: 10 ago.2015.

³³ COORDENADORIA DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESARIAIS DO SUDOESTE DO PARANÁ (CACISPAR). Disponível em: <<http://site.cacispar.org.br/conteudo.asp?id=1>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

(Codapar) e da Associação Brasileira de Armazenagem (ABCAO)³⁴. Por fim, mais tarde, em 2011, como reconhecimento de sua história de defesa principalmente em prol dos anseios do empresariado agrícola do Paraná, consta Poloni como consultor da FAEP, compondo a mesma juntamente com o já contextualizado Ágide Meneguette³⁵.

Dionísio Assis Dal Prá, o terceiro e último integrante do comando da Fomento Paraná que pode ser caracterizado como tendo entre suas principais atividades empresariais a agropecuária/agronegócio, teve também forte atuação em entidades de representação de classe deste setor econômico. Assim é que Dal Prá se destaca por ter ocupado a presidência do Sindicato Patronal Rural de Paranaíba (1965-1968) e ter sido fundador e presidente da Sociedade Rural do Nordeste do Paraná. Em 1988, sendo um dos deputados federais constituintes, votou contra a nacionalização do subsolo e do tabelamento dos juros e votou em sintonia com a União Democrática Ruralista (UDR), contra a reforma agrária³⁶. Participando empresarialmente de influentes circuitos internacionais agropecuários, Dal Prá realizou, no ano de 1976, viagens de estudos aos Estados Unidos e à Europa, representando a Sociedade Rural do Nordeste do Paraná, na qualidade de seu Presidente. Também efetuou uma missão, em 1985, para a Europa, à Austrália e à Nova Zelândia, com o Objetivo de Aprimorar a Técnica de Criação de Gado Chianino no Brasil, como Vice-Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Chianino. Politicamente, antes de ter sido deputado constituinte pelo PFL, Dal Pra já havia sido vereador no município de Alto Paraná (pelo PTB) em dois períodos (1955-1959 e 1959-1963)³⁷, prefeito de Paranaíba entre 1969 e 1973³⁸, e fundador do PFL neste

³⁴ ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/70825-70825>>.

Acesso em: 10 ago.2015.

³⁵ JORNAL DO OESTE. Disponível em:

<<http://www.jornaldooeste.com.br/oeste-rural/2011/12/palestra-com-consultor-da-faep-motiva-conselheiros-e-agricultores/994268/>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

³⁶ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR.

Disponível em: <www.diap.org.br>. Acesso em: 15 jul. 2015.

³⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=103579&tipo=0>. Acesso em: 19 jun. 2014.

³⁸ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR.

Disponível em: <www.diap.org.br>. Acessado em: 15 jul. 2015.

mesmo município³⁹. E, fora a atividade empresarial agropecuária, Dal Pra foi também um dos fundadores da TV Imagem, depois transformada em RPC TV Noroeste, empresa do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM) e afiliada à Rede Globo⁴⁰.

Como visto, Meneguette, Poloni e Dal Prá, além de seus particulares interesses empresariais no setor agropecuário, participaram e harmonizaram iniciativas profissionais às suas atuações em organizações de representação de classe de confederação e federações da agricultura e da indústria, associações comerciais, empresariais e agrícolas, sindicatos patronais rurais e sociedades rurais, secretarias, órgãos e funções do poder público municipal e de estado, e, por fim, em entidades de latifundiários que se caracterizam pela defesa prioritária da conservação dos direitos de propriedade no campo e suas respectivas vantagens sociais, econômicas e políticas que lhes são conexas.

Após a agropecuária, o ramo da alimentação é o segundo mais representativo quanto à relação empresarial dos integrantes da Fomento Paraná que ocuparam espaços no comando desta entidade no período delimitado pelo presente estudo. Benoni Constante Manfrin e Pedrinho Antônio Furlan são estes “empresários da alimentação”.

Manfrin é proprietário da água mineral Clari que, mais tarde, em 2012, foi alvo de uma acusação de que a Assembleia Legislativa do Paraná estaria lhe favorecendo já que o então diretor-geral da Assembleia era o próprio Manfrin e esta sua empresa era a fornecedora de água ao legislativo paranaense. O detalhe é que, devido à sua função pública, Manfrin deveria estar impedido de firmar convênios com setor público⁴¹. Fora sua atividade empresarial, ainda constam no currículo de Manfrin o fato de ter sido Subtenente de Cavalaria do Exército⁴² e integrante de diversos grupos políticos:

³⁹ JORNAL O DIÁRIO (MARINGÁ). Disponível em: <<http://maringa.odiario.com/parana/2014/05/morre-dionisio-dal-pra-ex-deputado-e-ex-prefeito-de-paranavai/830408/>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

⁴⁰ GLOBO (empresa de comunicação). Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/05/morre-o-ex-prefeito-de-paranavai-e-ex-deputado-federal-dionisio-dal-pra.html>>. Acesso em: 18 mai. 2014.

⁴¹ SÍTIO ELETRÔNICO DE FLÁVIA PRAZERES. Disponível em: <<http://debatepublico.com.br/noticia/embrasil-pode-ter-feito-doacao-para-campanha-do-filho-do-rossoni>>. Acesso em: 17 out. 2014.

⁴² DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Ministério do Exército – Gabinete do Ministro**. seção II, nº 127, Brasília, 7 de julho 1997, p. 4616.

Foi assessor especial no governo de Jaime Lerner e subchefe da Casa Civil. Depois, foi consultor técnico e chefe de gabinete do ex-secretário da Fazenda Giovanni Gionédis, também durante o governo Lerner.

Em 2001, Manfrin se tornou secretário de Governo da prefeitura de Curitiba durante a gestão de Cassio Taniguchi, atual secretário de Planejamento no governo Beto Richa (PSDB).

Durante a campanha de sucessão de Taniguchi, disputada entre o então vice-prefeito Beto Richa e o deputado Angelo Vanhoni (PT), Manfrin teve atuação polêmica. Como presidente do PSC, um dos partidos que integravam a aliança de apoio a Vanhoni, o novo diretor-geral da Assembleia foi apontado como suposto artífice da gravação de um vídeo de denúncia.

A gravação mostrava uma suposta tentativa de suborno eleitoral de um aliado de Beto Richa a um militante do PMDB que apoiava Vanhoni⁴³.

Posteriormente, Manfrin esteve filiado ao PSDB entre 08.05.2007 e 10.04.2008⁴⁴. O outro “empresário da alimentação”, Pedrinho Antônio Furlan, que inclusive foi o primeiro presidente da Fomento Paraná, é irmão de Osório Furlan, que por sua vez é genro de Atílio Fontana, fundador da Sadia, uma das maiores empresas agroindustriais que já existiram no Brasil. Contextualizando sua trajetória de atuações, Manfredini (2008, p.31) destaca que

o advogado Pedrinho Antonio Furlan chegou em Toledo em 1966 para assumir a direção administrativa do então Frigorífico Pioneiro S/A, recém adquirido pela Sadia. Iniciaria aí significativa participação no desenvolvimento de todo o Oeste paranaense. A empresa alimentava o ambicioso projeto – afinal realizado - de

⁴³ JORNAL GAZETA DO POVO (Curitiba). Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/novo-diretor-teve-ligacao-com-curi-e-bibinho-e7xkn1mwsu56kof7mmdpd3fpq>. Acesso em: 09 Jan. 2015.

⁴⁴ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acesso em: 13 mar. 2015.

transformar sua unidade de Toledo em uma das mais importantes de todo o grupo. Além da atividade empresarial, Pedrinho também participou pessoalmente da fundação do Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Paraná (SINDICARNE), da Associação dos Avicultores do Paraná (AVIPAR) e do Sindicato dos Abatedouros de Aves do Paraná (SINDIAVIPAR). Em 1988, coube a Pedrinho implantar a refinaria de óleo e a fábrica de margarina da Sadia em Paranaguá. Permaneceu na cidade até 1994, período em que também exerceu a função, conferida pelo Ministério dos Transportes, de membro do Conselho da Autoridade Portuária. Entre 1994 e 1998, foi diretor jurídico da empresa, em São Paulo. Em seguida retornou a Toledo, onde é procurador da Sadia, representando-a no Sistema Fiep.

Em 2009, a Sadia, juntamente com sua concorrente Perdigão, estabeleceram a constituição de uma empresa única por meio da

[...] fusão de capitais para formar a grande Companhia Internacional Brasil Foods, que, ao nascer, assumiu a grande responsabilidade de ser a quinta maior companhia do gênero de alimentos e carnes processadas do mundo (SEREIA, CAMARA & VIEIRA, 2011, p.157).

Os demais integrantes relacionados ao empresariado que fizeram parte do comando da Fomento Paraná são advindos de empresas dos mais variados portes e dos mais diversos ramos. Assim é que podemos encontrar, no período delimitado pelo estudo, as seguintes presenças: Hermes Carlos Bollmann, Diretor Superintendente da Companhia de Seguros Galha Azul⁴⁵ (ramo financeiro de capital privado); Alcy

⁴⁵ COMPANHIA DE SEGUROS GALHA AZUL. **Ata da Nona Reunião Extraordinária do Conselho de Administração**. Curitiba, 18 de fevereiro de 1999.

Antonio Marochi, proprietário da empresa MP Imóveis⁴⁶ (ramo imobiliário); Eduardo Francisco Sciarra, secretário de Estado da Indústria, Comércio e Turismo do Paraná, integrante da Formato Construções Ltda. e, após sua participação na Fomento Paraná, consta como sócio-cotista da CRE Participações e Empreendimentos⁴⁷ (ramo da construção civil); Ardisson Naim Akel, fundador e proprietário da Cia da Roupa⁴⁸ (ramo de tecidos e vestuário); Carlos Antônio de Almeida Ferreira, proprietário da Gazeta do Sudoeste, que passou depois a se chamar Diário do Sudoeste⁴⁹ (ramo da comunicação); Jackson Pitombo Cavalcante Filho, executivo da Educon - Educação Continuada⁵⁰ e da DTCOM – Direct to Company S/A⁵¹ (ramo da educação privada); Ingo Henrique Hubert, executivo do Grupo Empresarial Tupy e da Indústria Cerâmica Paraná e CEO da Indústria de Bombas Centrífugas⁵² (ramo de produção de peças, componentes e equipamentos); Ramiro Wahrhaftig, secretário Estado da Indústria, Comércio e Turismo do governo do Paraná (WAHRHAFTIG, 2004, p. 7) e sócio-fundador das empresas Centro Internacional de Tecnologia de Software – CITS e Pólo de Software de Curitiba S.A. (ramo de tecnologia da informação) sendo que, após sua participação na Fomento Paraná, consta como Diretor Presidente da DTCOM, empresa já

⁴⁶ DIÁRIO DOS CAMPOS. Disponível em: <http://www.diariodoscamos.com.br/geral/2008/11/mp-imoveis-assegura-pagamento-de-dividas/1119047/>. Acesso em: 15 mar. 2015.

⁴⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=109270&tipo=0. Acesso em: 03 mar. 2015.

⁴⁸ SINDILOJAS CURITIBA. Disponível em: <http://www.sindilojascuritiba.com.br/sindilojas-no-guerreiro-do-comercio-2014/>. Acesso em: 23 ago. 2015.

⁴⁹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Disponível em: http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/assembleia-concede-a-empresaria-delise-guarianti-almeida-o-titulo-de-cidada-honoraria-do-parana-1. Acesso em: 18 jul. 2015.

⁵⁰ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=70321>. Acesso em: 11 dez. 2014.

⁵¹ DTCOM – DIRECT TO COMPANY S/A. **32ª Ata de Reunião do Conselho de Administração**. Curitiba, 18 de outubro de 2005.

⁵² IPOALERTS. Disponível em: http://ipoalerts.edgar-online.com/EFX_dll/EDGARpro.dll?FetchFilingHTML1?ID=1824716&SessionID=hmSY64MhIH4oaU0. Acesso em: 10 fev. 2015.

mencionada por ter sido também integrada pelo acima citado Jackson Pitombo Cavalcante Filho⁵³; Athur Claudino dos Santos, proprietário da Decorprint Decorativos do Paraná Indústria e Comércio Ltda., empresa especializada na impressão de papéis especiais decorativos para indústria de móveis e divisórias⁵⁴ (ramo de decorações), além de ser o representante da FIEP na agência de fomento; e, por fim, José Cid Campelo Filho, proprietário de dois estabelecimentos de Bingo⁵⁵ (ramo de jogos).

Assim como os já mencionados integrantes da Fomento Paraná advindos dos ramos da atividade agropecuária e da alimentação, muitos dos nomes referidos no parágrafo acima, e que são relacionados aos demais setores econômicos, também compuseram espaços de atuação em entidades sindicais, instituições representativas de classe e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais. Neste sentido, participaram da FIEP, que é a organização porta-voz de maior representação do empresariado paranaense: Eduardo Francisco Sciarra (Vice-Presidente da FIEP entre 1996-1998⁵⁶); e Arthur Claudino dos Santos (mais um vice-presidente da FIEP, no período de 1995 a 2003, assumindo interinamente a presidência no período de junho a outubro de 2002⁵⁷). Em outras organizações, constatam-se: Alcy Antônio Marochi, como vice-presidente de Assuntos Econômicos da Associação

⁵³ MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em:

<<http://novosalic.cultura.gov.br/cidadao/dados-projeto?idPronac=501eac548e7d4fa987034573abc6e179MTk4MzAzZUA3NWVmUiEzNDUwb3RT>>. Acesso em: 20 out. 2015.

⁵⁴ JORNAL GAZETA DO POVO (Curitiba). Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/morre-o-empresario-paranaense-arthur-claudino-dos-santos-bqr2y5yk98t63j6dig3f030we>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

⁵⁵ PÁGINA PESSOAL DE ROBERTO REQUIÃO. Disponível em: <

<http://www.robertorequiao.com.br/senador-requiao-pede-providencias-junto-ao-conselho-nacional-de-justica-2/>>. Acesso em: 04 set 2015.

⁵⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=109270&tipo=0>. Acesso em: 03 ago. 2015.

⁵⁷ JORNAL GAZETA DO POVO (Curitiba). Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/morre-o-empresario-paranaense-arthur-claudino-dos-santos-bqr2y5yk98t63j6dig3f030we>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

Comercial e Empresarial de Ponta Grossa (ACIPG)⁵⁸; Eduardo Francisco Sciarra, como Presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cascavel (PR) entre 1979 e 1980, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC) entre 1982 e 1983, Presidente da Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná (CACIOPAR) entre 1982 e 1983, Diretor do Sindicato da Indústria de Construção Civil do Paraná (SINDUSCON/PR) entre 1987 e 1994, Diretor da Associação Paranaense de Empresários de Obras Públicas entre 1987 e 1994, Presidente da Fundação Paranaense para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria da Construção entre 1992 e 1994, Presidente do SINDUSCON/OESTE em Cascavel (PR) entre 1994 e 1996, Presidente da Fundação Consciência e Trabalho (em Cascavel) entre 1996 e 1997, Presidente da Câmara Estadual da Indústria da Construção (PR) entre 1997 e 1999, e, por fim, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção entre 1997 e 1999⁵⁹; Ardisson Naim Akel, como presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP) entre 1996 e 1998⁶⁰ e presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP) entre 1998 e 2010⁶¹; Ramiro Wahrhaftig, como presidente da Associação Brasileira de Energia Solar na década de 1980⁶²; e Athur Claudino dos Santos,

⁵⁸ PLANTÃO DA CIDADE. Disponível em:

<<http://www.plantaodacidade.com.br/Anteriores/sabado250306/bxv.htm>>.

Acesso em: 18 dez. 2014.

⁵⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=109270&tipo=0>. Acesso em: 03 ago. 2015.

⁶⁰ JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. Disponível em:

<<http://www.juntacomercial.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=128>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

⁶¹ CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ.

Disponível em: <<http://crc-pr.jusbrasil.com.br/noticias/100480299/contabilistas-prestigiam-a-posse-de-ardisson-akel-na-junta-comercial-do-parana>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

⁶² EXPRESSA COMUNICAÇÃO. Disponível em:

<<http://www.expressacom.com.br/sala-d-imprensa/ex-secretario-de-educacao-ramiro-wahrhaftig-media-painel-sobre-smart-grids-na-conferencia-smart-energy-parana-2014/>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

como presidente da Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba (AECIC) nos períodos 1991-1995⁶³.

Tendo como referência a administração Jaime Lerner, os 15 membros do comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado, e detalhados anteriormente, perfazem a seguinte composição político-partidária:

Quadro 6: Filiações partidárias do comando da FOMENTO PARANÁ (1999-2002 – Governo Jaime Lerner) vinculadas ao empresariado

Comando da Fomento Paraná relacionado ao empresariado	Filiação partidária	Data da filiação	Data do cancelamento do registro de filiação	Registros de filiações em outros períodos
Ágide Meneguette	Sem			
Alcy Marochi	Sem			
Antonio Poloni	Sem			PMDB (em 1985); PSDB (em 1992) ⁶⁴
Ardisson Akel	PSDB	29/09/2001 ^A		
Arthur dos Santos	Sem			ARENA (em 1970) ⁶⁵
Benoni Manfrin	Sem			PSC (em 2004) ⁶⁶ ; PSDB (08/05/2007-10/04/2008) ⁶⁷
Carlos Ferreira	Sem			
Dionisio Dal Pra	DEM	20/12/1985	11/09/2013	PTB (1954-1962); ARENA (1966-1973) ⁶⁸

continua

⁶³ JORNAL GAZETA DO POVO (Curitiba). Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/morre-o-empresario-paranaense-arthur-claudino-dos-santos-bqr2y5yk98t63j6dig3f030we>>. Acessado em: 29 nov. 2014.

⁶⁴ TRE-PR. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>>.

Acessado em: 22 abr. 2015.

⁶⁵ JORNAL GAZETA DO POVO (Curitiba). Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/morre-o-empresario-paranaense-arthur-claudino-dos-santos-bqr2y5yk98t63j6dig3f030we>>. Acessado em: 29 fev. 2015.

⁶⁶ JORNAL GAZETA DO POVO (Curitiba). Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/novo-diretor-teve-ligacao-com-curi-e-bibinho-e7xkn1mwsu56kof7mmdpd3fpq>>. Acessado em: 14 fev. 2015.

⁶⁷ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>>.

Acessado em: 14 fev. 2015.

conclusão

Eduardo Sciarra	PTB ⁶⁹	1982	2001	PFL (2001-2007); DEM (2007-2011); e PSD (2011-) ⁷⁰
Hermes Bollmann	Sem			
Ingo Hubert	DEM	02/10/2001 ^B		
Jackson P. Cavalcante Filho	Sem			PSD (06/10/2011-)
José C. Campelo Filho	DEM	29/09/1997	12/06/2005	PSB (30/09/2005-03/10/2007); sem partido (04/10/2007-29/06/2009); PSD (30/06/2009-)
Pedrinho Furlan	Sem			
Ramiro Wahrhaftig	Sem			PSDB (03/12/2004-06/10/2011); PSD (05/10/2011-)

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015) e elaborado pelo autor (2016) a partir de dados referentes às fontes das Notas de rodapé do Capítulo 3.

Obs.: ^A teve seu nome aprovado pelo BC, para participar da Fomento Paraná, a partir de 08.11.1999. Portanto, sua filiação se deu quando já fazia parte da instituição (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015); ^B teve seu nome aprovado pelo BC, para participar da Fomento Paraná, a partir de 28.05.2001. Portanto, sua filiação se deu quando já fazia parte da instituição (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

A composição partidária vencedora da eleição majoritária ao governo do estado do Paraná, nas eleições de 1998, configurou-se com os seguintes partidos políticos: PPB (atual PP), PST (incorporado ao PL, atual PR, em 2003), PSC, PPS, PRN (atual PTC), PSD (incorporado ao PTB em 2003), PT do B, PRP, PSB, PFL (atual DEM), PL (atual PR), PTN, PTB e PSL. Isto posto, constata-se que haviam somente dois destes partidos que possuíam representantes seus enquanto integrantes do comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado: o DEM (com Dionísio Assis Dal Pra e com José Cid Campelo Filho) e o PTB

⁶⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=103579&tipo=0>. Acessado em: 20 abr. 2015.

⁶⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=109270&tipo=0>. Acesso em: 29 fev 2015.

⁷⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=109270&tipo=>>. Acesso em: 29 fev. 2015.

(com Eduardo Francisco Sciarra). Ingo Henrique Hubert (no DEM) e Ardisson Naim Akel (no PSDB), também advindos de setores empresariais que se integram ao comando da Fomento Paraná neste período, adequam-se aos casos em que suas filiações ocorreram após suas nomeações na agência de fomento. Quanto a esta última sigla, o PSDB, atente-se para o fato de que a mesma não pertenceu à composição de partidos que levou Jaime Lerner ao executivo paranaense. Ainda assim, como se evidencia, o PSDB obteve a representação de um filiado seu, e relacionado ao empresariado, no grupo de comando da agência de fomento paranaense.

Não foram encontrados registros de filiações partidárias em relação a cinco dos quinze integrantes do grupo de comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado (Ágide Meneguette, Pedrinho Antonio Furlan, Hermes Carlos Bollmann, Alcy Antonio Marochi e Carlos Antônio de Almeida Ferreira). Outros cinco constam como possuindo filiações partidárias em momentos anteriores ou posteriores às suas participações na agência de fomento, ainda que não tivessem filiações no momento em que compuseram esta instituição (Antonio Leonel Poloni, Benoni Constante Manfrin, Jackson Pitombo Cavalcante Filho, Ramiro Wahrhaftig e Arthur Claudino dos Santos). Neste sentido, com filiações unicamente em momentos anteriores às suas participações na Fomento Paraná, figuram Antonio Leonel Poloni (com registros de filiação no PMDB e no PSDB) e Arthur Claudino dos Santos (ARENA) e, com filiações unicamente em momentos posteriores às suas participações na Fomento Paraná, constam Benoni Constante Manfrin (PSC e PSDB), Jackson Pitombo Cavalcante Filho (PSD) e Ramiro Wahrhaftig (PSDB e PSD).

Ainda examinando o quadro acima exposto, observa-se que existem três casos de integrantes os quais, mesmo estando filiados a determinados partidos no momento de suas participações na mencionada agência, estiveram filiados a outras siglas em momentos anteriores ou posteriores aos seus períodos de gestão na referida instituição. São eles: Dionísio Assis Dal Pra (antes de estar no DEM, foi filiado ao PTB e à ARENA), Eduardo Francisco Sciarra (após estar no PTB, filiou-se ao PFL/DEM e ao PSD) e José Cid Campelo Filho (após estar no DEM, filiou-se no PSB).

Concluindo os apontamentos condizentes com o citado quadro, deve-se levar em conta que, independentemente de qualquer delimitação temporal, 10 dos 15 integrantes do comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado possuíram um trânsito de filiações pelas mais diversas siglas partidárias que, totalizadas, apresentam os seguintes

números: 4 passagens pelo PFL, 4 pelo PSDB, 3 pelo PSD, 2 pela ARENA, 2 pelo PTB, 1 pelo PMDB, 1 pelo PSC e 1 pelo PSB.

De todos os 15 integrantes referentes a esta segunda administração Lerner (1999-2002), somente Jackson Pitombo Cavalcante Filho é que terá participação, nesta agência de fomento, também na primeira administração governamental de Roberto Requião (2003-2006). Ardisson Naim Akel, por sua vez, é o único que, mesmo não participando do período 2003-2006, voltará a ter participação na Fomento Paraná na segunda administração Requião (2007-2010) após já ter participado na administração Lerner. Especificando os espaços ocupados na Fomento Paraná por cada um deles, o primeiro mencionado, Jackson Pitombo Cavalcante Filho, teve seu nome aprovado pelo Banco Central em 11.10.2000 e 12.07.2002 (períodos do governo Lerner) para atuar enquanto conselheiro no Conselho de Administração e, ao final do mesmo governo, em 09.12.2002, teve seu nome aprovado pelo Banco Central para atuar na Diretoria enquanto Diretor Administrativo e Financeiro. Já na administração Requião, Jackson Pitombo Cavalcante Filho teve seu nome aprovado pelo Banco Central em 17.04.2003 para atuar na Diretoria enquanto Diretor de Operações e Controle. Quanto ao segundo mencionado, Ardisson N. Akel, este teve seu nome aprovado pelo Banco Central em 08.11.1999 (governo Lerner) para atuar, enquanto Conselheiro, no Conselho de Administração e posteriormente, já ao longo da segunda administração de Requião, teve seu nome aprovado pelo Banco Central em 30.04.2007 e em 28.05.2008 para atuar, também enquanto Conselheiro, no Conselho de Administração (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Segue abaixo a lista específica condizente ao período aqui examinado (1999-2002), referente aos integrantes dos Conselhos e Diretorias da Fomento Paraná, estando destacados os membros relacionados aos interesses empresariais.

Quadro 7: FOMENTO PARANÁ - Integrantes do comando da instituição entre 1999 e 2002. Em destaque os membros relacionados ao empresariado.

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Agide Meneguette	CA	Efetivo	8/11/1999
Alcy Marochi	CA	Efetivo	28/05/2001
	CA	Efetivo	12/07/2002
Almedes Oliveira	CF	Suplente	19/6/2000
Antonio de Araujo	DIR	Dir. Presid.	23/05/2000
	CA	Efetivo	11/10/2000
	CA	Efetivo	12/07/2002
	DIR	Dir. Presid.	27/08/2002
Antonio Poloni	CA	Efetivo	8/11/1999
Ardisson Akel	CA	Efetivo	08/11/1999
Arthur dos Santos	CA	Efetivo	08/11/1999
	CA	Efetivo	12/07/2002
Benoni Manfrin	CF	Efetivo	19/06/2000
	CF	Efetivo	28/05/2001
	CF	Efetivo	12/07/2002
Carlos Albuquerque	CA	Efetivo	28/05/2001
	CA	Efetivo	12/07/2002
Carlos Ferreira	CF	Efetivo	8/11/1999
Deni Schwartz	CA	Efetivo	12/7/2002
Dionisio Dal Pra	DIR	Diretor	8/11/1999
Eduardo Sciarra	CA	Efetivo	8/11/1999
Elio Panato	DIR	Diretor	08/11/1999
	DIR	Diretor	23/05/2000
	DIR	Diretor	10/07/2000
	DIR	Diretor	04/01/2001
	DIR	Diretor	27/08/2002
Francisco A. C. de Britto Filho	DIR	Dir. V.Presid.	23/05/2000
	DIR	Dir. V.Presid.	27/08/2002
	DIR	Dir. Presid.	05/09/2002
Gilberto Coelho	CA	V. Presid.	12/7/2002
Gilmar da Silva	CF	Suplente	12/7/2002
Giovani Gionedis	CA	Presid.	8/11/1999
Hermes Bollmann	CF	Efetivo	19/06/2000
	CF	Efetivo	28/05/2001
	CF	Efetivo	12/07/2002
Ingo Hubert	CA	Presid.	28/05/2001
	CA	Presid.	12/07/2002
Jackson P. Cavalcante Filho	CA	Efetivo	11/10/2000
	CA	Efetivo	12/07/2002
	DIR	Diretor	09/12/2002

continua

conclusão

João Lucena	CF	Efetivo	19/06/2000
	CF	Efetivo	28/05/2001
	CF	Efetivo	12/07/2002
Jose C. Campelo Filho	CA	Efetivo	08/11/1999
	CA	Efetivo	12/07/2002
Jose L. da Silva	DIR	Diretor	05/07/2001
	DIR	Diretor	27/08/2002
Julio Ribeiro	DIR	Diretor	26/03/2002
	DIR	Diretor	27/08/2002
Mário Lopes Filho	DIR	Diretor	23/5/2000
Miguel Salomão	CA	V. Presid.	8/11/1999
Nelson da Silva	DIR	Diretor	23/05/2000
	DIR	Diretor	27/08/2002
Nelson Guimaraes	CF	Suplente	19/06/2000
	CF	Suplente	28/05/2001
	CF	Suplente	12/07/2002
Otaviano Ferraz	CF	Suplente	19/06/2000
	CF	Suplente	28/05/2001
	CF	Suplente	12/07/2002
Pedrinho Furlan	CA	Efetivo	8/11/1999
	DIR	Dir. Presid.	8/11/1999
Pedro Gomes	DIR	Diretor	8/11/1999
Ramiro Wahrhaftig	CA	Efetivo	12/7/2002

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal; DIR = Diretoria
 (**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência; diretores.

Em síntese, observa-se que o início das atividades oficiais da Fomento Paraná principiou com uma intensa e variada representação empresarial nos quadros decisórios da instituição. Tal contexto administrativo estadual, liderado pelo governador Jaime Lerner, então saído do PDT para ir para o PFL no ano anterior à campanha eleitoral de 1998, expressa também as repercussões advindas do embate que caracterizou o cenário de disputa referente ao mencionado pleito. Em 1998, momento em que concorriam candidatos a nível eletivo estadual e também federal, estavam em discussão as propostas expressas entre o grupo político relacionado ao então governador Lerner, e que buscava a reeleição, e o grupo político que dizia respeito ao então senador Roberto Requião, do PMDB. Lerner encabeçava a pretensão de continuidade da implementação, em nível estadual, do mesmo receituário já exposto em dimensão nacional pelo governo de FHC e que dizia respeito a uma

predominância cada vez maior das políticas neoliberais e dos cortes de investimentos governamentais condizentes com programas públicos e sociais. Já o conjunto de forças políticas de Requião, que se opunha a tais projetos, de forma inédita conseguia traduzir, em um mesmo bloco, uma aliança que, além do PMDB, congregou o PT, o PDT, o PCdoB e o PCB, além de agremiações menores⁷¹. O grupo político de Lerner foi o vencedor de tal disputa eleitoral, imprimindo na ocupação dos vários espaços administrativos, incluindo aqui a Fomento Paraná, a forte presença de representantes do empresariado enquanto agentes decisórios do poder público estadual. Por outro lado, como se observará no tópico seguinte, Requião é eleito governador no pleito subsequente e, a partir de sua gestão, a ocupação de tais espaços estará caracterizada por meio de configurações representativas diferentes das verificadas no decorrer do período que se acabou de examinar (vide “Sociograma 1a” e “Sociograma 1b”).

3.2.2 O empresariado, nos espaços de comando da Fomento Paraná, na gestão Roberto Requião (2003-2006)

Considerando, agora, a gestão Roberto Requião referente ao período 2003-2006, entre os integrantes relacionados ao empresariado que fizeram parte do comando da Fomento Paraná haviam membros advindos de atividades como a do setor agropecuário (Reinhold Stephanes), vestuário e serviços relacionados à integração de pessoas ao mercado de trabalho (Eduardo José Daibert de Araújo), telecomunicações e setor madeireiro (Hélio Bampi), craqueamento de plástico, e investimentos em petróleo, construção civil e agroindústria (Jacir Cordeiro Bergmann II), educação privada (Jackson Pitombo Cavalcante Filho) e finanças (Odisnei Antônio Bega). Ademais, participou também do grupo de comando da Fomento Paraná, um membro que, embora não se possa incluí-lo no conjunto dos seis integrantes relacionados ao empresariado, é advindo de famílias detentoras de empresas privadas: Heitor Angelo Scremin França, neto de Heitor Stockler de França e um dos fundadores e primeiro presidente da

⁷¹ CPDOC-FGV. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-requião-de-melo-e-silva>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

Federação das Indústrias do Paraná (FIEP)⁷². Assim como já registrado em relação ao período anterior, também em relação à administração Requião preferiu-se deixar expresso somente as principais áreas de atuação privada dos referidos indivíduos.

Quadro 8: FOMENTO PARANÁ - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (2003-2006)

Empresários	Agrop. e agroind.	Finanças	Constr. civil	Vestuário	Educ. privada	Integ. merc. de trabalho	Telecomun.	Madeireiro	Craq. de Plást.	Petróleo
Eduardo Araujo				X		X				
Hélio Bampi							X	X		
Jacir Bergmann II	X		X						X	X
Jackson P. Cavalcante Filho					X					
Odisnei Bega		X								
Reinhold Stephanes	X									

Fonte: Diversas, indicadas nas notas do capítulo. Elaborado pelo autor .

De forma análoga ao primeiro período delimitado por este estudo, igualmente neste momento aqui considerado (2003-2006) a atividade econômica da agricultura e da pecuária consta como o setor de maior representatividade quanto ao processo de ocupação dos principais cargos de comando na agência de fomento paranaense. Tais representantes são Jacir Cordeiro Bergmann II e Reinhold Stephanes. O primeiro foi responsável pelo empreendimento de vários investimentos na Venezuela, entre os quais se encontra a setor agroindustrial⁷³. Já o latifundiário Reinhold Stephanes⁷⁴, devido à sua trajetória de dedicação à defesa ao

⁷² FIEP. Disponível em: <<http://www.agenciafiop.com.br/noticia/residencia-do-primeiro-presidente-da-fiep-preserva-historia-da-entidade/>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

⁷³ SÍTIO ELETRÔNICO DE ZÉ BETO. Disponível em: <<http://www.zebeto.com.br/no-funeral-de-chavez-2/#.VaQEKWxj10w>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

⁷⁴ A NOVA DEMOCRACIA (Jornal). Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-64/2770-notas43>>. Acesso em: 04 out. 2014.

empresariado agrícola e pecuário, recebeu, por exemplo, a Comenda do Mérito Agropecuário da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Paraná, FAEPA, em 2008; a Grande Medalha e Medalha do Mérito Rural, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), em 2009; e a condecoração de Mérito do Agronegócio, da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, em 2010. Em cargos públicos estatais, ocupando funções relacionadas à agricultura e à pecuária, Stephanes foi Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Secretário-Geral Substituto do Ministério da Agricultura (1970-1973); Diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (1970-1973); Secretário de Agricultura do Estado do Paraná (1979-1981); e Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (23 de março de 2007 a 31 de março de 2010). No mesmo sentido, participando de atividades parlamentares enquanto deputado federal, Stephanes integrou a comissão permanente referente à Comissão de Agricultura e Política Rural, sendo seu Titular no período de 1983 a 1986, e Suplente em 1994; integrou a Comissão Especial da Câmara dos Deputados referente ao PL 4842/98 – Recursos Genéticos, sendo Titular do mesmo; e também integrou a comissão permanente referente à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR, sendo Titular no período de 1/3/2011 a 31/1/2012 e Suplente no período de 12/3/2012 a 2/2/2013, e a partir de 10/4/2014. Quanto à sua participação em atividades sindicais, representativas de classe e associativas, Stephanes foi Presidente da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais entre 1981 e 1983⁷⁵. Em relação a filiação político-partidária, tanto Jacir Cordeiro Bergmann II quanto Reinhold Stephanes estavam filiados ao PMDB no momento de suas participações no comando da Fomento Paraná⁷⁶. A diferença é que, em comparação com o primeiro, que somente teve o PMDB como filiação partidária, Stephanes já foi filiado à ARENA/PDS, ao PFL, ao PMDB, e, por fim, a partir de 2011, filiado ao PSD⁷⁷.

⁷⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=102091&tipo=0>. Acesso em: 11 fev. 2015.

⁷⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em:

<<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

⁷⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=102091&tipo=0> Acesso em: 11 fev. 2015.

Quanto aos outros integrantes relacionados ao empresariado que fizeram parte do comando da Fomento Paraná, estes são advindos de empresas dos mais variados portes e dos mais diversos ramos. Desta forma podemos encontrar, no período delimitado pelo estudo, as seguintes presenças: Eduardo José Daibert de Araújo, proprietário da Cowboy Forever⁷⁸ e presidente do Instituto PROE - Programa de Estágios⁷⁹ (ramo do vestuário e ramo de serviços relacionados à integração de pessoas ao mercado de trabalho); Odisnei Antônio Bega, gerente da Concórdia Corretora de Valores e operador no mercado de capitais desde 1972⁸⁰ (ramo de finanças); Jackson Pitombo Cavalcante Filho, executivo da Educon - Educação Continuada⁸¹ e da DTCOM – Direct to Company S/A⁸² (ramo da educação privada); Hélio Bampi, proprietário e diretor presidente da Radiante Engenharia de Telecomunicações Ltda., além de ser sócio da Industrial Madeireira Lageana Ltda e titular da Madeplast Indústria e Comércio de Madeira Plástica Ltda, da Corinfo Soluções Web e da Radiante Florestal Ltda.⁸³ (setor de telecomunicações e setor madeireiro).

Dois dos nomes referidos no parágrafo acima compuseram espaços de atuação em instituições representativas da classe profissional e de órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais. Na FIEP, entidade máxima da representação do empresariado paranaense, participou Hélio Bampi, integrando a diretoria da FIEP

⁷⁸ INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI. **Marcas**: Revista da Propriedade Industrial nº 1793, Seção II. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 17 de maio de 2005.

⁷⁹ DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/materia/1683583>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

⁸⁰ PARANÁ ONLINE (notícias). Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/economia/news/324829/?noticia=ANALISTAS+SUGEREM+CUIDADO+NAS+APLICACOES+FINANCEIRAS>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

⁸¹ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=70321>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

⁸² DTCOM – DIRECT TO COMPANY S/A., ibidem.

⁸³ FIEP. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/helio-bampi-1-19212-150112.shtml>>. Acessado em: 18 fev. 2015.

desde 2003⁸⁴ e sendo vice-presidente no ano de 2010⁸⁵. Em organização da classe profissional a qual pertencia, constata-se Odisnei Antônio Bega como Conselheiro efetivo no Conselho Regional de Economia do Paraná CORECON/PR (1992/1994 e 2000/2002) e vice-presidente do CORECON/PR em 1993⁸⁶.

Levando em conta o exame do período 2003-2006 referente a uma das gestões do governo de Roberto Requião, os 6 membros do comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado, e detalhados anteriormente, perfazem a seguinte composição político-partidária (Quadro 9):

Quadro 9: Filiações partidárias do comando da FOMENTO PARANÁ (2003-2006 – Governo Requião) vinculadas ao empresariado

Comando da Fomento Paraná relacionado ao empresariado	Filiação partidária	Data da filiação	Data do cancelamento do registro de filiação	Registros de filiações em outros períodos
Eduardo Araujo	Sem			
Hélio Bampi	Sem			
Jacir Bergmann II	PMDB	16.04.1999		
Jackson P. Cavalcante Filho	Sem			PSD (06.10.2011-)
Odisnei Bega	Sem			
Reinhold Stephanes	PMDB	04.10.2001	17.10.2011	ARENA (até 1980); PDS (1980-1990); PFL (1990-2000); PSD (2011-) ⁸⁷

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015) e elaborado pelo autor (2016) a partir de dados referentes às fontes das Notas de rodapé do Capítulo 3.

⁸⁴ SISTEMA FIEP. **Vice-presidente da Fiep é homenageado pelo CREA.** Curitiba, IncorporeMídia, 16.01.2013.

⁸⁵ MERCONETI. (soluções em mídia). Disponível em: <http://www.merconeti.com.br/j/index.php?option=com_content&view=article&id=166:primeira-loja-da-madeplast-madeira-ecologica-e-inaugurada-em-curitiba>. Acesso em 22 mar. 2015.

⁸⁶ CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO PARANÁ. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dzNyGAANeyEJ:www.coreconpr.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Propostas-2013-2014.pdf+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

⁸⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=102091&tipo=0>. Acesso em: 26 fev. 2015.

A conformação partidária vencedora da eleição majoritária ao governo do estado do Paraná, nas eleições de 2002, configurou-se unicamente com o PMDB. Ou seja, o PMDB não se coligou com quaisquer outras siglas no citado pleito. Identificando-se com esta realidade, o conjunto de integrantes do comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado, e que possuía filiação partidária, advinha apenas do PMDB. Reinhold Stephanes e Jacir Cordeiro Bergmann II eram estes integrantes. Um destes dois integrantes acima citados (Reinhold Stephanes) possuía um percurso de intenso envolvimento em política partidária e em embates eletivos. Stephanes, que antes de integrar o comando da agência de fomento paranaense já tinha passagens de filiações pela ARENA/PDS e pelo PFL⁸⁸, apresentava também, como já descrito, uma vasta trajetória eletiva de deputado federal, além de ter ocupado várias pastas de secretariado estadual e ministérios de diversos governos.

No sentido do que retrata o quadro exposto mais acima, não foram encontrados registros de filiações partidárias em relação a três dos seis integrantes do grupo de comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado (Eduardo José Daibert de Araújo, Hélio Bampi e Odisnei Antônio Bega). Um único dentre estes seis (Jackson Pitombo Cavalcante Filho) consta como possuindo filiação partidária apenas em momento que não coincidiu com sua participação na agência de fomento. Assim, com filiação unicamente em momento posterior à sua participação na Fomento Paraná, Jackson P. Cavalcante Filho consta como filiado ao PSD a partir de 06.10.2011⁸⁹.

Completando os apontamentos condizentes com o citado quadro, atesta-se que, independentemente de qualquer delimitação temporal, 3 dos 6 integrantes do comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado possuíram uma trajetória de filiação em um ou mais partidos políticos. Neste sentido, o registro histórico de tais filiações partidárias destes 3 integrantes é o seguinte: 2 filiações ao PMDB, 2 ao PSD, 1 à ARENA e 1 ao PFL.

⁸⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=102091&tipo=0 Acessado em: 26 fev. 2015.

⁸⁹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>. Acesso em: 13 mai. 2015.

De todos os 6 integrantes do comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado, referentes à administração Requião que foi de 2003 até 2006, dois deles terão participação, nesta agência de fomento, também na última gestão governamental de Roberto Requião (2007-2010): Hélio Bampi e Odisnei Antonio Bega. Especificando os espaços ocupados na Fomento Paraná por cada um deles, o primeiro mencionado, Hélio Bampi, teve seu nome aprovado pelo Banco Central em 06.12.2004, 17.06.2005 e 28.05.2008 para atuar, enquanto Conselheiro, no Conselho de Administração. E o segundo, Odisnei Antonio Bega, teve seu nome aprovado pelo Banco Central em 04.05.2006, 29.06.2007, 28.05.2008, 29.05.2009 e 11.05.2010 para atuar no Conselho Fiscal (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Segue abaixo a lista específica condizente ao período aqui examinado (2003-2006), referente aos integrantes dos Conselhos e Diretorias da Fomento Paraná, estando destacados os membros relacionados aos interesses empresariais.

Quadro 10: FOMENTO PARANÁ - Integrantes do comando da instituição entre 2003 e 2006. Em destaque os membros relacionados ao empresariado.

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Allan Costa	CA	V. Presid.	18/02/2005
	CA	V. Presid.	17/06/2005
Altivo D. Gubert Junior	CA	Efetivo	17/6/2005
Álvaro Rodriguez	DIR	Diretor	17/04/2003
	DIR	Diretor	28/05/2004
Amer Soneh	CF	Efetivo	12/02/2004
	CF	Efetivo	28/05/2004
	CF	Efetivo	17/06/2005
Antonio Arten	DIR	Dir. Presid.	17/04/2003
	CA	Efetivo	29/07/2003
	CA	Efetivo	17/06/2005
	DIR	Dir. Presid.	17/06/2005
Antonio Calabresi	CF	Suplente	29/07/2003
	CF	Suplente	28/05/2004
	CF	Suplente	17/06/2005
	CF	Suplente	04/05/2006
Carlos Albuquerque	CA	Efetivo	17/06/2005

continua

continuação

Cesar Ferreira	CF	Efetivo	29/07/2003
	CF	Efetivo	28/05/2004
	CF	Efetivo	17/06/2005
	CF	Efetivo	04/05/2006
Cristina Stephanes	DIR	Diretor	17/04/2003
	DIR	Diretor	28/05/2004
	DIR	Diretor	17/06/2005
	DIR	Diretor	25/10/2005
Danilo Empinotti	DIR	Dir.	17/04/2003
	DIR	V.Presid.	28/05/2004
	DIR	Diretor	17/06/2005
	DIR	Diretor	25/10/2005
Disonei Zampieri	CA	Efetivo	29/07/2003
	CA	Efetivo	17/06/2005
Eduardo Araujo	CA	Efetivo	28/11/2005
Eleonora Fruet	CA	V. Presid.	17/4/2003
Ernesto Batista	DIR	Diretor	06/12/2004
	DIR	Diretor	17/06/2005
	DIR	Diretor	25/10/2005
Heitor Franca	CA	V. Presid.	26/10/2006
Helio Bampi	CA	Efetivo	06/12/2004
	CA	Efetivo	17/06/2005
Helio Rodrigues	DIR	Diretor	28/5/2004
Heron Arzua	CA	Presid.	17/04/2003
	CA	Presid	17/06/2005
Jacir Bergmann II	CA	Efetivo	26/10/2006
Jackson P. Cavalcante Filho	DIR	Diretor	17/04/2003
Jair Vendrusculo	CA	Efetivo	10/12/2003
Jorge Guerra	CA	Efetivo	10/12/2003
Jose L. da silva	DIR	Dir. Presid.	20/01/2003
Jose Richa Filho	DIR	Diretor	17/4/2003
Kazuto Yokoo	CF	Suplente	7/12/2005
Leonardo Andrade	DIR	Diretor	28/05/2004
	DIR	Diretor	17/06/2005
Luiz Forte Neto	CA	Efetivo	25/10/2005
Marcos A. Jagher	CF	Efetivo	29/07/2003
	CF	Suplente	12/02/2004
	CF	Suplente	28/05/2004
	CF	Suplente	17/06/2005
	CF	Efetivo	11/08/2005
	CF	Efetivo	04/05/2006

conclusão

Moacir J. Soares	CF	Efetivo	29/07/2003
	CF	Efetivo	28/05/2004
	CF	Efetivo	17/06/2005
	CF	Efetivo	04/05/2006
Murilo Schmitt	DIR	Diretor	06/12/2004
	DIR	Diretor	17/06/2005
Odisnei Bega	CF	Suplente	04/05/2006
Paulo Ragnini	CA	Efetivo	18/02/2005
	CA	Efetivo	17/06/2005
Reinhold Stephanes	CA	V. Presid.	15/9/2004
Solange Merida	CF	Suplente	29/07/2003
	CF	Suplente	28/05/2004
	CF	Suplente	17/06/2005
	CF	Suplente	04/05/2006

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal; DIR = Diretoria

(**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência; diretores.

Finalizando o presente tópico, verifica-se, nesta gestão referente ao governo Requião, uma presença menos intensa quanto à representação empresarial se comparado com o período anterior, no qual o governador era Jaime Lerner (PFL). Neste sentido, em relação ao conjunto de forças políticas e econômicas mais conservadoras, que no Paraná tradicionalmente foi mais aliada à ARENA e aos respectivos partidos dela derivados, e a partir dos anos 90 também visualizou no PSDB uma importante guarida, o PMDB deste estado invariavelmente encontrou na forte personalidade política de Requião a sua maior representatividade e se caracterizou historicamente pelo fato de apresentar maior imprevisibilidade em relação à possibilidade de implementação de alianças conjuntas com os interesses empresariais. Não obstante, tal imprevisibilidade igualmente se percebe em relação à consonância do PMDB com as principais forças políticas paranaenses reconhecidas como “de esquerda”, como o PT, o PCdoB e o PCB. Até porque, diferentemente do cenário eleitoral de 1998 para o governo do estado, em que Requião não foi eleito mas ao mesmo tempo se uniu a um bloco de partidos os quais se incluíam os três que se acabou de mencionar⁹⁰, o pleito de 2002 apresentava o PMDB em uma chapa sem

⁹⁰ CPDOC-FGV. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-requião-de-melo-e-silva>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

coligações e portanto desvinculada da chamada “esquerda” estadual. Ainda assim, o contexto político nacional, especialmente favorável à escolha do petista Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, propiciou uma condição satisfatória ao nome de Requião para o executivo paranaense tendo em vista que os dois, em 2002, passaram a decidir suas eleições no segundo turno, e a esquerda paranaense, de fora desta segunda volta estadual, optou pelo apoio a Requião em detrimento de Álvaro Dias, então no PDT mas apoiado no segundo turno pela direita local, aqui incluído o grupo ao qual pertencia Jaime Lerner.

3.2.3 O empresariado, nos espaços de comando da Fomento Paraná, na gestão Roberto Requião (2007-2010)

Levando em conta a gestão Roberto Requião referente ao período 2007-2010, entre os integrantes relacionados ao empresariado que fizeram parte do comando da Fomento Paraná haviam membros advindos do mundo das finanças (Odisnei Antonio Bega e Virgílio Moreira Filho), do setor madeireiro (Hélio Bampi e, novamente, Virgílio Moreira Filho), telecomunicações (de novo Hélio Bampi), desenvolvimento tecnológico e construção civil (mais uma vez Virgílio Moreira Filho), vestuário (Ardisson Naim Akel), comunicação (Nelson Garcia). Atente-se para o fato de que, examinando em paralelo os outros dois momentos administrativos anteriores, proporcionalmente aumenta-se o leque de atividades econômicas exploradas por aqueles que são caracterizados como “integrantes da Fomento Paraná relacionados ao empresariado”, ou seja, identicam-se casos de indivíduos que operam em mais de uma atividade econômica com proeminência comercial. Por outro lado, quando comparadas as três gestões aqui consideradas, observa-se que diminui quantitativa e significativamente o número total de integrantes da agência de fomento com conexões empresariais, haja vista que estes somavam 15 durante administração Lerner, seis na primeira administração Requião e cinco na segunda gestão. Tais fatos sugerem a existência de um novo perfil político quanto ao preenchimento dos espaços públicos de governo ao longo da era Requião mas, também, e principalmente, indica que ao longo do tempo o que acabou ocorrendo foi uma concentração cada vez maior da representação dos variados interesses econômicos por meio de um número cada vez menor de integrantes da Fomento Paraná relacionados ao empresariado. Em nível mais amplo, este contexto, por sua vez,

reflete a lógica da tendência capitalista global referente ao processo de convergência e acumulação dos investimentos privados intensificados a partir do final do século XX (CHESNAIS, 1995).

Importante salientar, também aqui em relação a este período administrativo 2007-2010, que as atividades econômicas descritas acima, referentes aos cinco membros da Fomento Paraná que foram situados, referem-se às principais áreas de atuação empresarial destes integrantes, haja vista que alguns dos mesmos operavam também em mais setores ou ramos comerciais, estes porém de pequena repercussão econômica se comparados com os que foram aqui descritos (igualmente visualizados no Quadro 11).

Quadro 11: FOMENTO PARANÁ - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (2007-2010)

Empresários	Comunicação	Madeireiro	Vestuário	Telecom.	Finanças	Desenvolv. Tecnol.	Const. Civil
Ardisson Akel			X				
Hélio Bampi		X		X			
Nelson Garcia	X						
Odisnei Bega					X		
Virgílio Moreira Filho		X			X	X	X

Fonte: Diversas, indicadas nas notas do capítulo. Elaborado pelo autor.

Entre os integrantes relacionados ao empresariado que fizeram parte do comando da Fomento Paraná no período 2007-2010, as atividades da agricultura e da pecuária já não aparecem mais como sendo os setores econômicos que encontram a maior parte da representação nesta agência de fomento. E este fato contrasta tanto com o primeiro período administrativos aqui delimitado quanto com o segundo. Ao mesmo tempo evidencia-se um novo e cada vez mais destacado setor de atuação de onde derivam alguns dos mencionados membros: o sistema financeiro. Tal campo de atividades refere-se a Odisnei Antonio Bega e Virgílio Moreira Filho. Bega, como já abordado em momento anterior, pois o mesmo também participou da gestão da agência de fomento no período 2003-2006 do governo Requião, foi gerente da Concórdia Corretora de Valores e operador no mercado de

capitais desde 1972. E, no que diz respeito à sua participação em atividades representativas profissionais e associativas, Bega foi Conselheiro efetivo no Conselho Regional de Economia do Paraná CORECON/PR (1992/1994 e 2000/2002) e foi vice-presidente do CORECON/PR (1993)⁹¹. O outro representante do sistema financeiro, Virgílio Moreira Filho, consta como Presidente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil/Seção Paraná (Sicoob Paraná)⁹². Quanto à sua participação em atividades sindicais, representativas de classe e associativas, Moreira Filho foi Vice-Presidente da FIEP e da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná (FACIAP) e foi eleito Presidente da Associação Comercial do Paraná em 2006, licenciando-se para continuar à frente da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul (OLIVEIRA, 2007), membro do Conselho de Representantes pelo Paraná na Confederação Nacional da Indústria (2005) e vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná (2005)⁹³. Em relação à filiação político-partidária, somente Moreira Filho é quem tem tal registro, e no PMDB desde 29.08.1986⁹⁴, sendo que não foram encontrados quaisquer registros de filiação quanto a Odisnei Antônio Bega.

Os demais integrantes relacionados ao empresariado que fizeram parte do comando da Fomento Paraná são advindos das seguintes empresas: Hélio Bampi, proprietário e diretor presidente da Radiante Engenharia de Telecomunicações, além de ser sócio da Industrial Madeireira Lageana e titular da Madeplast Indústria e Comércio de Madeira Plástica, da Corinfo Soluções Web e da Radiante Florestal⁹⁵ (setor de telecomunicações e setor madeireiro); Ardisson Naim Akel,

⁹¹ CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO PARANÁ. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dzNyGAANeyEJ:www.coreconpr.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Propostas-2013-2014.pdf+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acessado em: 11 jan. 2015.

⁹² TRADERS. Disponível em: <<http://www.4-traders.com/business-leaders/Virglio-Moreira-Filho-06S3BG-E/biography/>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

⁹³ PARANÁ ONLINE (notícias). Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/121650/>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁹⁴ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

⁹⁵ FIEP. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/helio-bampi-1-19212-150112.shtml>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

fundador e proprietário da Cia da Roupa⁹⁶ (ramo de tecidos e vestuário); e Nelson Garcia, dono de emissoras de rádio no interior do Paraná⁹⁷ (ramo da comunicação). Virgílio Moreira Filho junta-se a estes, haja vista que, além do seu ramo das finanças já anteriormente abordado, constata-se que este empresário também é acionista e um dos idealizadores da Bematech, empresa milionária do setor tecnológico⁹⁸; um dos proprietários da Cimentos Itambé Slaviero e diretor do grupo Fosforeira Brasileira S/A (OLIVEIRA, 2007); Diretor e Sócio da Sociedade Paranaense Comercial e Importadora Ltda. e Presidente da Virgilio Moreira Participação e Administração de Bens SA⁹⁹. Ressaltando o significado que Moreira Filho possuía quanto à sinalização ao empresariado paranaense de garantia de que os principais projetos econômicos das grandes empresas estariam em movimento de compasso com o contexto dos planejamentos políticos e das estratégias de governo da administração Requião, Oliveira (2007, p. 157) destaca que

Virgílio Moreira Filho é outro exemplo de relações pessoais ligando o Governador ao alto empresariado. Atual Secretário da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, Moreira Filho é diretor dos grupos Itambé, Fosforeira Brasileira S/A e Bematech. Foi um dos principais financiadores da campanha de Roberto Requião em 2006, tanto pessoalmente como por meio da Cimentos Itambé. Ele foi Vice-Presidente da FIEP e da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná (FACIAP), além ter participado de diretorias de outras entidades. Foi eleito Presidente da Associação Comercial do

⁹⁶ SINDILOJAS CURITIBA. Disponível em:

<<http://www.sindilojascuritiba.com.br/sindilojas-no-guerreiro-do-comercio-2014/>>. Acessado em: 18 fev. 2015.

⁹⁷ FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CRÉDITO DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.fetecpr.org.br/al-tem-dez-donos-de-emissoras/>>. Acesso em: 11 abr. 2015

⁹⁸ JORNAL ESTADAO. Disponível em:

<<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,brasil-tem-5-3-mil-investidores-anjo,120184e>>. Acessado em: 10 abr. 2015.

⁹⁹ TRADERS. Disponível em: <<http://www.4-traders.com/business-leaders/Virgilio-Moreira-Filho-06S3BG-E/biography/>>. Acessado em: 15 set. 2014.

Paraná em 2006, licenciando-se para continuar à frente da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul.

Quanto à atuação em instituições representativas de classe profissional e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais, evidencia-se que a maior parte dos integrantes relacionados ao empresariado que fizeram parte do comando da Fomento Paraná compuseram tais espaços. Na FIEP, além da presença de Moreira Filho acima relatada, participou também Hélio Bampi, integrando a diretoria desde 2003¹⁰⁰ e sendo vice-presidente no ano de 2010¹⁰¹. Em outras organizações profissionais e empresariais constatam-se: Odisnei Antônio Bega, como Conselheiro efetivo no Conselho Regional de Economia do Paraná CORECON/PR (1992/1994 e 2000/2002) e vice-presidente do CORECON/PR em 1993¹⁰²; Ardisson Naim Akel, como presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP) entre 1996 e 1998¹⁰³ e presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP) entre 1998 e 2010¹⁰⁴; e Virgílio Moreira Filho, igualmente já citado como integrante da FIEP, foi também vice-presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná (FACIAP) e eleito Presidente da Associação Comercial do Paraná em 2006, membro do Conselho de Representantes pelo Paraná na Confederação Nacional da Indústria

¹⁰⁰ SISTEMA FIEP, *ibidem*.

¹⁰¹ MERCONETI. (soluções em mídia). Disponível em: http://www.merconeti.com.br/j/index.php?option=com_content&view=article&id=166:primeira-loja-da-madeplast-madeira-ecologica-e-inaugurada-em-curitiba. Acessado em: 20 ago. 2014.

¹⁰² CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO PARANÁ. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:dzNyGAANeyEJ:www.coreconpr.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Propostas-2013-2014.pdf+&cd=11&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 02 nov. 2014.

¹⁰³ JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.juntacomercial.pr.gov.br/modules/conteudo/> Acesso em: 22 out. 2014.

¹⁰⁴ CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XSKb8syad_UJ:cre-pr.jusbrasil.com.br/noticias/100480299/contabilistas-prestigiam-a-posse-de-ardisson-akel-na-junta-comercial-do-parana+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 13 mar. 2015.

(2005) e vice-presidente da Federação das Associações Comerciais do Paraná (2005)¹⁰⁵. Assim, finalizando a presente abordagem a respeito dos membros do comando da Fomento Paraná que compuseram espaços de atuação em instituições representativas de classe profissional e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais, constata-se que três dos cinco integrantes do comando da agência de fomento relacionados ao empresariado são identificados com registros de envolvimento nestes mencionados grupos.

Considerando o período 2007-2010 referente à última gestão de Requião à frente do executivo estadual, os cinco integrantes do comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado, e detalhados anteriormente, delineiam a seguinte composição político-partidária:

Quadro 12: Filiações partidárias do comando da FOMENTO PARANÁ (2007-2010 – Governo Requião) vinculadas ao empresariado

Comando da Fomento Paraná relacionado ao empresariado	Filiação partidária	Data da filiação	Registros de filiações em outros períodos
Ardisson Akel	PSDB	29.09.2001	
Hélio Bampi	Sem		
Nelson Garcia	PSDB	27.08.2003	PFL (entre 19.02.1991 e 10.02.2003)
Odisnei Bega	Sem		
Virgílio Moreira Filho	PMDB	29.08.1986	

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

PMDB e PSC foram os partidos que, coligados, levaram Roberto Requião à reeleição no pleito de 2006. Todavia, fazendo eco ao peso insignificante do PSC no sentido da pequena participação de correligionários seus na composição do primeiro escalão administrativo e da própria governabilidade do governo estadual, observou-se que nenhum dos integrantes do comando da Fomento Paraná que tivessem vínculos empresariais pertenciam a este partido ou mesmo tiveram qualquer registro histórico de filiação a esta sigla. Por sua vez, na condição de filiados ao PMDB, consta o nome de Virgílio Moreira Filho como integrante do comando da Fomento Paraná relacionado ao empresariado. Moreira Filho é filiado ao PMDB desde 29.08.1986 e

¹⁰⁵ PARANÁ ONLINE (notícias). Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/121650/>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

dele não se encontrou qualquer outro registro histórico de filiação em demais partidos.

O quadro também expressa que não foram encontradas ocorrências de filiações partidárias em relação a dois dos cinco integrantes do grupo de comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado (Odisnei Antônio Bega e Hélio Bampi). Por sua vez, considerada a quantificação das trajetórias de filiações dos outros três integrantes, independentemente de qualquer delimitação temporal, verifica-se o seguinte registro histórico de filiações destes empresários: duas filiações ao PSDB, uma ao PMDB e uma ao PFL/DEM. Relevante portanto perceber que o somatório das trajetórias de filiações dão conta de que o PMDB, o partido político do governador Requião, não contempla a maior parte de tais registros históricos, ficando atrás do PSDB, sigla que, na eleição seguinte, faria Beto Richa como novo governador. E, como neste momento estamos tratando mais especialmente do exame de integrantes do grupo de comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado, tal fato também sinaliza que o perfil histórico de lealdade destes integrantes da agência de fomento estaria menos sintonizado com uma trajetória de fidelidade política do que empresarial.

Oportuno também se faz constatar que, ainda que o PSDB, com Beto Richa, elege-se em primeiro turno o governador paranaense nas eleições de 2010, este partido não lançou candidatura ao executivo estadual na eleição de 2006, apresentando somente postulantes aos cargos de deputado estadual, federal e senador, sendo todos eles, porém, sem quaisquer coligações com outros partidos¹⁰⁶. Não obstante, como visto no parágrafo acima e também no quadro anterior, o PSDB já se fazia presente no governo Requião e, na Fomento Paraná, teve dois dos cinco integrantes do comando desta agência de fomento relacionados ao empresariado: Ardisson Naim Akel e Nelson Garcia.

Nesta direção, há também que se salientar que, na última gestão da administração Requião, de todos os cinco integrantes do comando da Fomento Paraná relacionados ao empresariado, o único que adveio do governo Jaime Lerner é o peessedebista Ardisson Naim Akel. Atente-se ao fato de que, aprovado pelo Banco Central nas datas de 08.11.1999, 30.04.2007 e 28.05.2008 para compôr o Conselho de Administração da agência de fomento paranaense (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015), Akel, ao pertencer ao PSDB desde o período referente ao

¹⁰⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.jus.br>. Acesso em: 21 fev. 2015.

governo Lerner, incorporou tal sigla que não fez parte nem da chapa do grupo de partidos que levou Lerner à reeleição, em 1998, e nem mesmo integrou as coligações vitoriosas de Requião ao governo do estado em 2002 e 2006. Assim, tendo em vista a ausência de impedimentos para a inserção de um influente representante empresarial do PSDB no contexto das políticas públicas de fomento planejadas pelos governos Lerner e Requião, tal realidade simboliza e sinaliza muito mais um aceno positivo das referidas administrações governamentais ao conjunto do empresariado paranaense do que uma pretensa preocupação com divergências partidárias que pudessem interferir no preenchimento de cargos do aparelho de estado constituído. E Akel, com sua trajetória de destaque no setor lojista do vestuário, e tendo sido presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP) e da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP), expressa exatamente tais interesses empresariais e ao mesmo tempo representa importante moeda de troca, pois cumpre com a expectativa de interlocução ao tradicional poder de mando das principais lideranças burocráticas e políticas paranaenses.

Segue abaixo a lista específica (Quadro 13) condizente ao período aqui examinado (2007-2010), referente aos integrantes dos Conselhos e Diretorias da Fomento Paraná, estando destacados os membros relacionados aos interesses empresariais.

Quadro 13: FOMENTO PARANÁ - Integrantes do comando da instituição entre 2007 e 2010. Em destaque os membros relacionados ao empresariado.

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Antonio Calabresi	CF	Suplente	29/06/2007
	CF	Suplente	28/05/2008
	CF	Suplente	29/05/2009
	CF	Suplente	11/05/2010
Ardisson Akel	CA	Efetivo	30/04/2007
	CA	Efetivo	28/05/2008
Carlos Albuquerque	CA	Efetivo	28/05/2008
Cesar Ferreira	CF	Efetivo	29/06/2007
	CF	Efetivo	28/05/2008
	CF	Efetivo	29/05/2009
	CF	Efetivo	11/05/2010
Cristina Stephanes	DIR	Diretor	28/05/2008
	DIR	Diretor	9/09/2008
Danilo Empinotti	DIR	Diretor	28/05/2008
	DIR	Diretor	19/09/2008

continua

Eliel de Freitas	CA	Efetivo	14/7/2010
Ernesto Batista	DIR	Diretor	28/05/2008
	DIR	Diretor	19/09/2008
Fernando Mazon	DIR	Diretor	14/1/2009
Heitor Franca	CA	V. Presid.	28/05/2008
Helio Bampi	CA	Efetivo	28/05/2008
Herlon Almeida	CA	Efetivo	04/07/2007
	CA	Efetivo	28/05/2008
Heron Arzua	CA	Presid.	28/05/2008
Leonardo Andrade	DIR	Diretor	8/05/2008
Luiz Forte Neto	CA	Efetivo	28/05/2008
Marcos A. Jagher	CF	Efetivo	29/06/2007
	CF	Efetivo	28/05/2008
	CF	Efetivo	29/05/2009
	CF	Efetivo	11/05/2010
Moacir J. Soares	CF	Efetivo	29/06/2007
	CF	Efetivo	28/05/2008
	CF	Efetivo	29/05/2009
	CF	Efetivo	11/05/2010
Murilo Schmitt	CA	Efetivo	28/05/2008
	DIR	Dir. Presid.	28/05/2008
	DIR	Diretor	28/05/2008
Nelson Garcia	CA	Efetivo	30/04/2007
	CA	Efetivo	28/05/2008
Odisnei Bega	CF	Suplente	29/06/2007
	CF	Suplente	28/05/2008
	CF	Suplente	29/05/2009
	CF	Suplente	11/05/2010
Sergio Marchauek	CA	V. Presid.	2/9/2010
Solange Merida	CF	Suplente	29/06/2007
	CF	Suplente	28/05/2008
	CF	Suplente	29/05/2009
	CF	Suplente	11/05/2010
Tercio Albuquerque	CA	Efetivo	14/7/2010
Virgilio Moreira Filho	CA	Efetivo	30/04/2007
	CA	Efetivo	28/05/2008
Wilson Lipski	CA	Efetivo	14/7/2010

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal; DIR = Diretoria

(**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência; diretores.

Como abordado também em relação aos tópicos anteriores, as circunstâncias condizentes com as participações empresariais em cada uma das gestões é condicionada tanto pelo perfil ideológico das forças

políticas que assumem os quadros administrativos do governo do estado como também é configurada a partir das repercussões advindas da dinâmica das forças políticas que se articulam já nas campanhas eleitorais do grupo de gestão que corresponderá à ocupação do aparelho de poder estadual.

No caso deste último momento aqui considerado, ainda que Requião alcançasse sua reeleição, a disputa eleitoral de 2006 foi a mais concorrida não somente em relação aos outros dois períodos delimitados pelo estudo mas também acabou sendo a mais disputada de toda a história dos pleitos eleitorais para o executivo paranaense. Obtendo no segundo turno uma vantagem de 0,20%, Requião derrota Osmar Dias (PDT), este último representando uma coligação que envolvia, entre outros partidos menores, o PP e o PTB. O PFL estava como vice de Rubens Bueno (PPS), que alcançou somente 8% no primeiro turno, enquanto o PSDB não lançou candidato ao executivo e nem oficializou apoio a quaisquer candidaturas, ainda que Álvaro Dias, seu principal nome no estado, sinalizava apoio ao irmão Osmar Dias. Tradicionalmente disseminada a partir das tendências ideológicas relacionadas aos citados partidos, as principais forças políticas do empresariado paranaense não conseguiram simbolizar qual seria sua principal representação política por meio de quaisquer dos mencionados candidatos. Por sua vez, a chamada esquerda paranaense se encontrava ainda mais fragmentada do que em momentos anteriores, e com o candidato Flávio Arns (PT) tendo como vice o PL e alcançando somente 9% dos votos. Este fatores contribuíram com o formato conturbado deste período eleitoral e com o consequente resultado apertado nas urnas em favor de Requião.

Já no ano de 2010, momento que coincide com o final do recorte temporal delimitado pelo presente estudo, Requião não consegue fazer seu sucessor para o governo do estado. Todavia, elege-se para a segunda vaga ao senado, sendo que para a primeira cadeira foi escolhida Gleisi Hoffmann, do PT. O então senador Álvaro Dias, do PSDB, tinha mais quatro anos no que se refere à continuidade de seu mandato em Brasília, fato este que amenizou sua situação quanto ao dilema entre apoiar o candidato a governador de seu partido, Beto Richa, ou então apoiar, para o mesmo cargo, seu irmão Osmar Dias, do PDT, e que se encontrava sustentado pela coligação formada pelo PMDB e pelo PT, principais rivais de Álvaro nos últimos pleitos então disputados no Paraná. Ademais, o contexto concorrencial da política paranaense de 2010 se apresentou ainda mais intensificado com a união, no plano federal, do PT, PMDB e PDT que, juntos também na campanha presidencial,

apoiaram Dilma Rousseff e se opuseram a José Serra, do PSDB, na disputa eletiva para tal cargo.

4 O BADESUL E SUA COMPOSIÇÃO POLÍTICA E EMPRESARIAL REPRESENTADA PELOS MEMBROS DO COMANDO INSTITUCIONAL (1998-2010)

Trataremos em primeiro lugar de verificar a normatização quanto ao preenchimento dos espaços de comando do BADESUL, utilizando para isso a fundamentação estatutária da instituição, e, a partir daí, localizar a estrutura dos cargos decisórios da empresa no sentido de identificar quais foram seus membros ocupantes das diretorias e dos conselhos administrativo e fiscal. A partir da verificação da eleição destes nomes para a ocupação de tais espaços e a respectiva identificação da aprovação dos mesmos pelo Banco Central, é que poderemos ter em mãos o conjunto completo dos integrantes os quais examinaremos quanto às suas relações políticas e empresariais tecidas até e no momento em que integraram a instituição. Para tanto, procederemos com o reconhecimento de suas filiações partidárias antes e no momento em que constituíram o BADESUL, suas profissões/ocupações e formações acadêmicas realizadas até aquela oportunidade, para, ao final, identificar as relações empresariais de que fizeram parte, assim como suas composições em espaços de atuação de entidades sindicais, instituições representativas de classe e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais. Ao término, traçaremos a trajetória de atuação política de cada um destes membros e suas atividades no contexto político-partidário executados até e no momento em que integraram a agência de fomento.

4.1 PREENCHIMENTO DOS ESPAÇOS DE COMANDO E VINCULAÇÕES POLÍTICAS E PROFISSIONAIS

Em seus Artigos 11, 16, 23 e 37, o estatuto social do BADESUL estabelece, da seguinte forma, os procedimentos de como deve se dar a constituição dos membros do comando desta agência de fomento em sua estrutura de diretoria e dos conselhos administrativo e fiscal:

Art. 11 Competirá à Assembleia Geral Ordinária :
[...]

c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso. [...]

Art. 16 O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 8

(oito) membros, eleitos em Assembleia Geral, assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger 1 (um) de seus membros.

[...]

Art. 23 A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo 3 (três) membros e no máximo 6 (seis) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente e até 4 (quatro) Diretores

[...]

Art. 37 O Conselho Fiscal da sociedade, com as atribuições e deveres que a lei lhe confere, tem caráter permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e de igual número de suplentes, todos brasileiros, residentes no país, eleitos pela Assembleia de acionistas, assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger um membro efetivo e o respectivo suplente.

(BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.

-AGÊNCIA DE FOMENTO / RS, 1998)

Na delimitação referente ao período que vai do início da constituição dos Conselhos de Administração e Fiscal do BADESUL (em 04.12.1998) até o momento final do recorte analítico (31.12.2010), foram em número de 53 os integrantes desta agência de fomento que ocuparam seus espaços de comando (Diretorias e os referidos Conselhos).

Estes 53 integrantes tiveram seus nomes aprovados pelo Banco Central em várias datas diferentes, como se pode visualizar abaixo (Quadro 14).

Quadro 14: BADESUL - Integrantes da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal (comando da instituição) entre 1998 e 2010

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Angelo Menegat	CA	Efetivo	16/8/2002
Antônio Jaques	CA	Efetivo	4/12/1998
Antônio Streb	CF	Efetivo	4/12/1998
Ario N. Soares	CF	Efetivo	4/12/1998
Arno H. Augustin Filho	CA	Efetivo	25/03/1999
	CA	V. Presid.	06/07/2001
Carlos A. Neves	DIR	Diretor	25/3/1999

continua

continuação

Carlos Hartmann	DIR CA	Dir. Presid. Efetivo	08/05/2009 31/07/2009
Celso Luft	CF CF CF CF CF CF CF CF CF	Suplente Efetivo Efetivo Suplente Suplente Suplente Suplente Suplente Suplente	26/03/2003 29/08/2003 26/04/2004 30/03/2005 31/05/2006 12/04/2007 12/05/2008 14/04/2009 08/04/2010
Claudia Hofmeister	CF CF CF CF	Suplente Suplente Suplente Suplente	25/03/1999 05/07/2000 06/07/2001 07/06/2002
Cleir Victoria	CF	Suplente	4/12/1998
Clovis I. da Silva	CA	V. Presid.	25/3/1999
Dagoberto Godoy	CA DIR CA DIR	Presid. Dir. Presid. Presid. Dir. Presid.	26/03/2003 03/04/2003 30/03/2005 10/06/2005
Denise Russo	DIR DIR	Diretor Diretor	17/05/2004 10/06/2005
Dilma Rouseff	CF CF CF CF	Efetivo Efetivo Efetivo Efetivo	25/03/1999 05/07/2000 06/07/2001 07/06/2002
Diogenes Oliveira	DIR	Dir. V.Presid.	25/3/1999
Edemar Tutikian	DIR DIR DIR DIR	Diretor Diretor Diretor Diretor	03/04/2003 10/06/2005 28/03/2007 08/05/2009
Eduardo A. de L. Maldonado Filho	CA DIR DIR CA	Efetivo Dir. Presid. Dir. Presid. Efetivo	25/03/1999 25/03/1999 06/07/2001 06/07/2001
Elmiro Hallmann	CF CF CF CF CF CF CF CF	Efetivo Efetivo Efetivo Efetivo Efetivo Efetivo Efetivo Efetivo	26/03/2003 26/04/2004 30/03/2005 31/05/2006 12/04/2007 12/05/2008 14/04/2009 08/04/2010
Ernani Althaus	CF	Efetivo	8/5/2009

continuação

Getulio da Silva	CA	Efetivo	26/03/2003
	CA	Efetivo	30/03/2005
	CA	Efetivo	12/04/2007
	CA	Efetivo	14/04/2009
Helio Henkin	CA	Efetivo	4/12/1998
Jackson de Toni	CF	Suplente	25/03/1999
	CF	Suplente	05/07/2000
	CF	Suplente	06/07/2001
	CF	Suplente	07/06/2002
Jacques Nocchi Filho	DIR	Diretor	08/06/1999
	DIR	Dir. V.Presid.	06/07/2001
Joao C. B. Torres	CA	Presid.	4/12/1998
Joni J. Kaercher	DIR	Diretor	28/03/2007
	DIR	Diretor	08/05/2009
Jorge Cardoso	CF	Suplente	26/04/2004
	CF	Suplente	30/03/2005
	CF	Suplente	31/05/2006
	CF	Suplente	12/04/2007
	CF	Suplente	12/05/2008
	CF	Suplente	14/04/2009
	CF	Suplente	08/04/2010
Jose Fernandes	CA	Efetivo	16/8/2002
Jose Hoffmann	CA	Efetivo	25/03/1999
	CA	Efetivo	06/07/2001
Jose L. Moraes	CA	Presid.	25/03/1999
	CA	Presid.	06/07/2001
Josue Barbosa	CA	V. Presid.	31/7/2009
Juarez Molinari	DIR	Diretor	28/3/2007
Lauro A. Cerutti	CF	Suplente	26/03/2003
	CF	Efetivo	26/04/2004
	CF	Efetivo	30/03/2005
	CF	Efetivo	31/05/2006
	CF	Efetivo	12/04/2007
	CF	Efetivo	12/05/2008
	CF	Efetivo	14/04/2009
	CF	Efetivo	08/04/2010
Lessi Pinheiro	CF	Efetivo	25/03/1999
	CF	Efetivo	05/07/2000
	CF	Efetivo	06/07/2001
	CF	Efetivo	07/06/2002
Luiz C. Teixeira	CF	Efetivo	4/12/1998
Luiz C. Noronha	CA	V. Presid.	4/12/1998
Marcio Biolchi	CA	Presid.	31/7/2009

continuação

Milton Kruger	CF	Suplente	31/05/2006
	CF	Suplente	12/04/2007
	CF	Suplente	12/05/2008
	CF	Suplente	14/04/2009
	CF	Suplente	08/04/2010
Nilo Fantinelli	CF	Suplente	4/12/1998
Paulo A. Born	CF	Efetivo	30/03/2005
	CF	Efetivo	31/05/2006
	CF	Efetivo	12/04/2007
	CF	Efetivo	12/05/2008
	CF	Efetivo	14/04/2009
	CF	Efetivo	08/04/2010
Pery Coelho	DIR	Dir. V.Presid.	28/03/2007
	DIR	Dir. V.Presid.	08/05/2009
Ricardo Englert	CA	Efetivo	04/12/1998
	CA	V. Presid.	26/03/2003
	CA	V. Presid.	30/03/2005
	CA	Presid.	22/01/2007
	CA	V. Presid.	12/04/2007
	CA	V. Presid.	14/04/2009
	CA	Efetivo	31/07/2009
Ricardo Felizzola	CA	Efetivo	12/04/2007
	CA	Efetivo	14/04/2009
Ricardo R. Hingel	CA	V. Presid.	22/01/2007
	CA	Efetivo	12/04/2007
	CA	Presid.	14/04/2009
	CA	Efetivo	31/07/2009
Rogerio A. de Wallau	DIR	Dir. V.Presid.	03/04/2003
	DIR	Dir. V.Presid.	10/06/2005
	DIR	Dir. Presid.	05/01/2007
	DIR	Diretor	28/03/2007
	DIR	Diretor	08/05/2009
Rogerio Sola	CF	Efetivo	26/3/2003
Sergio Kapron	DIR	Diretor	27/6/2002
Susana Kakuta	DIR	Dir. Presid.	28/03/2007
	CA	Presid.	12/04/2007
Tereza Campello	CF	Efetivo	25/03/1999
	CF	Efetivo	05/07/2000
	CF	Efetivo	06/07/2001
	CF	Efetivo	07/06/2002
Valmir Silveira	CF	Suplente	25/03/1999
	CF	Suplente	05/07/2000
	CF	Suplente	06/07/2001
	CF	Suplente	07/06/2002

conclusão

Valter Nagelstein	DIR	Diretor	6/7/2005
Vanderlino	CF	Efetivo	26/03/2003
Ramage	CF	Suplente	26/04/2004
Vera Lermen	CF	Suplente	4/12/1998
Zelio Silveira	CF	Suplente	26/03/2003
	CF	Suplente	26/04/2004
	CF	Suplente	30/03/2005

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal; DIR = Diretoria.

(**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência; diretores.

Em relação às filiações político-partidárias destes 53 integrantes (Quadro 15), condizentes com o momento que coincidiu com a ocupação dos mesmos em seus respectivos cargos no comando do BADESUL, constata-se o registro de 13 destes integrantes como filiados ao PT, 7 ao PMDB, 4 ao PSDB, 2 ao PDT, 1 ao DEM, 1 ao PSB e 1 ao PTB. Uma das integrantes, no quadro abaixo, tem seu nome repetido entre os filiados ao PT e ao PDT devido ao fato de que, das quatro oportunidades em que o Banco Central aprovou seu nome para participar do Comando do BADESUL, a mesma esteve filiada ao PDT nas duas primeiras datas de aprovação e ao PT nas duas datas seguintes. Quanto aos restantes, percebe-se que 3 deles não tiveram filiações partidárias nos momentos de suas participações na agência de fomento, mas tiveram filiações em outro(s) momento(s). E por fim, verifica-se a presença de 22 outros integrantes os quais não foram encontrados registros de filiações partidárias.

Quadro 15: Filiação partidária dos integrantes do comando do BADESUL (1998-2010)

Filiados	Origem	Data da Filiação
PT		
Angelo Menegat	Porto Alegre	25/11/1995
Arno H. Augustin Filho	Porto Alegre	13/11/1987
Carlos A. Neves	Porto Alegre	29/11/1995
Claudia Hofmeister	Porto Alegre	18/03/2001
Clovis I. da Silva	Porto Alegre	01/01/1981
Dilma Rousseff	Porto Alegre	18/03/2001
Diogenes Oliveira	Não encontrado	Não encontrado
Jackson de Toni	Porto Alegre	05/01/1985
Jose Fernandes	Porto Alegre	14/10/1999

continua

Jose Hoffmann	Porto Alegre	01/03/1990
Jose L. Moraes	Porto Alegre	04/09/1991
Sergio Kapron	Porto Alegre	15/12/1995
Tereza Campello	Porto Alegre	11/04/1992
PMDB		
Antônio Jaques	Porto Alegre	07/05/1986
Edemar Tutikian	Porto Alegre	05/10/2007
Joao C. B. Torres	Porto Alegre	02/05/1983
Marcio Biolchi	Carazinho	15/09/1999
Ricardo Englert	Porto Alegre	10/04/1999
Rogério A. de Wallau	Porto Alegre	10/04/2000
Valter Nagelstein	Porto Alegre	06/09/2003
PSDB		
Carlos Hartmann	Rio Grande	01/10/2007
Ernani Althaus	Paverama	21/05/2003
Getulio da Silva	Herval	1998
Juarez Molinari	Rio Grande	04/11/2005
PDT		
Dilma Rousseff	Não encontrado	1979
Pery Coelho	Porto Alegre	04/04/1981
DEM		
Jorge Cardoso	Porto Alegre	18/09/1986
PTB		
Joni J. Kaercher	Porto Alegre	09/03/2001
PSB		
Valmir Silveira	São Luiz Gonzaga	26/09/1995
Com filiações em momentos distintos de suas participações no comando do BADESUL: Lessi Pinheiro, Vanderlino Ramage, Vera Lermen.		

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

Quanto aos vínculos dos integrantes do comando do BADESUL com mandatos públicos eletivos, sendo eleitos para ocupar os mesmos ou possuindo alguma relação familiar com detentores destes respectivos mandatos, apresentam-se os seguintes registros (na sequência, as informações sobre a participação na direção do BADESUL são do Banco Central do Brasil (2015)):

- **Clóvis Ilgenfritz da Silva**, integrante do Conselho de Administração do BADESUL, ocupando a vice-presidência do mesmo no governo Olívio Dutra, é filho de Ruben Kessler da Silva, ex-prefeito

de Ijuí (PSD)¹⁰⁷. Foi eleito vereador de Porto Alegre, pelo PT, em 1988, 1992 e 1996. Mais tarde exerceu, como Suplente, o mandato de Deputado Federal na legislatura 1999-2003 (PT), mais especificamente no período de 4 de janeiro a 14 de fevereiro de 2001, e de 16 de fevereiro de 2001 a 5 de abril de 2002¹⁰⁸.

- **Ernani José Althaus**, integrante da Diretoria do BADESUL no governo Yeda Crusius, foi prefeito do município de Paverama (RS) na gestão 2001-2004 (PP) e na gestão 2005-2008 (PSDB)¹⁰⁹.

- **Juarez Monteiro Molinari**, integrante da Diretoria do BADESUL no governo Yeda Crusius, foi vereador, pelo PDS, no Município de Rio Grande e também foi presidente da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (Uvergs) no início da década de 80¹¹⁰.

- **Márcio Della Valle Biolchi**, presidente do Conselho de Administração do BADESUL no governo Yeda Crusius, é filho do ex-deputado federal Osvaldo Biolchi, que exerceu três mandatos de deputado federal (1995-2006), sendo os dois primeiros pelo PTB e o terceiro pelo PMDB¹¹¹. Márcio Biolchi ingressou na vida pública em 2000, quando foi eleito o vereador mais jovem e mais votado de Carazinho, com 1.754 votos. Em 2002, Biolchi foi eleito deputado estadual com 35.241 votos, conquistando uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em 2006, foi reeleito deputado estadual¹¹². Por fim, nas eleições de 2014, Márcio Biolchi foi eleito para

¹⁰⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:QZahlEPxAjcl:www.camara.gov.br/sileg/integras/24273.doc+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>.

Acesso em: 18 abr. 2015.

¹⁰⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=73689&tipo=1>. Acesso em: 18 abr. 2015.

¹⁰⁹ PREFEITURA DE PAVERAMA, RS. Disponível em:

<<http://www.paverama.rs.gov.br/site/>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

¹¹⁰ UNIÃO DOS VEREADORES DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em:

<<http://www.uvergs.com.br/noticias/693/19/7>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

¹¹¹ JORNAL ZERO HORA (PORTO ALEGRE). Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/12/morre-aos-78-anos-o-ex-deputado-federal-osvaldo-biolchi-3988469.html>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

¹¹² PÁGINA PESSOAL DE MÁRCIO BIOLCHI. Disponível em:

<<http://www.marciobiolchi.com.br/web/index.php?menu=sobre>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

o cargo de deputado federal¹¹³. Para todos estes mandatos, Márcio Biolchi foi eleito pelo PMDB.

Todos os integrantes do comando do BADESUL pontuados acima foram portanto eleitos para variados cargos públicos do legislativo e do executivo (vereador, deputado estadual, deputado federal e prefeito), ou possuíam alguma relação familiar com detentores destes respectivos cargos. Como o número de integrantes do espaço decisório do BADESUL somava 53, percebe-se, por conseguinte, um total de 7,5% dos membros que possuíam tais trajetórias.

Quanto à formação acadêmica, profissões e ocupações dos 53 integrantes dos postos de comando do BADESUL (vide quadro abaixo), constata-se, entre outros detalhes, que:

- 47 possuíam formação superior completa e 1 não chegou a completar seu curso acadêmico. Tais acadêmicos estavam dispostos em 12 diferentes cursos, sendo que os curso mais contemplados foram os de Economia (20 integrantes), Direito (8 integrantes), Ciências Contábeis (7 integrantes), Administração (6 integrantes) e Agronomia e Engenharia Civil (cada um deles com 3 integrantes). Verificou-se ainda a presença de 7 pós-graduados, 9 Mestres e 6 doutores;
- 5 bancários, porém nenhum deles era servidor público concursado pertencente aos quadros do próprio BADESUL;
- 5 servidores públicos estaduais, 1 servidor público municipal e 1 servidor público federal;
- e 14 integrantes caracterizados como empresários ou com forte relação com o empresariado pelo fato de participar de suas entidades e/ou defender institucionalmente os seus interesses.

Quadro 16: BADESUL (1998-2010) - Profissões/ocupações/formações dos integrantes do comando da instituição

Relações empresariais	Graduados em Direito	Advogados	Contadores	Ensino Superior Incompleto
Ario N. Soares	Ario N. Soares	Ario N. Soares	Antônio Streb	Marcio Biolchi
Celso Luft	Dagoberto Godoy	Edemar Tutikian	Celso Luft	
Dagoberto Godoy	Edemar	Ernani Althaus	Getulio da	Pós-

continua

¹¹³ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

continuação

	Tutikian		Silva	Graduados
Edemar Tutikian	Ernani Althaus	Joni J. Kaercher	Jorge Cardoso	Angelo Menegat
Hélio Henkin	Joao C. B. Torres	Juarez Molinari	Lauro A. Cerutti	Antônio Jaques
Jorge Cardoso	Joni J. Kaercher	Valter Nagelstein	Paulo A. Born	Carlos Hartmann
Juarez Molinari	Juarez Molinari		Rogério Sola	Denise Russo
Paulo A. Born	Valter Nagelstein	Admin. de Empresas		Jorge Cardoso
Pery Coelho		Denise Russo	Engen. Industrial	Rogério A. de Wallau
Ricardo Englert	Economistas	Getulio da Silva	Carlos Hartmann	Rogério Sola
Ricardo Felizzola	Antônio Jaques	Nilo Fantinelli		
Ricardo R. Hingel	Arno H. Augustin Filho	Pery Coelho	Servidor Púb. Municipal	Mestres
Rogério Sola	Carlos A. Neves	Vanderlino Ramage	Luiz C. Noronha	Antônio Jaques
Susana Kakuta	Cleir Victoria	Zelio Silveira		Arno H. Augustin Filho
	Dilma Rousseff		Servidores Púb. Estaduais	Dagoberto Godoy
Engen. Civil	Diogenes Oliveira	Téc. Proces. Dados	Antônio Jaques	Denise Russo
Claudia Hofmeister	Eduardo A. de L. Maldonado Filho	Jackson de Toni	Carlos A. Neves	Jorge Cardoso
Dagoberto Godoy	Helio Henkin		Jose L. Moraes	Jose Hoffmann
Luiz C. Noronha	Jackson de Toni	Engen. Agrônomo	Josue Barbosa	Ricardo Felizzola
	Jacques Nocchi Filho	Angelo Menegat	Vera Lermen	Rogério Sola
Engen. Eletrônico	Jose Fernandes	Jose Hoffmann		Sergio Kapron
Ricardo Felizzola	Jose L. Moraes	Rogério A. de Wallau	Servidor Público Federal	
	Josue Barbosa		Edemar Tutikian	Doutores
Arquiteto/urbanista	Lessi Pinheiro	Médico		Helio Henkin
Clovis I. da Silva	Ricardo Englert	Juarez Molinari	Bancários	Eduardo A. de L. Maldonado Filho
	Ricardo R. Hingel	Profs. Universitários	Ario N. Soares	Jackson de Toni
Militar	Sergio Kapron	Carlos Hartmann	Getulio da Silva	Joao C. B. Torres
Vanderlino Ramage	Tereza	Eduardo A. de L.	Milton Kruger	Lessi

				conclusão
	Campello	Maldonado Filho		Pinheiro
	Valmir Silveira	Helio Henkin	Ricardo Englert	Susana Kakuta
Téc. Contabilidade	Vera Lermen	Joao C. B. Torres	Ricardo R. Hingel	
Ario N. Soares		Lessi Pinheiro		
	Sanitarista			
	Luiz C. Noronha			

Fonte: Elaborado pelo autor (2016) a partir de dados referentes às fontes das Notas de rodapé do Capítulo 4.

Obs.: o motivo de se classificar alguns integrantes enquanto “graduados em Direito” e outros enquanto “advogados” se deve ao fato de que nem todos os que tiveram tal formação acadêmica acabaram seguindo a carreira advocatícia.

Em seguida, trataremos ainda mais detalhadamente do formato referente à presença e participação de representantes do empresariado no BADESUL. Dar-se-á um enfoque geral acerca da presença de tais empresários, embora, ao mesmo tempo, serão abordados os aspectos específicos que caracterizam cada um destes integrantes, em especial quanto aos seus ramos de atuação empresarial e em relação às suas vinculações políticas e às respectivas contextualizações estaduais e nacionais às quais os mesmos se encontravam envolvidos. Uma observação preliminar em relação à gestão Olívio Dutra (1999-2002) é que a mesma foge ao padrão das demais administrações examinadas pelo fato de não contemplar o comparecimento de empresários nos espaços de comando institucional do BADESUL. Neste aspecto, o mandato de Dutra expressa um contraponto aos procedimentos tanto de ordem institucional como de ordem política e ideológica que até então se faziam expressas e que, após a sua gestão, igualmente voltaram a se suceder.

4.2 A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DO EMPRESARIADO NOS CARGOS DE COMANDO DO BADESUL

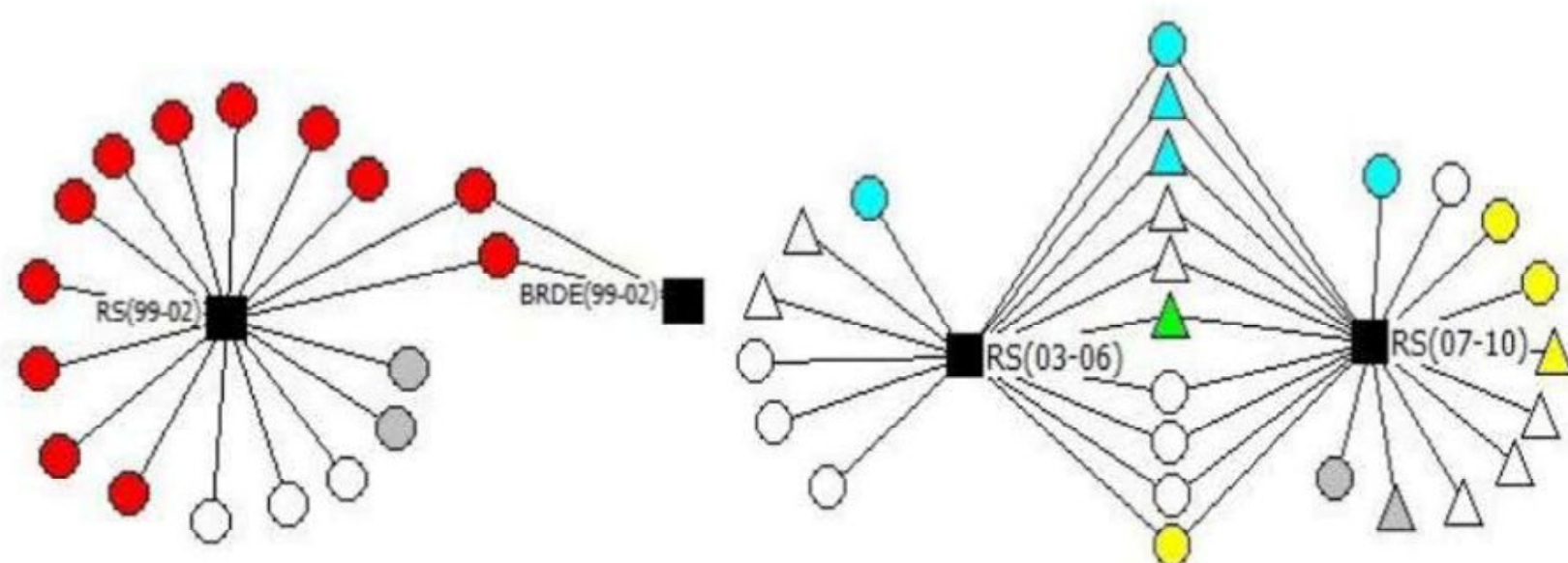
Como já expresso no início deste capítulo, os Artigos 11, 16, 23 e 37 do Estatuto Social do BADESUL trazem as orientações principais quanto aos procedimentos voltados à composição do Conselho Administrativo, Fiscal e das Diretorias desta agência de fomento. E em momento algum ficam expressas quaisquer determinações que prevejam obrigatoriedades quanto à ocupação destes espaços de comando por

meio de representantes de setores do empresariado. Ainda assim, como poderemos observar adiante, uma proporção bastante considerável de empresários e de indivíduos fortemente vinculados aos seus interesses participaram dos cargos decisórios do BADESUL ao longo do período delimitado (1998-2010).

Desta forma, desde 04.12.1998, data da primeira aprovação dos membros dos Conselhos Fiscal e de Administração pelo Banco Central para participarem do BADESUL enquanto agência de Fomento, até o final do período delimitado pelo estudo (31.12.2010), foram 14 os integrantes dos referidos conselhos e diretores da mencionada instituição que são caracterizados como Empresários ou como indivíduos que possuíam alguma relação estreita com o empresariado. Assim, estes 14 integrantes totalizam 26,4% do total de 53 membros pertencentes aos referidos Conselhos e Diretoria no que tange ao recorte do estudo.

Não obstante, mais abaixo, no “Sociograma 2 a”, apresenta-se uma visualização gráfica quanto à ocupação empresarial e partidária dos cargos de comando do BADESUL ao longo do período 1999-2010. Embora o término do ano de 1998 faça parte do período inicial de funcionamento desta agência, cumpre destacar que este breve momento ficou excluído do citado sociograma tendo em vista a impossibilidade de considerá-lo como parâmetro comparativo aos quatro anos de cada uma das três subseqüentes administrações governamentais implementadas entre 1999 e 2010.

Sociograma 2a - BADESUL. Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Membros, filiação partidária e empresários.



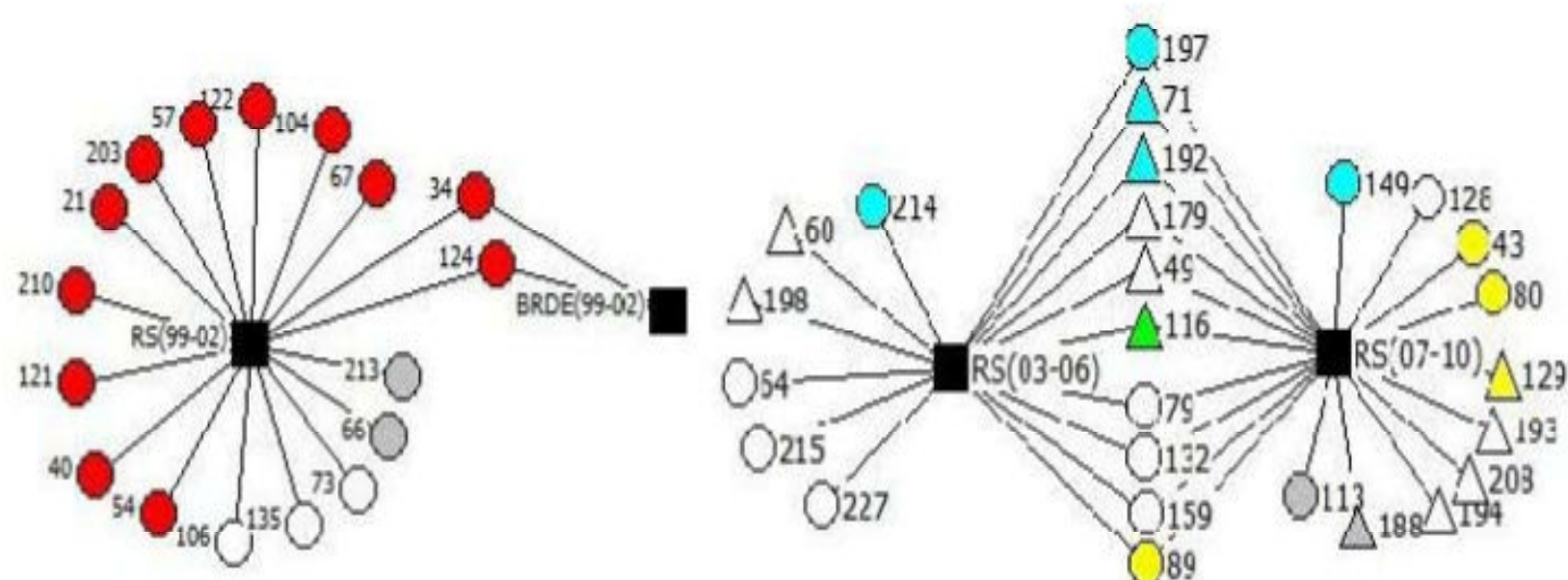
Fonte: Banco Central do Brasil e Badesul (composição da direção); Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (filiação partidária). Fontes diversas citadas na tese (identificação empresarial). Elaboração própria. Software

Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Triângulo representa empresário. Filiação Partidária: Azul – PMDB; Amarelo - PSDB; Verde – DEM; Vermelho – PT; Cinza - Outros partidos; Branco – sem filiação.

O sociograma acima retrata que, no recorte de tempo referente ao período 1999-2010, como dados mais gerais, do total de 43 integrante do comando institucional, 26 possuíam filiação partidária (60,4%) e 12 eram identificados como empresários (27,9%). De forma mais específica, percebe-se que, ao longo das gestões que estão contextualizadas em tal período, quatro, entre os partidos de maior representatividade no cenário político regional, preencheram os mencionados espaços desta agência: PT, PMDB, PSDB e DEM. No que diz respeito ao quantitativo de correligionários pertencentes a estes, o PT contou com doze integrantes, o PMDB com cinco, o PSDB com quatro e o DEM com um integrante. Todavia, esta mencionada totalização de correligionários de cada legenda não se fez diretamente proporcional à quantidade de representantes empresariais entre os mesmos filiados de cada partido. Ou seja, ainda que o PT contemplasse o maior número de filiados (12), tal sigla não possuiu nenhum empresário entre os mesmos; o PMDB, por sua vez, teve dois empresários entre os cinco filiados (40%); o PSDB teve um empresário entre os quatro filiados (25%); e o DEM constava registrado como empresário o seu único filiado (100%).

Sociograma 2b - BADESUL. Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Identificação dos Membros, filiação partidária e empresários.



Fonte: Banco Central do Brasil e Badesul (composição da direção); Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (filiação partidária). Fontes diversas citadas na tese (identificação empresarial). Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Triângulo representa empresário. Filiação Partidária: Azul – PMDB; Amarelo - PSDB; Verde – DEM; Vermelho – PT; Cinza - Outros partidos; Branco – sem filiação.

Números identificam membros conforme dados do Quadro 49 (Apêndice B)

Acima, o “Sociograma 2b” contém o mesmo sentido de representação já expresso no sociograma anterior (“Sociograma 2a”). Porém, com a condição de se reportar à verificação do APÊNDICE B, e por meio das correspondentes numerações, é propiciada a identificação específica de todos os integrantes que constam como membros do comando do BADESUL.

4.2.1 O empresariado, nos espaços de comando do BADESUL, no término da gestão Antônio Britto (dezembro de 1998)

Levando em conta que a constituição efetiva da Caixa Estadual S.A – Agência de Desenvolvimento – nominada Agência Gaúcha de Fomento foi realizada em 20.05.1998, com a integralização de seu capital, e que a autorização para seu funcionamento se deu em dezembro de 1998, com a nomeação dos primeiros membros do Conselho Fiscal e de Administração pelo Banco Central, o início do recorte temporal do presente exame recai a partir do último mês do quarto ano do governo Antônio Britto à frente do executivo estadual.

Neste curto espaço de tempo, até que o novo escalão do governo de Olívio Dutra, eleito em outubro, pudesse assumir os principais postos da agência de fomento, encontravam-se no comando do BADESUL os seguintes integrantes relacionados ao empresariado: Ario Noacir Padilha Soares (pecuarista), Hélio Henkin (ligado ao empresariado financeiro e de comunicação) e Ricardo Englert (ligado aos interesses empresariais pelo fato de fazer parte da equipe do Estado que coordenou a entrada de grandes fábricas de multinacionais, além de ter participado dos processos institucionais de privatização de empresas estaduais desta unidade da federação).

Não obstante o pequeno número de integrantes mencionados, os três membros eram advindos de diferentes interesses privados quanto às suas áreas de atuação. Trazendo em detalhes, Ario Noacir Padilha Soares era caprinocultor¹¹⁴; Hélio Henkin é mencionado como Assessor Econômico do privado Banco Iochpe de Investimentos entre 1984 e 1986, Assessor Técnico da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), realizando nesta emissora assessoria econômica para a direção geral e suporte para planejamento nos anos de 1986 e 1987 e, trabalhando no SEBRAE entre 1987 e 2001, ocupou a função de Coordenador do Departamento de Pesquisa entre 1987 e 1989, Diretor-Técnico entre 1989 e 1996 e Diretor-Superintendente de 1996 a 1998¹¹⁵; e Ricardo Englert, um economista que tem como registro o fato de ter atuado, enquanto representante da secretaria da Fazenda, como integrante que fez parte da equipe estadual que trouxe a fábrica da General Motors (GM) para o Rio Grande do Sul, no final do governo Britto. Também já a partir do governo Britto, Englert participou da equipe que coordenou a entrada da empresa estadunidense de computadores Dell no Rio Grande do Sul e fez parte do grupo do governo estadual que organizou a privatização de parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), além de ter privatizado completamente a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT)¹¹⁶.

¹¹⁴ JORNAL CORREIO DO POVO (Porto Alegre). Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A114/N337/html/21MAFRAR.htm>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

¹¹⁵ CURRICULUM LATTES. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4789429Y8>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

¹¹⁶ PÁGINA PESSOAL DA FAMÍLIA ENGLERT. Disponível em: <<http://www.familiaenglert.com/familiaenglert/antigo/entrevistas/01.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

Outra constatação importante que se deve sublinhar é que os três integrantes aqui discorridos já haviam passado por alguma instituição financeira antes de sua participação no BADESUL, haja vista que além de Hélio Henkin, que, como já abordado, atuou como Assessor Econômico do privado Banco Iochpe de Investimentos entre 1984 e 1986, também já haviam exercido a atividade bancária Ario Noacir Padilha Soares e Ricardo Englert. Ario Soares começou a trabalhar em 1970, com 19 anos, no Banco Nacional do Comércio. Em 1973, ingressou na Caixa Econômica Estadual como escriturário e, após, cumpriu funções como sub-gerente e gerente geral da agência do município de São Sebastião do Caí, superintendente regional de Novo Hamburgo, composta por 20 agências, e Diretor Administrativo da matriz da instituição, em Porto Alegre¹¹⁷. Por sua vez, Ricardo Englert já havia passado pelos cargos de Técnico em Desenvolvimento, Analista de Projetos, Gerente da Carteira de Crédito, Chefe da Carteira de Análise de Projetos e Chefe do Departamento Financeiro do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (de 1978 a 1992) e Técnico do Departamento de Investimento e Desenvolvimento do Banrisul (de 1992 a 1994)¹¹⁸.

Em relação às formações acadêmicas dos referidos cinco integrantes, a predominância é de economistas (Hélio Henkin¹¹⁹ e Ricardo Englert¹²⁰). Ario Noacir P. Soares tem formação em Direito e é técnico em contabilidade¹²¹.

Quanto à composição em espaços de atuação de entidades voltadas à defesa dos interesses empresariais, encontramos Hélio Henkin, que ocupou no SEBRAE a função de Coordenador do

¹¹⁷ SÍTIO ELETRÔNICO SOBRE O VALE DO CAÍ. Disponível em: <http://historiasvalecai.blogspot.com.br/2013/05/1970-ario-noacir-padilha-soares.html>. Acesso em: 14 abr. 2015.

¹¹⁸ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: http://www.rs.gov.br/conteudo/170059/economista-ricardo-englert-toma-posse-como-diretor-do-banrisul/termosbusca=*. Acesso em: 24 jun. 2015.

¹¹⁹ CURRÍCULUM LATTES. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4789429Y8>. Acesso em: 18 abr. 2015.

¹²⁰ JORNAL ZERO HORA (PORTO ALEGRE). Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/01/ricardo-englert-conheca-o-perfil-do-secretario-interino-da-fazenda-2359713.html>. Acesso em 18 abr. 2015.

¹²¹ SÍTIO ELETRÔNICO SOBRE O VALE DO CAÍ. Disponível em: <http://historiasvalecai.blogspot.com.br/2013/05/1970-ario-noacir-padilha-soares.html>. Acesso em: 14 abr 2015.

Departamento de Pesquisa (1987-1989), Diretor-Técnico (1989-1996) e Diretor-Superintendente (1996-1998)¹²².

Os dados acerca da composição político-partidária dos três membros do comando do BADESUL relacionados ao empresariado são os seguintes:

Quadro 17: Filiações partidárias do comando do BADESUL (dezembro de 1998 – Governo Britto) vinculadas ao empresariado

Comando do BADESUL relacionado ao empresariado	Filiação partidária	Registros de filiações em outros períodos
Ario N. Soares	Sem	
Hélio Henkin	Sem	
Ricardo Englert	Sem	PMDB (a partir de 10.04.1999)

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

Como se pode verificar, nenhum dos 3 membros do comando do BADESUL relacionados ao empresariado possuía filiação político-partidária no momento de suas participações na referida instituição neste término da administração de Antônio Britto. Somente Ricardo Englert foi quem, quatro meses após sua integração na gestão da agência de fomento, quando não mais compunha a mesma, filia-se ao PMDB, permanecendo neste partido desde então. A propósito, deve-se aqui ressaltar que Englert foi o único dos três mencionados integrantes que mais tarde, como veremos nos governos de Germano Rigotto e de Yeda Crusius, voltará a fazer parte do comando do BADESUL.

O conjunto de partidos que, nas eleições de 1994, congregou a coligação “Rio Grande Unido e Forte”, levando Antônio Britto à administração 1995-1998, era formado pelo PMDB, PL e PSDB¹²³. Contudo, neste momento final da administração Britto, nenhuma destas siglas estará representada no BADESUL por meio de seus integrantes relacionados ao empresariado. Ricardo Englert, como já afirmado, é o único dos três integrantes abordados a ter seu nome filiado a um partido político (o PMDB), mas em momento posterior ao governo Britto (a partir de 10.04.1999). E no BADESUL, sempre atuando no Conselho de

¹²² CURRICULUM LATTES. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4789429Y>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

¹²³ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 19 nov. 2014.

Administração, Englert teve seu nome aprovado pelo Banco Central nas datas de 04.12.1998 (governo Britto), 26.03.2003 e 30.03.2005 (governo Rigotto) e 22.01.2007, 12.04.2007, 14.04.2009 e 31.07.2009 (governo Yeda) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015). Observe-se que a maior parte das aprovações de seu nome pelo Banco Central não ocorreu nos governos dos peemedebistas Antônio Britto ou Germano Rigotto mas sim na administração de Yeda Crusius, ainda que Englert nunca fosse filiado ao partido da citada governadora, o PSDB. Além deste fato, nas eleições de 2006 o PMDB não integrou a coligação “Rio Grande Afirmativo”, que foi a aliança de partidos que levou Yeda à conquista do executivo estadual¹²⁴.

Segue abaixo a lista específica (Quadro 18) condizente ao período aqui examinado (dezembro de 1998), referente aos integrantes dos Conselhos do BADESUL, estando destacados os membros relacionados aos interesses empresariais. Observe-se que as Diretorias do BADESUL ainda não se encontravam oficialmente constituídas.

Quadro 18: BADESUL - Integrantes do comando da instituição em dezembro de 1998. Em destaque os membros relacionados ao empresariado.

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Antônio Jaques	CA	Efetivo	4/12/1998
Antônio Streb	CF	Efetivo	4/12/1998
Ario N. Soares	CF	Efetivo	4/12/1998
Cleir Victoria	CF	Suplente	4/12/1998
Helio Henkin	CA	Efetivo	4/12/1998
Joao C. B. Torres	CA	Presid.	4/12/1998
Luiz C. Teixeira	CF	Efetivo	4/12/1998
Luiz C. Noronha	CA	V. Presid.	4/12/1998
Nilo Fantinelli	CF	Suplente	4/12/1998
Ricardo Englert	CA	Efetivo	4/12/1998
Vera Lermen	CF	Suplente	4/12/1998

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal

(**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência.

Antônio Britto chega ao final de seu mandato, como governador, sem conseguir dar prosseguimento ao mesmo, já que em de 1998 perde a disputa eleitoral do segundo turno para Olívio Dutra, do PT. Tal

¹²⁴ idem.

resultado diferiu daquele que havia se dado quatro anos antes, quando Dutra havia sido derrotado por Britto no segundo turno. Em ambos os pleitos, a diferença final entre os dois candidatos foi notadamente diminuta: 4,4% em favor de Britto em 1994 e 1,5% favorável para Dutra em 1998.

Curiosamente, o sucesso eleitoral de cada um dos postulantes ao Palácio Piratini¹²⁵ não foi diretamente proporcional à quantidade de siglas que compuseram as coligações partidárias. E tal fato diz respeito principalmente em relação a Antônio Britto. Neste sentido, enquanto Dutra concorreu em 1994 com o apoio do PT, PSB, PPS, PCdoB, PV e PSTU e em 1998 com o PT, PCdoB, PSB e PCB, Britto representou em 1994 uma coligação formada por PMDB, PSDB e PL e, em 1998, quando foi derrotado, sua chapa continha o PMDB, PPB, PRP, PTdoB, PSDB, PSD, PSC, PL, PFL, PSL e PTB. Ou seja, ainda que para as eleições de 1998 o peemedebista garantisse a permanência de união com o PSDB e com o PL e alcançasse a adesão de mais oito legendas à sua coligação, entre as quais algumas consideradas de grande expressão política no contexto representativo do Rio Grande do Sul, como o PPB, o PFL e o PTB, mesmo assim tal conjugação de forças não foi suficiente para impedir a vitória de Olívio Dutra no pleito daquele ano.

Funcionário concursado do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) a partir de 1961, e com uma intensa trajetória de participação no movimento sindical desde então, em 1980 Dutra integrou o grupo que fundou a seção do PT no estado gaúcho, sendo que, em relação ao mesmo partido, foi escolhido para presidente entre 1980 e 1986, foi o primeiro candidato a governador do Rio Grande do Sul em 1982, foi eleito deputado federal constituinte em 1986 e prefeito de Porto Alegre em 1988¹²⁶. Ademais, consta como sendo deste pleito municipal de 1988 a primeira disputa entre Dutra e Britto para um cargo executivo, sendo que o resultado de tal eleição apresentou Dutra como o candidato escolhido a prefeito e Britto como o quarto colocado.

4.2.2 Os espaços de comando do BADESUL, na gestão Olívio Dutra (1999-2002)

¹²⁵ Sede do governo do estado do Rio Grande do Sul.

¹²⁶ JORNAL SUL 21. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/olivio-dutra-%E2%80%9Ca-importancia-do-pt-esta-em-nao-se-acomodar%E2%80%9D/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

Na lista abaixo (Quadro 19), referente aos integrantes que fizeram parte dos Conselhos Administrativo, Fiscal e Diretorias do BADESUL ao longo do governo Olívio Dutra, não se constatou nenhum destes 17 membros que fossem, ao longo deste período, vinculados aos interesses empresariais.

Quadro 19: BADESUL - Integrantes do comando da instituição entre 1999 e 2002

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Angelo Menegat	CA	Efetivo	16/8/2002
Arno H. Augustin Filho	CA	Efetivo	25/03/1999
	CA	V. Presid.	06/07/2001
Carlos A. Neves	DIR	Diretor	25/3/1999
Claudia Hofmeister	CF	Suplente	25/03/1999
	CF	Suplente	05/07/2000
	CF	Suplente	06/07/2001
	CF	Suplente	07/06/2002
Clovis I. da Silva	CA	V. Presid.	25/3/1999
Dilma Rousseff	CF	Efetivo	25/03/1999
	CF	Efetivo	05/07/2000
	CF	Efetivo	06/07/2001
	CF	Efetivo	07/06/2002
Diogenes Oliveira	DIR	Dir. V.Presid.	25/3/1999
Eduardo A. de L. Maldonado Filho	CA	Efetivo	25/03/1999
	DIR	Dir. Presid.	25/03/1999
	DIR	Dir. Presid.	06/07/2001
	CA	Efetivo	06/07/2001
Jackson de Toni	CF	Suplente	25/03/1999
	CF	Suplente	05/07/2000
	CF	Suplente	06/07/2001
	CF	Suplente	07/06/2002
Jacques Nocchi Filho	DIR	Diretor	08/06/1999
	DIR	Dir. V.Presid.	06/07/2001
Jose Fernandes	CA	Efetivo	16/8/2002
Jose Hoffmann	CA	Efetivo	25/03/1999
	CA	Efetivo	06/07/2001
Jose L. Moraes	CA	Presid.	25/03/1999
	CA	Presid.	06/07/2001
Lessi Pinheiro	CF	Efetivo	25/03/1999
	CF	Efetivo	05/07/2000
	CF	Efetivo	06/07/2001
	CF	Efetivo	07/06/2002
Sergio Kapron	DIR	Diretor	27/6/2002

continua

conclusão

Tereza Campello	CF	Efetivo	25/03/1999
	CF	Efetivo	05/07/2000
	CF	Efetivo	06/07/2001
	CF	Efetivo	07/06/2002
Valmir Silveira	CF	Suplente	25/03/1999
	CF	Suplente	05/07/2000
	CF	Suplente	06/07/2001
	CF	Suplente	07/06/2002

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal; DIR = Diretoria
 (**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência; diretores.

Ainda que neste período não houvessem empresários ou membros vinculados aos seus interesses, entre 1999 e 2002 o BADESUL possuiu em seu quadro decisório de Diretoria e Conselhos um conjunto de integrantes com um perfil funcional altamente capacitado e com experiências de implementação de políticas públicas e de crédito mais especialmente voltadas às camadas mais populares da sociedade. Quanto a este perfil técnico, profissional e acadêmico, seguem abaixo as características de cada integrante:

Quadro 20: Perfil técnico, profissional e acadêmico dos integrantes do comando do BADESUL no governo Olívio Dutra (1999-2002).

Economistas	Eng. Agrônomos	Prof. universitários
Arno H. Augustin Filho	Angelo Menegat	Eduardo A. de L. Maldonado Filho
Carlos A. Neves	Jose Hoffmann	Lessi Pinheiro
Dilma Rousseff		
Diogenes Oliveira	Eng. Civil	Pós-graduado
Eduardo A. de L. Maldonado Filho	Claudia Hofmeister	Angelo Menegat
Jackson de Toni		
Jacques Nocchi Filho	Arquiteto/urbanista	Mestres
Jose Fernandes	Clovis I. da Silva	Arno H. Augustin Filho
Jose L. Moraes		Jose Hoffmann
Lessi Pinheiro	Serv. públ. estaduais	Sergio Kapron
Sergio Kapron	Carlos A. Neves	
Tereza Campello	Jose L. Moraes	Doutores
Valmir Silveira		Eduardo A. de L. Maldonado Filho

continua

conclusão

		Jackson de Toni
		Lessi Pinheiro

Fonte: Elaborado pelo autor (2016) a partir de dados referentes às fontes das Notas de rodapé do Capítulo 4.

Entre os listados integrantes do comando do BADESUL, salienta-se que Arno Augustin ocupava a titularidade da pasta da Fazenda, Dilma Roussef era a Secretária de Energia, Minas e Comunicações, Tereza Capello fazia parte da assessoria do governador, Clóvis Ilgenfritz da Silva era o titular da pasta da Coordenação e Planejamento, Ângelo Menegat o secretário da Agricultura e Abastecimento, José Luiz Vianna Moraes o secretário estadual do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) e Sérgio Kapron que, também na SEDA, respondia por um setor novo e considerado de significativa importância pela equipe governamental de Olívio Dutra que pensava as finanças do estado: o Departamento de Economia Popular e Solidária.

Quanto a integrantes com experiências de implementação de políticas públicas e de crédito, e especialmente mais voltadas às camadas mais populares da sociedade, podemos em primeiro lugar, por exemplo, situar uma instituição de microcrédito portoalegrense e, de lá, encontrar alguns destes membros, e suas respectivas atuações. A instituição que aqui se trata é a Portosol e seus membros são Clóvis Ilgenfritz da Silva e Carlos Alberto Lopes Neves. Membros estes que, mais tarde, também integrariam o BADESUL ao longo do período neste momento delimitado (1999-2002). Mick (2003), em sua tese de doutorado que trata justamente da Portosol, expressa que

A Portosol é resultado do desdobramento de uma idéia do vereador Clóvis Ilgenfritz. Por iniciativa dele, a Câmara dos Vereadores aprovava em 1992 uma lei autorizando a prefeitura a criar uma instituição de crédito municipal. Pensava-se, inicialmente, num banco estatal municipal, a exemplo dos bancos comerciais estaduais. Uma análise mais detida do mercado, entretanto, levou à conclusão de que seria inviável a criação de um banco comercial municipal [...]

Um banco comercial municipal ficaria inviável devido a incertezas características do contexto de instabilidades econômicas

nacionais próprias daquele período e também porque “ a intenção da prefeitura era estender crédito a clientes que não tinham acesso ao sistema bancário. Na cidade, havia instituições alternativas de crédito, as quais, na visão da prefeitura, não eram profissionais e tendiam ao assistencialismo” (MICK, 2003, p. 104). Consequentemente, a iniciativa de Clóvis Ilgenfritz da Silva, e que fora sancionada pelo prefeito Tarso Genro (PT) em 1993, acabou se desdobrando para o descarte à proposta de banco comercial municipal mas, ao mesmo tempo, resultou na efetivação de um tipo de instituição financeira destinada a fomentar a economia local, e com condições mais acessíveis para que amplos setores mais necessitados socialmente pudessem se valer do crédito e dos produtos financeiros oferecidos (MICK, 2003). Seis anos depois, já no início da gestão de Olívio Dutra como governador do Rio Grande do Sul, Clóvis Ilgenfritz da Silva foi fazer parte da estruturação do BADESUL, outra instituição de fomento igualmente nova, e que no contexto gaúcho acabara de nascer no mês anterior ao início desta nova administração estadual. E já neste início de mandato de Olívio Dutra, Clóvis Ilgenfritz da Silva assume a Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul e tem seu nome aprovado pelo Banco Central em 25.03.1999 para ocupar o cargo de vice-presidente do Conselho de Administração do BADESUL.

Carlos Alberto Lopes Neves, o outro integrante do comando do BADESUL anteriormente mencionado, tem como convergência a Clóvis Ilgenfritz da Silva o fato de ter atuado na idealização e implementação da Portosol. Economista e funcionário de carreira do BADESUL, portanto antes mesmo do momento em que se transformou em agência de fomento, Neves coordenou um grupo de técnicos de diversas áreas que foram responsáveis pela estruturação de uma instituição de crédito que fomentasse a economia local e que, tomando contato mais detidamente com diversas experiências desenvolvidas na América do Sul, e até em outros continentes, recomendou a constituição de uma instituição microfinanceira no município de Porto Alegre (MICK, 2003). Mais tarde, no BADESUL enquanto agência de fomento, Neves acabou fazendo parte da diretoria da instituição, tendo seu nome aprovado pelo Banco Central já no início da administração Olívio Dutra, em 25.03.1999.

Clóvis Ilgenfritz da Silva e Carlos Alberto Lopes Neves são exemplos de que na gestão de Olívio Dutra à frente do governo estadual, e da própria agência de fomento, diferentes perfis técnicos, e principalmente políticos, fariam parte da composição e do funcionamento do BADESUL ao longo do período 1999-2002. Primeira

experiência petista no poder público estadual, a administração de Olívio Dutra trazia consigo a expectativa e a iniciativa de alguns personagens que possuíam uma trajetória de práticas institucionais já adotadas principalmente nas gestões do PT em Porto Alegre desde que este partido tomou posse do executivo municipal no ano de 1989. Deste ano até o momento em que Olívio assume a gestão estadual, Porto Alegre já tinha experienciado como prefeitos vinculados ao PT o próprio Olívio Dutra (1989-1992), Tarso Genro (1993-1996) e Raul Pont (1997-2000).

A própria composição dos nomes integrantes dos Conselhos de Administração, Fiscal e das diretorias do BADESUL tinham, como predominância de membros, indivíduos que possuíam registro de filiação ao PT, sendo alguns com vinculação partidária bastante antiga. Outros, antes de estarem filiados ao PT, possuíam vinculação em demais partidos de esquerda, como o PCB e o PDT. Abaixo podemos observar a conformação partidária dos 17 membros do BADESUL referentes ao período de administração de Olívio Dutra:

Quadro 21: Filiações partidárias dos integrantes do comando do BADESUL (1999-2002- Governo Olívio Dutra)

Comando do BADESUL	Filiação Partidária	Município de Origem	Data de filiação
Angelo Menegat	PT	Porto Alegre	25/11/1995
Arno H. Augustin	PT	Porto Alegre	13/11/1987
Carlos A. Neves	PT	Porto Alegre	29/11/1985
Claudia Hofmeister	PT	Porto Alegre	18/03/2001
Clovis I. da Silva	PT	Porto Alegre	01/01/1981
Dilma Rousseff	PDT (1979-2001); PT (2001-)	Não identificado	Não identificada
Diogenes Oliveira	PT (filiado ao PCB antes de 1964)	Não identificado	1988
Eduardo A. de L. Maldonado Filho	Sem		
Jackson de Toni	PT	Porto Alegre	05/01/1985
Jacques Nocchi Filho	Sem		
Jose Fernandes	PT	Porto Alegre	14/10/1999
Jose Hoffmann	PT	Porto Alegre	01/03/1990
Jose L. Moraes	PT	Porto Alegre	04/09/1991
Lessi Pinheiro	Sem (filiada ao PSB a partir de 2005)		
Sergio Kapron	PT	Porto Alegre	15/12/1995

continua

conclusão

Tereza Campello	PT	Porto Alegre	11/04/1992
Valmir Silveira	PSB	São Luiz Gonzaga	26/09/1995

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

Olívio Dutra, com a aliança denominada “Frente Popular”, trazia consigo o PT, PCdoB, PSB e PCB¹²⁷ para a gestão do Rio Grande do Sul entre 1999 e 2002. O planejamento político, de tal coligação, para o gerenciamento da agência de fomento, sintonizada com uma nova proposta de gestão pública do Estado, fundamentada em criar condições para maior participação da população nas decisões que, em última instância, recaiam sobre as estruturas de poder constituídas, procura preencher os espaços de comando do BADESUL por meio de requisitos mais baseados na formação acadêmica, conhecimento técnico especializado de seus integrantes e maior afinidade ideológica com uma proposta de priorização de um fomento ao crédito que pudesse ser mais dirigida às camadas populares da sociedade do que aos grupos empresariais. Até por este motivo é que, neste período de administração governamental do Rio Grande do Sul, não se identificam, entre os integrantes do comando do BADESUL, registros de participação de empresários ou de indivíduos que pudessem ter vinculação com seus respectivos interesses. Neste sentido, simbolizada com a alteração da denominação social da instituição, de “Caixa Estadual S.A. – Agência de Desenvolvimento” para “Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento”, ocorrida em 1999 mediante a Lei Estadual nº 11.406, Olívio Dutra imprime, de dentro para fora do BADESUL, um programa de financiamento ao fomento social e infraestrutural aos municípios gaúchos e, de fora para dentro da própria instituição, institui um novo e importante grupo de trabalho para definir o organograma e para a elaboração da minuta que resultou no “Regulamento de Pessoal e Sistema de Empregos e Salários” da instituição, com acompanhamento e aprovação da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Tal procedimento permitiu a transferência de 98 funcionários do BANRISUL para a Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento (BADESUL), mediante sucessão trabalhista¹²⁸.

¹²⁷ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 13 out. 2014.

¹²⁸ BADESUL. Disponível em: <<http://www.agfomento.rs.gov.br>>. Acesso em: 11 mai. 2013.

De qualquer forma Olívio Dutra governa um estado em que, no contexto da conjuntura nacional daquele momento, era pressionado a implementar as reformas adequadas à cartilha neoliberal do governo Fernando Henrique, e, no contexto interno, sofria com a herança de uma administração anterior, do governo Britto, que priorizava o atendimento à lógica empresarial e até mesmo aos programas de privatização. Este pode ser considerado um dos motivos que não levou ao sucesso de tudo o que se objetivava em relação a transformações mais intensas na estrutura de funcionamento do BADESUL e nos seus respectivos programas de fomento. Nesta direção é que, em entrevista à Cesar Luciano Filomena (2015), Guilherme Cassel, que no governo de Dutra foi subchefe da Casa Civil, chefe de gabinete do vice-governador Miguel Rosseto e titular da Secretaria Geral de Governo, concede importantes informações acerca das características, dificuldades e desafios que a administração do estado gaúcho e de suas instituições públicas tiveram que enfrentar no período 1999-2002 ao levar adiante um propósito contrário àquele que tradicionalmente vigorava até então nesta unidade da federação e no próprio contexto nacional:

[...] na minha percepção o governo Olívio herdou um Estado muito precarizado, porque o governo Britto precarizou muito o Estado numa expectativa de resolver tudo vendendo patrimônio público e depois jogar para frente. Eu digo que era consistente, mas era consistente para o momento. Eu vendo tudo, pago, e tinha uma ideia, que não era uma ideia só do governo do Estado, mas ele também era do governo Federal, do governo Fernando Henrique, que era a seguinte, a gente encolhe o Estado todo, a gente desmonta o Estado, a gente privatiza tudo, desregula tudo e o mercado, pelas suas qualidades ele vai reimpulsionar a economia e vamos que vamos. Isso não deu certo em nenhum lugar do mundo. [...].

Não pagou dívida, a dívida cresceu. Foi gasto sabe-se lá em que, em investimentos mal feitos. Se pegar a repercussão das privatizações, dívida e a situação financeira do Estado são nenhuma. Perdeu-se patrimônio, e não ganhou saúde financeira, equação maluca. (FILOMENA, 2015, p. 298).

Recorde-se que um dos membros pioneiros do Conselho de Administração do BADESUL, ocorrendo ao término do governo Britto (1995-1998), foi Ricardo Englert, ligado à Secretaria da Fazenda e vinculado aos interesses empresariais pelo fato de fazer parte da equipe do Estado que coordenou a entrada de grandes fábricas de multinacionais, como a GM e a Dell, além de ter participado dos processos institucionais de privatização de empresas estaduais, como foi o caso da venda de parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da privatização completa da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT)¹²⁹. E, como veremos posteriormente, Englert ainda voltará a fazer parte do comando do BADESUL nas gestões seguintes de Germano Rigotto (PMDB) e Yeda Crusius (PSDB).

Voltando ao BADESUL relacionado ao período aqui considerado, o fato é que esta instituição chega no último ano do governo Dutra conquistando um avanço que acabou se tornando uma das características consideradas marcantes quanto às suas ações de capilaridade na sociedade do Rio Grande do Sul. Tratava-se da articulação do BADESUL com o chamado “Programa Estadual de Microcrédito Produtivo Popular”. Ao relatar como exemplo o ocorrido com a “Instituição Comunitária de Crédito (ICC) Serra” podemos buscar compreender o que significava este Programa e perceber a relevância do mesmo:

Através do Programa Estadual de Microcrédito, o governo do Estado está repassando à ICC Serra R\$ 900 mil, sendo R\$ 400 mil do orçamento do Estado e R\$ 500 mil através da Agência Gaúcha de Fomento. A comunidade aportou mais R\$ 400 mil, totalizando um capital de R\$ 1,3 milhão para a ICC, que conta com cerca de 40 associados, entre governo do Estado, prefeituras, sindicatos e associações. De acordo com o governador Olívio Dutra, a manutenção do Banrisul como banco público, aliado ao BRDE e à Agência de Fomento, formou uma base importante para o desenvolvimento desconcentrado do RS. As ICCs vão capilarizar o crédito nas diversas regiões do

¹²⁹ PÁGINA PESSOAL DA FAMÍLIA ENGLERT. Disponível em: <http://www.familiaenglert.com/familiaenglert/antigo/entrevistas/01.htm>. Acesso em: 14 jan. 2015.

Estado, permitindo que pessoas modestas tenham acesso ao crédito, afirmou¹³⁰.

Enfatizando o caráter cidadão da iniciativa empreendida, o secretário de estado José Luiz Vianna Moraes, que também integrava o BADESUL, presidindo o Conselho de Administração do mesmo, afirma que

as ICCs são instrumentos que possibilitam fazer com que o desenvolvimento concilie crescimento econômico com inclusão social. Moraes enfatizou ainda que o microcrédito utiliza uma modalidade de financiamento diferenciada, em que os agentes de crédito estabelecem uma relação de confiança com a comunidade¹³¹.

Por fim, confirmando a forte articulação que a agência de fomento, expressa por este Programa, possui como eixo principal e que se consolida com a parceria das secretarias da Coordenação e Planejamento e do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, observa-se a prática de que

Através do Programa Estadual de Microcrédito, o governo destinou R\$ 4,6 milhões para as seis ICCs, sendo R\$ 1,6 milhão provenientes do orçamento do Estado e R\$ 3 milhões da Agência Gaúcha de Fomento. Este aporte de recursos ao Programa de Microcrédito concretiza os objetivos que norteiam as diretrizes da Agência, em apoio ao micro e pequeno empreendedor gaúcho [...]. O Programa é coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, com participação da Agência Gaúcha de Fomento, das secretarias da Coordenação e Planejamento e do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. [...] São parceiros do governo do Estado neste programa a Fondazione Choros, de Pádua/Itália; a Comisión Económica para

¹³⁰ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/conteudo/187766/inaugurada-instituicao-comunitaria-de-credito-da-serra>. Acesso em: 09 mar. 2016.

¹³¹ Idem.

America Latina y el Caribe (Cepal/ONU), a Sociedade Alemã para a Cooperação Técnica (GTZ) e a Instituição Comunitária de Crédito Portosol, de Porto Alegre. A Portosol foi a primeira instituição de microcrédito a entrar em operação no Rio Grande do Sul¹³².

Durante os quatro anos de seu mandato, o governo de Olívio Dutra recebeu incisiva oposição advinda tanto dos tradicionais como dos novos interesses políticos e econômicos constituídos no estado, incluindo influentes veículos de comunicação de massa, em especial a Rede Brasil Sul (RBS), afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, e a Assembleia Legislativa, onde seu governo iniciou com o apoio de somente 20 dos 55 deputados estaduais¹³³.

Tal pressão oposicionista enxergava em Dutra, no comando do executivo gaúcho, uma efetiva ameaça que colocaria em risco as usuais trocas de favores entre os históricos grupos políticos de influência estadual com aqueles que diziam respeito às conservadoras lideranças econômicas e administrativas municipais. Além de que, com a presença de Dutra, tais grupos consideravam obstaculizados todos os seus avanços empresariais quanto a novas alianças com projetos idealizados por multinacionais, como foi o caso da Ford, e igualmente tiveram que abortar as continuidades de processos de privatizações e de reestruturações da máquina pública que vinham sendo implementados a partir do governo de Antônio Britto (GROHMANN, 2002).

No plano das conversações políticas que se sucederam neste período de 1999 até 2002, mudanças de rumo aconteceram por parte de alguns aliados e de adversários políticos de Dutra. Em relação aos que haviam iniciado este mandato sendo parceiros do governador petista e que se transformaram em opositores políticos ao mesmo, destaca-se o PDT. Tal legenda, que havia concedido importante apoio a Dutra no segundo turno da eleição de 1998, retirou tal parceria em seu segundo ano de administração e dificultou ainda mais a já frágil sintonia entre a Assembleia Legislativa e o executivo. Quanto a transformações no perfil dos adversários, sobressai-se o desembarque de Antônio Britto, em 2001, dos quadros do PMDB, partido este ao qual esteve fortemente vinculado desde sua filiação, em 1986, chegando a ser representante

¹³² Idem.

¹³³ FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/ult040199038.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

desta sigla enquanto deputado federal constituinte, ministro do governo Itamar Franco e governador do estado. Não obstante, tal defecção do PMDB não o impediu de ter seu nome entre os postulantes da eleição seguinte, a de 2002, para o governo do Rio Grande do Sul, quando então concorreu pelo PPS¹³⁴.

Sem contar com Britto para concorrer em 2002, o PMDB lança o então deputado federal Germano Rigotto como candidato a governador. Sem ter exercido anteriormente um cargo público no poder executivo, Rigotto já havia sido vereador de Caxias do Sul (1977-1981), deputado estadual por dois mandatos consecutivos (1983-1991) e deputado federal por três mandatos consecutivos (1991-2003)¹³⁵. Capitalizando o intenso desgaste que Olívio Dutra sofreu por meio de uma forte articulação entre interesses empresariais, lideranças políticas conservadoras, poderosos grupos de comunicação e Assembleia Legislativa cada vez mais opositora, Rigotto vence a eleição de 2002 e Tarso Genro, do PT, fica em segundo lugar. Antônio Britto, agora no PPS, após este pleito desiste da carreira política.

4.2.3 O empresariado, nos espaços de comando do BADESUL, na gestão Germano Rigotto (2003-2006)

Na administração de Germano Rigotto diante do executivo do Estado gaúcho (2003- 2006), sete integrantes relacionados ao empresariado fizeram parte do comando do BADESUL: Celso Luft, Dagoberto Lima Godoy, Edemar Morel Tutikian, Jorge Luis Cardoso, Paulo Armando Born, Ricardo Englert e Rogério Rosi Sola (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

¹³⁴ Desde que foi derrotado por Olívio Dutra nas eleições de 1998, Britto passou a exercer as seguintes atividades na iniciativa privada: logo que terminou o seu mandato de governador, foi escolhido para ser consultor do grupo espanhol Telefónica; em 2003, tornou-se diretor-presidente da Calçados Azaleia S.A; no final de 2006, passou a chefiar um departamento na área de assuntos corporativos da empresa de telefonia Claro; e, em 2009, assumiu a presidência executiva da Interfarma, Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (fonte: MEMÓRIA GLOBO. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/antonio-britto/trajetoria.htm>> . Acesso em 09 jan. 2016).

¹³⁵ CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/germano-antonio-rigotto>> . Acesso em 11 dez. 2015.

De um universo de 16 membros que fizeram parte dos principais cargos e funções desta agência de fomento no período averiguado a partir de agora (2003-2006), os sete mencionados integrantes representam 43,8% deste total. Tal proporção é maior do que os 27,3% referentes ao governo Britto e também maior do que a média geral (de 26,4%) de todo o período analisado (1998-2010).

Segue abaixo a lista específica (Quadro 22) condizente ao período aqui examinado (2003-2006), referente aos integrantes dos Conselhos e Diretorias do BADESUL, estando destacados os membros relacionados aos interesses empresariais.

Quadro 22: BADESUL - Integrantes do comando da instituição entre 2003 e 2006. Em destaque os membros relacionados ao empresariado.

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Celso Luft	CF	Suplente	26/03/2003
	CF	Efetivo	29/08/2003
	CF	Efetivo	26/04/2004
	CF	Suplente	30/03/2005
	CF	Suplente	31/05/2006
Dagoberto Godoy	CA	Presid.	26/03/2003
	DIR	Dir. Presid.	03/04/2003
	CA	Presid.	30/03/2005
	DIR	Dir. Presid.	10/06/2005
Denise Russo	DIR	Diretor	17/05/2004
	DIR	Diretor	10/06/2005
Edemar Tutikian	DIR	Diretor	03/04/2003
	DIR	Diretor	10/06/2005
Elmiro Hallmann	CF	Efetivo	26/03/2003
	CF	Efetivo	26/04/2004
	CF	Efetivo	30/03/2005
	CF	Efetivo	31/05/2006
Getulio da Silva	CA	Efetivo	26/03/2003
	CA	Efetivo	30/03/2005
Jorge Cardoso	CF	Suplente	26/04/2004
	CF	Suplente	30/03/2005
	CF	Suplente	31/05/2006
Lauro A. Cerutti	CF	Suplente	26/03/2003
	CF	Efetivo	26/04/2004
	CF	Efetivo	30/03/2005
	CF	Efetivo	31/05/2006
Milton Kruger	CF	Suplente	31/05/2006

continua

conclusão

Paulo A. Born	CF	Efetivo	30/03/2005
	CF	Efetivo	31/05/2006
Ricardo Englert	CA	V. Presid.	26/03/2003
	CA	V. Presid.	30/03/2005
Rogério A. de Wallau	DIR	Dir. V.Presid.	03/04/2003
	DIR	Dir. V.Presid.	10/06/2005
Rogério Sola	CF	Efetivo	26/3/2003
Valter Nagelstein	DIR	Diretor	6/7/2005
Vanderlino Ramage	CF	Efetivo	26/03/2003
	CF	Suplente	26/04/2004
Zelio Silveira	CF	Suplente	26/03/2003
	CF	Suplente	26/04/2004

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal; DIR = Diretoria

(**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência; diretores.

O setor de serviços empresariais contábeis se destacam entre as atuações predominantes referentes aos integrantes relacionados ao comando do BADESUL na gestão enfatizada. Nesta direção, considerando os membros acima mencionados, haviam três empresários contábeis (Celso Luft, Jorge Luis Cardoso e Rogério Rosi Sola) e um empresário consultor (Dagoberto Godoy). Havia também Ricardo Englert que, com sua assessoria industrial e apoio técnico a este setor, volta a prestar importante auxílio aos investimentos empresariais e ao retorno à entrada do grande capital no Rio Grande do Sul. Ademais, dentre as outras atividades empresariais executadas pelo restante dos citados integrantes relacionados ao empresariado, sobressaem-se as que dizem respeito ao ramo das construtoras (Edemar Morel Tutikian e novamente Dagoberto Lima Godoy), ao setor de produção de tecnologias voltadas a empresas automobilísticas (Paulo Armando Born) e ao setor farmacêutico (mais uma vez Dagoberto Lima Godoy).

Quadro 23: BADESUL - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (2003-2006)

Empresários	Serv. Empresariais (contábeis e consultorias)	Constr. Civil	Automotivo/automob.	Farmacêutico	Asses. Industrial
Celso Luft	X				
Dagoberto Godoy	X	X		X	

continua

conclusão

Edemar Tutikian		X			
Jorge Cardoso	X				
Paulo A. Born			X		
Ricardo Englert					X
Rogério Sola	X				

Fonte: Diversas, indicadas nas notas do capítulo. Elaboração própria.

Quanto às formações acadêmicas e especializações dos sete mencionados integrantes, quatro deles constavam como contadores (Celso Luft¹³⁶, Jorge Luis Cardoso¹³⁷, Rogério Rosi Sola¹³⁸ e Paulo Armando Born¹³⁹), sendo que um (Rogério Rosi Sola) apresentava mestrado em economia, com ênfase em Controladoria, e outro (Jorge Luiz Cardoso), constava com especialização em Finanças¹⁴⁰. Ainda haviam dois bacharéis em direito (Edemar Morel Tutikian¹⁴¹ e Dagoberto Lima Godoy¹⁴²), sendo que o primeiro constava como advogado e o segundo, além de possuir Mestrado na área de direito coletivo do trabalho, também figurava como engenheiro civil. Por fim, havia também um economista (Ricardo Englert¹⁴³).

¹³⁶ CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br/composicao-do-crcrs/>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

¹³⁷ ANÁLISE ASSESSORIA CONTÁBIL. Disponível em: <<http://www.analyse.com.br/capa.asp?idpagina=420>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

¹³⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO DE NEGÓCIOS. Disponível em: <http://www.ibgen.com.br/novo/professor.asp?cod_prof=299>. Acesso em: 22 jun. 2015.

¹³⁹ ALBARUS SISTEMAS HIDRÁULICOS LTDA. **Diário Oficial Empresarial**. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, quarta-feira, 24 de junho de 2015, pág 42.

¹⁴⁰ CURRÍCULO LATTES. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4734401U9>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

¹⁴¹ ADVOGANDO (página que reúne informações advocatícias). Disponível em: <http://www.advogando.net/advogados/edemar_morel_tutikian—6998>. Acesso em: 24 jun. 2015.

¹⁴² CURRÍCULO LATTES. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4730205Y2>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

¹⁴³ JORNAL ZERO HORA (PORTO ALEGRE). Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/01/ricardo-englert-conheca-o-perfil-do-secretario-interino-da-fazenda-2359713.html>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

No que se refere à especificidade das atuações as quais cada um dos sete integrantes estavam vinculados, três dos quatro contadores acima mencionados (Celso Luft, Rogério Rosi Sola e Jorge Luis Cardoso) eram sócio-empresários que, juntos, controlavam a mesma empresa: a Analyse Assessoria Contábil. Sua própria página eletrônica comercial aduz que

A Análise Assessoria Contábil, idealizada nos corredores no período de graduação do curso de Ciências Contábeis dos então colegas Celso Luft, Rogério Rosi Sola e Jorge Luis Cardoso, completa em 2005, 14 anos de existência. Mesmo não tendo, ainda, alcançando sua "maioridade", a empresa possui sua história marcada por situações bastante particulares.

Nossa História começa nos corredores do prédio do Ex-Instituto de Filosofia da UFRGS em 1990, com o Sola e o Jorge, que estavam idealizando um futuro, na profissão de contador, em uma possível sociedade. Semanas se passaram, a possível sociedade havia tido seu primeiro acréscimo. Em um determinado início de noite, o Luft, em uma conversa com o Sola, confidenciou o desejo de montar uma empresa, mas não tinha com quem. Neste momento, foi convidado a participar dos sonhos dos demais sócios.

Ao final do ano de 1990, o Jorge e o Luft foram apresentados pelo Sola. Na formatura, dia 21 de dezembro de 1990, a primeira foto, e, em janeiro de 1991, a primeira reunião.¹⁴⁴

Outro ponto em comum entre estes três sócio-empresários é que, no comando do BADESUL, os mesmos compuseram o mesmo cargo: o Conselho Fiscal (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Discorrendo quanto às especificações relacionadas à atuação empresarial, Ricardo Englert, já citado na abordagem referente ao governo Britto, é um economista que, após ter contribuído com aquela administração, tem como registro de estreita relação com o empresariado o fato de ter sido Diretor Técnico do Centro das Indústrias

¹⁴⁴ ANÁLISE ASSESSORIA CONTÁBIL. Disponível em: <http://www.analyse.com.br/capa.asp?idpagina=420>. Acesso em: 29 jun. 2015.

do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS), entre 1999 e 2002¹⁴⁵, sendo que antes disso já havia atuado também como integrante que fez parte da equipe estadual que trouxe a fábrica da General Motors (GM) para o Rio Grande do Sul, tendo participado, da mesma forma, da equipe de membros que iniciou as tratativas, sem êxito em seu final, quanto ao estabelecimento da FORD no Rio Grande do Sul. Também já a partir do governo Britto, Englert participou da coordenação quanto à entrada da empresa estadunidense de computadores Dell no Rio Grande do Sul e fez parte do grupo do governo estadual que organizou a privatização de parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), além de ter privatizado completamente a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT)¹⁴⁶. Dagoberto Lima Godoy consta como sócio gerente da GDA Consultoria Empresarial e Participações desde 1989, diretor na Indústria Farmacêutica Basa (1975-1997) e diretor-presidente, responsável técnico e supervisor da Sulenge Engenharia e Construções (1964-1995)¹⁴⁷. Edemar Morel Tutikian figura como executivo da Omni Construtora e Incorporadora, uma empresa privada, de Porto Alegre, fundada em 1987, e que atua na área de construção de prédios industriais e depósitos¹⁴⁸. Por fim, Paulo Armando Born consta como executivo da Dana Holding Corporation, empresa global na produção de tecnologias para empresas automobilísticas¹⁴⁹.

Levemos em conta, agora, a composição dos nomes, acima salientados, em espaços de atuação de entidades sindicais, instituições representativas de classe e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais. Ricardo Englert desempenhou atividades como Conselheiro Efetivo do Conselho Regional de Economia - CORECON

¹⁴⁵ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.rs.gov.br/conteudo/170059/economista-ricardo-englert-toma-posse-como-diretor-do-banrisul/termosbusca=*>. Acesso em: 19 fev. 2015.

¹⁴⁶ PÁGINA PESSOAL DA FAMÍLIA ENGLERT. Disponível em: <<http://www.familiaenglert.com/familiaenglert/antigo/entrevistas/01.htm>>.

Acesso em: 11 dez. 2014.

¹⁴⁷ CURRÍCULO LATTES. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4730205Y2>>.

Acesso em: 20 abr. 2015.

¹⁴⁸ FINDTHECOMPANY (página que armazena dados empresariais gerais). Disponível em: <<http://publicacoes.findthecompany.com.br/l/147115439/Omni-Construtora-e-Incorporadora-Ltda-em-Porto-Alegre-RS>>. Acesso em: 29 set. 2015.

¹⁴⁹ DANA (empresa). Disponível em: <<http://dana.com.br/veteranos/paulo-armando-born/>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

(de 2001 a 2003), Vice- Presidente do CORECON em 2002, Conselheiro Suplente do mesmo Conselho (de 2003 a 2005) e eleito Conselheiro Efetivo para o período de 2005 a 2007, do mesmo Conselho. Antes disso, Englert já tinha sido Diretor Técnico do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS) entre 1999 e 2002¹⁵⁰. Rogério Sola consta como integrante do comando do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), no Biênio 2002/2003, na qualidade de membro suplente da Composição do Plenário, e integrante do mesmo comando, no Biênio 2004/2005, na qualidade de membro titular da Segunda Câmara de Ética e Disciplina, membro titular da Câmara de Recursos de Fiscalização e membro titular da Composição do Plenário¹⁵¹. Dagoberto Lima Godoy figura como deputy do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde junho de 2002; na diretoria da Organização Internacional de Empregadores (OIE) ocupa a função de Vice-Presidente para a América Latina desde junho de 2002; na diretoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) consta como sendo diretor desde outubro de 2002, e, no período de outubro de 1994 até novembro de 2007 consta como vice-presidente desta instituição; no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento Nacional (SENAI-DN) foi conselheiro do Conselho Nacional (10/1994 – 10/2006) e membro de colegiado superior da Comissão de Acompanhamento Técnico Administrativo (10/1994 – 10/2002); no Serviço Social da Indústria (SESI) foi conselheiro do Conselho Nacional (1993 – 2006); no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento do Rio Grande do Sul (SENAI-RS) foi presidente do Conselho Regional (7/1993 – 7/1999); no Serviço Social da Indústria Departamento Regional do Rio Grande do Sul (SESI-RS) foi presidente do Conselho Regional (7/1993 – 7/1999); no Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-RS) foi presidente do Conselho Deliberativo (12/1991 – 12/1995); na diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) consta como Delegado junto à Confederação Nacional da Indústria desde julho de

¹⁵⁰ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.rs.gov.br/conteudo/170059/economista-ricardo-englert-toma-posse-como-diretor-do-banrisul/termosbusca=*>. Acesso em 19 fev. 2015.

¹⁵¹ CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - CRCRS. **Relatório de Atividades - Gestão 2002 -2005**. Porto Alegre, 2005, pgs. 2, 35.

1999, presidente (7/1993 – 7/1999) e vice-presidente (7/1983 – 7/1993); foi presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Caxias do Sul (SINDUSCON CAXIAS) entre 10/1973 e 10/1983; consta como sendo membro do Conselho Superior da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC) desde dezembro de 2006, sendo que, na mesma instituição, já ocupou as funções de presidente do Conselho Superior (12/1995 – 12/1996), presidente do Conselho Deliberativo (12/1994 – 12/1995) e diretor (12/1973 – 12/1983); foi presidente da Sociedade de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química de Caxias do Sul (SEAAQ) entre 1970 e 1972; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi conselheiro do Conselho Consultivo de Integração Universidade Sociedade entre 1993 e 1999¹⁵². Quanto a Celso Luft e Jorge Luis Cardoso, estes somente participarão de instituições representativas de classe mais tarde, em momentos que não mais integravam o BADESUL quanto ao período completo recortado por nosso exame.

Os 7 integrantes do comando do BADESUL relacionados ao empresariado, referentes ao governo Germano Rigotto (2003-2006), e detalhados anteriormente, demarcam a seguinte composição político-partidária:

Quadro 24: Filiações partidárias do comando do BADESUL (2003-2006 – Governo Rigotto) vinculadas ao empresariado

Comando do BADESUL relacionado ao empresariado	Filiação partidária	Data da filiação	Registros de filiações em outros períodos
Celso Luft	Sem		
Dagoberto Godoy	Sem		
Edemar Tutikian	Sem		PMDB (a partir de 05.10.2007)
Jorge Cardoso	PFL/DEM	18/09/1986	
Paulo A. Born	Sem		
Ricardo Englert	PMDB	10/04/1999	
Rogério Sola	Sem		

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

¹⁵² CURRICULUM LATTES. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4730205Y2>. Acesso em: 29 mar. 2015.

A conjugação de partidos políticos que se uniram em torno do nome de Germano Rigotto para o governo do estado do Rio Grande do Sul, intitulada de “União Pelo Rio Grande”, disse respeito ao PMDB, PSDB e PHS¹⁵³. No entanto, constata-se que, dos 9 integrantes do comando do BADESUL relacionados ao empresariado, somente Ricardo Englert é quem, ao longo do governo Rigotto, aparece vinculado a um destes partidos (o PMDB). Outro filiado partidariamente, embora não fazendo parte da aludida coligação, é Jorge Luis Cardoso, filiado ao DEM. Levando em conta os Registros de filiações em demais períodos governamentais, Edemar Morel Tutikian estará filiado ao PMDB a partir de 05.10.2007. Os outros seis integrantes, quanto aos seus dados históricos armazenados pelo TSE, não possuem quaisquer registros de filiação partidária neste e em demais período administrativos.

Dentre os referidos nomes com registro de filiação acima situados, unicamente Ricardo Englert foi quem, a partir de sua filiação ao PMDB em 10/04/1999, intensificou sua presença no aparelho de estado e, com isso, ocupou variados e relevantes cargos e funções nas administrações de Germano Rigotto e de Yeda Crusius. Como abordado na primeira seção do presente capítulo, Englert já havia participado da gestão do peemedebista Antônio Britto (1995-1998), porém acabou se filiando ao partido deste somente após o término de seu mandato. Contudo, levando em conta que o PMDB, com Germano Rigotto, retorna ao poder quatro anos depois, Englert, agora sim vinculado oficialmente a esta sigla, volta a preencher o posto de Diretor Técnico da Junta de Coordenação Financeira da Secretaria da Fazenda do Estado do RS e Diretor-Presidente da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A – CADIP, cargos já ocupados por ele no governo Britto¹⁵⁴. Posteriormente, no governo de Yeda Crusius, chega a ser o Secretário-Adjunto da Fazenda e a assumir efetivamente a titularidade desta Secretaria e também a presidência do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul)¹⁵⁵. Ademais, Englert continuará integrando o comando do BADESUL no período 2007-2009, já que teve seu nome aprovado pelo Banco Central em

¹⁵³ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em 20 nov. 2014.

¹⁵⁴ GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/170059/economista>>. Acesso em: 01mar. 2015.

¹⁵⁵ JORNAL ZERO HORA (PORTO ALEGRE). Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/01/ricardo-englert-conheca-o-perfil-do-secretario-interino-da-fazenda-2359713.html>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

22.01.2007, 12.04.2007, 14.04.2009 e 31.07.2009 para atuar no Conselho de Administração da instituição (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015). Tal presença do PMDB no governo Yeda Crusius (PSDB), que será ainda melhor explicitada na seção seguinte, remete ao próprio histórico de composições e de apoios em eleições anteriores e também se explica, em grande medida, em razão das próprias circunstâncias que levaram a então candidata tucana de 2006 ao comando do executivo estadual entre 2007 e 2010. Assim, coincidindo com o início do contexto da delimitação temporal completa referente à presente tese (1995-2010), tem-se que o vice-governador do peemedebista Antônio Britto (1995-1998) era Vicente Bogo, do PSDB e, em 1998,

A ofensiva do presidente Fernando Henrique Cardoso e da cúpula nacional do PSDB conseguiu evitar o lançamento de candidatura própria ao governo do Rio Grande do Sul. A decisão de manter a coligação com o PMDB do governador Antônio Britto, que deve concorrer à reeleição, foi tomada, por 15 votos, em pré-convenção no sábado passado.

A tese favorável à manutenção da aliança com o PMDB teve 210 votos, contra 195 dados à da candidatura própria, postulada pelo vice-governador, Vicente Bogo.

Três dias antes, FHC telefonou para o presidente do PSDB gaúcho, Antônio Hohlfeldt, para transmitir apoio a Britto¹⁵⁶.

Mesmo que neste pleito de 1998 a chapa dos candidatos do PMDB e do PSDB acabou sendo derrotada por Olívio Dutra (PT), o próprio Antônio Hohlfeldt (PSDB) foi o vice na chapa de Germano Rigotto (PMDB) para o governo do Rio Grande do Sul na eleição seguinte, em 2002¹⁵⁷, e em 2006, ainda que PMDB e PSDB não estivessem juntos na mesma coligação, o PMDB apoiou a candidata Yeda Crusius no segundo turno deste pleito. Nesta direção é que, a

¹⁵⁶ JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc30039806.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

¹⁵⁷ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 02 jan. 2015.

partir de notícia registrada no jornal Folha de São Paulo em 04.10.2006, e que é condizente com o momento em que se decidiu pelo citado apoio à postulante tucana, encontra-se que “O PMDB definiu ontem, em encontro de sua Executiva Estadual, que vai apoiar Yeda Crusius (PSDB) contra Olívio Dutra (PT) no segundo turno da disputa gaúcha. O governador Germano Rigotto, que ficou em terceiro lugar com 1.679.902 votos, não participou da reunião”¹⁵⁸. Yeda acaba sendo eleita e o peemedebista Ricardo Englert, que já tinha sido empossado secretário-adjunto da Fazenda no começo do governo liderado pela peessedebista, assume em janeiro de 2009 a titularidade desta¹⁵⁹, que é a pasta-chave da administração pública estadual. E Englert permanecerá como Secretário da Fazenda até o final do governo Yeda, em 2010.

Ainda que na administração Rigotto não se observe nenhum peessedebista entre os 7 integrantes do comando do BADESUL relacionados ao empresariado, quase idêntica escassez igualmente ocorreu com o próprio PMDB, haja vista que Englert é o único nome deste partido que consta entre os referidos membros. Por outro lado, neste governo o PSDB compunha a vice-governadoria, com Antônio Hohlfeldt, além de que quatro outros importantes nomes do partido também compunham o primeiro escalão da administração estadual: Helena Maria Silva Coelho (procuradora-geral do Estado), José Alberto Wenzel (secretário de Meio Ambiente), Roque Jacoby (Secretário da Cultura) e Jorge Gobbi (Secretário da Administração)¹⁶⁰. Tais fatos, portanto, corroboram a percepção relacionada à união existente entre o PMDB e o PSDB, consolidada cada vez mais a partir do início da gestão de Antônio Britto à frente do executivo do Rio Grande do Sul, em 1995.

De qualquer forma, como nossa prioridade nesta seção é esmiuçar mais especialmente o período 2003-2006, e assim, regressando ao exame acerca de Ricardo Englert, verifica-se que ele, juntamente

¹⁵⁸ JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0410200638.htm>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

¹⁵⁹ JORNAL ZERO HORA (PORTO ALEGRE). Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/01/emocionado-ricardo-englert-toma-posse-como-secretario-da-fazenda-2373695.html>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

¹⁶⁰ TERRA (website de variedades). Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/transicao/interna/0,,OI75402-EI1012,00-Rigotto+anuncia+equipe+completa+de+governo+no+RS.html>>. Acesso em: 06 jan. 2015

com o membro Jorge Luis Cardoso, são os dois únicos integrantes do comando do BADESUL relacionados ao empresariado que se caracterizam como filiados partidariamente. Assim, constata-se que, ao longo do governo Rigotto, a vinculação ao comando do BADESUL de integrantes que fossem relacionados ao empresariado não precisaria depender, necessariamente, de que os mesmos fossem filiados político-partidariamente. Portanto, diferentemente de outros espaços públicos de planejamento e implementação das políticas governamentais, no governo Germano Rigotto o predicado empresarial prescindiria do predicado do registro político-partidário oficial quanto aos integrantes que ocupassem os espaços de comando do BADESUL.

Por fim, evidencia-se o fato de que, dos sete integrantes do governo Rigotto referentes ao comando do BADESUL relacionados ao empresariado, cinco permaneceram fazendo parte do controle da instituição ao longo do governo de Yeda Crusius: Edemar Morel Tutikian voltaria a ter seu nome aprovado pelo Banco Central em 28.03.2007 e 08.05.2009 para atuar enquanto Diretor; Ricardo Englert voltaria a ter seu nome aprovado pelo Banco Central em 22.01.2007, 12.04.2007, 14.04.2009 e 31.07.2009 para atuar no Conselho de Administração; e Celso Luft, Jorge Luis Cardoso e Paulo Armando Born voltariam a ter seus nomes aprovados pelo Banco Central em 12.04.2007, 12.05.2008, 14.04.2009 e 08.04.2010 para atuarem no Conselho Fiscal (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015). Somente os membros Dagoberto Lima Godoy e Rogério Rosi Sola é que não permanecerão na gestão do BADESUL na administração da governadora Yeda Crusius.

Quanto ao contexto eleitoral referente ao pleito de 2006 para governador, Rigotto tem frustrado o intento de se reeleger, não alcançando nem mesmo uma das vagas para o segundo turno de tal disputa. O embate final desta eleição se daria entre a então deputada federal Yeda Crusius (PSDB) e o ex-governador Olívio Dutra (PT).

O PSDB de Crusius, já coligado desde o primeiro turno em uma chapa de 11 legendas que envolvia, entre outros, o PFL, o PPS e o PL, adiciona no segundo turno o apoio do PMDB, PP e PTB¹⁶¹, e arregimenta assim em seu favor os tradicionais adversários de Dutra e do PT no Rio Grande do Sul. O PDT, com sua representação estadual maior em Alceu Collares, ex-governador que administrou o estado

¹⁶¹ SÍTIO DO PTB. Disponível em: <<https://ptb.org.br/yeda-crusius-ganha-no-rio-grande-do-sul-com-apoio-do-ptb/>>. Acesso em 28 nov. 2015.

gaúcho entre 1991 e 1994, declara neutralidade, não sugerindo voto nem para Crusius e nem para Dutra.

Crusius é eleita governadora e, mesmo com os amplos e influentes apoios políticos e econômicos recebidos ao longo de toda a sua campanha, a diferença entre ela e Dutra foi de apenas 7% dos votos.

4.2.4 O empresariado, nos espaços de comando do BADESUL, na gestão Yeda Crusius (2007-2010)

Dez integrantes relacionados ao empresariado fizeram parte do comando do BADESUL ao longo da administração de Yeda Rorato Crusius à frente do governo do Estado do Rio Grande do Sul (2007-2010): Celso Luft, Edemar Morel Tutikian, Jorge Luis Cardoso, Juarez Monteiro Molinari, Paulo Armando Born, Pery Francisco Sperotto Coelho, Ricardo Englert, Ricardo Menna Barreto Felizzola, Ricardo Richiniti Hingel e Susana Maria Kakuta (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015). Considerando o total de 20 membros que fizeram parte dos principais cargos e funções desta agência de fomento no período agora verificado, os dez mencionados integrantes representam 50,0% deste universo. Comparando com os dados que dizem respeito dos demais momentos analisados, tal proporção é maior do que a média geral (de 26,4%) de todo o período delimitado (1998-2010), maior também do que os 43,8% referentes ao governo Rigotto, e ainda maior do que o percentual expresso no governo Britto (27,3%).

Segue abaixo a lista específica (Quadro 25) condizente ao período aqui examinado (2007-2010), referente aos integrantes dos Conselhos e Diretorias do BADESUL, estando destacados os membros relacionados aos interesses empresariais.

Quadro 25: BADESUL - Integrantes do comando da instituição entre 2007 e 2010. Em destaque os membros relacionados ao empresariado.

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Carlos Hartmann	DIR	Dir. Presid.	08/05/2009
	CA	Efetivo	31/07/2009
Celso Luft	CF	Suplente	12/04/2007
	CF	Suplente	12/05/2008
	CF	Suplente	14/04/2009
	CF	Suplente	08/04/2010

continua

continuação

Edemar Tutikian	DIR	Diretor	28/03/2007
	DIR	Diretor	08/05/2009
Elmiro Hallmann	CF	Efetivo	12/04/2007
	CF	Efetivo	12/05/2008
	CF	Efetivo	14/04/2009
	CF	Efetivo	08/04/2010
Ernani Althaus	CF	Efetivo	8/5/2009
Getulio da Silva	CA	Efetivo	12/04/2007
	CA	Efetivo	14/04/2009
Joni J. Kaercher	DIR	Diretor	28/03/2007
	DIR	Diretor	08/05/2009
Jorge Cardoso	CF	Suplente	12/04/2007
	CF	Suplente	12/05/2008
	CF	Suplente	14/04/2009
	CF	Suplente	08/04/2010
Josue Barbosa	CA	V. Presid.	31/7/2009
Juarez Molinari	DIR	Diretor	28/3/2007
Lauro A. Cerutti	CF	Efetivo	12/04/2007
	CF	Efetivo	12/05/2008
	CF	Efetivo	14/04/2009
	CF	Efetivo	08/04/2010
Marcio Biolchi	CA	Presid.	31/7/2009
Milton Kruger	CF	Suplente	12/04/2007
	CF	Suplente	12/05/2008
	CF	Suplente	14/04/2009
	CF	Suplente	08/04/2010
Paulo A. Born	CF	Efetivo	12/04/2007
	CF	Efetivo	12/05/2008
	CF	Efetivo	14/04/2009
	CF	Efetivo	08/04/2010
Pery Coelho	DIR	Dir.	28/03/2007
	DIR	V. Presid.	08/05/2009
Ricardo Englert	CA	Presid.	22/01/2007
	CA	V. Presid.	12/04/2007
	CA	V. Presid.	14/04/2009
	CA	Efetivo	31/07/2009
Ricardo Felizzola	CA	Efetivo	12/04/2007
	CA	Efetivo	14/04/2009
Ricardo R. Hingel	CA	V. Presid.	22/01/2007
	CA	Efetivo	12/04/2007
	CA	Presid.	14/04/2009
	CA	Efetivo	31/07/2009
Rogério A. de Wallau	DIR	Dir. Presid.	05/01/2007
	DIR	Diretor	28/03/2007
	DIR	Diretor	08/05/2009

conclusão

Susana Kakuta	DIR	Dir. Presid.	28/03/2007
	CA	Presid.	12/04/2007

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal; DIR = Diretoria

(**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência; diretores.

O setor de serviços novamente se destaca entre as atuações predominantes referentes aos integrantes relacionados ao empresariado que fizeram parte do comando do BADESUL na gestão enfatizada, sobressaindo-se as áreas contábeis, de assessoria empresarial, o setor de saúde e o mercado financeiro (Cf. Quadro 26) Nesta direção, considerando os membros já listados no parágrafo anterior, haviam dois empresários contábeis (Celso Luft e Jorge Luis Cardoso), dois assessores industriais (Ricardo Englert e Susana Maria Kakuta), dois negociadores do mercado financeiro (Pery Francisco Sperotto Coelho e Ricardo Richiniti Hingel) e um empresário ligado ao setor da saúde (Juarez Monteiro Molinari). Levando em conta as outras atividades empreendidas pelos demais citados integrantes relacionados ao empresariado, evidenciam-se as que dizem respeito ao ramo das construtoras (Edemar Morel Tutikian), ao setor de produção de tecnologias de automação e computacionais (Ricardo Menna Barreto Felizzola), ao setor de produção de tecnologias voltadas a empresas automobilísticas (Paulo Armando Born) e ao ramo da agropecuária (novamente Pery Francisco Sperotto Coelho).

Quadro 26: BADESUL - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (2007-2010)

Empresários	Agropecuário	Finanças	Constr. Civil	Serv. Empresariais (contábeis e auditorias)	Asses. Industrial	Tecnolog. de autom. e comput.	Clínica méd. privada	Automotivo/automob.
Celso Luft				X				
Edemar Tutikian			X					
Jorge Cardoso				X				
Juarez Molinari							X	
Paulo A. Born								X
Pery Coelho	X	X						
Ricardo Englert					X			

continua

conclusão

Ricardo Felizzola						X		
Ricardo R. Hingel		X						
Susana Kakuta					X			

Fonte: Diversas, indicadas nas notas do capítulo. Elaboração própria.

Ao especificar o setor de serviços e as atividades e empresas as quais alguns dos integrantes estavam vinculados, percebe-se que: Celso Luft e Jorge Luis Cardoso eram sócio-empresários que participavam do controle da mesma empresa, a Analyse Assessoria Contábil¹⁶²; Ricardo Englert, já mencionado nas seções referentes aos governos Britto e Rigotto, possui uma trajetória de intensa conexão com o empresariado pois chegou a ser Diretor Técnico do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS), entre 1999 e 2002¹⁶³, fazendo parte, também, da equipe estadual que trouxe a fábrica da General Motors (GM) para o Rio Grande do Sul, e atuando, igualmente, dentre os indivíduos que compuseram o conjunto de membros que iniciou as tratativas, sem êxito em seu final, quanto ao estabelecimento da FORD no Rio Grande do Sul; ademais, o mesmo Englert se empenhou em contribuir com a coordenação da entrada da empresa estadunidense de computadores Dell no Rio Grande do Sul e fez parte da equipe do governo estadual que organizou a privatização de parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), além de ter privatizado completamente a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT)¹⁶⁴; Susana Maria Kakuta consta como coordenadora técnica da Unidade de Competitividade Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹⁶⁵ e diretora de Operações do Sebrae/RS¹⁶⁶; Pery

¹⁶² ANÁLISE ASSESSORIA CONTÁBIL. Disponível em: <http://www.analyse.com.br/capa.asp?idpagina=420>. Acesso em 14 nov. 2014.

¹⁶³ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: http://www.rs.gov.br/conteudo/170059/economista-ricardo-englert-toma-posse-como-diretor-do-banrisul/termosbusca=*. Acesso em: 29 mar. 2015.

¹⁶⁴ PÁGINA PESSOAL DA FAMÍLIA ENGLERT. Disponível em: <http://www.familiaenglert.com/familiaenglert/antigo/entrevistas/01.htm>. Acesso em: 11 dez. 2014.

¹⁶⁵ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Indústria sustentável no Brasil: agenda 21: cenários e perspectivas**. Brasília, CNI, 2002, p. 35.

¹⁶⁶ ORIUNDI. Disponível em: <http://oriundi.net/site/oriundi.php?menu=noticiasdet&id=549>. Acesso em: 30 mar. 2015.

Francisco Sperotto Coelho iniciou sua vida profissional como operador de soja na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, corretoras e Chicago Board of Trade e, depois, como operador de mercado do Banco Maisonnave¹⁶⁷; Ricardo Richiniti Hingel foi Diretor Regional do Banco BTG Pactual S.A.¹⁶⁸; e Juarez Monteiro Molinari, sócio-proprietário da clínica médica privada “Centro de Ultra-sonografia e Diagnóstico”¹⁶⁹.

Detalhada no parágrafo acima a conexão empresarial com o setor de serviços, resta-nos especificar os demais integrantes relacionados ao empresariado que fizeram parte do comando do BADESUL e que possuíam vinculação com outros ramos, tais quais o das construtoras, do setor de produção de tecnologias de automação e computacionais, do setor de produção de tecnologias voltadas a empresas automobilísticas e do ramo da agropecuária. Neste sentido, Edemar Morel Tutikian consta como executivo da Omni Construtora e Incorporadora Ltda., uma empresa que atua na área de construção de prédios industriais e depósitos¹⁷⁰; Pery Francisco Sperotto Coelho foi orizicultor¹⁷¹ e diretor-executivo do Centro Remates Pântano Grande e da Agropecuária Monjolo Velho¹⁷²; Paulo Armando Born atua como executivo da Dana Holding Corporation, empresa global na produção de tecnologias para empresas automobilísticas¹⁷³; e, por fim, Ricardo Menna Barreto Felizzola figura como “presidente do Conselho de Administração da

¹⁶⁷ ITEM – IRRIGAÇÃO & TECNOLOGIA MODERNA. Conferência. **Item – Irrigação & Tecnologia Moderna – Revista Trimestral da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem – ABID**, Brasília, nº 63 - 3º Trimestre de 2004, p.35-36.

¹⁶⁸ BANRISUL. Disponível em:

<http://ri.banrisul.com.br/banrisul/web/mobile/conteudo_mobile.asp?idioma=0&conta=28&tipo=8232>. Acesso em 29 mar. 2015.

¹⁶⁹ JORNAL BOM DIA COMUNIDADE. Disponível em:

<<http://www.bomdiacomunidade.com.br/index.php?p=lemoticia&codigo=16&rea=10>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

¹⁷⁰ FINDTHECOMPANY (página que armazena dados empresariais gerais).

Disponível em: <<http://publicacoes.findthecompany.com.br/l/147115439/Omni-Construtora-e-Incorporadora-Ltda-em-Porto-Alegre-RS>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

¹⁷¹ PLANETA ARROZ. Disponível em:

<http://www.planetaarroz.com.br/site/noticias_detalhe.php?idNoticia=9044>.

Acesso em: 02 abr. 2015.

¹⁷² ITEM – IRRIGAÇÃO & TECNOLOGIA MODERNA. op. cit., loc. cit.

¹⁷³ DANA (empresa). Disponível em: <<http://dana.com.br/veteranos/paulo-armando-born/>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

Parit S/A, uma holding de investimentos que trabalha para desenvolver suas empresas controladas com padrão de gestão, capacidade tecnológica e potencial diferenciado de inovação”¹⁷⁴; por sua vez, a Parit é controladora da HT Micron, Altus e Teikon, empresas do setor de produção de tecnologias de automação e computacionais, as quais Felizzola é sócio-fundador, sendo que

A HT Micron é uma empresa brasileira, fundada em 2009, através da joint venture entre a sul-coreana Hana Micron e a brasileira PARIT, e tem como foco fornecer soluções locais em semicondutores para o Brasil.

Detentora de 50% da HT Micron, a brasileira PARIT é uma holding de investimentos com participação nas empresas Altus e HT Micron. Sua missão é ser reconhecida, no mercado de capitais, como o maior grupo investidor brasileiro em inovação na área da tecnologia de informação, microeletrônica, desenvolvimento e produção de bens, serviços e software. A PARIT traz consigo o conhecimento do mercado brasileiro, sendo representada pelo Sr. Ricardo Felizzola, CEO e fundador da HT Micron e das empresas Teikon e Altus¹⁷⁵.

A respeito dos dez membros priorizados na presente abordagem, consideremos neste instante a composição daqueles que preencheram espaços de atuação de entidades sindicais, instituições representativas de classe profissional e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais. Ricardo Englert exerceu cargos como os de Conselheiro Efetivo do Conselho Regional de Economia - CORECON (de 2001 a 2003), Vice-Presidente do CORECON em 2002, Conselheiro Suplente do mesmo Conselho (de 2003 a 2005) e eleito Conselheiro Efetivo para o período de 2005 a 2007, do mesmo Conselho. Ademais, Englert já tinha sido Diretor Técnico do Centro das Indústrias do Estado do Rio

¹⁷⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/marciobiolchi/Imprensa/DetalhesdaNot%C3%ADcia/tabid/3067/IdMateria/294334/Default.aspx>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

¹⁷⁵ HT MICRON (empresa). Disponível em: <http://www.htmicron.com.br/site_ptbr/index.php?option=com_content&view=article&id=1&Itemid=101>. Acesso em: 01 abr. 2015.

Grande do Sul (CIERGS) entre 1999 e 2002¹⁷⁶. Juarez Monteiro Molinari foi presidente da Associação Médica do município de Rio Grande (1991-1994)¹⁷⁷ e presidente da Câmara de Comércio da mesma cidade (2002)¹⁷⁸. Pery Francisco Sperotto Coelho consta como presidente do Instituto Rio Grandense do Arroz – IRGA (1º/01/2003-31/03/2006)¹⁷⁹, vice-presidente do Sindicato Rural de Butiá e Minas do Leão (municípios gaúchos), diretor de mercado da Federarroz, membro fundador da Comissão do Arroz e Conselheiro do IRGA¹⁸⁰, presidente do Fundo Latino-Americano do Arroz Irrigado – Flar – (2004)¹⁸¹ e membro do Conselho de Representantes da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul)¹⁸². Susana Maria Kakuta figura como coordenadora técnica da Unidade de Competitividade Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹⁸³ e diretora de Operações do Sebrae/RS¹⁸⁴. Ricardo Menna Barreto Felizzola consta como Diretor do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul – CIERGS – e coordenador do Conselho de Inovação e Tecnologia (CITEC) da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS - (desde 2006), Presidente do Conselho Diretor do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) desde 2008 e Membro do Conselho de Educação da CNI; foi ainda presidente do capítulo de Porto Alegre do

¹⁷⁶ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.rs.gov.br/conteudo/170059/economista-ricardo-englert-toma-posse-como-diretor-do-banrisul/termosbusca=*>. Acesso em: 26 mar. 2015.

¹⁷⁷ ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE RIO GRANDE. Disponível em: <<http://www.somerig.com.br/index.php/presidentes>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

¹⁷⁸ JORNAL BOM DIA COMUNIDADE. Disponível em: <<http://www.bomdiacomunidade.com.br/index.php?p=lemoticia&codigo=16&rea=10>>. Acessado em: 14 mar. 2015.

¹⁷⁹ INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ. Disponível em: <<http://www.irga.rs.gov.br/conteudo/5239/perly-francisco-sperotto-coelho>>. Acessado em: 16 mar. 2015.

¹⁸⁰ PLANETA ARROZ. Disponível em: <http://www.planetaarroz.com.br/site/noticias_detalle.php?idNoticia=9044>. Acesso em: 16 mar. 2015.

¹⁸¹ JORNAL CORREIO DO POVO (Porto Alegre). Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A110/N75/html/19PROJET.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

¹⁸² ITEM – IRRIGAÇÃO & TECNOLOGIA MODERNA. Op. cit., loc. cit.

¹⁸³ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Op. cit., loc. cit.

¹⁸⁴ ORIUNDI. Disponível em: <<http://oriundi.net/site/oriundi.php?menu=noticiasdet&id=549>>. Acesso em: 26 out. 2014.

Young President's Organization – YPO – (2000 e 2001), chairman da Área Brasil do YPO (exercícios 2002-2004), integrando o REX (Regional Executive Board) para a região da América Latina e do Caribe¹⁸⁵. Sobre a mencionada YPO a qual Felizzola participava, o sentido da mesma, sua influência e quanto aos seus componentes:

eles são jovens, ricos, poderosos e influentes. E têm um clube só para eles. É a YPO, iniciais em inglês de Organização de Jovens Presidentes, uma associação sem fins lucrativos que reúne donos e presidentes de algumas das melhores e maiores empresas do mundo. Os integrantes se comportam como maçons: ninguém abre a boca sobre o que acontece nos encontros. Um dos lemas mais caros à YPO "Nunca nada para ninguém", ou seja, o que é dito nas reuniões do grupo não vaza de jeito nenhum. [...]. Criada em Nova York em 1950, a YPO reúne líderes empresariais do mundo todo cujas empresas, juntas, giram cerca de 2 trilhões de dólares por ano e empregam 8 milhões de pessoas em mais de 70 países. A organização tem pouco mais de 8 000 associados, a maioria nos Estados Unidos. Ela existe no Brasil desde o começo da década de 70 e tem aqui um pouquinho menos de 180 sócios, com regionais em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre¹⁸⁶.

Em relação à Celso Luft e Jorge Luis Cardoso, estes somente participarão de instituições representativas de classe mais tarde, em momentos que não mais integravam o BADESUL quanto ao período completo recortado por nosso exame (que vai de 1998 até 2010).

Tendo em vista a conformação político-partidária dos 10 integrantes do comando do BADESUL relacionados ao empresariado, verifica-se que tais membros constituíam-se da seguinte forma:

¹⁸⁵ MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. Disponível em: <http://www.mbc.org.br/mbc/pgqp/hot_sites/16_congresso_inter/index.php?option=conteudo&Itemid=599>. Acesso em: 19 mar. 2015.

¹⁸⁶ REVISTA EXAME. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/732/noticias/nunca-nada-para-ninguem-m0046945>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

Quadro 27: Filiações partidárias do comando do BADESUL (2007-2010 – Governo Crusius) vinculadas ao empresariado

Comando do BADESUL relacionado ao empresariado	Filiação partidária	Data da filiação	Registros de filiações em outros períodos
Celso Luft	Sem		
Edemar Tutikian	PMDB	05/10/2007	
Jorge Cardoso	DEM	18/09/1986	
Juarez Molinari	PSDB	04/11/2005	PP (entre 29.08.1980 e 29.09.2005)
Paulo A. Born	Sem		
Pery Coelho	PDT	04/04/1981	
Ricardo Englert	PMDB	10/04/1999	
Ricardo Felizzola	Sem		
Ricardo R. Hingel	Sem		
Susana Kakuta	Sem		

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

A coligação “Rio Grande Afirmativo”, representando a aliança que levou Yeda Crusius à vitória eleitoral em 2006 para o executivo estadual, foi composta pelo PSDB, PFL, PPS, PSC, PL, PAN, PRTB, PHS, PTC, PRONA e PTdoB¹⁸⁷. Pode ser somado a este conjunto de onze partidos o próprio PMDB que, sequer levando o então governador Rigotto, de seu partido, ao segundo turno daquele pleito, decide se empenhar em favor da candidata tucana na reta final da campanha política. A respeito deste assunto, em notícia publicada às vésperas do referido segundo turno, assim se expressava o jornal Valor Econômico, em edição de 16.10.2006:

No Rio Grande do Sul, a tucana Yeda Crusius recebeu o apoio do governador Germano Rigotto (PMDB), que ficou em terceiro lugar na eleição, e ampliou a vantagem sobre o petista Olívio Dutra. [...]

Se a vitória de Yeda se confirmar no Rio Grande do Sul, ela sucederá um governo ao qual o seu partido foi coligado até pouco mais de um ano antes da eleição. Em 2002, o então tucano e ex-

¹⁸⁷ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em 24 nov. 2014.

petista Antônio Hohldfeldt foi eleito vice-governador na chapa liderada pelo peemedebista Germano Rigotto, mas em 2005 ele deixou o PSDB para se filiar ao PMDB. A provável vitória da tucana também representará uma mudança apenas parcial em relação à administração de Rigotto. Com um discurso político semelhante, que destaca a busca do desenvolvimento econômico baseado num ambiente favorável para os investimentos e os negócios privados [...].

E tal união entre PSDB e PMDB persistirá ao longo do governo Yeda, mesmo em seus momentos considerados mais conturbados:

O PMDB do Rio Grande do Sul adiou a decisão de sair do governo de Yeda Crusius (PSDB) e vai se unir na defesa da tucana na CPI que deve ser instalada até o fim do mês para investigar sua administração.

O temor é que a CPI fortaleça a candidatura do ministro da Justiça, Tarso Genro (PT), à sucessão de Yeda em 2010.

Na última quinta, o PMDB, maior fiador da governabilidade de Yeda, reuniu seus principais líderes no Estado -entre eles os pré-candidatos ao governo, o prefeito de Porto Alegre, José Fogaça, e o ex-governador Germano Rigotto- e decidiu subir o tom contra Tarso¹⁸⁸.

E esta sintonia entre PSDB e PMDB também pode ser observada no próprio contexto da configuração partidária quanto aos integrantes relacionados ao empresariado que fizeram parte do comando do BADESUL. Como se verifica no quadro exposto mais acima, ainda que grande parte destes integrantes não possuíssem quaisquer filiações partidárias (metade deles), os que continham tais vínculos estavam filiados ao PMDB (dois membros), PSDB (um membro), DEM (um membro) e PDT (um membro). Constata-se assim que, no governo dirigido pela peessedebista Yeda Crusius, é o PMDB quem detém esta aludida maioria.

¹⁸⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1708200912.htm>>. Acesso em: 02 mai. 2015.

Vale lembrar, como já abordado na seção anterior, que o período do início da aliança entre PMDB e PSDB inaugura-se no contexto do governo que inicialmente recortamos para o exame do BADESUL, e que remete ao ano de 1998, coincidindo portanto com o momento em que Antônio Britto estava à frente do executivo gaúcho. Governador este que era peemedebista e tinha como vice Vicente Bogo, do PSDB. E ademais, como estamos observando, desde então tal simbiose entre as duas siglas foi se tornando, ao longo do tempo, assaz permanente e consolidado.

Retornando à análise acerca da configuração partidária referente aos integrantes relacionados ao empresariado que fizeram parte do comando do BADESUL ao longo da administração Yeda Crusius, constata-se, a partir do quadro acima, que também havia um membro filiado ao DEM (Jorge Luis Cardoso) e um filiado ao PDT (Pery Francisco Sperotto Coelho). O DEM, ainda denominado PFL, pertenceu à coligação que apoiou Yeda na campanha eleitoral de 2006 e o PDT, não pertencendo a esta mesma aliança, declarou neutralidade no segundo turno ainda que grande parte de seus correligionários mostraram-se dispostos a apoiar a candidata peessedebista. Assim, em matéria publicada em 07.10.2006 pelo Jornal Folha de São Paulo, depreende-se que

o PDT gaúcho decidiu ontem liberar seus filiados para apoiarem Yeda Crusius (PSDB) ou Olívio Dutra (PT) no segundo turno. Foram 59 votos pela liberação contra 56 dos que defendiam apoio à tucana. "Como não temos mais Leonel Brizola, que pensava por todos, vamos submeter a decisão para um processo democrático", disse Matheus Schmidt, presidente estadual do PDT.

A tendência, de acordo com o que apurou a Folha, é de a maioria apoiar Yeda, em razão do desgaste entre pedetistas e petistas durante o governo Olívio (1999-2002)¹⁸⁹.

Quanto aos dados históricos armazenados pelo TSE, verifica-se que o único membro que possuiu registro de filiação distinto daquele que coincidiu com o tempo do mandato de Yeda Crusius e, por isso,

¹⁸⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em:

<www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0710200630.htm>. Acesso em: 02 mai. 2015.

condizente com outros períodos administrativos, refere-se à Juarez Monteiro Molinari. Membro este que, no governo de Yeda, esteve filiado ao PSDB e que, anteriormente a este período, foi filiado ao PP entre 29.08.1980 e 29.09.2005.

Por fim, relembrando que de cinco dos dez integrantes do comando do BADESUL relacionados ao empresariado não foram encontrados registros de filiação a quaisquer partidos políticos, pode-se afirmar que, no que se refere a esta instituição de fomento, na gestão de Yeda Crusius, assim como aliás já visto também nos governos Rigotto e Brito, o fato de se pertencer ou não a uma sigla partidária não necessariamente comportaria tanta relevância quanto o fato de se poder contar com componentes que possuíssem conexões com o empresariado em geral ou mesmo com um determinado setor ou ramo do mesmo. Uma vez mais, portanto, evidencia-se que o predicado empresarial teve uma força política equivalente e até mesmo prescindiu, no caso da metade dos 10 mencionados integrantes, do predicado do registro político-partidário oficial quanto à participação destes membros no contexto de comungação aos interesses governamentais do momento aqui especificado.

O recorte referente ao momento final do exame relacionado ao BADESUL coincide com o quarto ano de gestão de Yeda Crusius à frente do executivo gaúcho. Ano este que também diz respeito ao pleito eleitoral que lhe negou a possibilidade de um novo mandato como governadora do Rio Grande do Sul.

A maior parte do mandato de Crusius foi caracterizada por indícios de diversos procedimentos de corrupção e polêmicas que envolveram vários órgãos e agentes públicos e pessoas de estrita confiança da governadora. Ademais, o início de tais situações principiou antes mesmo do começo da administração de Yeda, haja vista, por exemplo, as graves denúncias de Caixa 2 referentes à sua própria campanha eleitoral de 2006¹⁹⁰. E o auge de tais contextos conturbados da história política gaúcha encontrou sua expressão maior quando da descoberta de fraude milionária no Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (Detran-RS), na abertura de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na Assembleia Legislativa gaúcha, que buscavam investigar estas e outras irregularidades, e nos movimentos de protestos de trabalhadores, estudantes e sindicalistas que

¹⁹⁰ JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,veja-a-cronologia-do-caso-yeda-crusius-no-rio-grande-do-sul,369726>. Acesso em: 20 out. 2015.

constantemente se manifestavam acerca destes e de demais problemas que diziam respeito à forma como a governadora tucana representava e geria as questões públicas no estado do Rio Grande do Sul¹⁹¹. Como última decisão jurídica proferida antes da finalização do presente estudo, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 2015, decidiu manter a então ex-governadora como ré na Operação Rodin, da Polícia Federal, que apura fraudes envolvendo o Detran do Rio Grande do Sul. Neste sentido, Crusius ainda será julgada na esfera cível pelas condutas de agir para manter em funcionamento o esquema fraudulento em seu governo e beneficiar-se deste.¹⁹²

Terminando seu mandato com a popularidade profundamente abalada¹⁹³, Yeda Crusius ainda se candidata à reeleição tendo como principal adversário Tarso Genro, do PT, então Ministro da Justiça do governo Lula.

De forma inédita no Rio Grande do Sul, uma eleição para governador é decidida já no primeiro turno, e Tarso Genro vence o pleito com 54% dos votos. José Fogaça, que renuncia ao cargo de prefeito de Porto Alegre para concorrer ao executivo gaúcho pelo PMDB, fica em segundo lugar, com 24% dos votos. E somente em terceiro lugar é que fica a tucana Yeda Crusius, alcançando 18% dos votos.

¹⁹¹ INTERNET GROUP (IG) – NOTICIÁRIO ÚLTIMO SEGUNDO. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/apos-gestao-tumultuada-yeda-deixa-governo-com-grande-reprovacao/n1237790792164.html>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

¹⁹² DIÁRIO DE SANTA MARIA. Disponível em: <<http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/economia-politica/noticia/2015/04/ex-governadora-yeda-crusius-e-mantida-re-em-acao-da-operacao-rodin-4749459.html>>. Acesso em: 02 mai. 2015.

¹⁹³ INTERNET GROUP (IG) – NOTICIÁRIO ÚLTIMO SEGUNDO. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/partidos-em-eleicao-gaucha-fogem-da-determinacao-nacional/n1237708955009.html>>. Acesso em: 09 mai. 2015.

5 O BADESC E SUA COMPOSIÇÃO POLÍTICA E EMPRESARIAL REPRESENTADA PELOS MEMBROS DO COMANDO INSTITUCIONAL (1999-2010)

Trataremos em primeiro lugar de verificar a normatização quanto ao preenchimento dos espaços de comando do BADESC, utilizando para isso a fundamentação estatutária da instituição, e, a partir daí, localizar a estrutura dos cargos decisórios da empresa no sentido de identificar quais foram seus membros ocupantes das diretorias e dos conselhos administrativo e fiscal. A partir da verificação da eleição destes nomes para a ocupação de tais espaços e a respectiva identificação da aprovação dos mesmos pelo Banco Central, é que poderemos ter em mãos o conjunto completo dos integrantes os quais examinaremos quanto às suas relações políticas e empresariais tecidas até e no momento em que integraram a instituição. Para tanto, procederemos com o reconhecimento de suas filiações partidárias antes e no momento em que constituíram o BADESC, suas profissões/ocupações e formações acadêmicas realizadas até aquela oportunidade, para, ao final, identificar as relações empresariais de que fizeram parte, assim como suas composições em espaços de atuação de entidades sindicais, instituições representativas de classe e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais. Ao término, traçaremos a trajetória de atuação política de cada um destes membros, com suas disputas em pleitos de mandatos públicos eletivos e suas atividades no contexto político-partidário executados até e no momento em que integraram a agência de fomento.

5.1 PREENCHIMENTO DOS ESPAÇOS DE COMANDO E VINCULAÇÕES POLÍTICAS E PROFISSIONAIS

O Estatuto Social do BADESC, em seus Artigos 18, 27, 36 estabelece, da seguinte forma, os procedimentos de como deve se dar a constituição dos membros do comando desta agência de fomento em sua estrutura de diretoria e dos conselhos administrativo e fiscal:

Artigo 18 - A Administração da Agência de Fomento será conduzida por um Conselho de Administração, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, entre pessoas naturais, acionistas que preencham os

requisitos legais para o exercício da função, composto pelos seguintes membros:

- a) o Secretário de Estado da Fazenda, seu Presidente;
- b) o Secretário de Estado do Planejamento;
- c) o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável;
- d) o Presidente da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A;
- e) o Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC;
- f) um representante das minorias acionárias, na forma que dispõe a Lei das Sociedades Anônimas.

Parágrafo 29- É facultado à minoria acionária presente a Assembleia Geral eleger um dos membros do Conselho de Administração.

[...]

Artigo 27 - A Diretoria será composta de um Diretor Presidente, um Diretor Vice- Presidente e dois Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 29 - O Vice-Presidente, preferencialmente, acumulará uma das Diretorias.

Artigo 36 - O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente e será constituído por três efetivos e respectivos suplentes, todos brasileiros, eleitos anualmente pela Assembleia [...] - Fica assegurada à minoria acionária presente à Assembléia Geral o direito de eleger um membro efetivo e respectivo suplente do Conselho Fiscal (BADESC- AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A., 1999)

Na delimitação referente ao período que vai do início da constituição do Conselho de Administração e Diretorias do BADESC (em 04.01.1999) até o momento final do recorte analítico (31.12.2010), foram em número de 70 os integrantes desta agência de fomento que ocuparam seus principais espaços de comando (Diretorias e os Conselhos de Administração e Fiscal).

Estes 70 integrantes tiveram seus nomes aprovados pelo Banco Central em várias datas diferentes, como se pode visualizar abaixo (Quadro 28):

Quadro 28: BADESC - Integrantes da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal (comando da instituição) entre 1999 e 2010

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Afonso Borghezan	CA	Efetivo	28/4/1999
Alfredo Sobrinho	CA	Presid.	26/10/2006
Altair Guidi	CA	Efetivo	26/3/2007
	CA	Efetivo	4/6/2007
	CA	Efetivo	9/9/2009
Alvaro Bertoli	CA	Efetivo	13/7/2001
	CA	Efetivo	15/10/2003
	CA	Efetivo	26/10/2005
Alvaro Preis	CF	Suplente	15/10/2003
	CF	Suplente	10/9/2004
André de Rezende	CF	Suplente	1/6/2010
Andrônico Pereira Filho	DIR	Diretor	5/12/2005
	DIR	Dir. V.Presid.	10/5/2006
Antônio C. Vieira	CA	Presid.	4/1/1999
	CA	Presid.	28/4/1999
	CA	Presid.	13/7/2001
Antônio Ceron	CA	Efetivo	4/1/1999
	CA	Efetivo	28/4/1999
	CA	Efetivo	13/7/2001
Antônio Gavazzoni	CA	Presid.	6/3/2009
	CA	Presid.	9/9/2009
Armando de Souza	CA	Efetivo	24/1/2003
	CA	Efetivo	15/10/2003
	CA	Efetivo	26/10/2005
Arnaldo Schmitt Júnior	DIR	Diretor	14/2/2003
	DIR	Diretor	16/12/2003
Arno Garbe	DIR	Dir. Presid.,	4/1/1999
	CA	V. Presid.	4/1/1999
	CA	V. Presid.	28/4/1999
	DIR	Dir. Presid.	21/5/1999
	CA	V. Presid.	13/7/2001
	DIR	Dir. Presid.	13/7/2001
Augusto Fett	CF	Suplente	26/10/2005
Baltazar Carioni	CF	Efetivo	19/10/2000
Claudemir de Oliveira	CF	Efetivo	26/10/2005
	CF	Efetivo	12/9/2006
Cleverson Siewert	CA	Presid.	1/6/2010

continua

continuação

Cromácio da Rosa	DIR CA	Dir. Presid. V. Presid.	17/6/2010 17/6/2010
Dalírio Beber	DIR CA DIR DIR CA	Dir. Presid. V. Presid. Dir. Presid. Dir. Presid. V. Presid.	2/5/2007 4/6/2007 6/6/2007 25/6/2009 9/9/2009
Derly de Anunciação	CF CF	Efetivo Efetivo	26/10/2005 12/9/2006
Diogo Collaço	CF CF	Suplente Suplente	15/10/2003 10/9/2004
Edilon G. Pereira	CF CF	Suplente Suplente	12/9/2006 4/6/2007
Francisco Cordeiro	CF CF CF CF CF	Suplente Efetivo Efetivo Efetivo Efetivo	19/10/2000 17/1/2002 26/6/2002 15/10/2003 10/9/2004
Gil Morais	CF CF CF CF	Suplente Suplente Suplente Suplente	4/6/2007 6/8/2008 9/9/2009 1/6/2010
Hélio Winckler	CF	Efetivo	13/7/2001
Ismael dos Santos	CF	Efetivo	4/6/2007
João Macagnan	DIR DIR DIR	Dir. V.Presid. Diretor Diretor	2/5/2007 6/6/2007 25/6/2009
Jorge da Silva	CF CF CF	Suplente Suplente Suplente	6/8/2008 9/9/2009 1/6/2010
José Lunardelli	CA	Presid.	26/6/2002
José de Mattos Neto	CA CA CA	Efetivo Efetivo Efetivo	4/6/2007 6/8/2008 9/9/2009
José Oneda	CF CF CF CF CF	Suplente Suplente Efetivo Efetivo Efetivo	4/6/2007 6/8/2008 11/9/2008 9/9/2009 1/6/2010
José Carvalho	CF CF CF	Efetivo Efetivo Efetivo	6/8/2008 9/9/2009 1/6/2010
Lírio Rosso	CF CF	Efetivo Efetivo	15/10/2003 10/9/2004

continuação

Lothar Stein	DIR	Diretor	15/5/2000
	DIR	Diretor	13/7/2001
Luciano Bartolomeu	CF	Suplente	13/7/2001
	CF	Suplente	17/1/2002
	CF	Suplente	26/6/2002
Luiz Grubba	CF	Suplente	28/4/1999
Luiz Ramos	DIR	Diretor	23/4/2003
	DIR	Diretor	16/12/2003
	DIR	Diretor	19/4/2006
	DIR	Diretor	6/6/2007
	DIR	Diretor	25/6/2009
	DIR	Dir. V.Presid.	28/7/2010
Luiz C. da Silva	CF	Suplente	26/6/2002
Luiz Carvalho	CA	Efetivo	4/1/1999
Luiz Clasen	CF	Suplente	15/10/2003
	CF	Suplente	10/9/2004
	CF	Efetivo	26/10/2005
	CF	Efetivo	12/9/2006
	CF	Efetivo	4/6/2007
Luiz Gomes	CA	Efetivo	26/6/2002
Marcelo Rego	CF	Suplente	17/1/2002
Marcelo Artilheiro	DIR	Diretor	20/10/2010
Maria Bittencourt	CF	Efetivo	15/10/2003
	CF	Efetivo	10/9/2004
Max Bornholdt	CA	Presid.	24/1/2003
	CA	Presid.	15/10/2003
	CA	Presid.	26/10/2005
Miguel X. de Melo Filho	DIR	Diretor	11/1/2005
	CA	Efetivo	6/3/2009
	CA	Efetivo	9/9/2009
Milton Ribeiro	CF	Efetivo	28/4/1999
Nagib Zattar	CF	Efetivo	28/4/1999
		Efetivo	19/10/2000
Nelson da Rosa	CF	Efetivo	13/7/2001
	CF	Efetivo	17/1/2002
	CF	Efetivo	26/6/2002
Nelson Wedekin	DIR	Diretor	17/2/2003
Nereu Baú	DIR	Diretor	17/6/2010
Nestor Mendes	CF	Suplente	26/10/2005
	CF	Suplente	12/9/2006
Nestor Garcia	CF	Suplente	28/4/1999
	CF	Efetivo	28/5/1999
Newton Bruggemann	CF	Efetivo	17/1/2002
	CF	Efetivo	26/6/2002

conclusão

Olvacir Fontana	CA	Efetivo	12/9/2006
Onofre Agostini	CA	Efetivo	6/8/2008
Osmar Santos	DIR	Diretor	4/1/1999
	DIR	Diretor	21/5/1999
Paulo Duarte	DIR	Dir. V.Presid.	4/1/1999
	DIR	Dir. V.Presid.	21/5/1999
	DIR	Dir. V.Presid.	13/7/2001
Paulo da Costa	CA	Efetivo	1/6/2010
Paulo Linzmeyer	CF	Suplente	26/10/2005
	CF	Suplente	12/9/2006
Pedro Alves	DIR	Diretor	4/1/1999
	DIR	Diretor	21/5/1999
	DIR	Diretor	13/7/2001
Renato Vianna	CA	V. Presid.	24/1/2003
	DIR	Dir. Presid.	27/1/2003
	CA	V. Presid.	15/10/2003
	DIR	Dir. Presid.	16/12/2003
	CA	V. Presid.	26/10/2005
Sayde Miguel	DIR	Dir. V. Presid.	6/3/2003
	DIR	Dir. V. Presid.	16/12/2003
	DIR	Dir. V. Presid.	19/4/2006
	DIR	Dir. Presid.	10/5/2006
	CA	V. Presid.	10/5/2006
	DIR	Dir. V. Presid.	6/6/2007
	DIR	Dir. V. Presid.	25/6/2009
Sérgio Alves	CA	Presidente	26/3/2007
	CA	Presidente	4/6/2007
Sólton Rigon	DIR	Diretor	9/6/2006
Valdir Colzani	DIR	Diretor	8/9/2004
Vinicius L. Silva	CA	Efetivo	1/6/2010
Vitor Pinto	CF	Efetivo	4/6/2007
	CF	Efetivo	6/8/2008
	CF	Efetivo	9/9/2009
	CF	Efetivo	1/6/2010
Wilfredo Amorim	CF	Efetivo	28/4/1999
Zany Leite	CF	Suplente	28/4/1999
	CF	Suplente	19/10/2000
	CF	Suplente	17/1/2002
	CF	Suplente	26/6/2002

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal; DIR = Diretoria.

(**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência; diretores.

Em relação às filiações político-partidárias destes 70 integrantes, condizentes com o momento que coincidiu com a ocupação dos mesmos em seus respectivos cargos no comando do BADESC, constata-se que 46 deles estavam filiados, dos quais 13 ao PMDB, 12 ao PP, 10 ao PSDB, 9 ao DEM e 2 ao PPS (Quadro 29). Quanto aos restantes, percebe-se que 3 deles não filiados nos momentos de suas participações na agência de fomento tiveram filiações em outro(s) momento(s). E por fim, verifica-se que não foram encontrados registros de filiações partidárias em relação aos 21 demais integrantes.

Quadro 29: Filiação partidária dos integrantes do comando do BADESC (1999-2010)

Filiados	Origem	Data da Filiação
PMDB		
Alfredo Sobrinho	Florianópolis	14/11/2003
Andrônico Pereira Filho	Camboriú	06/09/1980
Arnaldo Schmitt Júnior	Itajaí	03/11/1981
Claudemir de Oliveira	Blumenau	06/09/1980
Diogo Collaço	Florianópolis	23/05/1986
Lírio Rosso	Florianópolis	28/08/1980
Maria Bittencourt	Itajaí	05/07/1985
Max Bornholdt	Joinville	14/05/1980
Miguel X. de Melo Filho	Tubarão	16/03/1981
Paulo Linzmeyer	Joinville	05/03/1981
Renato Vianna	Blumenau	09/09/1980
Valdir Colzani	Itajaí	04/04/1981
Vinicius L. Silva	Florianópolis	05/10/2007
PP		
Alvaro Bertoli	Florianópolis	16/11/1995
Antônio C. Vieira	Florianópolis	16/11/1995
Arno Garbe	Blumenau	16/11/1995
Baltazar Carioni	Florianópolis	16/11/1995
Hélio Winckler	Xanxerê	16/11/1995
Luciano Bartolomeu	Não encontrado	Não encontrado
Luiz Gomes	Não encontrado	Não encontrado
Luiz Grubba	Jaraguá do Sul	16/11/1995
Nagib Zattar	Joinville	Não encontrado
Newton Bruggemann	Florianópolis	16/11/1995
Paulo Duarte	Lages	16/11/1995
Zany Leite	Florianópolis	28/10/1997

continua

conclusão

PSDB		
Alvaro Preis	Florianópolis	21/03/1990
Cromácio da Rosa	Joinville	10/09/2007
Dalírio Beber	Blumenau	03/03/1989
Gil Moraes	Florianópolis	09/09/1998
Luiz Ramos	Florianópolis	30/08/1989
Marcelo Rego	Blumenau	15/05/1992
Marcelo Artilheiro	Joinville	03/11/2008
Nereu Baú	Caçador	22/11/2004
Paulo da Costa	Lages	03/10/2007
Vitor Pinto	Balneário Camboriú	02/06/2001
DEM		
Antônio Ceron	Lages	08/09/1997
Antônio Gavazzoni	Chapecó	15/08/2007
Ismael dos Santos	Blumenau	27/08/2005
João Macagnan	Itajaí	08/02/1995
José Oneda	Lages	03/08/1985
José Lunardelli	Florianópolis	24/11/1995
Lothar Stein	Blumenau	30/10/1985
Onofre Agostini	Curitibanos	05/07/1985
Wilfredo Amorin	Florianópolis	24/11/1995
PPS		
Altair Guidi	Criciúma	29/09/2005
Nelson Wedekin	Florianópolis	30/09/1999
Com filiações em momentos distintos de suas participações no comando do BADESC: Francisco Cordeiro, Milton Ribeiro, Osmar Santos.		

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

Quanto aos vínculos dos integrantes do comando do BADESC com mandatos públicos eletivos, sendo eleitos para ocupar os mesmos ou possuindo alguma relação familiar com detentores destes respectivos mandatos, apresentam-se os seguintes registros (na sequência, as informações sobre a participação na direção do BADESC são do Banco Central do Brasil (2015)):

- **Altair Guidi**, integrante do Conselho de Administração do BADESC no segundo mandato de Luiz Henrique, foi prefeito de

Criciúma entre 1977 e 1983¹⁹⁴, e entre 1989 e 1992, pelo PDS¹⁹⁵; para deputado estadual foi eleito em 1986 pelo PDS¹⁹⁶, em 2002 pelo PPB¹⁹⁷, e em 2006¹⁹⁸ e 2010¹⁹⁹ pelo PPS.

● **Andrônico Pereira Filho**, integrante da diretoria e diretor vice-presidente do BADESC no primeiro mandato de Luiz Henrique, é bisneto do primeiro prefeito de Camboriú, Manoel Anastácio Pereira²⁰⁰. Nas eleições de 1982, Andrônico Pereira Filho (PMDB) foi eleito prefeito de Camboriú²⁰¹ e, nas eleições do ano 2000, foi eleito (também pelo PMDB) vice-prefeito do mesmo município²⁰².

● **Antônio Ceron**, integrante do Conselho de Administração do BADESC no governo Amin, foi eleito deputado estadual em 1990, pelo

¹⁹⁴ PREFEITURA DE CRICIÚMA. Disponível em: <<http://www.criciuma.sc.gov.br/site/turismo/p/prefeitos>>. Acesso em: 15 set. 2014.

¹⁹⁵ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1988/RFM1988180896.htm>>. Acesso em: 15 set. 2014.

¹⁹⁶ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série– Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 169.

¹⁹⁷ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/2002/ResultFinalE20021.htm>>. Acesso em: 16 set. 2014.

¹⁹⁸ TERRA (website de variedades). Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes2006/interna/0,,OI1170949-EI7803,00.html>>. Acesso em: 16 set. 2014.

¹⁹⁹ TERRA (website de variedades). Disponível em: <<http://eleicoes.terra.com.br/apuracao/2010/1turno/santa-catarina/#/deputado-estadual/>>. Acesso em: 16 set. 2014.

²⁰⁰ JORNAL CORREIO CAMBORIUENSE. **Perfil: Andrônico Pereira Filho**. Camboriú, SC. Dez 2014, p. 06.

²⁰¹ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1982/PrefViceEleitosM19821.htm>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

²⁰² TRE-SC. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/2000/PrefViceEleitosM20001.htm>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

PL, obtendo 12.520 votos²⁰³. Em 2002, pelo PFL, foi eleito também deputado estadual, obtendo 33.994 votos²⁰⁴.

● **Arnaldo Schmitt Júnior**, integrante da diretoria do BADESC no primeiro mandato de Luiz Henrique, foi eleito prefeito de Itajaí, pelo PMDB, nas eleições de 1982²⁰⁵ e 1992²⁰⁶. No legislativo, Schmitt Júnior foi eleito deputado federal, pela ARENA, nas eleições de 15.11.1978 e deputado estadual, pelo PMDB, eleito em 1990²⁰⁷.

● **Francisco de Assis Cordeiro**, integrante do Conselho Fiscal do BADESC no governo Amin e no primeiro mandato de Luiz Henrique, foi prefeito de Florianópolis, pelo PDS, na gestão 1979/1983²⁰⁸.

● **Hélio da Silva Winckler**, integrante do Conselho Fiscal do BADESC no governo Amin, foi vereador de Xanxerê na legislatura 1977-1983²⁰⁹ e entre 2009 e 2012, pelo PP²¹⁰. No executivo, para a

²⁰³ TRE-SC. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1990/ResultFinalE19901.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

²⁰⁴ UNIVERSO ONLINE. Disponível em: <http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/resultados/dep_est/sc.shl>. Acesso em: 06 abr. 2015.

²⁰⁵ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1982/RFM1982181612.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

²⁰⁶ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1992/PrefViceEleitosM19921.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

²⁰⁷ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série– Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 111 e 180.

²⁰⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://al-sc.jusbrasil.com.br/noticias/2126518/parlamento-catarinense-comemora-os-284-anos-de-florianopolis-com-homenagens>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

²⁰⁹ RÁDIO PRINCESA (XANXERÊ). Disponível em: <http://www.redeprincesa.com.br/index.php/desc_noticia/xanxere_vereador_helio_winckler_analisa_o_ano_de_trabalho/>. Acesso em: 08 mar. 2015.

²¹⁰ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm>. Acesso em: 08 mar. 2015.

prefeitura de Xanxerê, Winckler foi eleito prefeito nas eleições de 15.11.1988, pelo PDS²¹¹ e nas eleições de 1996, pelo PPB²¹².

● **Ismael dos Santos**, integrante do Conselho Fiscal do BADESC no segundo mandato de Luiz Henrique, foi eleito vereador de Blumenau nas eleições do ano 1992²¹³ e 1996, pelo PSDB²¹⁴, e eleito para o mesmo cargo nas eleições do ano 2000, pelo PT²¹⁵. Mais tarde, Ismael foi eleito deputado estadual, pelo DEM, nas eleições de 2010²¹⁶, e, também eleito deputado estadual, mas agora pelo PSD, no ano de 2014²¹⁷.

● **João Omar Macagnan**, integrante da diretoria e diretor vice-presidente do BADESC no segundo mandato de Luiz Henrique, foi eleito deputado estadual, pelo PMDB, nas eleições de 1986, e pelo PFL, nas eleições de 1998²¹⁸. No executivo, consta que Macagnan foi eleito prefeito de Itajaí, nas eleições de 1988, pelo PMDB²¹⁹.

²¹¹ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1988/PrefViceEleitosM19881.htm>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

²¹² TUDO SOBRE XANXERÊ. Disponível em: <http://www.tudosobrexanxere.com.br/index.php/desc_noticias/eleicoes_municipais_1996>. Acesso em: 08 mar. 2015.

²¹³ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1992/RFM1992180470.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

²¹⁴ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1996/RFM1996180470.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

²¹⁵ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/2000/RFM2000180470.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

²¹⁶ UNIVERSO ONLINE. Disponível em: <<http://eleicoes.noticias.bol.uol.com.br/2010/1turno/sc/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

²¹⁷ ELEIÇÕES 2014. Disponível em: <<http://www.eleicoes2014.com.br/ismael-dos-santos/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

²¹⁸ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série– Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 171 e 193.

²¹⁹ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1988/RFM1988181612.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

● **Lírio Rosso**, integrante do Conselho Fiscal do BADESC no primeiro mandato de Luiz Henrique, foi um dos fundadores do MDB em Criciúma, em 1966, quando se elegeu vereador pela primeira vez, sendo que também ocupou uma vaga no Legislativo cricumense entre 1976 e 1982²²⁰. Como deputado estadual, foi eleito pelo PMDB nas eleições de 1986 e 1990²²¹.

● **Lothar Stein**, integrante da diretoria do BADESC no governo Amin, foi eleito vereador de Blumenau, nas eleições de 1982, pelo PDS. Com 1.615 votos, Stein foi eleito como o terceiro candidato a vereador mais votado e o mais votado de seu partido, o PDS²²².

● **Luiz Antônio Grubba**, integrante do Conselho Fiscal do BADESC no governo Amin, é filho de Waldemar Grubba, empresário e político influente de Jaraguá do Sul e que foi prefeito por duas vezes do referido município (1947-1950 e 1956-1961) e deputado estadual entre 1951 e 1955²²³.

● **Luiz Gomes**, integrante do Conselho de Administração do BADESC no governo Amin, foi eleito prefeito de Joinville, pelo PDS, nas eleições de 15.11.1988²²⁴.

● **Marcelo Albuquerque Mello Rego**, integrante do Conselho Fiscal do BADESC no governo Amin, foi eleito, nas eleições de 1990, deputado estadual pelo PDC (partido dissolvido em 1993)²²⁵.

● **Max Roberto Bornholdt**, presidente do Conselho de Administração do BADESC no primeiro mandato de Luiz Henrique, é

²²⁰ WH3 (comunicação). Disponível em:

<<http://wh3.com.br/noticia/66826/secretario-lirio-rosso-e-sepultado-em-criciuma-no-sul-de-santa-catarina.html>>. Acesso em: 03 abr.2015.

²²¹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série– Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 171 e 180.

²²² TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1982/RFM1982180470.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

²²³ DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. **Ata da 24ª Sessão Solene**. Florianópolis, 25 de setembro de 2001, Ano L, nº 4.906, p. 7.

²²⁴ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1988/RFM1988181795.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

²²⁵ TRE-SC. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1990/ResultFinalE19901.htm>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

pai de Rodrigo Bornholdt²²⁶, eleito vice-prefeito do município de Joinville, pelo PMDB, no ano de 2004²²⁷.

- **Miguel Ximenes de Melo Filho**, integrante da diretoria no primeiro mandato de Luiz Henrique e membro do Conselho de Administração do BADESC na segunda administração deste governador, foi prefeito de Tubarão (PMDB) entre 1983 e 1988²²⁸ e, nas eleições de 1990, foi eleito deputado estadual (PMDB)²²⁹.

- **Milton Pompeu da Costa Ribeiro**, integrante do Conselho Fiscal do BADESC no governo Amin, entrou na vida pública no início da década de 70, quando foi eleito vereador em Blumenau, pelo MDB, e presidindo a mesa diretora no período de 1973 a 1975²³⁰.

- **Nagib Zattar**, integrante do Conselho Fiscal do BADESC no governo Amin, na primeira eleição que disputou, em 1969, foi eleito vereador com mais de 1.800 mil votos, uma expressiva votação para a Joinville de então, com cerca de 65 mil habitantes. Foi reeleito mais duas vezes para a Câmara joinvilense, sendo que na última, em 1976, ocupou a presidência da casa entre 1977 e 1978²³¹. Foi eleito deputado estadual em 1978, pela ARENA, e em 1982 pelo PDS. Nesta última eleição em que se elegeu, acabou por ser o candidato eleito mais votado à Assembleia Legislativa catarinense²³².

- **Nelson Wedekin**, integrante da diretoria do BADESC no primeiro mandato do governo Luiz Henrique, iniciou sua história na

²²⁶ JORNAL A NOTÍCIA (de Joinville). Disponível em:

<<http://www1.an.com.br/2004/abr/04/0joa.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

²²⁷ POLITICOIDE. Disponível em:

<<http://politicoides.com.br/politicos/perfil/629062>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

²²⁸ PREFEITURA DE TUBARÃO. Disponível em:

<<http://antigo.tubarao.sc.gov.br/a-prefeitura/ex-prefeitos>>. Acesso em: 06 mar. 2015.

²²⁹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série – Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 180.

²³⁰ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em:

<<http://www1.an.com.br/2002/out/29/0ger.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

²³¹ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em:

<http://www1.an.com.br/2000/dez/19/0ger.htm>. Acessado em 16.09.2014.

²³² TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série – Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 162 e 166.

política sendo eleito vereador de Joaçaba em 1969 pelo MDB (SCHMITT, 2007, p. 110). Em 1982, foi eleito deputado federal, pelo PMDB, e em 1986, pelo mesmo partido, foi eleito senador²³³.

- **Onofre Santo Agostini**, integrante do Conselho de Administração do BADESC no segundo mandato de Luiz Henrique, foi prefeito de Curitibanos/SC, pela ARENA, no Período 1973-1977, e foi eleito deputado estadual, pelo PFL/DEM, para os períodos 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007 e 2007-2011²³⁴. Em 2010, Agostini foi eleito, pelo DEM, deputado federal²³⁵.

- **Paulo Alberto Duarte**, diretor vice-presidente do BADESC no governo Amin, foi eleito prefeito de Lages, pelo PDS, nas eleições de 1982²³⁶ e eleito deputado federal, pelo PFL, nas eleições de 1990²³⁷.

- **Paulo Cesar da Costa**, integrante do Conselho de Administração do BADESC no segundo mandato de Luiz Henrique, ingressou na política se elegendo vereador por três legislaturas consecutivas (1983-1996), assumindo a presidência do Poder Legislativo por dois períodos (1991-1992 e 1993 - 1994). Diversas vezes foi Líder de Bancada, Líder do Governo e Presidente das Comissões de Trabalho na Câmara. Assumiu a Prefeitura Municipal de

²³³ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série– Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 92 e 112.

²³⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=189155&tipo=0>. Acesso em: 09 out. 2014.

²³⁵ UNIVERSO ONLINE. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2010/deputado-federal/22031940-onofre-agostini.jhtm>>. Acesso em: 09 out. 2014.

²³⁶ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eiicoes/histeleiweb/1982/PrefViceEleitosM19821.htm>>. Acessado em: 11 mar. 2015.

²³⁷ TRE-SC. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Rjpfy_LZQN8J:https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eiicoes/histeleiweb/1990/Resumo%2520Geral%25201990.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 11 mar. 2015.

Lages durante o ano de 1994 por dois períodos, sendo que dois anos antes, entre 01/12/1992 a 31/12/1992, havia assumido como titular²³⁸.

- **Renato de Mello Vianna**, vice-presidente do Conselho de Administração e diretor-presidente do BADESC no primeiro mandato de Luiz Henrique, foi prefeito de Blumenau, pelo MDB, entre 1977 e 1983 e entre 1993 e 1997 (PMDB). Foi ainda deputado federal, sempre pelo PMDB, nos períodos 1983-1987, 1987-1991 (Constituinte), 1991-1992 e 1999-2003²³⁹.

- **Sérgio Rodrigues Alves**, presidente do Conselho de Administração no segundo governo Luiz Henrique, é casado com Maria Regina Loyola Rodrigues Alves, filha de Henrique Loyola²⁴⁰ que, substituindo Casildo Madaner em duas oportunidades, ocupou o cargo de senador em 1996 e no ano 2000²⁴¹.

- **Zany Estael Leite**, integrante do Conselho Fiscal do BADESC no governo Amin, foi vereador de Florianópolis em 1977²⁴².

Todos estes 24 integrantes do comando do BADESC pontuados acima foram portanto eleitos ou nomeados (caso da época da ditadura militar) para variados cargos públicos do executivo e do legislativo (vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal e senador), ou possuíam alguma relação familiar com detentores destes respectivos cargos. Como o número de integrantes do espaço decisório do BADESC somava 70, percebe-se, por conseguinte, um total de 34,2% dos membros que possuíam tais trajetórias.

²³⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES. **Mémórias do Legislativo Lageano**. Lages, Câmara Municipal de Vereadores de Lages S.C., 2008, p.124.

²³⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=99993&tipo=0>. Acesso em: 19 jul. 2015.

²⁴⁰ CLIC RBS. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/estelabenetti/2012/05/14/empresaria-mae-e-voluntaria/?topo=67,2,18,,,67>>. Acesso em: 09 mai. 2014.

²⁴¹ SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/193>>. Acesso em: 09 mai. 2014.

²⁴² DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I). **Comunicações das Lideranças**. Brasília, Ano XXXII -nº 069, terça-feira, 28 de junho de 1977.

Quanto às formações acadêmicas, profissões e ocupações dos respectivos 70 integrantes dos postos de comando do BADESC (vide quadro 30, abaixo), constata-se, entre outros detalhes, que:

- 46 possuíam formação superior completa e 1 não chegou a completar seu curso acadêmico. Tais acadêmicos estavam dispostos em 13 diferentes cursos, sendo que os curso mais contemplados foram os de Direito (20 integrantes), Administração (11 integrantes), Economia (7 integrantes) e Ciências Contábeis (4 integrantes). Verificou-se ainda a presença de 10 pós-graduados, 4 Mestres e 2 doutores;

- 11 bancários, sendo que, destes, 8 eram servidores públicos concursados pertencentes aos quadros do próprio BADESC;

- 3 servidores públicos estaduais, além dos 8 servidores mencionados no item anterior;

- 1 servidor público municipal;

- 2 servidores públicos federais;

- e 21 membros caracterizados como empresários ou com forte relação com o empresariado pelo fato de participar de suas entidades e/ou defender institucionalmente os seus interesses.

Quadro 30: BADESC (1999-2010) - Profissões/ocupações/formações dos integrantes do comando da instituição

Relações empresariais	Graduados em Direito	Advogados	Contadores	Serv. Públ. Federais
Alfredo Sobrinho	Afonso Borghezani	Afonso Borghezani	Claudemir de Oliveira	Baltazar Carioni
André de Rezende	Alfredo Sobrinho	Antônio Gavazzoni	Edilon G. Pereira	Zany Leite
Andrônico Pereira Filho	Andrônico Pereira Filho	Dalírio Beber	Gil Moraes	
Antônio Ceron	Antônio Gavazzoni	João Macagnan	Zany Leite	Bancários
Armando de Souza	Dalírio Beber	Luiz Gomes		Alvaro Preis
Cromácio da Rosa	Diogo Collaço	Marcelo Artilheiro	Jornalista	Luiz Gomes
Dalírio Beber	João Macagnan	Miguel X. de Melo Filho	Nelson Wedekin	Sayde Miguel
Gil Moraes	José Lunardelli	Nestor Mendes		
Hélio Winckler	Luiz Carvalho	Newton Bruggemann	Grad. Ciên. Políticas	Ens. Sup. Incompleto
Lothar Stein	Luiz Gomes	Renato Vianna	Vinícius L. Silva	Olvacir Fontana
Luciano Bartolomeu	Marcelo Artilheiro	Valdir Colzani		

continua

continuação

Luiz Gomes	Max Bornholdt	Zany Leite	Curso Sup. de Guerra	Pós-Graduados
Nagib Zattar	Miguel X. de Melo Filho		Alfredo Sobrinho	André de Rezende
Nelson Wedekin	Nelson Wedekin	Admin. de Empresas		Armando de Souza
Nereu Bau	Nestor Mendes	Alvaro Bertoli	Graduação Letras	Cleverson Siewert
Olvacir Fontana	Newton Bruggemann	André de Rezende	Ismael dos Santos	Francisco Cordeiro
Paulo da Costa	Renato Vianna	Armando de Souza	Valdir Colzani	Gil Moraes
Paulo Linzmeyer	Sérgio Alves	Derly de Anunciação		José Oneda
Sérgio Alves	Valdir Colzani	Ismael dos Santos	Historiador	Marcelo Artilheiro
Vinicius L. Silva	Zany Leite	Luiz Clasen	Marcelo Rego	Sérgio Alves
Vitor Pinto		Nereu Bau		Vinicius L. Silva
	Economistas	Osmar Santos	Serv. do BADESC	Zany Leite
Téc. Proces de Dados	Alvaro Preis	Paulo da Costa	Alvaro Bertoli	
Sérgio Alves	Antônio C. Vieira	Pedro Alves	Augusto Fett	Mestres
	Francisco Cordeiro	Sérgio Alves	Edilon G. Pereira	Antônio Gavazzoni
Téc. Agrícola	José Oneda		Jorge da Silva	José Carvalho
Wilfredo Amorim	Nelson da Rosa	Profs. universitários	José de Mattos Neto	Luiz Carvalho
	Pedro Alves	Francisco Cordeiro	Luiz C. da Silva	Pedro Alves
Téc. em Contab.	Zany Leite	José Carvalho	Osmar Santos	
Antônio C. Vieira		Milton Ribeiro	Wilfredo Amorim	Doutores
Antônio Ceron	Engen. Civil	Newton Bruggemann		Ismael dos Santos
Hélio Winckler	Cleverson Siewert	Valdir Colzani	Serv. Públ. Municipal	Valdir Colzani
José Lunardelli	Sólon Rigon		Maria Bittencourt	
Luiz Ramos		Médico		
Vitor Pinto	Engen. Agrônomo	Paulo Duarte	Serv. Públ. Estaduais	
	Arnaldo Schmitt Júnior		Antônio C. Vieira	
Serventuário		Odontólogos	José	

conclusão

Justiça			Lunardelli	
Onofre Agostini	Arquiteto/urbanista	José Lunardelli	André de Rezende	
	Altair Guidi	Lírio Rosso		

Fonte: Elaborado pelo autor (2016) a partir de dados referentes às fontes das Notas de rodapé do Capítulo 5.

Obs.: o motivo de se classificar alguns integrantes enquanto “graduados em Direito” e outros enquanto “advogados” se deve ao fato de que nem todos os que tiveram tal formação acadêmica acabaram seguindo a carreira advocatícia.

Em seguida, trataremos ainda mais detalhadamente do formato referente à presença e participação de representantes do empresariado no BADESC ao longo do período delimitado pelo estudo. Dar-se-á um enfoque geral acerca da presença de tais empresários, embora, ao mesmo tempo, serão abordados os aspectos específicos que caracterizam cada um destes integrantes, em especial quanto aos seus ramos de atuação empresarial e em relação às suas vinculações políticas e às respectivas contextualizações estaduais e nacionais às quais os mesmos se encontravam envolvidos.

5.2 A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DO EMPRESARIADO NOS CARGOS DE COMANDO BADESC

Verifica-se, por meio de Relatório da Administração do BADESC de 2008 (p.3) que

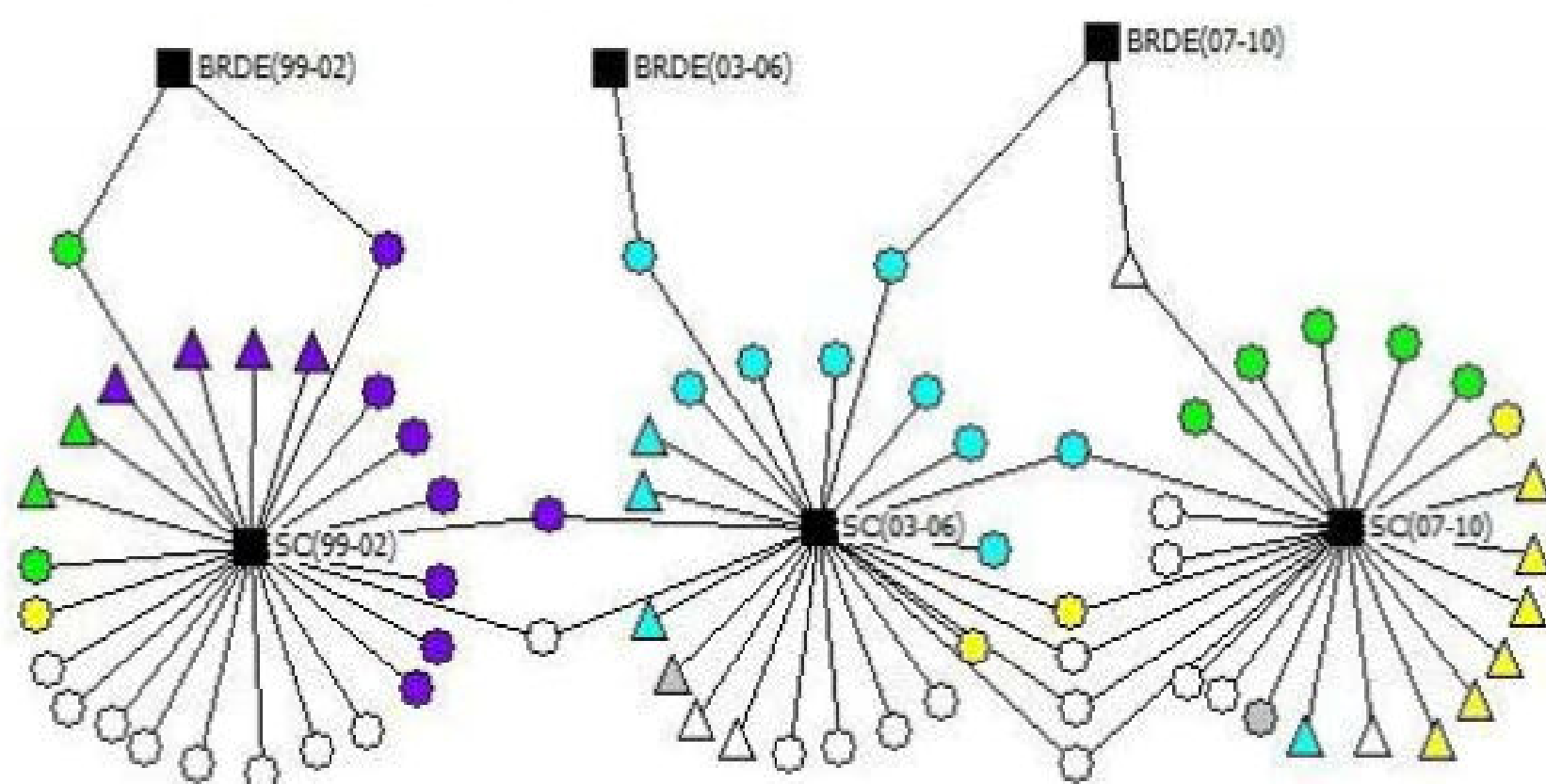
O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.- BADESC foi criado como uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, através da Lei nº 4.950, de 11 de novembro de 1973, e instalado oficialmente em 1º de agosto de 1975, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina, mediante a prática da aplicação de recursos financeiros no âmbito de sua competência, definida pela Legislação Federal pertinente. A partir da Lei nº 10.912, de 15 de setembro de 1998, oficialmente instalada através de ata do Conselho de Administração no dia 19 de janeiro de 1999, ocorreu a sua transformação em Agência de Fomento, passando, mais tarde, à atual denominação de Agência de Fomento do

Estado de Santa Catarina S.A. - Badesc
(BADESC, 2008, p.3).

A partir de então, e até o final do período delimitado pelo estudo (31.12.2010), foram em 21 os integrantes dos conselhos de administração, fiscal e diretores da mencionada instituição que figuraram como empresários ou como indivíduos que possuíam fortes conexões com os interesses do empresariado. Desta forma, os aludidos 21 integrantes totalizam 30,0% do total de 70 membros pertencentes aos mencionados Conselhos e Diretorias no que diz respeito ao recorte temporal focado pelo presente exame.

Vale lembrar, como exposto no início do capítulo, que o “Estatuto Social do BADESC” nunca destinou qualquer espaço cativo ao setor empresarial no decorrer do período analisado, ainda que, como veremos adiante, membros dele decorrentes acabaram participando em vários momentos de seus cargos decisórios.

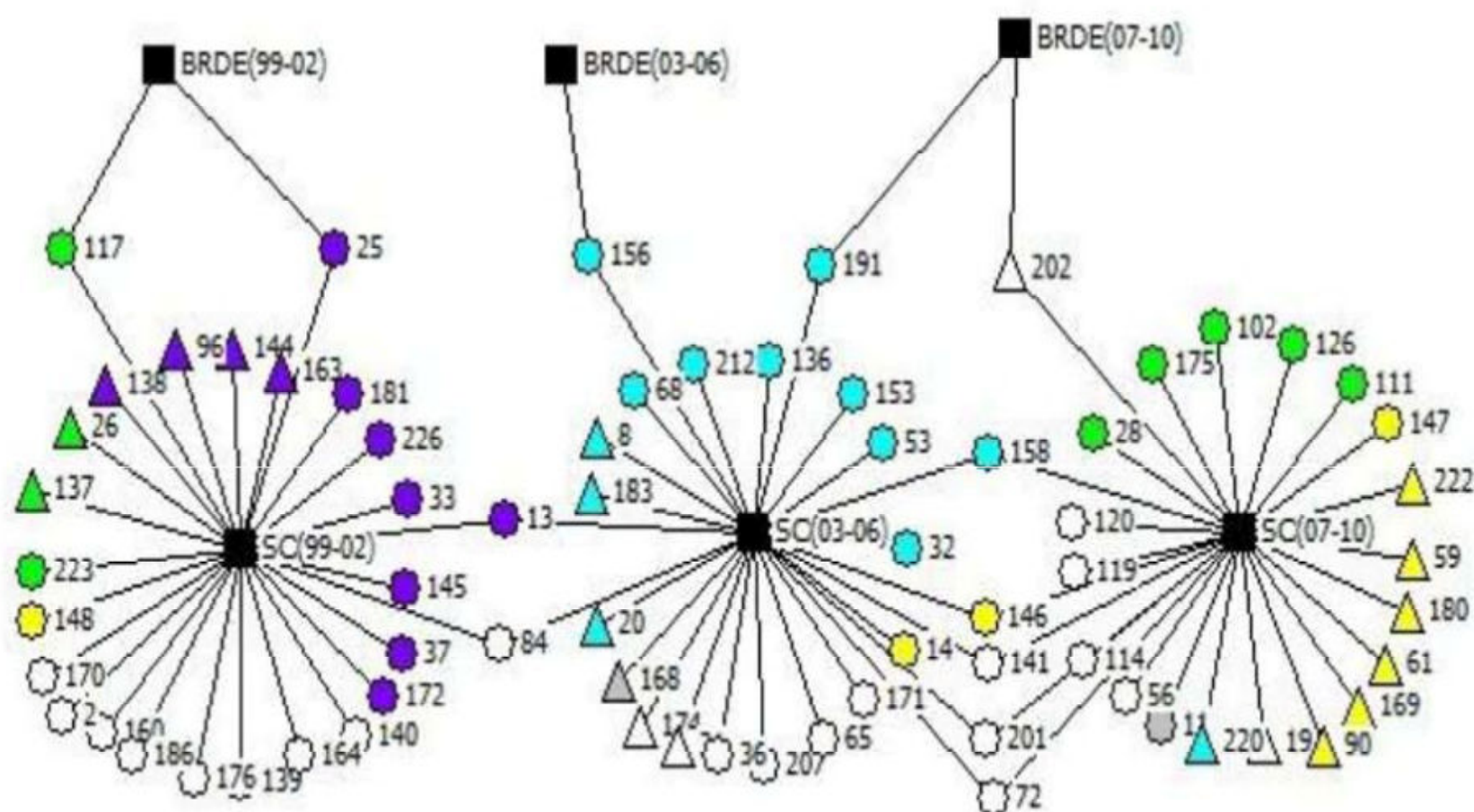
Sociograma 3a – BADESC: Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Membros, filiação partidária e empresários.



Fonte: Banco Central do Brasil e BADESC (composição da direção), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (filiação partidária). Fontes diversas citadas na tese (identificação empresarial). Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.
Legenda: Triângulo representa empresário. Filiação Partidária: Azul – PMDB; Amarelo: PSDB; Verde – DEM; Roxo – PP; Cinza: Outros partidos; Branco – sem filiação.

Acima, no “Sociograma 3a”, apresenta-se uma visualização gráfica quanto à ocupação empresarial e partidária dos cargos de comando do BADESC ao longo do período 1999-2010. Neste recorte de tempo, como dados mais gerais, depreende-se que, do total de 70 integrantes do comando institucional, 46 possuíam filiação partidária (65,7%) e 21 eram identificados como empresários (30%). De forma mais específica, percebe-se que, ao longo das gestões que estão contextualizadas em tal período, quatro dos partidos de maior representatividade no cenário político estadual preencheram amplamente os mencionados espaços desta agência: PMDB, PP, PSDB E DEM. No que diz respeito ao quantitativo de correligionários pertencentes a estes, o PMDB contou com treze integrantes, o PP com doze, o PSDB com dez, e o DEM com nove. Todavia, com exceção do DEM, esta mencionada totalização de correligionários de cada legenda não se fez diretamente proporcional à quantidade de representantes empresariais entre os mesmos filiados de cada partido. Ou seja, ainda que o PMDB contemplasse o maior número de filiados (13), tal sigla possuiu quatro empresários entre os mesmos (30,7%); o PP, por sua vez, teve quatro empresários entre os doze filiados (33,3%); e o PSDB teve seis empresários entre os dez filiados (60%). Por fim, e como exceção à regra, o DEM teve dois empresários entre os nove filiados (22,2%).

Sociograma 3b – BADESC: Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Identificação dos Membros, filiação partidária e empresários.



Fonte: Banco Central do Brasil e BADESC (composição da direção); Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (filiação partidária). Fontes diversas citadas na tese (identificação empresarial). Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Triângulo representa empresário. Filiação Partidária: Azul – PMDB; Amarelo - PSDB; Roxo – PP; Verde – DEM; Cinza - Outros partidos; Branco – sem filiação

Obs: Identificação numérica de acordo com Quadro 49, em Apêndice B.

Acima, o “Sociograma 3b” contém o mesmo sentido de representação já expresso no sociograma anterior (“Sociograma 3a”). Porém, com a condição de se reportar à verificação do Apêndice B, e por meio das correspondentes numerações, é propiciada a identificação específica de todos os integrantes que constam como membros do comando do BADESC.

5.2.1 O empresariado, nos espaços de comando do BADESC, na gestão Esperidião Amin (1999-2002)

Levando em conta o espaço de tempo 1999-2002, referente ao mandato de Esperidião Amin diante do executivo catarinense, observa-se que seis, de um total de vinte e seis integrantes pertencentes ao comando do BADESC, estavam relacionados ao empresariado. Tais membros eram Antonio Ceron, Luiz Gomes, Luciano Ferreira

Bartolomeu, Hélio da Silva Winckler, Nagib Zattar e Lothar Stein (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Desta forma, considerando os principais cargos e funções desta agência de fomento no período a partir de agora examinado, a proporção de membros relacionados ao empresariado neste tempo de administração estadual de Amin equivale a 23%, percentual portanto abaixo dos 30,0% referentes a media geral de todo o período analisado (1999-2010).

Segue abaixo a lista específica condizente ao período aqui examinado (1999-2002), referente aos integrantes dos Conselhos e Diretorias do BADESC, estando destacados os membros relacionados aos interesses empresariais.

Quadro 31: BADESC - Integrantes do comando da instituição entre 1999 e 2002. Em destaque os membros relacionados ao empresariado.

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Afonso Borghezan	CA	Efetivo	28/4/1999
Alvaro Bertoli	CA	Efetivo	13/7/2001
Antônio C. Vieira	CA	Presid.	4/1/1999
	CA	Presid.	28/4/1999
	CA	Presid.	13/7/2001
Antônio Ceron	CA	Efetivo	4/1/1999
	CA	Efetivo	28/4/1999
	CA	Efetivo	13/7/2001
Arno Garbe	DIR	Dir. Presid.	4/1/1999
	CA	V. Presid.	4/1/1999
	CA	V. Presid.	28/4/1999
	DIR	Dir. Presid.	21/5/1999
	CA	V. Presid.	13/7/2001
	DIR	Dir. Presid.	13/7/2001
Baltazar Carioni	CF	Efetivo	19/10/2000
Francisco Cordeiro	CF	Suplente	19/10/2000
	CF	Efetivo	17/1/2002
	CF	Efetivo	26/6/2002
Hélio Winckler	CF	Efetivo	13/7/2001
José Lunardelli	CA	Presid.	26/6/2002
Lothar Stein	DIR	Diretor	15/5/2000
	DIR	Diretor	13/7/2001
Luciano Bartolomeu	CF	Suplente	13/7/2001
	CF	Suplente	17/1/2002
	CF	Suplente	26/6/2002

continuar

conclusão

Luiz C. da Silva	CF	Suplente	26/6/2002
Luiz Carvalho	CA	Efetivo	4/1/1999
Luiz Gomes	CA	Efetivo	26/6/2002
Luiz Grubba	CF	Suplente	28/4/1999
Marcelo Rego	CF	Suplente	17/1/2002
Milton Ribeiro	CF	Efetivo	28/4/1999
Nagib Zattar	CF	Efetivo	28/4/1999
		Efetivo	19/10/2000
Nelson da Rosa	CF	Efetivo	13/7/2001
	CF	Efetivo	17/1/2002
	CF	Efetivo	26/6/2002
Nestor Garcia	CF	Suplente	28/4/1999
	CF	Efetivo	28/5/1999
Newton Bruggemann	CF	Efetivo	17/1/2002
	CF	Efetivo	26/6/2002
Osmar Santos	DIR	Diretor	4/1/1999
	DIR	Diretor	21/5/1999
Paulo Duarte	DIR	Dir.	4/1/1999
	DIR	V.Presid.	21/5/1999
	DIR	Dir.	13/7/2001
Pedro Alves	DIR	Diretor	4/1/1999
	DIR	Diretor	21/5/1999
	DIR	Diretor	13/7/2001
Wilfredo Amorim	CF	Efetivo	28/4/1999
Zany Leite	CF	Suplente	28/4/1999
	CF	Suplente	19/10/2000
	CF	Suplente	17/1/2002
	CF	Suplente	26/6/2002

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal; DIR = Diretoria

(**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência; diretores.

Entre as atividades de atuação empresarial dos mencionados membros do comando do BADESC, destaca-se o ramo da comunicação (Helio da Silva Winckler e Nagib Zattar), sendo que os demais quatro integrantes operaram nos setores supermercadista (Antônio Ceron), têxtil (Luiz Gomes), engenharia civil (Lothar Stein) e consultoria (Luciano Ferreira Bartolomeu) (Quadro 32).

Quadro 32: BADESC - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (1999-2002)

Empresários	Comunicação	Têxtil	Super-mercadist	Engenharia e constr.	Consultoria
Antônio Ceron			X		
Hélio Winckler	X				
Lothar Stein				X	
Luciano Bartolomeu					X
Luiz Gomes		X			
Nagib Zattar	X				

Fonte: Diversas, indicadas nas notas do capítulo. Elaboração própria.

Hélio da Silva Winckler consta como proprietário da Rádio Difusora de Xanxerê Ltda.²⁴³ e Nagib Zattar foi um dos donos da Cia Catarinense de Rádio e Televisão, de Joinville (SCHMITT, 2007, p. 72). Antônio Ceron, que teve uma passagem pelo extinto Banco Inco, de propriedade da família Bornhausen, começou a trabalhar, ainda em 1961, na empresa S/A Maffessoni Comércio e Indústria, hoje Supermercados Myatã Ltda, chegando a ser diretor executivo²⁴⁴ e, depois, tornou-se proprietário desta rede de supermercados²⁴⁵. Luiz Gomes, que chegou a se aposentar no Banco do Brasil²⁴⁶, dirigiu, na iniciativa privada, a Fiação Joinville²⁴⁷. Lothar Stein, que já havia sido funcionário do BESC (FURLAN, 1972, p.230), participou como empresário na Rodoservice Engenharia Civil Ltda.²⁴⁸, uma empresa que

²⁴³ RÁDIO SUPERDIFUSORA (XANXERÊ). Disponível em:

<<http://www.superdifusora.com.br/radio.php>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

²⁴⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES. Disponível em:

<<http://camaralages.sc.gov.br/noticias/noticia/5041/>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

²⁴⁵ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1998/mai/22/0pot.htm>>, com publicação datada de 22.05.1998, e intitulada “Lages define pré-candidatos”. Acessado em: 18 dez. 2014.

²⁴⁶ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em:

<<http://www1.an.com.br/2003/ago/23/0pot.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

²⁴⁷ PORTAL JOINVILLE. Disponível em: <

<http://portaljoinville.com.br/noticias/2009/07/escola-luiz-gomes-e-inaugurada-neste-sabado>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

²⁴⁸ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO. **Ata nº 7016 de Registro e Distribuição de Processos do dia 04 de outubro de 2012**. Edição nº 1152, Brasília, quinta-feira, 11 de outubro de 2012, p. 64.

tinha como atividade econômica principal a construção de rodovias e ferrovias²⁴⁹. E, por fim, Luciano Ferreira Bartolomeu, empresário do setor de serviços, figura como Presidente da Ação Executiva Consultoria²⁵⁰.

Quanto à composição em espaços de atuação de entidades sindicais, instituições representativas de classe e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais, Ceron já foi presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Lages e da Associação Catarinense de Supermercados²⁵¹ e Luciano Ferreira Bartolomeu consta como Presidente da Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimentos (ABRASEL)²⁵².

Tendo em vista a conformação político-partidária dos seis integrantes do comando do BADESC relacionados ao empresariado, verifica-se que tais membros caracterizavam-se da seguinte forma:

Quadro 33: Filiações partidárias do comando do BADESC (1999-2002 – Governo Amin) vinculadas ao empresariado.

Comando do BADESC relacionado ao empresariado	Filiação partidária	Data da filiação	Data do cancelamento do registro de filiação	Registros de filiações em outros períodos
Antônio Ceron	PFL	08/09/1997	30.09.2011	PMDB (em 1988) ²⁵³ ; PL (entre

continua

²⁴⁹ INFOPLEX CADASTRO E INFORMAÇÕES LTDA. Disponível em: <<https://www.infoplex.com.br/perfil/78257409000185>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

²⁵⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/dos-gabinetes-abrasel-recebe-homenagem-na-assembleia-legislativa>. Acesso em: 11 nov. 2014.

²⁵¹ JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/10/debate-tranquilo-mas-com-ironias-e-provocacoes-em-lages-na-serra-3907687.html>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

²⁵² ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/sessao-especial-marca-os-15-anos-do-abrasel>. Acesso em: 19 abr. 2015.

²⁵³ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1988/RFM1988181833.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

conclusão

				1990 ²⁵⁴ -1994 ²⁵⁵); PSD a partir de 05.10.2011 ²⁵⁶
Hélio Winckler	PPB	16/11/1995		
Lothar Stein	PFL	30/10/1985	12/04/2012	PDS (em 1982) ²⁵⁷
Luciano Bartolomeu	PPB ²⁵⁸	Não consta		
Luiz Gomes	PPB ²⁵⁹	Não consta		ARENA (em 1976) ²⁶⁰
Nagib Zattar	PPB ²⁶¹			ARENA ²⁶²

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015) e elaborado pelo autor (2016) a partir de dados referentes às fontes das Notas de rodapé do Capítulo 5.

Contextualizando o fundamento político do presente período analisado (1999-2002), atente-se que, nas eleições de 1998, o governador eleito Esperidião Amin (PPB) conseguiu agregar em torno

²⁵⁴ TRE-SC. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1990/ResultFinalE19901.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

²⁵⁵ TRE-SC. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1994/RFE1994180829.htm>>. Acessado em: 13 jan. 2015.

²⁵⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>>. Acessado em: 13 jan. 2015.

²⁵⁷ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1982/RFM1982180470.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

²⁵⁸ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/2000/RFM2000181051.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

²⁵⁹ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2003/ago/23/0pot.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

²⁶⁰ SÍTIO ELETRÔNICO DE SALVADOR NETO. Disponível em: <<http://www.palavralivre.com.br/2012/04/perfil-a-historia-de-amor-de-lilian-e-luiz-gomes-o-lula-a-companheira-de-todas-as-horas/>>. Acessado em: 16 fev. 2015.

²⁶¹ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1999/jan/09/0alc.htm> e <http://www1.an.com.br/2000/dez/19/0ger.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

²⁶² JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2000/dez/19/0ger.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

de seu nome uma ampla coligação de siglas partidárias: PPB, PSDB, PFL, PTB, PL, PT do B, PRN, PGT, PRTB, PSDC, PSL, PST e PAN. Tal conjunto de forças se sagrou vitoriosa ainda no primeiro turno, vencendo o pleito contra o então governador Paulo Afonso Vieira (PMDB)²⁶³.

A despeito da robusta representação que, juntos, os treze referidos partidos somavam, somente dois destes partidos (PPB e PFL, os atuais PP e DEM) é que possuíam filiados entre os seis integrantes do comando do BADESC relacionados ao empresariado. Todavia, salienta-se que nenhum destes seis integrantes deixaram de ter filiação partidária no período em que integraram a agência de fomento catarinense. Quatro deles estavam filiados ao partido do governador, o PPB, e os demais dois estavam filiados ao partido de Paulo Bauer, o vice-governador, do PFL. E, levando em conta o histórico de outras filiações partidárias relacionadas a períodos distintos do que aqui se prioriza, somente Antônio Ceron é quem consta com vinculação ao principal partido de oposição ao governador Amin, o PMDB, e no ano de 1988.

Verifica-se que todos os seis integrantes do comando do BADESC relacionados ao empresariado participaram de pleitos político-eleitoriais.

Nesta direção, iniciando por Nagib Zattar, na primeira eleição em que este disputou, em 1969, foi eleito vereador de Joinville com mais de 1,8 mil votos, uma expressiva votação para o município de então, com cerca de 65 mil habitantes. Foi reeleito nos dois pleitos seguintes para a Câmara joinvilense, sendo que, quanto ao mandato alcançado a partir da eleição de 1976, ocupou a presidência da casa entre 1977 e 1978²⁶⁴. Zattar foi ainda candidato à deputado estadual nas eleições de 1974, não sendo eleito e alcançando a décima suplência. Foi eleito à Assembleia Legislativa catarinense em 1978, em 1982, tendo sido o candidato eleito mais votado nesta eleição e, em 1986, não foi eleito, alcançando a sétima suplência²⁶⁵.

²⁶³ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 24 abr. 2014.

²⁶⁴ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2000/dez/19/0ger.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

²⁶⁵ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série– Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 161,162,166 e 170.

Hélio da Silva Winckler foi vereador do município de Xanxerê na legislatura 1977-1983²⁶⁶, prefeito eleito nas eleições de 1988²⁶⁷, 1996²⁶⁸, e não foi eleito na eleição de 2004, alcançando a quarta colocação nesta disputa²⁶⁹. Posteriormente, nas eleições de 2008, Winckler foi eleito vereador²⁷⁰ e, em 2011, presidente do PP de Xanxerê²⁷¹.

Lothar Stein, que nas eleições de 1982 foi eleito vereador de Blumenau, recebeu 1.615 votos, obtendo a terceira maior votação à câmara municipal e sendo o mais votado de seu partido, o PDS, neste pleito²⁷². Em 1988, já pelo PFL, Stein foi candidato a vereador de Blumenau, não conseguindo, todavia, ser eleito²⁷³. Em 1986 tentou, sem

²⁶⁶ REDE PRINCESA (rádio) Disponível em: http://www.redeprincesa.com.br/index.php/desc_noticia/xanxere_vereador_helio_winckler_analisa_o_ano_de_trabalho/. Acesso em: 21 fev. 2015.

²⁶⁷ TRE-SC. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1988/PrefViceEleitosM19881.htm>. Acesso em: 21 fev. 2015.

²⁶⁸ TUDO SOBRE XANXERÊ. Disponível em: http://www.tudosobrexanxere.com.br/index.php/desc_noticias/eleicoes_municipais_1996. Acesso em: 21 fev. 2015.

²⁶⁹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004/resultado-da-eleicao-2004>. Acesso em: 20 fev. 2015.

²⁷⁰ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm. Acesso em: 11 jan. 2015.

²⁷¹ ALÔ NOTÍCIAS. Disponível em: <http://alonoticias.com.br/todas-noticias/comunidade/800-pp-de-xanxere-nao-teve-desfiliacoes-comenta-o-presidente-helio-winckler>, com publicação datada de 19.10.2011, e intitulada “PP de Xanxerê não teve desfilições, comenta o presidente Hélio Winckler”. Acesso em: 21 fev. 2015.

²⁷² TRE-SC. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1982/RFM1982180470.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

²⁷³ TRE-SC. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1988/RFM1988180470.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

sucesso, uma cadeira de deputado estadual e alcançou somente a oitava suplência²⁷⁴.

Luiz Gomes, em 1976, perdeu a disputa para a prefeitura de Joinville para o emedebista Luiz Henrique da Silveira²⁷⁵. Acabou sendo eleito prefeito deste município nas eleições de 1988²⁷⁶. Foi candidato a deputado federal nas eleições de 1986, não sendo eleito e alcançando a sexta suplência. Candidato a senador nas eleições de 1994, não foi eleito e alcançou o quarto lugar. Como candidato à deputado estadual nas eleições de 1998, também não foi eleito e alcançou a 11ª suplência²⁷⁷. Consta também que Gomes ocupou a vice-presidência do PP até a semana anterior à sua morte, que se deu em 22 de agosto de 2003²⁷⁸.

Antônio Ceron foi candidato a prefeito de Lages em 1988, pelo PMDB, sendo derrotado por Raimundo Colombo, do PFL²⁷⁹. Na eleição seguinte, em 1990, consta que Ceron foi candidato a deputado estadual, pelo PL, e foi eleito, obtendo 12.520 votos²⁸⁰. Quatro anos depois,

²⁷⁴ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série– Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p.172.

²⁷⁵ SÍTIO ELETRÔNICO DE SALVADOR NETO. Disponível em: <<http://www.palavralivre.com.br/2012/04/perfil-a-historia-de-amor-de-lilian-e-luiz-gomes-o-lula-a-companheira-de-todas-as-horas/>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

²⁷⁶ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1988/RFM1988181795.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

²⁷⁷ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série– Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p.94, 114, 190.

²⁷⁸ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2003/ago/23/0pot.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

²⁷⁹ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1988/RFM1988181833.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

²⁸⁰ TRE-SC. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1990/ResultFinalE19901.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

Ceron concorre novamente pelo PL, mas desta vez não se elege²⁸¹. Em 1998, agora no PFL, novamente não se elege deputado estadual, conseguindo a terceira suplência²⁸². Outras atuações políticas de Ceron revelam que o mesmo já havia sido líder do governo na Assembleia Legislativa na gestão Vilson Pedro Kleinübing (1991/1994), assumiu como suplente na Assembleia Legislativa no período 2007-2010 e, mais tarde, foi coordenador da campanha do DEM para o governo de Santa Catarina, em 2010²⁸³. Fato curioso é que, nesta eleição, o candidato ao governo do Estado ao qual Ceron contribuía com sua coordenação, foi justamente Raimundo Colombo, seu antigo adversário político que, 22 anos antes, havia-lhe derrotado na campanha municipal para o executivo de Lages.

Por fim, igualmente participando de pleitos eleitorais, porém com somente uma disputa realizada, Luciano Ferreira Bartolomeu também aparece no cenário dos confrontos políticos na oportunidade em que foi candidato a vereador de Florianópolis nas eleições de 2000, alcançando a suplência²⁸⁴.

No que se refere à delimitação do período final em que Amin administra Santa Catarina entre 1999 e 2002, encerra-se um governo liderado por um histórico opositor ao PMDB estadual, para, em seguida, tal partido voltar ao comando do executivo catarinense com Luiz Henrique da Silveira. A administração de Amin, inclusive, é uma intercalação a um período de doze anos de gestões estaduais levadas a cabo por meio dos mandatos dos peemedebistas Paulo Afonso Vieira (1995 até 1998) e Luiz Henrique da Silveira (2003-2006 e 2007-2010).

Ademais, desde 1983, quando se dá o reinício das administrações seguidas das eleições diretas para governador em Santa Catarina, até 2002, quando acontece o pleito que elegeu Luiz Henrique para o

²⁸¹ CORREIO LAGEANO (Lages). Disponível em: <http://www.clmais.com.br/informacao/15392/clmais-transmite-ao-vivo-posse-dos-40-deputados-estaduais/>. Acesso em: 14 fev. 2015.

²⁸² JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <http://www1.an.com.br/1999/jan/04/0pot.htm>. Acesso em: 14 fev. 2015.

²⁸³ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA. Disponível em: http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/antonio-eron-e-indicado-para-secretaria-de-articulacao-estadual. Acesso em: 15 fev. 2015.

²⁸⁴ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>. Acesso em: 27 abr. 2015.

executivo estadual, nenhum governador consegue fazer seu sucessor. Neste sentido, a partir da eleição de 1982 que legitimou Esperidião Amin, pelo PDS, para administrar o estado, foi escolhido Pedro Ivo Campos (PMDB) em 1986, Vilson Pedro Kleinübing (PFL) em 1990, Paulo Afonso Evangelista Vieira (PMDB) em 1994, Esperidião Amin (PPB) em 1998 e, por fim, Luiz Henrique da Silveira (PMDB) em 2002²⁸⁵.

Além do mencionado insucesso quanto aos objetivos de se elegerem sucessores, chama atenção o fato de que, em metade dos pleitos ocorridos entre o de 1982 e o de 2002, existiu uma intensa polarização entre PMDB e PP²⁸⁶, assim como disputas fortemente acirradas e decididas pelos mesmos por meio de pequena margem de votos em favor do candidato representante do partido vencedor do sufrágio para governador. Assim foi que, na eleição de 1982, Esperidião Amin (PDS) derrotou Jaison Barreto (PMDB) por uma diferença de 0,7%; no pleito de 1994 Paulo Afonso Vieira (PMDB) foi vitorioso sobre Ângela Amin (PPR) com uma vantagem final de 1,6%²⁸⁷; e em 2002 Luiz Henrique da Silveira (PMDB) obteve a vitória por meio de uma diferença de 0,6% em relação ao candidato Esperidião Amin (PPB)²⁸⁸.

5.2.2 O empresariado, nos espaços de comando do BADESC, no primeiro mandato de Luiz Henrique da Silveira (2003-2006)

Considerando o período referente à primeira gestão de Luiz Henrique da Silveira diante do governo de Santa Catarina (2003-2006), constata-se que seis, de um total de vinte e seis integrantes pertencentes ao comando do BADESC, estavam relacionados ao empresariado. Estes integrantes eram Armando Cesar Hess de Souza, Nelson Wedekin, Paulo Roberto Linzmeyer, Olvacir José Bez Fontana, Alfredo Felipe da

²⁸⁵ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 02 mar. 2014.

²⁸⁶ Ao longo deste referido período, o PP passou pelas denominações de PDS, PPR e PPB.

²⁸⁷ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série – Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 80 e 82.

²⁸⁸ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 06 mar. 2014.

Luz Sobrinho e Andrônico Pereira Filho (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Neste sentido, levando em conta o preenchimento dos cargos nos conselhos de administração e fiscal e nas respectivas diretorias da agência de fomento, os membros vinculados ao empresariado representavam 23% do universo total dos integrantes do comando da instituição, porcentagem exatamente igual ao que foi verificado no período administrativo de Esperidião Amin e inferior a média total de todo o recorte temporal (1999-2010) que delimita o estudo do BADESC (30,0%).

Segue abaixo a lista específica condizente ao período aqui examinado (2003-2006), referente aos integrantes dos Conselhos e Diretorias do BADESC, estando destacados os membros relacionados aos interesses empresariais.

Quadro 34: BADESC - Integrantes do comando da instituição entre 2003 e 2006. Em destaque os membros relacionados ao empresariado.

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Alfredo Sobrinho	CA	Presid.	26/10/2006
Alvaro Bertoli	CA	Efetivo	15/10/2003
	CA	Efetivo	26/10/2005
Alvaro Preis	CF	Suplente	15/10/2003
	CF	Suplente	10/9/2004
Andrônico Pereira Filho	DIR	Diretor	5/12/2005
	DIR	Dir. V.Presid.	10/5/2006
Armando de Souza	CA	Efetivo	24/1/2003
	CA	Efetivo	15/10/2003
	CA	Efetivo	26/10/2005
Arnaldo Schmitt Júnior	DIR	Diretor	14/2/2003
	DIR	Diretor	16/12/2003
Augusto Fett	CF	Suplente	26/10/2005
Claudemir de Oliveira	CF	Efetivo	26/10/2005
	CF	Efetivo	12/9/2006
Derly de Anunciação	CF	Efetivo	26/10/2005
	CF	Efetivo	12/9/2006
Diogo Collaço	CF	Suplente	15/10/2003
	CF	Suplente	10/9/2004
Edilon G. Pereira	CF	Suplente	12/9/2006
Francisco Cordeiro	CF	Efetivo	15/10/2003
	CF	Efetivo	10/9/2004
Lírio Rosso	CF	Efetivo	15/10/2003
	CF	Efetivo	10/9/2004

continua

conclusão

Luiz Clasen	CF	Suplente	15/10/2003
	CF	Suplente	10/9/2004
	CF	Efetivo	26/10/2005
	CF	Efetivo	12/9/2006
Luiz Ramos	DIR	Diretor	23/4/2003
	DIR	Diretor	16/12/2003
	DIR	Diretor	19/4/2006
Maria Bittencourt	CF	Efetivo	15/10/2003
	CF	Efetivo	10/9/2004
Max Bornholdt	CA	Presid.	24/1/2003
	CA	Presid.	15/10/2003
	CA	Presid.	26/10/2005
Miguel X. de Melo	DIR	Diretor	11/1/2005
Nelson Wedekin	DIR	Diretor	17/2/2003
Nestor Mendes	CF	Suplente	26/10/2005
	CF	Suplente	12/9/2006
Olvacir Fontana	CA	Efetivo	12/9/2006
Paulo Linzmeyer	CF	Suplente	26/10/2005
	CF	Suplente	12/9/2006
Renato Vianna	CA	V. Presid.	24/1/2003
	DIR	Dir. Presid.	27/1/2003
	CA	V. Presid.	15/10/2003
	DIR	Dir. Presid.	16/12/2003
	CA	V. Presid.	26/10/2005
Sayde Miguel	DIR	Dir. V. Presid.	6/3/2003
	DIR	Dir. V. Presid.	16/12/2003
	DIR	Dir. V. Presid.	19/4/2006
	DIR	Dir. Presid.	10/5/2006
	CA	V. Presid.	10/5/2006
Sólton Rigon	DIR	Diretor	9/6/2006
Valdir Colzani	DIR	Diretor	8/9/2004

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal; DIR = Diretoria

(**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência; diretores.

Quanto às atividades econômicas desenvolvidas pelos integrantes do comando do BADESC relacionados com o empresariado, sobressai-se o ramo hoteleiro (com Paulo Roberto Linzmeyer e Andrônico Pereira Filho). As demais atividades empresariais são as referentes ao setor têxtil (Armando Cesar Hess de Souza), de previdência privada (Nelson Wedekin), agroindustrial (Alfredo Felipe da Luz Sobrinho) e ao ramo da construção civil (Olvacir José Bez Fontana).

Quadro 35: BADESC - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (2003-2006)

Empresários	Hoteleiro	Têxtil	Finanças (prev. privada)	Agroindústria	Constr. Civil
Alfredo Sobrinho				X	
Andrônico Pereira Filho	X				
Armando de Souza		X			
Nelson Wedekin			X		
Olvacir Fontana					X
Paulo Linzmeyer	X				

Fonte: Diversas, indicadas nas notas do capítulo. Elaboração própria.

Paulo Roberto Linzmeyer é dono da rede Hotel 10, que conta com empreendimentos em toda a região Sul e que teve a primeira unidade da rede inaugurada em 2004, em Curitiba²⁸⁹. Também consta Linzmeyer como diretor do Atrio Hoteis S.A., uma empresa de capital aberto que atua na área de hotéis e motéis, fundada em 1988²⁹⁰. Andrônico Pereira Filho figura como dono do Hotel Arco do Sol, localizando no município de Camboriú²⁹¹. Armando Cesar Hess de Souza atuou por vinte e cinco anos na empresa têxtil Dudalina S.A., treze dos quais como presidente, sendo que durante a sua gestão a empresa tornou-se líder de moda masculina no Brasil e referência mundial em excelência em seu segmento. E, em 2006, foi reconhecida como a maior camisaria da América Latina²⁹². Em 2006 Hess de Souza foi instituído na presidência da Têxtil Renaux, ainda que continuasse detendo participação na empresa Dudalina, empresa esta na qual é um dos dezesseis herdeiros. Ao ir para a empresa Renaux, Souza decidiu

²⁸⁹ NOTÍCIAS DO DIA (jornal de Florianópolis). Disponível em: <<http://www.ndonline.com.br/joinville/noticias/6045-rede-hoteleira-nascida-em-joinville-se-espalha-por-cinco-cidades.html>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

²⁹⁰ FINDTHECOMPANY (página que armazena dados empresariais gerais). Disponível em: <<http://publicacoes.findthecompany.com.br/1/150975343/Atrio-Hoteis-S-A-em-Joinville-SC>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

²⁹¹ JORNAL CORREIO CAMBORIUENSE. **Perfil: Andrônico Pereira Filho**. Camboriú, SC. Dez 2014, p. 06.

²⁹² ADMINISTRADORES.COM. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/textil-renaux-avanca-na-profissionalizacao-da-gestao-da-companhia/6079/>>, Acesso em: 16 mai. 2015.

deixar o cargo de secretário de planejamento do Estado de Santa Catarina e retornar à iniciativa privada, onde não atuava desde 2002, quando, na época, deixou o comando da Dudalina para se dedicar ao secretariado de Luiz Henrique²⁹³. Nelson Wedekin, mantendo ligações desde 1971 com a Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil (APLUB), empresa que atua na área de previdência privada, torna-se presidente da mesma a partir de 2003²⁹⁴. Alfredo Felipe da Luz Sobrinho entrou na agroindustrial Sadia em 1968 e entre 1985 e 2005 participou da direção da empresa²⁹⁵, chegando a ser Diretor de Relações Institucionais e Jurídico (1990 – 2005) e Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Attilio Fontana (2005)²⁹⁶, sendo que tal Fundação tem a responsabilidade pelo fundo de pensão dos funcionários da Sadia²⁹⁷. Por fim, Olvacir José Bez Fontana é fundador e diretor-Presidente da Construtora Fontana Ltda., com sede em Criciúma, estando no comando desta empresa desde 1986²⁹⁸.

No que diz respeito à composição em espaços de atuação de entidades sindicais, instituições representativas de classe e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais, evidenciam-se Olvacir José Bez Fontana e Alfredo Felipe da Luz Sobrinho. Bez Fontana consta como Presidente da Associação Comercial e Industrial

²⁹³ UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA -UNESP. Disponível em: <http://geein.fclar.unesp.br/jornais_det.php?codigo=5574>. Acesso em: 16 mai. 2015.

²⁹⁴ REVISTA COBERTURA. Disponível em: <http://www.revistacobertura.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=43790&friurl=-NELSON-WEDEKIN--CIDADAO-DE-PORTO-ALEGRE->>. Acesso em: 18 mai. 2015.

²⁹⁵ MEGABUZZ (Página eletrônica de variedades). Disponível em: <<http://www.megabuzz.com.br/lhsanuncianovosecretuodoplanejamento/>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

²⁹⁶ SEAMLESS MARKETING INTEGRATION. Disponível em: <www.b2i.cc/Document/1449/Alfredo_Felipe_da_Luz_Sobrinho.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2015.

²⁹⁷ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/secretarios/alfredo-felipe-da-luz-sobrinho>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

²⁹⁸ RÁDIO CRICIÚMA. Disponível em: <<http://www.radiocriciuma.com.br/portal/vernoticia.php?id=13558>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

de Criciúma (ACIC)²⁹⁹ e presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Criciúma e Região (Sinduscon)³⁰⁰. Alfredo Felipe da Luz Sobrinho figura como Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS)³⁰¹. No primeiro semestre de 2006, último ano do primeiro mandato de Luiz Henrique, Sobrinho assumiu a pasta do Planejamento³⁰² e, no segundo semestre chegou até mesmo a acumular, como secretário de estado, as pastas da Agricultura e Desenvolvimento Rural e a da Fazenda e presidiu o Conselho Administrativo da SC-Parcerias S/A³⁰³. Esta entidade, a SC-Parcerias S/A, foi constituída

com o objetivo de gerar investimentos no território do Estado, através de participações societárias, ou pela celebração de contratos, nos regimes de parcerias público-privadas ou de concessão de serviços públicos.

A lei que cria a SC-Parcerias S/A autoriza o Estado a conceder à empresa os direitos de exploração de rodovias, portos, aeroportos, ferrovias e demais bens de infra-estrutura logística³⁰⁴.

²⁹⁹ RÁDIO CRICIÚMA. Disponível em:

<<http://www.radiocriciuma.com.br/portal/vernoticia.php?id=13558>>. Acesso em 13 mar. 2015.

³⁰⁰ SÍTIO DA CONSTRUTORA FONTANA (de Criciúma). Disponível em:

<<http://www.construtorafontana.com.br/a-fontana/noticias/olvacir-fontana-na-sinduscon/>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

³⁰¹ SEAMLESS MARKETING INTEGRATION. Disponível em:

<[www.b2i.cc/Document/1449/Alfredo Felipe da Luz Sobrinho.pdf](http://www.b2i.cc/Document/1449/Alfredo_Felipe_da_Luz_Sobrinho.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2015.

³⁰² MEGABUZZ (Página eletrônica de variedades). Disponível em:

<<http://www.megabuzz.com.br/lhsanuncianovosecretuodoplanejamento/>>. com publicação datada de 23.12.2005, e intitulada “LHS anuncia novo secretário do Planejamento”. Acesso em: 27 mar. 2015.

³⁰³ WH3 (comunicação). Disponível em:

<<http://wh3.com.br/noticia/4763/secretario-da-agricultura-acumula-comando-da-secretaria-da-fazenda.html>>, com publicação datada de 22.08.2006, e intitulada “Secretário da Agricultura acumula comando da Secretaria da Fazenda”. Acesso em: 26 mar. 2015.

³⁰⁴ SC PARCERIAS S/A. Disponível em: <<http://www.scpa.sc.gov.br/quem-somos/institucional/>>. Acesso em 26 mar. 2015.

Os atributos referente às filiações partidárias dos realçados seis integrantes do comando do BADESC vinculados ao empresariado se apresentam como segue abaixo:

Quadro 36: Filiações partidárias do comando do BADESC (2003-2006 – Governo Luiz Henrique) vinculadas ao empresariado

Comando do BADESC relacionado ao empresariado	Filiação partidária	Data da filiação	Registros de filiações em outros períodos
Alfredo Sobrinho	PMDB	14.11.2003	
Andrônico Pereira Filho	PMDB	06.09.1980	
Armando de Souza	Sem		
Nelson Wedekin	PPS	30.09.1999	MDB, em 1969 (SCHMITT, 2007 p.110); PMDB (1980-1990) e PDT (1990-1999) ³⁰⁵
Olvacir Fontana	Sem		
Paulo Linzmeyer	PMDB	05.03.1981	

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015); bibliografia mencionada no interior do quadro; e dado referente à fonte da respectiva nota de rodapé. Elaborado pelo autor (2016).

Antes de examinarmos os aspectos partidários que caracterizam os seis integrantes do comando do BADESC vinculados ao empresariado, torna-se relevante nos voltarmos ao contexto político que foi o fundamento do preenchimento do quadro governamental e das correspondentes articulações que se apresentaram no período aqui enfatizado (2003-2006). Nesta direção, nas eleições de 2002, a coligação “Por toda Santa Catarina”, composta unicamente pelo PMDB e pelo PSDB, levou Luiz Henrique da Silveira ao executivo estadual e ao mesmo tempo superou Esperidião Amin e sua respectiva coligação majoritária, constituída pelo PPB, PFL, PSL, PRTB, PST e PT do B³⁰⁶. Tal resultado impôs uma dura derrota para Amin em seu propósito de

³⁰⁵ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/secretarios/nelson-wedekin>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

³⁰⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 24 abr. 2014.

reeleição, especialmente se consideradas as circunstâncias que levaram Luiz Henrique a obter o resultado alcançado.

Fazendo uma radiografia da conjuntura pré-eleitoral e do próprio momento inicial da campanha ao governo do estado em 2002, incluindo fatos como o desembarque do PSDB da aliança de apoio à reeleição de Amin (a coligação “Mais Santa Catarina”) e a própria possibilidade de apoio do PT ao peemedebista Luiz Henrique em um hipotético segundo turno com Amin, o colunista Claudio Prisco Paraíso, do Jornal “A Notícia”, assim já se expressava:

A articulação política está fazendo a diferença neste período pré-eleitoral em Santa Catarina. Enquanto o ex-prefeito Luiz Henrique da Silveira mergulhou de cabeça nas negociações partidárias, buscando entendimentos em todas as frentes, o governador Esperidião Amin deixou correr frouxo, limitando-se às conversas genéricas e nada conclusivas com o senador Jorge Bornhausen. Resultado: a verticalização se encarregou de tirar o PTB e o PL da Mais Santa Catarina e a coligação ainda perdeu a parceria do PSDB.

Se já não bastassem as baixas, deixa muito a desejar a sintonia entre os dirigentes do PPB e do PFL, que também por não se entenderem acabaram empurrando os tucanos para os braços do PMDB. O primeiro equívoco do governador foi não ter assumido o comando do processo, como principal líder político da aliança. Também por omissão, Esperidião Amin perdeu oportunidades fantásticas para imprimir seu próprio ritmo eleitoral, bem próprio de quem está à frente do principal cargo administrativo do Estado. [...] Ao ter estimulado o ingresso do deputado Hugo Biehl no circuito estadual, foi automaticamente reduzindo os espaços do PSDB no contexto da aliança. Depois do PPB ter injetado gás na candidatura de Biehl ao Senado, não teve como defenestrá-la para abrir espaço a um tucano, como apelou o próprio governador. A grande verdade é que Esperidião Amin só perdeu a parceria dos tucanos porque não mostrou desenvoltura na fase que precedeu a pré-campanha. Pelo trânsito que desfruta com o

presidente da República, poderia perfeitamente ter neutralizado o encaminhamento da direção nacional em favor do PMDB catarinense, se tivesse agido com mais diligência e antecedência. Hoje o segundo turno para o governo constitui-se num risco, na medida em que todos vão se unir contra o governador. Como possivelmente Ciro Gomes e Anthony Garotinho vão estar fora do combate presidencial, Luiz Henrique deverá ficar com o espólio do PPS, PDT, PTB, PL, PSB e daí por diante. O próprio PT terá que fazer uma opção, mesmo que na linha do "apoio crítico".³⁰⁷

Realizado o primeiro turno, Amin alcança 39,8% dos votos, Luiz Henrique 30% e José Fritsch, do PT, 27,3%³⁰⁸. E a opção do PT, simbolizada por Fritsch e pelo explícito apoio de seu principal líder nacional e então candidato a presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi por Luiz Henrique.

O presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva buscou dar a cartada decisiva na acirrada disputa pelo governo de Santa Catarina, na qual o ex-prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), e o governador licenciado Esperidião Amin (PPB) estão empatados.

O último comício do candidato à Presidência pela coligação liderada pelo PT, que apóia o candidato do PMDB, ocorrido na quarta-feira em Florianópolis, foi o evento mais importante desta semana na campanha estadual.

Lula, que lidera com vantagem as pesquisas de intenção de voto para presidente, dedicou boa parte de seu discurso de 30 minutos para tentar convencer seu eleitorado a votar "sem dúvidas ou preconceitos" no candidato do PMDB.

[...]

No primeiro turno, Luiz Henrique apoiava a candidatura do presidenciável da aliança governista (PSDB-PMDB), José Serra. Ele

³⁰⁷ JORNAL "A NOTÍCIA" (de Joinville). Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2002/jun/16/0pri.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

³⁰⁸ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em 26 abr. 2014.

chegou, inclusive, a ser cogitado como vice na chapa do tucano. No segundo turno, o peemedebista aderiu à campanha de Lula à Presidência e recebeu o apoio recíproco do PT.³⁰⁹

Toda a expectativa de disputa acirrada e resultado apertado se confirma no momento em que os votos são contados e quando então se atesta Luiz Henrique como novo governador.

O peemedebista obteve 50,34% dos votos válidos, percentual equivalente a 1.512.447 votos. Amin teve 49,66% dos votos, atingindo 1.491.723 votos. A vitória de Luiz Henrique foi conquistada muito em função do apoio do PT catarinense e do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. [...] 'Jamais vou esquecer isso. O apoio de vocês foi fundamental', disse Luiz Henrique, ao agradecer ao candidato do PT ao governo no 1º turno, José Fritsch.³¹⁰

As boas relações entre Luiz Henrique e o PT, todavia, não duraram muito tempo, haja vista que ocorreu um efetivo rompimento entre os mesmos pouco mais de um ano e meio após o início do mandato do governador. Para tanto, pesou muito o fato de que o governador estava sendo visto como promotor de uma estratégia “anti-PT” ao longo da campanha eleitoral municipal de 2004, além de que foi concedido ao PSDB um amplo espaço de participação na administração estadual enquanto que o PT estava complementamente relegado da mesma. Tais conjuntos de acontecimentos são narrados pelos colunistas Clodoaldo Volpato e Lúcia Helena Vieira, no jornal A Notícia, ocasião em que os mesmos afirmam que “a estratégia adotada pelo governador Luiz Henrique é a de dividir o PT em Santa Catarina e isto ficou claro durante as eleições municipais de outubro, quando LHS teria feito uma

³⁰⁹ UNIVERSO ONLINE. Disponível em: noticias.uol.com.br/inter/reuters/2002/10/25/ult27u27820.jhtm. Acesso em: 18 ago. 2014.

³¹⁰ JORNAL CORREIO DO POVO (Porto Alegre). Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A108/N28/HTML/11LUIZ9H.htm>. Acesso em: 19 ago. 2014.

campanha 'anti-PT'³¹¹, ao mesmo tempo em que o então deputado estadual Wilson Dentinho, do PT, diagnosticava, em relação à gestão estadual, que “o governo está afundando e nós, do PT, que não temos cargos, não podemos ficar juntos. Além disso, nosso principal adversário, o PSDB, controla 58% do governo do Estado, administrando as pastas da Saúde, Educação entre outras”³¹².

No caso do BADESC, a situação condizente com a distribuição dos principais cargos não foi diferente já que, do total de membros do comando da agência de fomento referente ao primeiro mandato de Luiz Henrique, nenhum deles pertencia ao PT. Quanto ao PSDB, havia dois integrantes: Luiz Antônio Ramos e Álvaro Luiz Bortolotto Preis.

Já quanto aos seis integrantes do comando do BADESC vinculados ao empresariado, haviam três filiados ao PMDB, um ao PPS, e dois sem filiações partidárias. Destes quatro filiados, dois já concorreram a cargos eletivos: Andrônico Pereira Filho e Nelson Wedekin. Andrônico Pereira Filho, bisneto do primeiro prefeito de Camboriú, Manoel Anastácio Pereira³¹³, foi eleito prefeito de Camboriú nas eleições de 1982³¹⁴ e, nas eleições do ano 2000, foi eleito vice-prefeito deste município³¹⁵. Em duas outras tentativas como candidato a prefeito, em 2004³¹⁶ e 2008³¹⁷, não conseguiu se eleger. Andrônico foi

³¹¹ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <http://www1.an.com.br/2004/nov/28/0pot.htm>, com publicação datada de 28.11.2004, e intitulada “PT parte para a oposição ao governo Luiz Henrique”. Acesso em: 20 ago. 2014.

³¹² JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <http://www1.an.com.br/2004/nov/23/0pot.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.

³¹³ JORNAL CORREIO CAMBORIUENSE. **Perfil: Andrônico Pereira Filho**. Camboriú, SC. Dez 2014, p. 06.

³¹⁴ TRE-SC. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1982/PrefViceEleitosM19821.htm>. Acesso em: 13 nov. 2014.

³¹⁵ TRE-SC. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/2000/PrefViceEleitosM20001.htm>. Acesso em: 13 nov. 2014.

³¹⁶ TRE-SC. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/2004/RFM2004180616.htm>. Acesso em: 13 nov. 2014.

³¹⁷ TRE-SC. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/2008/RFM2008180616.htm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

também candidato a deputado estadual em duas oportunidades: nas eleições de 1990, não sendo eleito e alcançando a segunda suplência, e em 1994, não sendo eleito e alcançando a 17ª suplência³¹⁸. Quanto a Nelson Wedekin, consta que o mesmo iniciou sua história na política sendo eleito vereador de Joaçaba em 1969 (SCHMITT, 2007, p. 110). Outra disputa municipal de Wedekin, todavia sem sucesso, foi em Florianópolis, quando, em 1988, foi candidato a vice-prefeito na chapa de Anita Pires³¹⁹. Em 1978 foi candidato a deputado estadual, não sendo, porém, eleito, e ficando na décima suplência e, em seguida, foi eleito deputado federal nas eleições de 1982 e senador nas eleições de 1986. Por fim, foi candidato a governador nas eleições de 1990 e 1994, não sendo, porém, eleito nestas duas oportunidades³²⁰.

Chega-se ao recorte de tempo referente ao momento final do primeiro mandato de Luiz Henrique e o mesmo coincide com um episódio inédito e com outro que pode ser considerado incomum na história política recente de Santa Catarina. Tais episódios, ademais, acontecem simultaneamente. Ou seja, pela primeira vez a autoridade máxima do executivo catarinense, neste caso Luiz Henrique, é reeleita, e ao mesmo tempo tal fato representa uma continuidade política e governamental que não se via na administração estadual desde 1983, momento em que Esperidião Amin herda uma gestão até então capitaneada por Jorge Bornhausen e Henrique Córdova, seus correligionários pertencentes ao então PDS.

A dinâmica eleitoral referente ao pleito de 2006, ainda que como resultado final acabasse por expressar a reeleição de Luiz Henrique como governador, demonstra que, entre o primeiro e o segundo turno de tal disputa, ocorreu um movimento de votos contrário ao que havia ocorrido quatro anos antes entre os mesmos dois principais adversários da disputa ao executivo estadual. Assim é que, enquanto em 2002 foi Luiz Henrique quem conseguiu tirar proveito da maior parte dos votos dos eleitores dos demais candidatos que não obtiveram ingresso à disputa do segundo turno, em 2006 foi Esperidião Amin quem mais teve sucesso na agregação de tais votos. Neste sentido, os números do

³¹⁸ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série– Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 180 e 185.

³¹⁹ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <http://www1.an.com.br/2004/ago/25/0opi.htm>. Acesso em 14 nov. 2014.

³²⁰ TRE-SC – TRE-SC. op. cit., p. 81, 82, 92, 112, 164.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que, enquanto Luiz Henrique chegou à marca de 1.601.181 votos no primeiro turno e 1.685.184 no segundo turno, Amin alcançou 1.073.533 votos no primeiro turno e 1.511.916 no segundo turno³²¹. Ainda que tal desfecho não tivesse sido suficiente para garantir a “virada” eleitoral em favor de Amin, o resultado numérico do mencionado pleito evidenciou que determinadas “mudanças de rumo” ocorridas já no início da administração de Luiz Henrique, como o fim das boas e decisivas relações entre PMDB e PT, propiciaram uma dificuldade maior para que a obtenção da vitória nas urnas pudesse ser alcançada por meio de maior margem de “segurança eleitoral”. Esta inferência acaba sendo fortalecida com a constatação, por exemplo, de que José Fritsch (PT), o terceiro colocado da disputa, obteve pouco mais de 460 mil votos, o que expressa um quantitativo numérico que coincide muito mais com a margem de acréscimo eleitoral no segundo turno alcançada por Amin do que a que foi obtida por Luiz Henrique. Ficando abaixo de Fritsch, os demais cinco candidatos somaram juntos pouco mais de 130 mil votos e, destes postulantes, quatro apoiaram Luiz Henrique no segundo turno e somente um, Cesar Alvarenga (PSDC), o qual obteve apenas 1.069 votos, é que apoiou Amin no segundo turno³²². Fato este que corrobora a percepção de que, tendo em vista a forte diminuição da distância entre Luiz Henrique e Amin na comparação entre os dois turnos, houve intensa migração de votos especialmente dos eleitores que votaram no PT no primeiro turno em direção, no segundo turno, ao candidato Esperidião Amin como principal preferência de escolha eleitoral.

5.2.3 O empresariado, nos espaços de comando do BADESC, no segundo mandato de Luiz Henrique da Silveira (2007-2010)

No segundo mandato de Luiz Henrique à frente do executivo estadual (2007-2010), nove membros, dentro de um universo de 25 que ocupavam espaços no comando do BADESC, podem ser caracterizados como componentes relacionados ao empresariado. Gil Roberto Moraes, Vitor Antônio Pinto, André Luiz de Rezende, Paulo Cesar da Costa, Cromácio Jose da Rosa, Nereu Baú, Dalírio Jose Beber, Vinicius Rene

³²¹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 29 abr. 2014.

³²² JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <<http://www.an.com.br/2006/out/29/0ele.jsp>>. Acesso em: 08 set. 2015.

Lummertz Silva e Sérgio Rodrigues Alves eram tais integrantes (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Mensurando a proporção destes membros mencionados, temos o percentual de 36%, o que faz desta administração aquela que, comparativamente as outras duas abordadas para o contexto catarinense, comporta a maior quantidade de integrantes vinculados ao empresariado. Percebendo com mais atenção a dimensão deste percentual, verifica-se que o referido valor representa mais do que o registrado no primeiro mandato do próprio Luiz Henrique (23%) e também no mandato de Esperidião Amin (23%), além de ser superior à média geral de todo o período analisado para o caso do BADESC (1999-2010), que foi de 30,0%.

Segue abaixo (Quadro 37) a lista específica condizente ao período aqui examinado (2007-2010), referente aos integrantes dos Conselhos e Diretorias do BADESC, estando destacados os membros relacionados aos interesses empresariais. Tal lista obedece à ordem cronológica referente às vezes em que cada integrante do comando institucional teve seu nome aprovado para participar do mesmo:

Quadro 37: BADESC - Integrantes do comando da instituição entre 2007 e 2010. Em destaque os membros relacionados ao empresariado.

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Altair Guidi	CA	Efetivo	26/3/2007
	CA	Efetivo	4/6/2007
	CA	Efetivo	9/9/2009
André de Rezende	CF	Suplente	1/6/2010
Antônio Gavazzoni	CA	Presid.	6/3/2009
	CA	Presid.	9/9/2009
Cleverson Siewert	CA	Presid.	1/6/2010
Cromácio da Rosa	DIR	Dir. Presid.	17/6/2010
	CA	V. Presid.	17/6/2010
Dalírio Beber	DIR	Dir. Presid.	2/5/2007
	CA	V. Presid.	4/6/2007
	DIR	Dir. Presid.	6/6/2007
	DIR	Dir. Presid.	25/6/2009
	CA	V. Presid.	9/9/2009
Edilon G. Pereira	CF	Suplente	4/6/2007

continua

conclusão

Gil Morais	CF	Suplente	4/6/2007
	CF	Suplente	6/8/2008
	CF	Suplente	9/9/2009
	CF	Suplente	1/6/2010
Ismael dos Santos	CF	Efetivo	4/6/2007
João Macagnan	DIR	Dir. V.Presid	2/5/2007
	DIR	Diretor	6/6/2007
	DIR	Diretor	25/6/2009
Jorge da Silva	CF	Suplente	6/8/2008
	CF	Suplente	9/9/2009
	CF	Suplente	1/6/2010
José Carvalho	CF	Efetivo	6/8/2008
	CF	Efetivo	9/9/2009
	CF	Efetivo	1/6/2010
José de Mattos Neto	CA	Efetivo	4/6/2007
	CA	Efetivo	6/8/2008
	CA	Efetivo	9/9/2009
José Oneda	CF	Suplente	4/6/2007
	CF	Suplente	6/8/2008
	CF	Efetivo	11/9/2008
	CF	Efetivo	9/9/2009
	CF	Efetivo	1/6/2010
Luiz Clasen	CF	Efetivo	4/6/2007
Luiz Ramos	DIR	Diretor	6/6/2007
	DIR	Diretor	25/6/2009
	DIR	Dir. V.Presid	28/7/2010
Marcelo Artilheiro	DIR	Diretor	20/10/2010
Miguel X. de Melo Filho	CA	Efetivo	6/3/2009
	CA	Efetivo	9/9/2009
Nereu Baú	DIR	Diretor	17/6/2010
Onofre Agostini	CA	Efetivo	6/8/2008
Paulo da Costa	CA	Efetivo	1/6/2010
Sayde Miguel	DIR	Dir. V.	6/6/2007
	DIR	Presid.	25/6/2009
Sérgio Alves	CA	Presidente	26/3/2007
	CA	Presidente	4/6/2007
Vinicius L. Silva	CA	Efetivo	1/6/2010
Vitor Pinto	CF	Efetivo	4/6/2007
	CF	Efetivo	6/8/2008
	CF	Efetivo	9/9/2009
	CF	Efetivo	1/6/2010

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; CF = Conselho Fiscal; DIR = Diretoria
 (**) Conselheiro Efetivo ou Suplente; presidência; diretores.

Os ramos/setores econômicos aos quais estavam vinculados os mencionados integrantes do comando do BADESC relacionados ao empresariado eram os seguintes: serviços contábeis (Vitor Antônio Pinto e Gil Roberto Moraes,), consultoria (Paulo Cesar da Costa), e de auditoria (novamente Gil Roberto Moraes,) setor imobiliário (Dalírio José Beber), florestal (de novo Paulo Cesar da Costa) e de papel e celulose (Nereu Baú), ramo do vestuário (Sérgio Alves e Cromácio José da Rosa), do plástico (novamente Cromácio José da Rosa), setor de bares e restaurantes (Vinicius Rene Lummertz Silva) e de alimentação (mais uma vez Gil Roberto Moraes), vinculado ao empresariado financeiro (André Luiz de Rezende e, de novo, Sérgio Alves) e pertencente à área de equipamentos elétricos e tecnológicos (novamente Sérgio Alves).

Quadro 38: BADESC - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (2007-2010)

Empresários	Contab./Audit./ Consult.	Imobiliário	Florest., papel e celulose	Vestuário	Plástico	Aliment./Bares e restaur.	Finanças	Equip. elétricos/ Tecnológ.
André de Rezende							X	
Cromácio da Rosa				X	X			
Dalírio Beber		X						
Gil Moraes	X					X		
Nereu Baú			X					
Paulo da Costa	X		X					
Sérgio Alves				X			X	X
Vinicius L. Silva						X		
Vitor Pinto	X							

Fonte: Diversas, indicadas nas notas do capítulo. Elaboração própria.

Gil Roberto Moraes é registrado como sócio-proprietário na Empresa Chadi Comércio de Alimentos Ltda. e Franqueado da rede de *fast food* Mr Pretzels, em Florianópolis, entre agosto de 2004 até maio de 2006, além de também ser um dos donos da empresa Executiva Auditoria e da empresa FAMA Serviços Contábeis - Empresa de

Serviços Contábeis, ambas também localizadas em Florianópolis³²³. Vitor Antônio Pinto consta como sócio-proprietário da Contabilidade Ômega, fundada em 1987 em Balneário Camboriú, sendo que tal empresa é especialista em assessoria contábil de empresas, especialmente do setor imobiliário³²⁴. Paulo Cesar da Costa, como empresário do setor florestal e consultor de vendas e de desenvolvimento de novos produtos para o mercado externo, é representante, em Santa Catarina, da empresa estadunidense Caribbean Lumber International, da neozelandesa Pacific Forest Products e da portuguesa P J. Far³²⁵. Nereu Baú figura como gerente industrial da fábrica de papel Primo Tedesco³²⁶. Dalírio José Beber, entre os anos de 1987 e 1996 foi sócio-proprietário da SKALA Administradora de Bens e, a partir de 1996, é sócio-Proprietário da ORBI Empreendimentos Imobiliários Ltda.³²⁷. Vinicius Rene Lummertz Silva consta como proprietário dos restaurantes Cantábria, Bier Platz, da Cervejaria Continental e sócio do Café Cancun, todos estabelecimentos situados em Florianópolis³²⁸. André Luiz de Rezende, administrador de Empresas e com especialização em Finanças Corporativas, consta registrado como um profissional com larga experiência no mercado

³²³ CURRICULUM LATTES. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4320506Y1>. Acesso em: 26 abr. 2015.

³²⁴ ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE BALNEÁRIO CAMBORIU E CAMBORIU. Disponível em: <http://www.acibalc.com.br/index.php/associado-empendedor/?ids=5443>. Acesso em: 23 abr. 2015.

³²⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES. **Mémórias do Legislativo Lageano**. Lages, Câmara Municipal de Vereadores de Lages S.C., 2008, p.124-125.

³²⁶ REVISTA VEJA. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/seo/seo.asp?ed=1107&pg=92>. Acesso em: 23 abr. 2015.

³²⁷ COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:gVJTULY57NgJ:www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Investidores/Assembleias/2013/Proposta%2520Administra%25C3%25A7%25C3%25A3o-%2520CASAN%2520AGE%2520121.pdf+%&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 08 mai. 2015.

³²⁸ CLIC RBS. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/betobarreiros/2012/03/03/tvcom-25/?topo=67,2,,,77>. Acesso em: 08 mai. 2015.

financeiro, atuando nos bancos privados BCN, Santander, Bradesco e Lloyds TSB Bank. No BCN, fora eleito segundo melhor profissional do banco no 1º semestre de 2003 e melhor profissional do banco no 2º semestre de 2001 (segmento PJ - regional RJ) e no Santander, foi eleito o melhor profissional do banco no ano de 2006 (segmento business - regional RJ)³²⁹; consta ainda que Rezende foi Gerente de Negócios Pessoa Jurídica e Gerente Geral de Agência do Bradesco, entre 2003 e 2005, e Gerente de Financiamentos do banco BCN e Operador Financeiro do banco Lloyds TSB, entre 1997 e 2001³³⁰. Cromácio José da Rosa consta como proprietário da Age Moda & Estilo, uma empresa privada que atua na área de loja de confecções e acessórios em geral, fundada em 1992³³¹, além de também ser proprietário da Crom Indústria de Plásticos, uma empresa localizada no município de São Bento do Sul (SC), aberta em 1992, e que tem como atividade econômica primária a fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção³³². Por fim, Sérgio Rodrigues Alves dirigiu a Manchester S.A. Corretora de Câmbio e Títulos³³³, sendo que tal empresa foi fundada por seu sogro³³⁴, o empresário e ex-senador catarinense Henrique Loyola, que em 1968 criou a referida corretora, credenciada e diretamente ligada à bolsa de valores, sendo a única organização do

³²⁹ PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina¬i=9423>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

³³⁰ SEAMLESS MARKETING INTEGRATION. Disponível em: <http://www.b2i.cc/Document/1449/118783.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

³³¹ FINDTHECOMPANY (página que armazena dados empresariais gerais). Disponível em: <http://publicacoes.findthecompany.com.br/l/145901720/Cromacio-Jose-Da-Rosa-And-Cia-Ltda-em-Joinvile-SC>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

³³² WOOKIE (site armazenador de dados de empresas). Disponível em: <https://wooki.com.br/w/cnpj/crom-industria-de-plasticos/cG6CbhaJgy3Bch8/sLXt0mX9Qg>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

³³³ CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA (CELESC). Disponível em: http://portal.celesc.com.br/portal/home/index.php?option=com_content&task=view&id=212&Itemid=1>. Acesso em: 19 dez. 2014.

³³⁴ REDE BRASIL SUL (RBS). Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/estelabenetti/2012/05/14/empresaria-mae-e-voluntaria/?topo=67,2,18,,67>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

gênero sediada no interior do Brasil³³⁵; Alves foi, ainda, Presidente da “Fiação São Bento S/A” (2003-2006) e, como bacharel em Direito, foi assessor jurídico da “Cia. Fabril Lepper” (1987) e assistente jurídico da “Fiação São Bento S/A” (1985)³³⁶; por fim, verifica-se que Alves foi Diretor-Presidente da “Manchester S.A. Processamento de Dados” e também atuou como Diretor e Gerente Controlador da mesma empresa³³⁷.

No que se refere à composição em espaços de atuação de entidades sindicais, instituições representativas de classe e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais, Gil Roberto Moraes atuou no Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Consultoria, Perícias, Informações e Pesquisas da Grande Florianópolis (SESCON/Grande Florianópolis) na função de Diretor para Assuntos Técnicos (gestões 2002 - 2004 e 2004 - 2006). E representando o SESCOB, Moraes foi membro do Programa Educação Continuada do Conselho Regional de Contabilidade CRC/SC (período 2002 a 2006)³³⁸. Paulo Cesar da Costa foi membro da diretoria do Sindicato da Madeira de Lages, Membro do Conselho de Administração do Instituto Euvaldo Lodi da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, representante de Santa Catarina por diversos anos na Comissão Coordenadora de Exportação de Madeiras, vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Lages por duas gestões³³⁹, presidente da Associação Comercial e Industrial de Lages no ano de 1999³⁴⁰ e 2003³⁴¹, e, em 2012, após ter participado do comando do

³³⁵ NOTÍCIAS DO DIA (jornal de Florianópolis). Disponível em: <http://www.ndonline.com.br/joinville/noticias/29957-livro-conta-a-trajetoria-de-sucesso-do-empresario-e-ex-senador-henrique-loyola.html>. Acesso em: 19 dez. 2014.

³³⁶ SEAMLESS MARKETING INTEGRATION. Disponível em: www.b2i.cc/Document/1449/Sergio_Rodrigues_Alves.pdf. Acesso em: 22 mar. 2015.

³³⁷ SEAMLESS MARKETING INTEGRATION. Disponível em: www.b2i.cc/Document/1449/Sergio_Rodrigues_Alves.pdf. Acesso em: 22 mar. 2015.

³³⁸ CURRICULUM LATTES. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4320506Y1>. Acesso em: 26 abr. 2015.

³³⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES. Ibidem.

³⁴⁰ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <http://www1.an.com.br/1999/dez/07/0eco.htm>. Acesso em: 03 mai. 2015.

BADESC, consta que Costa “na condição de Presidente da SCParcerias e secretário estadual de Assuntos Estratégicos, é um dos mais importantes articuladores para a vinda de novas empresas para Santa Catarina”³⁴². Nereu Baú figura como presidente do Sindicato das Indústrias de Celulose e Papel de Santa Catarina (Sinpesc)³⁴³. Vinicius Rene Lummertz Silva consta como fundador da Federação Catarinense de Micro e Pequenas Empresas³⁴⁴, Diretor Técnico do Sebrae Nacional, de janeiro de 1999 a dezembro de 2002 e Presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), de abril de 1997 a dezembro de 2000³⁴⁵. Finalmente, verifica-se Sérgio Rodrigues Alves, que foi Presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ (2005-2006); Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ (1999); e Vice-Presidente da Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários de Santa Catarina – SUCESU (1985-1987)³⁴⁶.

Quanto às filiações partidárias dos nove enfatizados integrantes do comando do BADESC vinculados ao empresariado, as mesmas se apresentam como segue abaixo:

³⁴¹ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2003/jul/24/0eco.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

³⁴² CENTRAL DE DIÁRIOS DO INTERIOR. Disponível em: <<http://www.centraldediarios.com.br/entrevistas/pelo-estado-entrevista-paulo-da-cesar-costa/1557.html>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

³⁴³ JORNAL HORA DE SANTA CATARINA (Florianópolis). Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/11/atividades-tradicionais-da-serra-como-o-papel-se-fortalecem-cada-vez-mais-3961082.html?impressao=sim>>. Acesso em: 04 mai. 2015.

³⁴⁴ HÔTELIER NEWS (site de hotelaria). Disponível em: <<http://www.hoteliernews.com.br/noticias/mtur-nomeia-novo-secretario-nacional-de-politicas-de-turismo-54047>>. Acesso em: 04 mai. 2015.

³⁴⁵ ECONOMIA SC. Disponível em: <<http://economiasc.com.br/proxima-edicao-lide-sc-recebe-vinicius-lummertz/>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

³⁴⁶ SEAMLESS MARKETING INTEGRATION. Disponível em: <www.b2i.cc/Document/1449/Sergio_Rodrigues_Alves.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2015.

Quadro 39: Filiações partidárias do comando do BADESC (2007-2010 – Governo Luiz Henrique) vinculadas ao empresariado

Comando do BADESC relacionado ao empresariado	Filiação partidária	Data da filiação	Data do cancelamento do registro de filiação	Registros de filiações em outros períodos
André de Rezende	Sem			
Cromácio da Rosa	PSDB	10.09.2007		
Dalírio Beber	PSDB	03.03.1989		
Gil Moraes	PSDB	09.09.1998		
Nereu Baú	PSDB	22.11.2004		
Paulo da Costa	PSDB	03.10.2007	31.08.2012	PDS (1982-1988); PFL (1988-1992) ³⁴⁷ ; PP (entre 16.11.1995 e 03.10.2007) ³⁴⁸
Sérgio Alves	Sem			
Vinícius L. Silva	PMDB	05.10.2007		PDT (em 1986) ³⁴⁹ ; PFL (em 1996) ³⁵⁰ ; PPS (em 2007) ³⁵¹
Vitor Pinto	PSDB	02.06.2001		

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015) e elaborado pelo autor (2016) a partir de dados referentes às fontes das Notas de rodapé do Capítulo 5.

Diferentemente das eleições de 2002, em que a coligação vencedora ao governo do estado foi formada unicamente pela dupla PMDB/PSDB, as eleições de 2006 configuraram um quadro em que a

³⁴⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES. **Memórias do Legislativo Lageano**. Lages, Câmara Municipal de Vereadores de Lages S.C., 2008, p.111, 115 e 131.

³⁴⁸ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

³⁴⁹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série– Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 173.

³⁵⁰ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

³⁵¹ JUVENTUDE POPULAR SOCIALISTA SANTA CATARINA. Disponível em: <http://jpssc.zip.net/arch2007-05-16_2007-05-31.html>. Acesso em: 13 jan. 2015.

força política do governador Luiz Henrique foi ainda fortalecida por meio de mais seis partidos que vieram a se somar aos dois citados. Assim, a aliança “Todos por Toda Santa Catarina”, conjugada pelo PMDB, PSDB, PFL, PPS, PRTB, PT do B, PAN e PHS, reelege Luiz Henrique, superando uma vez mais Esperidião Amin e José Fritsch, os mesmos principais adversários da eleição de 2002³⁵².

Eleito pela maior aliança eleitoral já vista em Santa Catarina, Luiz Henrique tem a partir de 2007 o importante apoio político de 27 dos 40 deputados eleitos, ou seja, a maioria absoluta na Assembleia Legislativa³⁵³, facilitando a aprovação de projetos governamentais já planejados no primeiro mandato do executivo e acomodando ainda melhor vários dos indivíduos pertencentes às siglas da ampla coligação que o reelegeram.

A presença do PSDB no governo do primeiro mandato de Luiz Henrique, que já era de considerável peso, chegando a preencher grande parte dos espaços de gestão e inclusive influenciar consideravelmente a cisão do governador com o PT, cresceu ainda mais na segunda gestão. Ainda que compusesse a chapa com o PMDB entre 2003 e 2006, o PSDB não teve vice-governador neste período, fato que acabou ocorrendo entre 2007 e 2010 com Leonel Pavan ocupando o referido cargo. Pavan inclusive chega a assumir o executivo estadual entre 25 de março e 31 de dezembro de 2010, tendo em vista que este é um momento em que Luiz Henrique renuncia à governadoria para disputar, nas eleições daquele ano, uma vaga ao Senado federal³⁵⁴.

Comandando três secretarias de importante visualização – Saúde, Educação e Cultura, Turismo, Esporte e Lazer –, além da própria presidência do BADESC, o PSDB consolida sua influência na administração estadual desde o início do segundo mandato de Luiz Henrique. No caso do BADESC, a presidência ficou a cargo do já mencionado Dalírio Beber, empresário do setor imobiliário em Blumenau e que foi um dos integrantes do primeiro diretório do PSDB em Santa Catarina sendo que, neste momento em que assumia a presidência da agência de fomento, Beber figurava como presidente

³⁵² TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 24 abr. 2014.

³⁵³ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <<http://www.an.com.br/2006/dez/31/0pot.jsp>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

³⁵⁴ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 25 abr. 2014.

reeleito do PSDB estadual³⁵⁵. Anos mais tarde, em 2015, Beber é o presidente de honra do PSDB em SC³⁵⁶, sendo que desde sua fundação no estado catarinense, em 1989, ajudou a difundir o partido no Estado, possuindo vários cargos de diretoria até chegar à presidência estadual da sigla, em 2003³⁵⁷.

Neste sentido é que, recorrendo ao quadro mais acima situado, e retornando ao exame acerca dos nove enfatizados integrantes do comando do BADESC vinculados ao empresariado, podemos perceber que seis deles são filiados ao PSDB, incluindo seu presidente. Situação esta bem diferente da primeira administração de Luiz Henrique e da que foi gerida por Amin quando, nestes dois outros mandatos governamentais, não havia nenhum dos integrantes do comando do BADESC, vinculados ao empresariado, que fossem filiados ao PSDB, ainda que tal partido fizesse parte também destas mencionadas gestões.

Dos nove mencionados integrantes, três deles tiveram trajetórias de disputas em cargos eletivos: Paulo Cesar da Costa, Dalírio José Beber e Vinicius Rene Lummertz Silva.

Costa se elegeu vereador em Lages por três legislaturas consecutivas (1983-1996), ocupando a presidência do Poder Legislativo por dois períodos (1991-1992) e (1993-1994). Assumiu a Prefeitura Municipal de Lages durante o ano de 1994 por dois períodos, sendo um deles como titular, de 01/12/1992 a 31/12/1992³⁵⁸.

Candidato a prefeito de Blumenau nas eleições de 1996, Dalírio Beber não se elegeu e acabou ficando em terceiro lugar³⁵⁹. Em 1998 foi candidato a deputado estadual, não sendo eleito e alcançando a quarta

³⁵⁵ JORNAL “A NOTÍCIA” (de Joinville). Disponível em: <<http://www.an.com.br/2007/jan/02/0pot.jsp>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

³⁵⁶ SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/19/dalirio-beber-assume-mandato-de-luiz-henrique>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

³⁵⁷ JORNAL DE SANTA CATARINA (BLUMENAU) Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/politica-e-economia/noticia/2015/05/suplente-de-lhs-dalirio-beber-diz-que-momento-e-de-luto-e-evita-falar-em-planos-4759682.html>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

³⁵⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES. Ibidem.

³⁵⁹ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1996/RFM1996180470.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

suplência³⁶⁰. Em 2002, Beber foi primeiro suplente do candidato ao senado Casildo João Maldaner, que acabou não sendo eleito³⁶¹. Mais tarde, no dia 19 de novembro de 2015, confirmando sua trajetória de influência política e burocrática no contexto da vida pública catarinense, o então ex-presidente do BADESC Dalírio Beber toma posse como senador da República já que, como suplente de Luiz Henrique da Silveira, falecido nove dias antes, assume a função no lugar deste, com previsão de término do mandato para janeiro de 2019³⁶².

Quanto a Vinicius Lummertz, o único peemedebista entre os nove salientados, consta que o mesmo foi candidato a deputado estadual, pelo PDT, nas eleições de 1986, não sendo eleito e ficando na quinta suplência³⁶³. Mais tarde, em 1996, Lummertz foi candidato a prefeito de Florianópolis, pelo PFL, igualmente não sendo eleito e ficando na quarta colocação deste pleito³⁶⁴. Posteriormente, Lummertz teve uma rápida passagem pelo PPS para então, de 05.10.2007 em diante, encontrar-se filiado ao PMDB.

O término dos oito anos da gestão de Luiz Henrique coincide sobretudo com a consolidação da união entre PMDB, PSDB e DEM, partidos estes que propiciaram constante apoio político e colaboração necessária para a aprovação da maior parte dos interesses governamentais submetidos à Assembleia Legislativa, especialmente ao longo da última administração aqui considerada (2007-2010). Ocorre que, ao contrário do começo da primeira gestão de Luiz Henrique, sua segunda gestão já se inicia com uma sintonia consistente entre as três siglas citadas. Nesta direção se observa, por exemplo, que, enquanto na

³⁶⁰ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série– Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 194.

³⁶¹ JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/estados-candidatos-santa-catarina.shtml>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

³⁶² SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/19/dalirio-beber-assume-mandato-de-luiz-henrique>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

³⁶³ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série – Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001, p. 173.

³⁶⁴ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>>. Acesso em: 01 mai. 2015.

campanha de 2002 o PMDB de Luiz Henrique estava coligado unicamente com o PSDB, sendo que este não apresentou nem mesmo candidato a vice-governador, em 2006 Luiz Henrique teve o tucano Leonel Pavan como seu candidato a vice-governador, além de contar com Raimundo Colombo (PFL/DEM) como candidato ao senado. Ademais, já a partir do início de 2007, respeitando o pleito que levou Luiz Henrique à sua reeleição no ano anterior, vinte e quatro das quarenta cadeiras componentes da Assembleia Legislativa catarinense foram ocupadas por deputados pertencentes a partidos que integravam a coligação de campanha do governador, sendo que, no interior de tal aliança, as três legendas que mais obtiveram êxito foram as acima mencionadas³⁶⁵. E na eleição de 2010, confirmando o sucesso das conversações partidárias e da própria articulação política realizada em torno da candidatura de Raimundo Colombo (DEM), postulante ao governo catarinense apoiado por Luiz Henrique (PMDB) e Leonel Pavan (PSDB), vinte e cinco dos quarenta deputados estaduais eleitos eram pertencentes a legendas que integraram a aliança do candidato vencedor, entre as quais especialmente as três acima referidas³⁶⁶. Ademais, além de fazer seu sucessor, o próprio Luiz Henrique se elege para uma das cadeiras ao senado federal neste mesmo processo eleitoral de 2010, sendo que, também no mesmo pleito, a outra vaga ao senado acabou conquistada pelo tucano Paulo Bauer.

Assim como o verificado sucesso alcançado pelo grupo político catarinense acima referido, a configuração do contexto nacional também se fazia igualmente eficaz no sentido do êxito político obtido pelo governo federal, haja vista o prestígio e os recordes sucessivos de aprovação popular conseguidos pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva³⁶⁷ e do pleito vitorioso de sua candidata sucessora, a então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. No entanto, não obstante as semelhanças quanto às circunstâncias contextuais favoráveis

³⁶⁵ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/2006/resultado/1turno/estadual.html>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

³⁶⁶ TERRA (website de variedades). Disponível em: <<http://eleicoes.terra.com.br/apuracao/2010/1turno/santa-catarina/#/deputado-estadual/>>. Acesso em: 09 jul. 2014.

³⁶⁷ BRASIL 247 (website de informações e análises políticas). Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/80041/Na-ca%C3%A7ada-ao-eleitor-todos-querem-Dilma-elei%C3%A7%C3%B5es-municipais-est%C3%A3o-todos-Dilma.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

encontradas tanto em nível estadual quanto federal, tais governos eram politicamente dissonantes, sendo que os já discorridos desentendimentos principiaram ainda no início da primeira gestão de Luiz Henrique e de Lula à frente de cada uma de suas respectivas administrações.

6 O BRDE E SUA COMPOSIÇÃO POLÍTICA E EMPRESARIAL REPRESENTADA PELOS MEMBROS DO COMANDO INSTITUCIONAL (1995-2010)

Primeiramente, localizaremos a estrutura dos cargos decisórios da empresa no sentido de identificar quais foram seus membros ocupantes das diretorias, do conselho administrativo e da junta da administração. A partir da verificação da eleição destes nomes para a ocupação de tais espaços e a respectiva identificação da aprovação dos mesmos pelo Banco Central, é que poderemos ter em mãos o conjunto completo dos integrantes os quais examinaremos quanto às suas relações políticas e empresariais tecidas até e no momento em que integraram a instituição. Para tanto, procederemos com o reconhecimento de suas filiações partidárias antes e no momento em que constituíram o BRDE, suas profissões/ocupações e formações acadêmicas realizadas até aquela oportunidade, para, ao final, identificar as relações empresariais de que fizeram parte, assim como suas composições em espaços de atuação de entidades sindicais, instituições representativas de classe e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais. Ao término, traçaremos a trajetória de atuação política de cada um destes membros, com suas disputas em pleitos de mandatos públicos eletivos e suas atividades no contexto político-partidário executados até e no momento em que integraram o referido banco de desenvolvimento.

6.1 PREENCHIMENTO DOS ESPAÇOS DE COMANDO E VINCULAÇÕES POLÍTICAS E PROFISSIONAIS

Ainda que o BRDE tivesse sua fundação e início de seu funcionamento operacional a partir da década de 1960, delimitaremos o período 1995-2010 para empreendermos nosso exame devido ao propósito de traçarmos um paralelo analítico entre esta instituição e as agências de fomento dos três estados do sul. Neste sentido, na delimitação referente ao período que vai da primeira aprovação de nome do ano de 1995, pelo Banco Central do Brasil, para integrar a estrutura decisória do BRDE, até o momento final do recorte analítico (31.12.2010), foram em número de 87 os integrantes que ocuparam os principais espaços de comando desta instituição (Diretorias, Junta da Administração e Conselho de Administração).

Estes 87 integrantes tiveram seus nomes aprovados pelo Banco Central em datas diferentes, como se pode visualizar abaixo (Quadro 40):

Quadro 40: BRDE - Integrantes da Diretoria e dos Conselhos de Administração e da Junta de Administração (comando da instituição) entre 1995 e 2010

Integrantes	Órgão (*)	Cargos (**)	Datas de aprovação pelo BC
Adão Faraco	CA	Rep. do RS	3/1/2006
Adolfo A. Fetter Júnior	JUNAD	Rep. Efetivo RS	6/12/1995
Affonso da Silva	DIR	Diretor	8/7/1998
Airton Pissetti	DIR	Diretor	26/06/2008
	DIR	Dir. Presid.	01/11/2009
Aldo de Almeida Júnior	DIR	Diretor	09/02/1999
	DIR	Diretor	21/05/1999
	DIR	Dir. V. Presid.	05/07/2000
	DIR	Diretor	05/07/2000
	DIR	Dir. Presid.	06/12/2001
Alexandre Fernandes	CA	Rep. de SC	25/7/2007
Amadeu B. Filho	JUNAD	Rep. Suplente PR	25/4/2001
Amadeu Geara	DIR	Diretor	11/02/2003
	DIR	Diretor	01/07/2004
	DIR	Diretor	14/10/2005
	DIR	Diretor	10/11/2005
André Zacharow	DIR	Dir. Rep. de Estado	14/07/1995
	DIR	Dir. V. Presid.	17/07/1996
	DIR	Diretor	17/07/1996
	DIR	Diretor	02/09/1996
Antônio Banzatto	JUNAD	Rep. Suplente PR	16/3/2001
Antônio Reis	JUNAD	Rep. Efetivo SC	1/11/1995
Antônio de Araújo	DIR	Diretor	26/08/1999
	DIR	Diretor	05/07/2000
	DIR	Diretor	06/12/2001
Antônio Vieira	JUNAD	Rep. Efetivo SC	27/9/1999
Arno H. Augustin Filho	JUNAD	Rep. Efetivo RS	6/5/1999
Carlos F. M. de Souza Filho	DIR	Diretor	06/11/2003
	DIR	Dir. V. Presid.	14/06/2004
	DIR	Diretor	01/07/2004
	DIR	Dir. V. Presid.	01/07/2004
	DIR	Dir. V. Presid.	14/10/2005
	DIR	Diretor	14/10/2005
	DIR	Dir. Presid.	10/11/2005
	DIR	Diretor	01/03/2007
	DIR	Diretor	20/04/2007

continua

continuação

	CA	Rep. do PR	30/05/2008
Carlos Horn	DIR	Dir. V. Presid.	21/05/1999
	DIR	Diretor	21/05/1999
	DIR	Diretor	21/05/1999
	DIR	Diretor	05/07/2000
	DIR	Dir. Presid.	06/12/2001
Carlos Odebrecht	JUNAD	Rep. Suplente SC	12/8/2003
Carlos Azambuja	DIR	Dir. Rep. de Estad	14/7/1995
Casildo Maldaner	DIR	Dir. V. Presid.	31/01/2003
	DIR	Diretor	31/01/2003
	DIR	Dir. Presid.	13/02/2003
	DIR	Diretor	14/06/2004
	DIR	Diretor	01/07/2004
	DIR	Diretor	14/10/2005
	DIR	Diretor	10/11/2005
	DIR	Diretor	13/11/2006
	DIR	Dir. Presid.	01/03/2007
	DIR	Dir. Presid.	19/04/2007
	DIR	Diretor	01/11/2007
	DIR	Diretor	28/10/2008
	DIR	Diretor	01/11/2009
Celestino Secco	JUNAD	Rep. Efetivo SC	27/9/1999
Celso Bernardi	DIR	Diretor	22/12/2009
Celso Saboia	JUNAD	Rep. Suplente PR	22/11/1995
	JUNAD	Rep. Efetivo PR	15/10/1998
Cesar Ferreira	JUNAD	Rep. Suplente PR	16/3/1995
Cezar Busatto	JUNAD	Rep. Efetivo RS	6/12/1995
Cezar Exemberger	CA	Rep. do RS	25/1/2008
Clarisse Castilhos	JUNAD	Rep. Suplente RS	6/5/1999
Cláudio Slaviero	JUNAD	Rep. Suplente PR	12/8/2003
Darci Ferreira	JUNAD	Rep. Suplente RS	6/12/1995
Dario Buzzi	JUNAD	Rep. Efetivo SC	23/3/1995
	DIR	Dir. Rep. de Estad	23/3/1995
Dejandir Dalpasquale	DIR	Dir. V. Presid.	5/5/1998
Domingos Ramalho	DIR	Diretor	26/06/1997
	DIR	Diretor	19/11/1997
Eduardo Sciarra	JUNAD	Rep. Efetivo PR	15/10/1998
Eloi Zanella	DIR	Diretor	8/7/1998
Ewaldo Vita	JUNAD	Rep. Efetivo PR	22/11/1995
Francisco Fontana	DIR	Diretor	16/03/1995
	DIR	Diretor	02/09/1996
	DIR	Dir. V. Presid.	02/09/1996
	DIR	Dir. Presid.	19/11/1997
	DIR	Dir. V. Presid.	10/03/1999

continuação

	DIR	Diretor	21/05/1999
Francisco Turra	DIR	Diretor	05/04/2007
	DIR	Dir. V. Presid.	05/04/2007
	CA	Rep. do RS	25/04/2008
Fric Kerin	DIR	Diretor	26/9/1996
Geovah Amarante	DIR	Diretor	31/01/2003
	DIR	Diretor	13/02/2003
	DIR	Diretor	01/07/2004
	DIR	Diretor	14/10/2005
	DIR	Dir. V. Presid.	10/11/2005
Germano Bonow	DIR	Diretor	24/03/2003
	DIR	Diretor	01/07/2004
	DIR	Diretor	14/10/2005
	DIR	Diretor	10/11/2005
Gerson Berti	JUNAD	Rep. Suplente SC	4/5/1998
Gilberto Mosmann	DIR	Diretor	14/07/1995
	DIR	Dir. V. Presid.	14/07/1995
	JUNAD	Rep. Efetivo RS	03/05/1996
Gisela Schuler	JUNAD	Rep. Suplente RS	3/5/1996
Gláucio Geara	JUNAD	Rep. Efetivo PR	16/3/1995
Ivo Rodrigues	JUNAD	Rep. Suplente PR	15/10/1998
Jamiro Wiest	CA	Rep. de SC	12/8/2003
João A. Valente Júnior	JUNAD	Rep. Suplente SC	27/9/1999
João Grando	DIR	Diretor	24/4/1998
João de Oliveira	CA	Rep. do RS	12/8/2003
José Lunardelli	JUNAD	Rep. Suplente SC	27/9/1999
José V. Moraes	JUNAD	Rep. Efetivo RS	6/5/1999
José da Silva	DIR	Diretor	19/03/1996
	DIR	Dir. V. Presid.	19/03/1996
	DIR	Dir. Presid.	17/07/1996
	DIR	Diretor	19/11/1997
José Moraes Neto	CA	Rep. do PR	12/08/2003
	CA	Rep. do PR	20/04/2007
	DIR	Diretor	30/05/2008
	DIR	Dir. V. Presid.	01/07/2008
	DIR	Diretor	01/11/2009
	DIR	Dir. Presid.	16/08/2010
Lélio de Souza	DIR	Dir. V. Presid.	24/03/2003
	DIR	Diretor	24/03/2003
	DIR	Dir. Presid.	14/06/2004
	DIR	Dir. Presid.	01/07/2004
	DIR	Dir. Presid.	14/10/2005
	DIR	Diretor	10/11/2005
Lineu de Araújo	JUNAD	Rep. Suplente PR	15/10/1998

continuação

Luiz Ferrari	DIR	Dir. V. Presid.	12/01/1999
	DIR	Dir. Presid.	10/03/1999
	DIR	Dir. V. Presid.	05/07/2000
	DIR	Diretor	05/07/2000
Marco Dutra	JUNAD	Rep. Suplente SC	22/11/1995
	JUNAD	Rep. Efetivo SC	04/05/1998
	CA	Rep. de SC	07/11/2006
Marcos Domakoski	CA	Rep. do PR	12/8/2003
Mário B. Neto	DIR	Diretor	05/04/2007
	DIR	Dir. V. Presid.	08/05/2008
	DIR	Dir. Presid.	01/07/2008
	DIR	Diretor	01/11/2009
	DIR	Diretor	01/11/2009
Max Bornholdt	CA	Rep. de SC	12/8/2003
Miguel Salomão	JUNAD	Rep. Efetivo PR	22/11/1995
Nelson Justus	JUNAD	Rep. Efetivo PR	18/9/1996
Nelson Wedekin	DIR	Dir. Presid.	24/04/1995
	DIR	Dir. Rep. de Estado	02/09/1996
Neri dos Santos	JUNAD	Rep. Efetivo SC	22/11/1995
Neuto de Conto	JUNAD	Rep. Efetivo SC	22/11/1995
Norton Silva	JUNAD	Rep. Suplente PR	22/11/1995
Odisnei Bega	JUNAD	Rep. Suplente PR	12/08/2003
	CA	Rep. do PR	09/01/2006
	CA	Rep. do PR	20/04/2007
Oscar Falk	JUNAD	Rep. Suplente SC	22/11/1995
Otomar Vivian	DIR	Diretor	5/11/2008
Paulo Furiati	DIR	Diretor	03/01/2006
	DIR	Diretor	01/03/2007
	DIR	Diretor	20/04/2007
Paulo Tatim	DIR	Dir. Rep. de Estado	01/09/1997
	DIR	Dir. V. Presid.	19/11/1997
Paulo Rodrigues	JUNAD	Rep. Efetivo RS	11/9/1998
Renato Vianna	DIR	Diretor	08/02/2007
	DIR	Dir. V. Presid.	08/02/2007
	DIR	Diretor	01/03/2007
	DIR	Dir. Presid.	01/11/2007
	DIR	Diretor	01/07/2008
	DIR	Diretor	01/07/2008
	DIR	Dir. V. Presid.	01/11/2009
Ricardo Englert	JUNAD	Rep. Suplente RS	6/12/1995
Ricardo Khury	DIR	Diretor	11/2/2003
Rodrigo Loures	CA	Rep. do PR	19/1/2005

conclusão

Rolf Hackbart	DIR	Diretor	22/05/2000
	DIR	Diretor	05/07/2000
	DIR	Dir. V. Presid.	13/02/2003
Roselaine Machado	CA	Rep. do RS	25/1/2008
Sérgio Schwinden	DIR	Dir. Rep. de Estado	06/02/1997
	DIR	Diretor	19/11/1997
Sérgio Alves	CA	Rep. de SC	16/4/2007
Silverino da Silva	DIR	Diretor	03/08/2006
	DIR	Diretor	15/07/2008
Túlio Zamin	JUNAD	Rep. Suplente RS	6/5/1999
Vasco Furlan	DIR	Diretor	12/01/1999
	DIR	Diretor	21/05/1999
	DIR	Diretor	05/07/2000
	DIR	Diretor	06/12/2001
Vercidino Albarello	DIR	Diretor	6/6/2006
Vicente Donini	JUNAD	Rep. Suplente SC	12/8/2003
Vicente Farias	DIR	Diretor	18/3/2002
Victor Faccioni	DIR	Dir. Rep. de Estado	17/07/1996
	DIR	Diretor	19/11/1997
Wilson Portes	DIR	Diretor	4/10/2010

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; JUNAD = Junta da Administração; DIR = Diretoria.

(**) conselheiros representantes dos estados; representantes dos estados; diretores.

Em relação às filiações político-partidárias destes 87 integrantes, condizentes com o momento que coincidiu com a ocupação dos mesmos em seus respectivos cargos no comando do BRDE, constata-se que 54 (62%) estavam filiados a partidos políticos dos quais: 23 ao PMDB, 17 ao PP, 5 ao PT, 4 ao DEM, 2 ao PTB, 1 ao PSDB, 1 ao PDT e 1 ao PPS. Quanto aos restantes, percebe-se que 10 deles não tiveram filiações partidárias nos momentos de suas participações no comando do BRDE, mas tiveram filiações em outro(s) momento(s). E por fim, verifica-se a presença de 23 outros integrantes os quais não se identificou registros de filiações partidárias.

Quadro 41: Filiação partidária dos integrantes do comando do BRDE (1995-2010)

Filiados	Origem	Data da Filiação
PMDB		
Adão Faraco	Alegrete (RS)	15/08/1980
Airton Pissetti	Curitiba (PR)	22/10/2002
Alexandre Fernandes	(SC)	Não encontrado
Amadeu Geara	(PR)	Não encontrado
Casildo Maldaner	Modelo (SC)	02/09/1980
Cezar Busatto	(RS)	Não encontrado
Dejandir Dalpasquale	Campos Novos (SC)	10/08/1980
Geovah Amarante	(SC)	1970
Gilberto Mosmann	Novo Hamburgo (RS)	12/07/1994
João Grando	São Miguel do Oeste (SC)	05/01/1994
José da Silva	Pelotas (RS)	31/12/1995
José Moraes Neto	Curitiba (PR)	20/03/1999
Lélio de Souza	Pelotas (RS)	23/09/1980
Marco Dutra	(SC)	1998
Max Bornholdt	Joinville (SC)	14/05/1980
Neri dos Santos	Florianópolis (SC)	06/06/1985
Neuto de Conto	São Miguel do Oeste (SC)	22/09/1980
Oscar Falk	(SC)	Não encontrado
Paulo Furiati	Lapa (PR)	16/09/1999
Paulo Tatim	Florianópolis (SC)	14/02/1997
Renato Vianna	Blumenau (SC)	09/09/1980
Sérgio Schwinden	Florianópolis (SC)	16/06/1993
Silverino da Silva	Florianópolis (SC)	15/10/2002
PP		
Adolfo A. Fetter Júnior	Pelotas (RS)	14/11/1980
Affonso da Silva	Pelotas (RS)	13/08/1993
Amadeu B. Filho	(PR)	04/09/1980
Antônio Reis	(SC)	1979
Antônio Vieira	Florianópolis (SC)	16/11/1995
Carlos Azambuja	Bagé (RS)	21/07/1980
Celestino Secco	Florianópolis (SC)	16/11/1995
Celso Bernardi	Porto Alegre (RS)	03/09/1980
Cesar Ferreira	Curitiba (PR)	04/09/1980
Eloi Zanella	Erechim (RS)	14/09/1993
Francisco Turra	Marau (RS)	05/09/1980
Ivo Rodrigues	Curitiba (PR)	04/09/1980
João A. Valente Júnior	Florianópolis (SC)	16/11/1995
Luiz Ferrari	Florianópolis (SC)	27/09/1999
Otomar Vivian	Caçapava do Sul (RS)	15/09/1980

continua

conclusão

Vasco Furlan	Concórdia (SC)	16/11/1995
Vicente Farias	Santo Amaro da Imperatriz (SC)	16/11/1995
PT		
Arno H. Augustin Filho	Porto Alegre (RS)	13/11/1987
Carlos Horn	Porto Alegre (RS)	29/04/1981
José V. Moraes	Porto Alegre (RS)	04/09/1991
Rolf Hackbart	Porto Alegre (RS)	21/08/1987
Túlio Zamin	Nova Prata (RS)	10/04/1981
DEM		
Francisco Fontana	Curitiba (PR)	15/07/1985
Germano Bonow	Porto Alegre (RS)	30/01/1986
José Lunardelli	Florianópolis (SC)	24/11/1995
Vercidino Albarello	Porto Alegre (RS)	31/12/1985
PTB		
Eduardo Sciarra	(PR)	1982
Nelson Justus	(PR)	Não encontrado
PDT		
Nelson Wedekin	(SC)	1990
PPS		
Mário B. Neto	Porto Alegre (RS)	26/09/2001
PSDB		
Domingos Ramalho	Curitiba (PR)	13/10/1990
Com filiações em momentos distintos de suas participações no comando do BRDE: André Zacharow, Antônio de Araújo, Celso Saboia, Cezar Exemberger, Darci Ferreira, Fric Kerin, Gláucio Geara, Ricardo Englert, Rodrigo Loures, Victor Faccioni.		

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaborado pelo autor (2016).

No que diz respeito aos vínculos dos integrantes do comando do BRDE com mandatos públicos eletivos, sendo eleitos para ocupar os mesmos ou possuindo alguma relação familiar com detentores destes respectivos mandatos, apresentam-se os seguintes registros (na sequência, as informações sobre a participação na direção do BRDE são do Banco Central do Brasil (2015)):

- **Adão Conceição Dornelles Faraco**, indicado pelo governo Rigotto, integrou o Conselho de Administração, como Conselheiro Representante do RS. Foi eleito, pelo PMDB, prefeito de Alegrete (RS) para o mandato 1983-1988³⁶⁸.

³⁶⁸ SÍTIO DE VARIEDADES SOBRE ALEGRETE (RS). Disponível em: <http://alegretetudo.com.br/alegrete/historia-2/>. Acesso em: 04 mai. 2015.

● **Adolfo Antônio Fetter Júnior**, indicado pelo governo Britto, integrou a Junta da Administração, para atuar como Representante do RS. Disputou sua primeira eleição em 1982, pelo PDS, e se elegeu vereador de Pelotas. Em 1990, foi eleito deputado federal (PDS), reelegendo-se em 1994 (PPR) e 1998 (PPB)³⁶⁹.

● **Amadeu Luiz de Mio Geara** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no primeiro mandato de Roberto Requião. Elegeu-se vereador no pleito de novembro de 1972, na legenda do MDB. Nas eleições de novembro de 1978 foi eleito deputado federal ainda na mesma legenda e reeleito em 1982, de novo no PMDB³⁷⁰.

● **Antônio Carlos Konder Reis**, indicado pelo governo Paulo Afonso, integrou a Junta da Administração, para atuar como Representante de SC. Foi eleito deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, pela UDN, nos períodos 1947-1951 e 1951-1955. À Câmara dos Deputados, foi eleito para os períodos 1955-1959 (UDN), 1987-1991 (PDS) e 1999-2003 (PFL). Ao Senado foi eleito para o mandato 1963-1975 (ARENA) e vice-governador entre 1991 e 1995 (PPR). Konder Reis foi, também, governador biônico de Santa Catarina entre 1975 e 1979 (ARENA). Em 1979 foi sucedido pelo seu primo Jorge Bornhausen no governo de Santa Catarina³⁷¹. Destacando a rede de relações familiares e políticas a qual estava envolvido Jorge Bornhausen e por consequência Antônio Carlos Konder Reis, já que eram parentes e ligados aos mesmos interesses e grupos de poder, o jornal “O Estado do Paraná”, em 24.01.2005, assim retrata um pouco do muito que significou a influência dos Konder-Bornhausen na vida política catarinense e também no cenário nacional:

Herdeiro da oligarquia Konder-Bornhausen, rival dos Ramos na política de Santa Catarina desde os anos 50, Jorge foi governador nomeado pelo golpe. A lógica da dominação levou as oligarquias

³⁶⁹ JORNAL DO COMÉRCIO (Porto Alegre). Disponível em:

<<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=81108>>. Acesso em: 01. fev. 2015.

³⁷⁰ CPDOC-FGV. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geara-amadeu>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

³⁷¹ LIDERANÇAS.COM (site sobre lideranças de espaços públicos). Disponível em: <<http://www.liderancas.com.br/lideranca/antonio-carlos-konder-reis.html>>. Acesso em: 09 fev. 1999.

a se fundirem numa só, alternando-se no Palácio da Agrônômica, sede do governo estadual.

É desnecessário lembrar que Jorge é também herdeiro de imensa fortuna, filho de Irineu Bornhausen, poderoso banqueiro, exportador de madeira, industrial e agricultor. Chefe político da UDN, Irineu governou o estado e elegeu o sucessor, Jorge Lacerda, morto em acidente de avião em São José dos Pinhais.

Conservador, privatista, beneficiário das benesses do poder, oportunista defensor da governabilidade quando a podridão do governo Collor enojava o País, o senador Jorge Bornhausen, no dizer da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), precisa muito treino para ser oposição³⁷².

• **Casildo João Maldaner** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no primeiro e no segundo mandato de Luiz Henrique da Silveira. Eleito vereador de Modelo (SC), em 1962, pelo UDN, deputado estadual em 1974 e 1978 pelo MDB, deputado federal em 1982 (PMDB) e vice-governador em 1986 (PMDB). Com a morte de Pedro Ivo no início de 1990, Maldaner assume o governo do estado de 27 de fevereiro de 1990 até março de 1991. Candidato ao senado em 1994, foi eleito com 682.252 votos. Em 2006 integrou, como primeiro-suplente, mais uma candidatura ao senado, tendo como cabeça de chapa o ex-prefeito de Lages, Raimundo Colombo (PFL). Com a vitória da referida chapa, Maldaner volta a exercer o cargo de senador, em substituição ao titular, de julho a outubro de 2008³⁷³.

• **Celso Bernardi** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Yeda Crusius. Foi eleito deputado estadual em 1986, pelo PDS. E em 1990, elegeu-se deputado federal, também pelo PDS³⁷⁴.

³⁷² Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/canal/opiniaao/news/109208/?>. Acessado em 22.04.2015.

³⁷³ CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maldaner-casildo>. Acesso em: 19 fev. 2015.

³⁷⁴ CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bernardi-celso>. Acesso em: 27 mar. 2015.

- **Celso da Costa Saboia**, indicado pelo governo Lerner, integrou a Junta da Administração, para atuar como Representante do PR. Saboia assumiu, como Suplente, o mandato de Deputado Federal (PMDB), entre 1983 e 1987, na vaga do Deputado Olivir Gabardo³⁷⁵.

- **Cezar Augusto Buzatto**, indicado pelo governo Britto, integrou a Junta da Administração, para atuar como Representante do RS. Foi eleito deputado estadual por três legislaturas, em 1994 e 1998 pelo PMDB³⁷⁶, e em 2006 pelo PPS³⁷⁷.

- **Cláudio Gomes Slaviero**, indicado pelo governo Requião, integrou a Junta da Administração, para atuar como Representante do PR. Slaviero é descendente da tradicional família Gomes, que teve no Coronel Emílio Batista Gomes o primeiro prefeito de Irati, em 1907, sendo que um dos netos dele foi o ex-Governador do Paraná, Emílio Hoffmann Gomes, eleito pela Assembléia Legislativa em 1973 e Governador até 1975 (OLIVEIRA, 2007, p. 158-159).

- **Dejandir Dalpasquale** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Paulo Afonso. Foi eleito, em outubro de 1958, vereador em Campos Novos (SC) pelo PTB e, em 1965, elegeu-se prefeito deste município (PTB). Em 1970 e 1974 foi eleito a uma vaga na Assembleia Legislativa catarinense (MDB). Elegeu-se suplente do senador Jaison Barreto, em 1978 (MDB), assumindo a vaga em 1981 durante três meses. Por fim, foi eleito deputado federal em 1990³⁷⁸.

- **Eloi João Zanella** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Antônio Britto. Prefeito de Erechim (RS) nas seguintes gestões de 31 de Janeiro de 1977 a 1º de

³⁷⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=123102&tipo=0>. Acesso em: 22 mar. 2015.

³⁷⁶ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidade/default.php?p_noticia=125438>. Acesso em: 09 abr. 2015.

³⁷⁷ JORNAL ZERO HORA (PORTO ALEGRE). Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/02/cezar-busatto-assume-a-chefia-da-casa-civil-do-estado-1769747.html>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

³⁷⁸ CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dalpasquale-dejandir>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

Fevereiro de 1983 (ARENA), 1989-1992 (PDS), 2001-2004 (PP) e 2005/2008 (PP)³⁷⁹.

● **Francisco Sérgio Turra**, indicado pelo governo Yeda, integrou a diretoria e o Conselho de Administração do BRDE, como Conselheiro Representante do RS. Começou sua carreira política em novembro de 1976, eleito pela ARENA a vereador de Marau, RS. Em novembro de 1982, com 68% do total de votos, elegeu-se prefeito deste município, pelo PDS. Eleito deputado estadual em 1986, foi o candidato mais votado de seu partido (o PDS), tendo recebido 30 mil votos. Em sua última passagem pela Assembleia Legislativa, foi reeleito em 1990 (PDS). E em 2002 foi eleito deputado federal (PPB)³⁸⁰.

● **Govah José de Freitas Amarante** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Luiz Henrique. Conquistou dois mandatos consecutivos como deputado estadual, cargo que ocupou entre 1979 e 1986 (MDB). Como suplente, em 1988 conseguiu assumir o cargo de deputado federal (PMDB) e participar da elaboração da Constituição de 1988³⁸¹.

● **Germano Mostardeiro Bonow** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Germano Rigotto. Em 1986, pelo PFL, foi eleito para o seu primeiro mandato de deputado estadual. Foi reeleito nas eleições de 1990, 1994 e 1998, sempre pelo PFL. Como deputado federal, foi eleito em 2006 também na legenda pefelista³⁸².

● **Gilberto Mosmann** integrou a diretoria do BRDE e a Junta da Administração, para atuar como Representante do RS, sendo indicado para a instituição no governo Antônio Britto. Assumiu por um mês, de

³⁷⁹ PRFEITURA DE ERECHIM, RS. Disponível em:

<<http://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/154/>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

³⁸⁰ CPDOC-FGV. Disponível em: <

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-sergio-turra>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

³⁸¹ JORNAL A NOTÍCIA (JOINVILLE). Disponível em: <

<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2009/02/corpo-do-ex-deputado-geovah-amarante-e-enterrado-em-joinville-2398809.html>>, com publicação datada de 09.02.2009, e intitulada “Corpo do ex-deputado Geovah Amarante é enterrado em Joinville”. Acessado em: 29 ago. 2014.

³⁸² CPDOC-FGV. Disponível em: <

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bonow-germano>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

1º a 31 de janeiro de 1995, uma cadeira na câmara federal, na vaga do Dep. Nelson Jobim (PMDB)³⁸³.

- **José Maria Carvalho da Silva** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Antônio Britto. Acabou ocupando o cargo de prefeito de Pelotas (RS), pelo PMDB, nos anos de 1987 e 1988³⁸⁴.

- **Lélio Miguel Antunes de Souza** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Germano Rigotto. Foi vereador de Pelotas (RS), pelo PTB, entre 1965 a 1969, e pelo MDB, entre 1969 a 1971. Como deputado estadual, sempre pelo MDB, ocupou os mandatos 1971-1975, 1975-1979 e 1979-1983. Por fim, enquanto deputado federal, também pelo PMDB, foi eleito para os períodos 1983-1987 e 1987-1991³⁸⁵.

- **Mário Bernd Neto** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Yeda Crusius. Foi eleito em 1998, pelo PMDB, deputado estadual³⁸⁶.

- **Nelson Roberto Plácido da Silva Justus**, indicado pelo governo Lerner, integrou a Junta da Administração, para atuar como Representante do PR. Foi eleito deputado estadual do Paraná para sete mandatos consecutivos a partir da eleição de 1990³⁸⁷, sendo que no primeiro pleito estava filiado ao PRN do então presidente Fernando Collor de Mello, e a partir de 1994 passou para o PTB, permanecendo nesta sigla até 2009, quando então se filiou ao DEM³⁸⁸.

³⁸³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=107027&tipo=0>. Acesso em: 19 mai. 2015.

³⁸⁴ DIÁRIO POPULAR (PELOTAS). Disponível em: <http://srv-net.diariopopular.com.br/15_07_07/mario.html>. Acesso em: 08 jul. 2015.

³⁸⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=103340&tipo=0>. Acesso em: 03 abr. 2015.

³⁸⁶ UNIVERSO ONLINE. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/1998/deputado-estadual/1671950-mario-bernd-neto.jhtm>>. Acesso em: 06 mai. 2015.

³⁸⁷ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/42-nelson-justus>>. Acessado em: 29 fev. 2015.

³⁸⁸ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 24 abr. 2015.

● **Nelson Wedekin** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Paulo Afonso. Foi eleito vereador pelo MDB de Joaçaba, em 1969 (SCHMITT, 2007, p. 110). Foi eleito deputado federal (PMDB) no pleito de 1982 e senador nas eleições de 1986 (PMDB)³⁸⁹.

● **Neuto Fausto de Conto**, indicado pelo governo Paulo Afonso, integrou a Junta da Administração, para atuar como Representante do SC. Acabou fazendo sua carreira política integralmente no MDB e no PMDB, sendo vereador de São Miguel do Oeste (SC) entre 1973 e 1983, deputado estadual catarinense entre 1983 e 1987, deputado federal entre 1991 e 1999 e senador entre 2007 e 2011, já que era suplente do titular Leonel Pavan, eleito em 2006 vice-governador de Santa Catarina³⁹⁰ e que, por este motivo, teve que deixar o Senado para assumir seu novo cargo.

● **Otomar Oleques Vivian** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Yeda Crusius. Prefeito de Caçapava do Sul (RS) entre 1983 – 1988 (PDS), deputado estadual por dois mandatos, 1991-1995 (PPR), e 1999-2002 (PPB). Em 2012, foi eleito prefeito de Caçapava do Sul (PP)³⁹¹.

● **Paulo Cesar Fiates Furiati** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Roberto Requião. Furiati foi prefeito de Lapa (PR) entre 2001 e 2004, pelo PMDB³⁹².

● **Renato de Mello Vianna** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Luiz Henrique. Foi prefeito de Blumenau, pelo MDB, entre 1977 e 1983 e entre 1993 e 1997 (PMDB).

³⁸⁹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série– Eleições Catarinenses 1945-1998.**

Florianópolis TRESC, 2001, p. 81, 82, 92, 112, 164.

³⁹⁰ SENADO FEDERAL. Disponível em:

<<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3644>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

³⁹¹ JORNAL GAZETA DE CAÇAPAVA. Disponível em:

<http://www.gazetadecacapava.com.br/index.html?i=1&n_num=212>. Acesso em 08 mai. 2015.

³⁹² PARANÁ ONLINE (notícias). Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/88623/?noticia=PAULO+FURIATI+VAI+CULPAR+MT+POR+ACIDENTES>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

Foi ainda deputado federal, sempre pelo PMDB, nos períodos 1983-1987, 1987-1991 (Constituinte), 1991-1992 e 1999-2003³⁹³.

- **Ricardo Saboia Khury** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Requião. Falecido no presente momento, Ricardo Saboia Khury era tio do deputado estadual Alexandre Khuri (PMDB) e filho de Anibal Khury³⁹⁴, que foi vereador de União da Vitória (PR), pela UDN, em 1948, e, a partir de 1954, eleito deputado estadual por 13 vezes. O pai de Ricardo Khury foi ainda governador interino em seis oportunidades: uma vez no governo Roberto Requião e as demais no governo Jaime Lerner³⁹⁵.

- **Sérgio Rodrigues Alves**, indicado pelo governo Luiz Henrique, integrou o Conselho de Administração, como Conselheiro Representante de SC. Alves é casado com Maria Regina Loyola Rodrigues Alves, filha de Henrique Loyola³⁹⁶ que, substituindo Casildo Madaner em duas oportunidades, ocupou o cargo de senador em 1996 e no ano 2000³⁹⁷.

- **Vasco Fernande Furlan** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Amin. Eleito vereador em Concórdia, para as legislaturas de 1973-1977 e de 1977-1979, na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Elegeu-se deputado estadual em 1978, (ARENA) e foi reeleito em 1982 (PDS). Para deputado federal, foi eleito em 1990 (PDS). Integrou, pelo PPB, nas eleições de 1998, a condição de primeiro-suplente da candidatura de

³⁹³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=99993&tipo=0>. Acesso em: 19 jul. 2015.

³⁹⁴ JORNAL GAZETA DO POVO (Curitiba). Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ricardo-khury-e-encontrado-morto-dentro-do-apartamento-a5wqjghufblfze7upo510guoe>>.

Acesso em: 23 jan. 2015.

³⁹⁵ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/109-anibal-khury>>.

Acesso em: 16 mai. 2015.

³⁹⁶ REDE BRASIL SUL (RBS). Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/estelabenetti/2012/05/14/empresaria-mae-e-voluntaria/?topo=67,2,18,,67,>>>. Acesso em: 09 mai. 2014.

³⁹⁷ SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/193>>.

Acesso em: 09 mai. 2014.

Jorge Bornhausen (PFL) ao Senado por Santa Catarina e em fevereiro de 2002 exerceu o mandato de senador no lugar do titular que se licenciou por 120 dias³⁹⁸.

- **Vercidino Albarello** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Germano Rigotto. Foi prefeito de Palmitinho (RS) no ano de 1974, pela ARENA³⁹⁹. Deputado estadual eleito em 1978 (ARENA) e em 1982 (PDS)⁴⁰⁰.

- **Vicente Zenon Farias** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Amin. Foi eleito vereador de Santo Amaro da Imperatriz (SC), pelo PDS, nas eleições de 1982 e 1988⁴⁰¹.

- **Victor José Faccioni** integrou a diretoria do BRDE, sendo indicado para a instituição no governo Jaime Lerner. Para o período 1963-1967, Faccioni foi eleito vereador de Caxias do Sul (RS), pelo PDC. Duas vezes eleito deputado Estadual, pela ARENA, para o período 1967-1971 e 1971-1975, e, como deputado federal, foi eleito pela ARENA e pelo PDS para quatro mandatos consecutivos, entre 1979 e 1995⁴⁰².

Todos estes 30 integrantes do comando do BRDE pontuados acima foram portanto eleitos ou nomeados (caso da época da ditadura militar) para variados cargos públicos do executivo e do legislativo

³⁹⁸ CPDOC-FGV. Disponível em: <
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vasco-fernandes-furlan>>. Acesso em: 11 jul. 2014.

³⁹⁹ JORNAL ZERO HORA (PORTO ALEGRE). Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/os-fichados-do-dops-medico-se-diz-vitima-de-inimigo-na-trincheira-4156537.html>>, com publicação datada de 01.06.2013, e intitulada “Os fichados do Dops: médico se diz vítima de inimigo na trincheira”. Acesso em: 13 mai. 2015.

⁴⁰⁰ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acesso em: 13 mar. 2015.

⁴⁰¹ SITE FAMÍLIA KNABBEN. Disponível em: <
<http://www.knabben.com.br/Request/descendente/1248>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

⁴⁰² CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=106092&tipo=0>. Acesso em: 19 mar. 2015.

(vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador), ou possuíam alguma relação familiar com detentores destes respectivos cargos. Como o número de integrantes do espaço decisório do BRDE somava 87, percebe-se, por conseguinte, um total de 34,4% dos membros que possuíam tais trajetórias.

Quanto às formações acadêmicas, profissões e ocupações dos respectivos 87 integrantes dos postos de comando do BRDE (vide quadro abaixo), constata-se, entre outros detalhes, que:

- 72 possuíam formação superior completa. Tais acadêmicos estavam dispostos em 14 diferentes cursos, sendo que os curso mais contemplados foram os de Direito (30 integrantes), Economia (28 integrantes), Administração (11 integrantes), Jornalismo/Comunicação/Publicidade (7 integrantes) e Agronomia (5 integrantes). Verificou-se ainda a presença de 10 Pós-Graduados, 6 Mestres, 4 Doutores e 1 Pós-Doutor;

- 5 bancários, sendo que, destes, 2 eram servidores públicos concursados pertencentes aos quadros do próprio BRDE;

- 13 servidores públicos estaduais;

- 1 servidor público municipal;

- 5 servidores públicos federais;

- e 24 indivíduos caracterizados como empresários ou com forte relação com o empresariado pelo fato de participar de suas entidades e/ou defender institucionalmente os seus interesses.

Quadro 42: BRDE (1995-2010) - Profissões/ocupações/formações dos integrantes do comando da instituição

Relações empresariais	Grad. em Direito (continuação)	Engen. Civil	Profs. Universitários	Serv. Públ. Estaduais (continuação)
Adolfo A. Fetter Júnior	Francisco Fontana	Eduardo Sciarra	Antônio Banzatto	Gerson Berti
Afonso da Silva	Francisco Turra	José da Silva	Carlos Horn	Gisela Schuler
Carlos Odebrecht	Gerson Berti	Lineu de Araújo	Clarisse Castilhos	José Lunardelli
Casildo Maldaner	Gláucio Geara	Marcos Domakoski	José Moraes Neto	José V. Moraes
Celso Bernardi	João Grandó		Marcos Domakoski	Marco Dutra
Cláudio Slaviero	José Lunardelli	Engen. Agrônomo	Neri dos Santos	Paulo Rodrigues

continua

continuação

Dejandir Dalpasquale	Lélio de Souza	Adolfo A. Fetter Júnior		Ricardo Englert
Eduardo Sciarra	Marco Dutra	Antônio Araújo	Médicos	Túlio Zamin
Ewaldo Vita	Max Bornholdt	Celso Saboia	Germano Bonow	
Francisco Fontana	Nelson Justus	Luiz Ferrari	Mário B. Neto	Serv. Públ. Federais
Francisco Turra	Nelson Wedekin	Paulo Furiati		Celso Saboia
Fric Kerin	Norton Silva		Odontólogo	Darci Ferreira
Gilberto Mosmann	Oscar Falk	Engen. Mecânico	José Lunardelli	Domingos Ramalho
Gláucio Geara	Paulo Tatim	Arno Garbe		João A. Valente Júnior
Jamiro Wiest	Renato Vianna	Neri dos Santos	Contadores	Miguel Salomão
Marcos Domakoski	Ricardo Khury		Neuto de Conto	
Nelson Justus	Sérgio Alves	Advogados	Victor Faccioni	Bancários
Nelson Wedekin	Vasco Furlan	Adão Faraco		Celso Saboia
Neuto de Conto	Vercidino Albarello	Affonso da Silva	Sociólogos	Ewaldo Vita
Paulo Tatim	Victor Faccioni	Aldo de Almeida Júnior	Airton Pissetti	Miguel Salomão
Rodrigo Loures		Amadeu Geara	Miguel Salomão	
Sérgio Alves	Economistas	Antônio Reis		Pós-Graduados
Vicente Donini	André Zacharow	Carlos de Souza Filho	Museólogo	André Zacharow
Victor Faccioni	Antônio Banzatto	Francisco Fontana	Antônio Reis	Cesar Ferreira
	Antônio Reis	Gláucio Geara		Marco Dutra
Téc. Proc. de Dados	Antônio Vieira	João Grandó	Formado em Ed. Física	Nelson Justus
Sérgio Alves	Arno H. Augustin Filho	Lélio de Souza	Otomar Vivian	Oscar Falk
	Carlos Azambuja	Max Bornholdt		Paulo Tatim
Téc. Agrícola	Carlos Horn	Norton Silva	Jornalist/comunic/publicid.	Rolf Hackbart
Lélio de Souza	Cesar Ferreira	Paulo Tatim	Airton Pissetti	Sérgio Alves
	Cezar Busatto	Renato Vianna	Cezar Exemberger	Vicente Donini
Téc. em Contab.	Clarisse Castilhos	Ricardo Khury	Francisco Turra	Wilson Portes
Antônio Vieira	Dario Buzzi	Victor Faccioni	João Grandó	
José Lunardelli	Fric Kerin		Nelson Wedekin	Mestres
Vicente Donini	Gisela Schuler	Adm. de	Victor Faccioni	Antônio

conclusão

		Empresas		Banzzatto
	João de Oliveira	Adolfo A. Fetter Júnior	Wilson Portes	Celestino Secco
Téc. Administrat.	José Moraes Neto	Alexandre Fernandes		Cezar Busatto
Celso Saboia	José V. Moraes	Antônio Araújo	Servid. do BRDE	José Moraes Neto
	Luiz Ferrari	Domingos Ramalho	Dario Buzzi	Marcos Domakoski
Grad. em Direito	Miguel Salomão	Eloi Zanella	Vicente Farias	Vasco Furlan
Adão Faraco	Norton Silva	Geovah Amarante	
Affonso da Silva	Odisnei Bega	Gerson Berti	Serv. Públ. Municipal	Doutores
Aldo de Almeida Júnior	Oscar Falk	Gilberto Mosmann	Antônio Araújo	Adolfo A. Fetter Júnior
Alexandre Fernandes	Paulo Tatim	Marco Dutra		Carlos de Souza Filho
Amadeu Geara	Ricardo Englert	Rodrigo Loures	Serv. Públ. Estaduais	Carlos Horn
André Zacharow	Rolf Hackbart	Sérgio Alves	Antônio Banzzatto	Clarisse Castilhos
Antônio Reis	Silverino da Silva		Antônio Vieira	
Carlos de Souza Filho	Túlio Zamin	Formado em Admin. Pública	Cesar Ferreira	Pós-doutor
Casildo Maldaner	Vicente Farias	Marco Dutra	Cezar Busatto	Neri dos Santos
Celso Bernardi	Wilson Portes		Clarisse Castilhos	

Fonte: Elaborado pelo autor (2016) a partir de dados referentes às fontes das Notas de rodapé do Capítulo 6.

Obs.: o motivo de se classificar alguns integrantes enquanto “graduados em Direito” e outros enquanto “advogados” se deve ao fato de que nem todos os que tiveram tal formação acadêmica acabaram seguindo a carreira advocatícia.

Em seguida, trataremos ainda detalhadamente do formato referente à presença e participação de representantes do empresariado no BRDE ao longo do período delimitado pelo estudo. Dar-se-á um enfoque geral acerca da presença de tais empresários, embora, ao mesmo tempo, serão abordados os aspectos específicos que caracterizam cada um destes integrantes, em especial quanto aos seus ramos de atuação empresarial e em relação às suas vinculações políticas e às respectivas contextualizações estaduais e nacionais às quais os mesmos se encontravam envolvidos.

6.2 A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DO EMPRESARIADO NOS CARGOS DE COMANDO DO BRDE

Como forma de traçar um paralelo entre as agências de fomento dos três estados do sul e o BRDE, única instituição do sul do Brasil que permaneceu como banco de desenvolvimento após a criação do BADESC, do BADESUL e da Fomento Paraná, a partir deste momento delimitaremos o período 1995-2000 para empreendermos nosso exame. Ainda que tal delimitação coincida com o equivalente a quatro gestões governamentais, não realizaremos no presente momento uma exploração analítica que pontualmente situe seu foco em mandatos governamentais de administrações pública específicas, haja vista que o BRDE é uma instituição financeira gerida simultaneamente pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

De qualquer forma, ao identificar de cada um dos integrantes que fizeram parte do comando do BRDE (membros da Diretoria, da Junta da Administração e do Conselho de Administração) os quais figuraram como empresários ou como indivíduos que possuíam fortes conexões com os interesses do empresariado, relevante também é deixar registrado quais foram os governos e os respectivos estados dos quais advieram cada um destes integrantes. Neste sentido, dentro de um universo de 87 componentes que preenchiam esta alta hierarquia referente às funções de gestão do BRDE no período delimitado (1995-2010), haviam 24 destes integrantes (27,5% do total) que constavam como indivíduos advindos da esfera empresarial.

Segue abaixo a nominata dos referidos membros empresários ou vinculados ao empresariado, os cargos que ocuparam no comando do BRDE e as administrações governamentais das quais advieram:

Quadro 43: BRDE (1995-2010) - membros empresários ou vinculados ao empresariado, os cargos que ocuparam na diretoria, no CA e na JUNAD e os governos que representaram

Integrantes relacionados ao empresariado	Orgão e cargo (*)	Governos que representaram
Adolfo A. Fetter Júnior	Rep. Efetivo do RS na JUNAD	RS: Britto (1995-1998)
Affonso da Silva	Dir. de Planej.	RS: Britto (1995-1998)
Carlos Odebrecht	Rep. de SC na JUNAD	SC: 1º Luiz Henrique (2003-2006)

continua

conclusão

Casildo Maldaner	Dir. de Acomp. e Rec. de Créd., Dir. Financ., Dir. de Oper., Dir. Adm., Dir. V.Presid. e Dir. Presid.	SC: Luiz Henrique (2003-2010)
Celso Bernardi	Dir. de Oper.	RS: Yeda (2007-2010)
Cláudio Slaviero	Rep. Suplente do PR na JUNAD	PR: 1º Requião (2003-2006)
Dejandir Dalpasquale	Dir. V.Presid.	SC: Paulo Afonso (1995-1998)
Eduardo Sciarra	Rep. do PR na JUNAD	PR: 1º Lerner (1995-1998)
Ewaldo Vita	Rep. Efetivo do PR na JUNAD	PR: Lerner (1995-2002)
Francisco Fontana	Dir. de Planej., Dir. Financ., Dir. de Oper., Dir. V.Presid. e Dir. Presid.	PR: Lerner (1995-2002)
Francisco Turra	Dir. de Oper., Dir. V.Presid. e Conselheiro Rep. do RS no CA	RS: Yeda (2007-2010)
Fric Kerin	Dir. de Planej.	PR: Lerner (1995-2002)
Gilberto Mosmann	Dir. Financ., Dir. V.Presid. e Rep. Efetivo do RS na JUNAD	RS: Britto (1995-1998)
Gláucio Geara	Rep. Efetivo do PR na JUNAD	PR: Lerner (1995-2002)
Jamiro Wiest	Conselheiro Rep. de SC no CA	SC: 1º Luiz Henrique (2003-2006)
Marcos Domakoski	Conselheiro Rep. do PR no CA	PR: 1º Requião (2003-2006)
Nelson Justus	Rep. Efetivo do PR na JUNAD	PR: Lerner (1995-2002)
Nelson Wedekin	Dir. Presid. e Dir. Rep. de Estado	SC: Paulo Afonso (1995-1998)
Neuto de Conto	Rep. de SC na JUNAD	SC: Paulo Afonso (1995-1998)
Paulo Tatim	Dir. Rep. de Estado e Dir. V.Presid.	SC: Paulo Afonso (1995-1998)
Rodrigo Loures	Conselheiro Rep. do PR no CA	PR: 1º Requião (2003-2006)
Sérgio Alves	Conselheiro Rep. de SC no CA	SC: 2º Luiz Henrique (2007-2010)
Vicente Donini	Rep. de SC na JUNAD	SC: Luiz Henrique (2003-2010)
Victor Faccioni	Dir. Rep. de Estado e Dir. de Oper.	PR: Lerner (1995-2002)

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015) e dados referentes às fontes das Notas de rodapé do Capítulo 6 (para condição de empresário). Elaborado pelo autor (2016).

(*) CA = Conselho de Administração; JUNAD = Junta da Administração.

Como acima se constata, dentre os 24 integrantes empresários ou vinculados ao empresariado, 10 deles advinham do Paraná, 9 de Santa Catarina e 5 do Rio Grande do Sul. Relacionando tais integrantes às respectivas administrações governamentais de cada um dos três estados, e em ordem decrescente, vê-se que o governo Lerner (PDT/PFL) foi representado por 7 destes integrantes, Luiz Henrique (PMDB) por 5, Paulo Afonso (PMDB) por 4, Antônio Britto (PMDB) por 3, Roberto Requião (PMDB) por 3 e Yeda Crusius (PSDB) por 2. Os governos Esperidião Amin (1999-2002) do PPB, Olívio Dutra (1999-2002) do PT, e Germano Rigotto (2003-2006) do PMDB não foram representados no comando do BRDE por indivíduos empresários ou vinculados ao empresariado.

Quanto aos ramos/setores de atuação empresarial de cada um dos 24 integrantes acima mencionados, segue abaixo a caracterização específica de cada um destes membros (Quadro 44):

Quadro 44: BRDE - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes do comando da instituição (1995-2010)

Empresários	Automot./Automobilis./ Autopeças	Finanças	Constr. Civil/Cimento	Agropec./Re- florest./Papel e Celulose	Consultoria	Têxtil/Vestu- ário	Equipam.elé- tricos/Tecnol	Alimentício
Adolfo A. Fetter Júnior				X				
Carlos Odebrecht						X		
Casildo Maldaner				X				
Cláudio Slaviero	X		X	X				
Dejandir Dalpasquale				X				
Eduardo Sciarra			X					
Ewaldo Vita		X			X			
Francisco Fontana				X				
Francisco Turra				X	X			
Fric Kerin					X			
Gilberto Mosmann			X					
Gláucio Geara	X							
Jamiro Wiest	X							
Marcos Domakoski		X		X				
Nelson Wedekin		X						

continua

								conclusão
Neuto de Conto	X							
Paulo Tatim					X			
Rodrigo Loures								X
Sérgio Alves		X				X	X	
Vicente Donini						X	X	
Affonso da Silva	Presidiu o CDL de Pelotas na gestão do ano de 1978 e nos anos de 1984 e 1985 ⁴⁰³ .							
Celso Bernardi	Secretário-Executivo da Associação Comercial e Industrial de Santo Ângelo de 1981 a 1988 ⁴⁰⁴ .							
Nelson Justus	Atuou tecnicamente na Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, implementando os procedimentos necessários para que milionárias e poderosas empresas como a Volkswagen/Audi, Tetrapak, Pado, Sadia-Frigobrás, Tafisa, Dixie Toga, Elevadores Atlas e centenas de outras pudessem se instalar no Paraná ⁴⁰⁵ .							
Victor Faccioni	Presidente da Câmara de Comércio Ítalo-brasileira do RS, SC e PR (1975-1976), Membro do Conselho de Câmaras de Comércio Exterior do RS e Membro do Conselho da Câmara de Comércio Brasil-Uruguai ⁴⁰⁶ .							

Fonte: Diversas, indicadas nas notas do capítulo. Elaboração própria.

Obs.: Quanto aos quatro últimos integrantes mencionados no quadro, não se conseguiu identificar as instituições específicas às quais tais membros mantinham relações empresariais. Todavia, suas conexões com as citadas entidades de representação e de organização empresarial permite reconhecer estes integrantes vinculados ao empresariado e, assim, incluir os mesmos no conjunto acima exposto.

⁴⁰³ CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE PELOTAS. Disponível em: <<http://www.cdlpelotas.com.br/ex-presidentes>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁴⁰⁴ CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bernardi-celso>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁴⁰⁵ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/42-nelson-justus>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

⁴⁰⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=106092&tipo=0>. Acesso em: 13 abr. 2015.

Entre as atividades de atuação empresarial dos mencionados membros acima listados, destaca-se o ramo agropecuário/reflorestamento/papel e celulose, com sete integrantes, os quais eram Cláudio Gomes Slaviero (PR), Francisco Fernando Fontana (PR), Marcos Domakoski (PR), Francisco Sérgio Turra (RS), Adolfo Fetter Júnior (RS), Dejandir Dalpasquale (SC) e Casildo João Maldaner (SC). Com quatro integrantes consta o ramo automotivo/automobilístico/autopeças, com Gláucio José Geara (PR), Cláudio Gomes Slaviero (PR), Neuto Fausto de Conto (SC) e Jamiro Wiest (SC). Também com quatro integrantes aparece o ramo das finanças, figurando Ewaldo Vita (PR), Marcos Domakoski (PR), Nelson Wedekin (SC) e Sérgio Rodrigues Alves (SC). Empreendendo consultorias empresariais constam Ewaldo Vita (PR), Fric Kerin (PR), Francisco Sérgio Turra (RS) e Paulo Ernani da Cunha Tatim (SC).

Os três integrantes do setor de construção civil/cimento são Cláudio Gomes Slaviero (PR), Eduardo Francisco Sciarra (PR) e Gilberto Mosmann (RS). Também com três integrantes, o setor têxtil aparece com Vicente Donini (SC), Sérgio Rodrigues Alves (SC) e Carlos Odebrecht (SC). Empresários do ramo de equipamentos elétricos/tecnológico são Vicente Donini (SC) e Sérgio Rodrigues Alves (SC). Por fim, no setor industrial alimentício consta Rodrigo Santos da Rocha Loures (PR).

Especificando mais detalhadamente as realizações empresariais de cada um dos mencionados membros, verifica-se que, no ramo agropecuário/reflorestamento/papel e celulose, Francisco Fernando Fontana produz eucaliptos para a geração de energia em uma multinacional holandesa do setor de laticínios⁴⁰⁷; Marcos Domakoski foi Diretor Administrativo Financeiro da Cia. Melhoramentos de São Paulo - Indústria de Papel, Diretor Financeiro da Santa Maria Cia. de Papel e Celulose e Sócio da MDD Papéis⁴⁰⁸; Francisco Sérgio Turra, agropecuarista gaúcho, chegou a ser ministro da Agricultura de Fernando Henrique Cardoso em 1998 e 1999. Mais tarde, em 2006 foi

⁴⁰⁷ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CANCHIM.

Disponível em:

<<http://www.abccan.com.br/canchim/index.php/noticias/materias-especiais/88-maior-producao-com-sustentabilidade.html>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

⁴⁰⁸ COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. Disponível em:

<[http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2fri%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2FAB7934609A66EC0A03257DB700409E03](http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Fri%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2FAB7934609A66EC0A03257DB700409E03)>.

Acesso em: 13 mai. 2014.

eleito membro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), coordenado pelo Instituto Roberto Simonsen e, em 2008, tornou-se presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF)⁴⁰⁹; Adolfo Fetter Júnior investiu em atividades empresariais agropecuárias na propriedade de sua família⁴¹⁰; Cláudio Gomes Slaviero, dentre diversos outros ramos da atividade econômica que o mesmo empreendeu, atuou também em atividades agropecuárias (OLIVEIRA 2007, p.158); e Dejandir Dalpasquale, proprietário rural na região do Alto Vale do Itajaí, e que chegou a ser ministro da agricultura em 1993 no governo Itamar Franco⁴¹¹, consta ser, juntamente com Casildo João Maldaner, um grande produtor rural em Tocantins. Evidenciando tais empreendimentos, os dois inclusive foram denunciados em 2001 por irregularidades em relação a tais propriedades, como consta em reportagem relacionada a este assunto:

Em 2001, foram divulgados fatos relacionados à implementação de um projeto pelo governo de Tocantins que consistia na “desapropriação de 105 mil hectares de terras improdutivas que foram repassados a empresários com experiência rural” no município de Campos Lindos (TO). Posteriormente, foi revelado na imprensa que parte destes “empresários com experiência rural” eram, na realidade, pessoas íntimas de Siqueira Campos, governador tocantinense. A revista *Época*, em março de 2001, relatou que Siqueira Campos havia contemplado, entre outras pessoas, os catarinenses Casildo Maldaner e Dejandir Dalpasquale com lotes naquele município. A revista ainda informou que Casildo recebera 1.550 hectares e Dejandir Dalpasquale, junto com

⁴⁰⁹ CPDOC-FGV. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-sergio-turra>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

⁴¹⁰ JORNAL DO COMÉRCIO (PORTO ALEGRE). Disponível em:

<<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=81108>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

⁴¹¹ CPDOC-FGV. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dalpasquale-dejandir>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

seu filho Luiz Otávio, teriam recebido 3.400 hectares. Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Tocantins (Fetaet), a medida prejudicou cerca de cem famílias de posseiros e vinte pequenos fazendeiros. A finalidade seria desenvolver um pólo de produção de grãos, especialmente soja.

No mesmo ano, Casildo foi acusado pelo Ministério Público Federal no Tocantins de crime ambiental. Proprietários de terras no município de Campos Lindos teriam de responder pelo desmatamento irregular de 85 mil hectares de cerrado. O Ministério investigou supostas irregularidades cometidas pela diretoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis no estado (Ibama). Casildo estava entre os cadastrados para ocupar o loteamento da fazenda Santa Catarina, em Campos Lindos. De acordo com denúncia encaminhada pelo Ministério Público à Justiça Federal, o Ibama de Tocantins teria concedido laudos falsos e autorizações de desmatamento sem vistoria. O Ministério Público analisou documentos apreendidos nos escritórios do Ibama em Palmas e Araguaína, e encontrou autorizações de desmatamento assinadas em branco para que fossem “negociadas” com proprietários rurais. O desmatamento foi denunciado por ONGs ambientalistas e atestado em vistoria realizada no Ibama em setembro de 2000⁴¹².

No ramo automotivo/automobilístico/autopeças, Gláucio José Geara consta como superintendente⁴¹³ e diretor-presidente da Dipave

⁴¹² CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maldaner-casildo>. Acesso em: 22 ago. 2014.

⁴¹³ FINDTHECOMPANY (página que armazena dados empresariais gerais).

Disponível em:

<http://publicacoes.findthecompany.com.br/l/150613896/Dipave-Veiculos-S-A-em-Curitiba-PR>. Acesso em: 04 fev. 2015.

Veículos⁴¹⁴ S.A, uma empresa privada curitibana de revenda de automóveis, fundada em 1968, e que possui sete estabelecimentos. Neuto Fausto de Conto é registrado como sendo Diretor, Contador e Sócio-Fundador da Distribuidora de Veículos Granzotto Ltda., de São Miguel d'Oeste (SC), entre 1961 e 1994; Diretor e Sócio Fundador da Auto Divegal Ltda., de São Miguel d'Oeste (SC), entre 1965 e 1987; Diretor e Sócio Fundador da Transportadora Oeste Ltda., de São Miguel d'Oeste, entre 1967 e 1987; e Diretor e Sócio Fundador da Distribuidora de Veículos Santa Fé Ltda., de Capanema (PR), entre 1967 e 1987⁴¹⁵. Jamiro Wiest é diretor-presidente da Wiest S/A, uma grande empresa de autopeças com sede em Joinville⁴¹⁶. E, por fim, volta a aparecer Cláudio Gomes Slaviero, proprietário da Cia de Automóveis Slaviero, de Curitiba, empresa esta fundada em 1945 e da qual foi um dos herdeiros⁴¹⁷.

Pormenorizando o ramo das finanças, Marcos Domakoski foi Vice-Presidente da Rio Branco Cia. de Seguros (1982-1983)⁴¹⁸. Ewaldo Vita, em 1945, aos 22 anos, escolheu a capital paranaense para fundar o Banco Mercantil de São Paulo, chegando a ser gerente do Banco Comercial do Paraná e presidente do Banco Meridional⁴¹⁹. Nelson Wedekin mantém ligações desde 1971 com a Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil (APLUB), empresa que atua na área de previdência privada, tornando-se mais tarde, em 2003,

⁴¹⁴ JORNAL BEM PARANÁ. Disponível em: <http://www.bemparana.com.br/noticia/90083/na-eleicao-do-atletico-situacao-fala-em-investir-no-futebol>. Acesso em: 04 fev. 2015.

⁴¹⁵ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA. Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/secretarios/neuto-fausto-de-conto>. Acesso em: 07 fev. 2015.

⁴¹⁶ JORNAL A NOTÍCIA (JOINVILLE). Disponível em: <http://www1.an.com.br/1999/jun/13/0loe.htm>. Acesso em: 04 fev. 2015.

⁴¹⁷ PARANÁ ONLINE (notícias). Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/canal/automoveis/news/412189/?noticia=HISTORIA+DA+COMPANHIA+DE+AUTOMOVEIS+SLAVIERO>. Acesso em: 07 fev. 2015.

⁴¹⁸ FINDTHECOMPANY (página que armazena dados empresariais gerais). Disponível em: <http://executives.findthecompany.com/l/309633/Mr-Marcos-Domakoski>. Acesso em: 27 abr. 2015.

⁴¹⁹ JORNAL GAZETA DO POVO (Curitiba). Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/servicos/falecimentos/falecimentos-bd456j42s8l3uvube71rilsum>. Acesso em: 11 fev. 2015.

presidente da mencionada empresa⁴²⁰. E, por sua vez, Sérgio Rodrigues Alves dirigiu a Manchester S.A. Corretora de Câmbio e Títulos⁴²¹. Tal empresa foi fundada por seu sogro⁴²², o empresário e ex-senador catarinense Henrique Loyola, que em 1968 criou a referida corretora, credenciada e diretamente ligada à bolsa de valores, sendo a única organização do gênero sediada no interior do Brasil⁴²³.

No ramo dos empresários consultores, Ewaldo Vita, que já possuía atuação destacada no sistema financeiro, consta como proprietário da “E.V.-Assessoria Empresarial e Representação Comercial”, empresa aberta em 25/10/1993⁴²⁴; Fric Kerin figura como proprietário da “Transystem - Estudos, Projetos e Sistemas”⁴²⁵, empresa aberta em 18/10/1990⁴²⁶ e que atua no planejamento de transporte e mobilidade urbana; Francisco Turra, após ser Ministro da Agricultura de Fernando Henrique Cardoso em 1998 e 1999, passou a atuar como consultor de empresas privadas, tornou-se diretor de relações institucionais da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) e foi fundador da “Turra e Associados Consultoria

⁴²⁰ REVISTA COBERTURA. Disponível em:

<http://www.revistacobertura.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=43790&friurl=-NELSON-WEDEKIN---CIDADAO-DE-PORTO-ALEGRE->.

Acesso em: 18 mai. 2015.

⁴²¹ CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA (CELESC). Disponível em:

<http://portal.celesc.com.br/portal/home/index.php?option=com_content&task=view&id=212&Itemid=1>. Acesso em: 19 dez. 2014.

⁴²² REDE BRASIL SUL (RBS). Disponível em:

<<http://wp.clicrbs.com.br/estelabenetti/2012/05/14/empresaria-mae-e-voluntaria/?topo=67,2,18,,,67>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

⁴²³ NOTÍCIAS DO DIA (jornal de Florianópolis). Disponível em:

<<http://www.ndonline.com.br/joinville/noticias/29957-livro-conta-a-trajetoria-de-sucesso-do-empresario-e-ex-senador-henrique-loyola.html>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

⁴²⁴ EMPRESAS CNPJ.COM (site de pesquisas acerca de dados gerais de empresas). Disponível em: <<http://www.empresascnpj.com/s/empresa/e-v-assessoria-empresarial-e-representacao-comercial/73561797000170>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

⁴²⁵ LINKEDIN (rede social de negócios). Disponível em:

<<https://br.linkedin.com/in/fric-kerin-60583526>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

⁴²⁶ EMPRESAS DO BRASIL (site de relações entre empresas e prováveis clientes). Disponível em: <<http://empresasdobrasil.com/empresa/transystem-estudos-projetos-e-sistemas-ltda-me-87800159>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

Estratégica”⁴²⁷; por fim, Paulo Ernani da Cunha Tatim, logo após atuar no governo do estado de Santa Catarina como Membro do Conselho Deliberativo do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC (1988 a 1991), voltou-se para atividades empresariais como sócio-gerente da “Pecta Consultoria Tributária”⁴²⁸.

No que diz respeito ao setor de construção civil/cimento, Gilberto Mosmann consta como Sócio-Gerente da “Construtec Indústria da Construção”, de São Leopoldo (RS), e fundador da “GLH Empreendimentos e Representações”, de Novo Hamburgo (RS)⁴²⁹. Eduardo Francisco Sciarra figura como integrante da “Formato Construções” e, após sua participação no BRDE, consta como sócio-cotista da “CRE Participações e Empreendimentos”⁴³⁰. Por fim, volta a se apresentar Cláudio Gomes Slaviero, confirmando aqui a força de sua expressão empresarial no Paraná e na própria região sul do Brasil. Quando da abordagem referente ao setor automotivo/automobilístico/autopeças, já se verificava Cláudio Gomes Slaviero como atuante em tal área, fruto de seus laços de descendência com integrantes que, naquele caso, diziam respeito à família Slaviero. No caso referente ao setor de construção civil/cimento, seu outro braço familiar, relacionado aos Gomes, por meio de sua participação na Cimentos Itambé, é que fala mais alto. Neste sentido é que Oliveira (2007, p. 158-159) assim descreve as redes de conexões empresariais e familiares relacionadas a Cláudio Gomes Slaviero a partir da família Gomes:

Cláudio Gomes Slaviero, natural de Irati e empresário nos ramos agropecuário, de distribuição de automotivos, de reflorestamento e de cimento. A família Gomes é uma das principais

⁴²⁷ CPDOC-FGV. Disponível em:

<www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-sergio-turra>. Acesso em: 11 mar. 2015.

⁴²⁸ TATIM ADVOGADOS. Disponível em:

<<http://tatimadvogados.com.br/attorneys/paulo-ernani-da-cunha-tatim/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

⁴²⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=107027&tipo=0>. Acesso em: 14 abr. 2015.

⁴³⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=109270&tipo=0>. Acesso em: 03 ago. 2015.

acionistas da Cimentos Itambé, cujo controle acionário está nas mãos de famílias paranaenses (62% divididos entre os Slaviero, os Gomes e os Araújo). O Coronel Emílio Batista Gomes foi o primeiro prefeito de Irati, em 1907. Um dos netos dele foi o ex-Governador do Paraná, Emílio Hoffmann Gomes, eleito pela Assembléia Legislativa em 1973 e Governador até 1975. Cláudio Slaviero é proprietário da Cimentos Itambé Slaviero, junto com Virgílio Moreira Filho, atual Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul do Paraná.

Rapidamente recordemos aqui que, enquanto Cláudio Gomes Slaviero atuava no BRDE, Virgílio Moreira Filho, seu mencionado parceiro empresarial na Cimentos Itambé, atuava na Fomento Paraná (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015).

Discorrendo acerca dos integrantes do BRDE relacionados ao setor têxtil, encontramos Carlos Odebrechet, que consta como acionista e membro do Conselho de Administração da “Karsten S.A.”⁴³¹, uma das maiores empresas brasileiras do setor têxtil e do vestuário. Bisneto de Johann Karsten, fundador desta empresa, Odebrechet chegou à presidência da mesma em 2003⁴³². Por sua vez, Vicente Donini, Diretor Presidente da “Marisol S.A.”, de Jaraguá do Sul (SC), ocupou também o cargo de Presidente do Conselho de Administração desta empresa no período de 26.03.98 a 03.05.04. Donini exerce suas atividades empresariais na Marisol desde agosto de 1991⁴³³. Finalizando este setor empresarial, Sérgio Rodrigues Alves foi Presidente da “Fiação São Bento S/A” (2003-2006) e, como bacharel em Direito, foi assessor jurídico da “Cia. Fabril Lepper” (1987) e assistente jurídico da “Fiação São Bento S/A” (1985)⁴³⁴.

⁴³¹ KARSTEN S.A. **Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Karsten S.A. Realizada no dia 08.04.2004**. Blumenau, 08 de abril de 2004.

⁴³² REVISTA EXAME. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/785/noticias/o-segredo-da-vida-longa-m0052298>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

⁴³³ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <http://www.fiec.org.br/documentacao/prem/comeind/pers_merito/vicente_donini.asp>. Acesso em: 21 mar. 2015.

⁴³⁴ SEAMLESS MARKETING INTEGRATION. Disponível em: <www.b2i.cc/Document/1449/Sergio_Rodrigues_Alves.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Os mesmos Vicente Donini e Sérgio Rodrigues Alves são também empresários do ramo de equipamentos elétricos/tecnológico. Donini, durante 29 anos, desempenhou atividades empresariais no “Grupo WEG”, de Jaraguá do Sul, SC, do qual foi co-fundador, sócio e acionista, sendo que os últimos cargos ocupados foram o de: Diretor Superintendente da “WEG Motores S.A.”, de 1981 a 1984; Diretor Superintendente da “WEG Acionamentos”, de 1984 a 1991 e, ainda, na “WEG S.A.”, foi membro do Conselho de Administração, de 1984 a 1989, e presidiu o Conselho Consultivo no período de 1989 a 1994⁴³⁵. Sérgio Rodrigues Alves foi Diretor-Presidente da “Manchester S.A. Processamento de Dados” e também atuou como Diretor e Gerente Controlador da mesma empresa⁴³⁶.

Por fim, no setor industrial alimentício, Rodrigo Santos da Rocha Loures consta como sendo proprietário da “Nutrimental”, empresa instalada em São José dos Pinhais, PR,⁴³⁷ e tendo sido um dos responsáveis pelo projeto de criação da linha de barras de cereais *Nutry*, de grande sucesso comercial⁴³⁸.

Quanto à composição em espaços de atuação de entidades sindicais, instituições representativas de classe e órgãos associativos voltados à defesa dos interesses empresariais, verificam-se os seguintes integrantes:

- Gláucio José Geara, que já foi vice-presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave)⁴³⁹ e

⁴³⁵ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <http://www.fiec.org.br/documentacao/prem/comeind/pers_merito/vicente_donini.asp>. Acesso em: 21 mar. 2015.

⁴³⁶ SEAMLESS MARKETING INTEGRATION. Disponível em: <www.b2i.cc/Document/1449/Sergio_Rodrigues_Alves.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

⁴³⁷ PARANÁ ONLINE (notícias). Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/255768/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

⁴³⁸ CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/loures-rocha>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

⁴³⁹ JORNAL BEM PARANÁ. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/90083/na-eleicao-do-atletico-situacao-fala-em-investir-no-futebol>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

Diretor-Geral Regional da Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Automotores (Abrave) – 03/08/1982 a 20/08/1986⁴⁴⁰;

- Ewaldo Vita, que consta como vice-presidente da Associação Comercial do Paraná no ano de 1977⁴⁴¹ e presidente da mesma entidade, além de também ter presidido a Junta Comercial⁴⁴²;

- Cláudio Gomes Slaviero, que consta como Presidente da Associação Comercial do Paraná na gestão 2004/2006 e Diretor Geral Regional da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve-Pr) – gestão 90/92 e 92/94⁴⁴³;

- Francisco Fernando Fontana, que foi presidente do Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE/PR – (LOSSO, 2008, p.4);

- Marcos Domakoski, que foi Presidente da Associação Comercial do Paraná e Vice-Presidente do Movimento Pró-Paraná⁴⁴⁴;

- Rodrigo Santos da Rocha Loures, que foi membro do Conselho de Tecnologia e Política Industrial, e do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria, ambos órgãos vinculados à Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e, a partir de 2003, presidente da FIEP⁴⁴⁵, sendo reeleito em 2007 para um mandato de mais quatro anos⁴⁴⁶.

⁴⁴⁰ FEDERAÇÃO NACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. Disponível em: <<http://www.fenabreve-pr.com.br/ex-presidente-detalle/10/glaucio-jose-geara/>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

⁴⁴¹ REVISTAS DE ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS. Disponível em: <docvirt.com/docreader.net/WebIndex/WIPagina/ACRJRevistas/27782>. Acesso em: 08 abr. 2015.

⁴⁴² JORNAL GAZETA DO POVO (Curitiba). Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/servicos/falecimentos/falecimentos-bd456j42s8l3uvube71rilsum>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

⁴⁴³ PÁGINA PESSOAL DE CLÁUDIO SLAVIERO. Disponível em: <http://www.claudioslaviero.com.br/?menu_id=3&PHPSESSID=8913cbe03be79d19b0119e96ae64c5c4>. Acesso em: 09 abr. 2015.

⁴⁴⁴ COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA. Disponível em: <<http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Fri%2Fpagcopel2.nsf%2Fdocs%2FAB7934609A66EC0A03257DB700409E03>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

⁴⁴⁵ CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/loures-rocha>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

⁴⁴⁶ PARANÁ ONLINE (notícias). Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/economia/news/255768/?noticia=FIEP+REELEGE+RODRIGO+DA+ROCHA+LOURES>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

- Eduardo Francisco Sciarra, que foi vice-presidente da FIEP entre 1996 e 1998, Presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cascavel (PR) entre 1979 e 1980, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC) entre 1982 e 1983, Presidente da Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná (CACIOPAR) entre 1982 e 1983, Diretor do Sindicato da Indústria de Construção Civil do Paraná (SINDUSCON/PR) entre 1987 e 1994, Diretor da Associação Paranaense de Empresários de Obras Públicas entre 1987 e 1994, Presidente da Fundação Paranaense para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria da Construção entre 1992 e 1994, Presidente do SINDUSCON/OESTE em Cascavel (PR) entre 1994 e 1996, Presidente da Fundação Consciência e Trabalho (em Cascavel) entre 1996 e 1997, Presidente da Câmara Estadual da Indústria da Construção (PR) entre 1997 e 1999, e, por fim, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção entre 1997 e 1999⁴⁴⁷;

- Francisco Sérgio Turra, que após deixar o ministério da agricultura, no governo Fernando Henrique Cardoso, em 1999, tornou-se diretor de relações institucionais da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. Entre 2001 e 2002 foi superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em 2006 foi eleito membro do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), coordenado pelo Instituto Roberto Simonsen, e em 2008 tornou-se presidente Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango⁴⁴⁸;

- Gilberto Mosmann, que foi Diretor do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (CIERGS), e também ocupou os cargos de Subsecretário Executivo (1967-1968) e Presidente Executivo (1990) da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo (RS)⁴⁴⁹;

⁴⁴⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=109270&tipo=0>. Acesso em: 07 jan. 2015.

⁴⁴⁸ CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-sergio-turra>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

⁴⁴⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=107027&tipo=0>. Acesso em 07 jan. 2015.

● Vicente Donini, que exerceu as funções de Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Jaraguá do Sul, SC, (1976-1978), Vice-Presidente da FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (1977-1980), Vice-Presidente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da FIESC (2000-2002), Presidente da ACIJS - Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul (1992 a 1994), da qual também foi Vice-Presidente nos períodos de 1990 a 1992 e 1994 a 1996⁴⁵⁰;

● e Sérgio Rodrigues Alves, que foi Presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ (2005-2006); Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ (1999); e Vice-Presidente da Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários de Santa Catarina – SUCESU (1985-1987)⁴⁵¹.

Tendo em vista a conformação político-partidária dos vinte e quatro integrantes aqui salientados, verifica-se o seguinte:

Quadro 45: Filiações partidárias do comando do BRDE (1995-2010) vinculadas ao empresariado

Comando do BRDE relacionado ao empresariado	Filiação partidária	Data da filiação	Data do cancelamento do registro de filiação	Registros de filiações em outros períodos
Adolfo A. Fetter Júnior	PP	14.11.1980		
Afonso da Silva	PP	13.08.1993		
Carlos Odebrecht	Sem			
Casildo Maldaner	PMDB	02.09.1980		UDN (1962-1966) ⁴⁵²
Celso Bernardi	PP	03.09.1980		
Cláudio Slaviero	Sem			
Dejandir Dalpasquale	PMDB	10.08.1980		PTB (1958-1965) ⁴⁵³

continua

⁴⁵⁰ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <http://www.fiec.org.br/documentacao/prem/comeind/pers_merito/vicente_donini.asp>. Acesso em: 13 mar. 2015.

⁴⁵¹ SEAMLESS MARKETING INTEGRATION. Disponível em: <www.b2i.cc/Document/1449/Sergio_Rodrigues_Alves.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2015.

⁴⁵² CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maldaner-casildo>>. Acesso em: 06 mai. 2015.

continuação

Eduardo Sciarra	PTB ⁴⁵⁴	1982	2001	PFL (2001-2007); DEM (2007- 2011); e PSD (a partir de 2011) ⁴⁵⁵
Ewaldo Vita	Sem			
Francisco Fontana	DEM	15.07.1985		
Francisco Turra	PP	05.09.1980		ARENA (a partir de 1976) ⁴⁵⁶
Fric Kerin	Sem			PSB (a partir de 30.06.2009)
Gilberto Mosmann	PMDB	12.07.1994		PSDB (03.10.2003- 13.07.2005); UDN (1960-1966); ARENA (1966- 1978); e PP (1981- 1982) ⁴⁵⁷
Gláucio Geara	Sem			PMDB (entre 29.09.2003 e 20.01.2015)
Jamiro Wiest	Sem			
Marcos Domakoski	Sem			
Nelson Justus	PTB ⁴⁵⁸			PRN (em 1990) ⁴⁵⁹ ; e DEM (a partir de 09.10.2009)

⁴⁵³ CPDOC-FGV. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dalpasquale-dejandir>>. Acesso em: 06 mai. 2015.

⁴⁵⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=109270&tipo=0>. Acesso em: 09 jan. 2015.

⁴⁵⁵ *idem*.

⁴⁵⁶ CPDOC-FGV. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-sergio-turra>>. Acesso em: 04 mai. 2015.

⁴⁵⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=107027&tipo=0>. Acesso em: 01 mar. 2015.

⁴⁵⁸ CERVI, Emerson Urizzi & COLOMBO, Renan. Escândalo midiático e financiamento eleitoral: Comparação dos gastos de campanha dos deputados estaduais paranaenses Alexandre Khury e Nelson Justus entre 2006 e 2010. **38º Encontro Anual da Anpocs – 2014 GT16 - Financiamento do sistema partidário e eleitoral nas democracias contemporâneas.**

⁴⁵⁹ *idem*.

conclusão

Nelson Wedekin	PDT ⁴⁶⁰	1990		MDB/PMDB (1969-1990) (SCHMITT, 2007, p.110); e PPS a partir de 30.09.1999.
Neuto de Conto	PMDB	22.09.1980		PTB (1962); e MDB (a partir de 1967) ⁴⁶¹
Paulo Tatim	PMDB	14.02.1997		
Rodrigo Loures	PMDB	04.08.2005 ^A		
Sérgio Alves	Sem			
Vicente Donini	Sem			
Victor Faccioni	Sem			PDC (1962-1965); e ARENA e seus sucedâneos (PDS e PPR) entre 1966 e 1993 ⁴⁶²

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015); bibliografia mencionada no interior do quadro; e dados referentes às fontes das respectivas notas de rodapé. Elaborado pelo autor (2016).

Obs.: ^A teve seu nome aprovado pelo BC, para participar do BRDE, a partir de 19.01.2005. Portanto, sua filiação se deu quando já fazia parte da instituição (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015);

Os integrantes acima, que fizeram parte do comando do BRDE e que ao mesmo tempo figuraram como empresários ou como indivíduos que possuíam fortes conexões com a defesa dos interesses do empresariado, advinham de governos administrados pelo PMDB (Antônio Brito, Paulo Afonso Vieira, Luiz Henrique da Silveira e

⁴⁶⁰ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/secretarios/nelson-wedekin>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

⁴⁶¹ PORTAL DA REGIÃO DOS VALES (RS). Disponível em: <<http://www.regiaodosvales.com.br/noticia/noticia.php?id=12509>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

⁴⁶² CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?k=106092&tipo=0>. Acesso em: 20 mai. 2015.

Roberto Requião), PSDB (Yeda Crusius) e PDT/PFL⁴⁶³ (Jaime Lerner). Por sua vez, os governos do PP (Esperidião Amin), do PT (Olívio Dutra) e do PMDB (Germano Rigotto) encontram-se dentro da delimitação temporal recortada por este estudo (1995-2010), porém os mesmos não foram representados no comando do BRDE por indivíduos relacionados ao empresariado e, portanto, não estão mencionados no quadro acima.

Na direção do que se expressa no parágrafo anterior, vê-se que o PMDB predominou entre os partidos que governaram os três estados do sul no período delimitado pelo estudo (1995-2010): foram cinco governadores peemedebistas, uma peessedebista, um pepebista, um petista e um pedetista/pefelista. No que se refere à relação BRDE/empresariado, o PMDB também preponderou, com quatro governadores peemedebistas, uma peessedebista e um pedetista/pefelista.

Especificando as vinculações político-partidárias dos 24 membros do comando do BRDE que eram caracterizados como empresários ou como indivíduos que possuíam fortes conexões com a defesa dos interesses do empresariado, 5 deles eram filiados ao PMDB, 4 ao PP, dois ao PTB, um ao DEM (que na época era PFL) e um ao PDT. Três integrantes constavam sem filiações partidárias no momento em que participaram do comando do BRDE, mas filiados em outros momentos. Um integrante figurava sem filiação partidária no momento de aprovação de seu nome pelo Banco Central para integrar o comando do BRDE, porém, quando se filiou partidariamente (no PMDB), tal fato ocorreu no momento em que fazia parte da referida instituição (BRDE). Finalmente, quanto a sete integrantes não se identificaram quaisquer filiações partidárias.

Quanto à participação em pleitos político-eleitorais, verifica-se que 15 dos 24 integrantes do comando do BRDE que eram ou empresários ou vinculados ao empresariado participaram de disputas para assumir algum cargo público eletivo (quadro abaixo).

⁴⁶³ A expressão “PDT/PFL” se dá pelo fato de que Lerner governou o Paraná em duas gestões consecutivas (1995-1998 e 1999-2002) e em seu primeiro mandato esteve filiado ao PDT e, no segundo, ao PFL (fonte: <www.tse.jus.br>).

Quadro 46: BRDE – Empresários ou vinculados ao empresariado integrantes do comando institucional (1995-2010) e seus históricos de participação em pleitos político-eleitorais.

Integrantes empresários ou vinculados ao empresariado	Participação em pleitos político-eleitorais	Cargos disputados (independentemente de terem sido eleitos) e respectivas eleições
Adolfo A. Fetter Júnior	Sim	Ver. em 1982 (PDS), Pref. em 1988 (PDS), V.Pref. em 2004 (PP) e Pref. em 2008 (PP). Dep. Fed. em 1990 (PDS), 1994 (PPR), 1998 (PPB) e 2002 (PP).
Affonso da Silva	Sim	V.Pref. em 1976 (ARENA)
Carlos Odebrecht	Não	
Casildo Maldaner	Sim	Ver. em 1962 (UDN), Dep. Est. em 1974 e 1978 (MDB), Dep. Fed. em 1982 (PMDB), V.Gov em 1986 (PMDB), Sen. em 1994 (PMDB) e suplente de Sen. em 2006 (PMDB)
Celso Bernardi	Sim	Dep. Est. em 1986 (PDS), Dep. Fed. em 1990 (PDS), Gov. do Rio Grande do Sul em 1994 (PPR), Gov. do Rio Grande do Sul em 2002 (PPB)
Cláudio Slaviero	Não	
Dejandir Dalpasquale	Sim	Ver. em 1958 (PTB), Pref. em 1965 (PTB), Dep. Est. em 1970 e 1974 (MDB), suplente de Sen. em 1978 (MDB), Dep. Fed. em 1990 e 1994 (PMDB)
Eduardo Sciarra	Sim	Dep. Fed. em 2002 (PFL), em 2006 (PFL) e em 2010 (DEM)
Ewaldo Vita	Não	
Francisco Fontana	Sim	V.Pref. de Curitiba, em 1985, pelo PFL
Francisco Turra	Sim	Ver. em 1976 (ARENA), Pref. em 1982 (PDS), Dep. Est. em 1986 e 1990 (PDS), Dep. Fed. em 1994 (PPR) e 2002 (PPB)
Fric Kerin	Não	
Gilberto Mosmann	Sim	Dep. Fed. em 1990, pelo PMDB
Gláucio Geara	Não	
Jamiro Wiest	Não	
Marcos Domakoski	Não	
Nelson Justus	Sim	Dep. Est. em 1990 (PRN), 1994 (PTB), 1998 (PTB), 2002 (PTB), 2006 (PTB), 2010 (DEM) e 2014 (DEM)
Nelson Wedekin	Sim	Ver. em 1969 (MDB), V.Pref. em 1988

continua

conclusão

		(PMDB), Dep. Est. em 1978 (MDB), Dep. Fed. em 1982 (PMDB), Sen. em 1986 (PMDB), Gov. em 1990 e 1994 (PDT).
Neuto de Conto	Sim	Ver. em 1972 e 1982 (MDB/PMDB), Dep. Est. em 1982 e 1986 (PMDB), Dep. Fed. em 1990 e 1994 (PMDB), suplente de Sen. em 2002 (PMDB)
Paulo Tatim	Sim	Dep. Fed. em 1998 (PMDB)
Rodrigo Loures	Sim	Dep. Fed. nas eleições 2006, pelo PMDB
Sérgio Alves	Não	
Vicente Donini	Não	
Victor Faccioni	Sim	Ver. em 1962 (PDC), Dep. Est. em 1966 e 1970 (ARENA), Dep. Fed. em 1978 (ARENA), 1982 (PDS), 1986 (PDS), e 1990 (PDS)

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaboração própria.

Francisco Fernando Fontana, pelo PFL, foi candidato a vice-prefeito de Curitiba, na chapa de Jaime Lerner (PDT), nas eleições de 1985, sendo que a dupla não foi eleita, derrotada então por Roberto Requião, do PMDB (REHBEIN, 2008, p.223).

Rodrigo Santos da Rocha Loures foi candidato, no pleito de outubro de 2006, a deputado federal pelo Paraná na legenda do PMDB, tendo sido eleito com 89.204 votos. Em fevereiro do ano seguinte assumiu o mandato e foi eleito vice-líder do partido na Câmara dos Deputados, tendo sido ainda suplente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e membro titular das Comissões de Finanças e Tributação. Atuou também na Comissão de Legislação Participativa⁴⁶⁴.

Eduardo Francisco Sciarra foi eleito Deputado Federal em 2002 (PFL), em 2006 (PFL) e em 2010 (DEM)⁴⁶⁵.

Francisco Sérgio Turra começou sua carreira política em novembro de 1976, candidato e eleito, pela ARENA, a vereador de Marau, RS. Em novembro de 1982, com 68% do total de votos, elegeu-se prefeito de Marau, pelo PDS. Nas eleições de 1986 foi o candidato a

⁴⁶⁴ CPDOC-FGV. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/loures-rocha>>.

Acesso em: 06 abr. 2015.

⁴⁶⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=109270&tipo=0>. Acesso em: 30 jan. 2015.

deputado estadual mais votado de seu partido, tendo recebido 30 mil votos. Assumindo este cargo, em 1987 foi eleito presidente da comissão especial do Legislativo gaúcho, encarregada de analisar as políticas de desenvolvimento industrial do estado e em 1990, assumiu a liderança do PDS na Assembléia, sendo reeleito para mais um mandato no pleito de outubro desse ano. Neste mandato, ocupando o cargo de relator-geral da Comissão Externa de Representação em 1994, participou dos interesses que objetivavam a instalação de uma fábrica da General Motors no Rio Grande do Sul. Em 1994 candidatou-se, sem sucesso, a deputado federal no PPR gaúcho, e em 2002 foi eleito para este mesmo cargo na sigla do Partido Progressista Brasileiro (PPB). Assumindo o mandato, foi segundo-vice-presidente e terceiro vice-presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimentos Rural e titular da Comissão de Agricultura e Política Rural⁴⁶⁶.

Gilberto Mosmann foi candidato a Deputado Federal, pelo PMDB, para a legislatura 1991-1995, não sendo eleito mas assumindo por um mês, de 1º a 31 de janeiro de 1995, uma cadeira na câmara federal, na vaga do Dep. Nelson Jobim (PMDB)⁴⁶⁷.

Adolfo Fetter Júnior disputou sua primeira eleição em 1982, pelo PDS, e se elegeu vereador. Em 1988, também pelo PDS, disputou a prefeitura e perdeu. Em 1990, foi eleito deputado federal (PDS), reelegendo-se em 1994 (PPR) e 1998 (PPB). Em 2002, pelo PP, não se elegeu deputado federal. Foi eleito em 2004 vice-prefeito de Pelotas (PP). Acabou assumindo o Executivo com o afastamento do prefeito Bernardo de Souza (PPS) por motivos de saúde e, nas eleições de 2008, elegeu-se prefeito (PP)⁴⁶⁸.

Nelson Wedekin iniciou sua história na política sendo eleito vereador pelo MDB de Joaçaba, em 1969 (SCHMITT, 2007, p. 110). Em 1988, sem sucesso, foi candidato, pelo PMDB, a vice-prefeito de Florianópolis na chapa de Anita Pires⁴⁶⁹. Em 1978, candidato a deputado

⁴⁶⁶ CPDOC-FGV. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-sergio-turra>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

⁴⁶⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=107027&tipo=0>. Acesso em: 14 jun. 2015.

⁴⁶⁸ JORNAL DO COMÉRCIO (PORTO ALEGRE). Disponível em:

<<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=81108>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

⁴⁶⁹ JORNAL A NOTÍCIA (de Joinville). Disponível em:

<<http://www1.an.com.br/2004/ago/25/0opi.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

estadual (MDB), não foi eleito, ficando na décima suplência e, na eleição seguinte, foi eleito deputado federal (PMDB) no pleito de 1982 e senador nas eleições de 1986 (PMDB). Por fim, foi candidato a governador nas eleições de 1990 (PDT) e 1994 (PDT), não sendo, porém, eleito nestas duas oportunidades⁴⁷⁰.

Dejandir Dalpasquale foi eleito, em outubro de 1958, vereador em Campos Novos (SC) pelo PTB, cumprindo o mandato entre 1959 e 1963. Em 1965, elegeu-se prefeito de Campos Novos (PTB). Em 1970, disputou uma vaga na Assembleia Legislativa catarinense na legenda do MDB. Eleito, foi vice-líder e líder da bancada oposicionista em 1971 e 1972. Neste último ano, tornou-se presidente do diretório estadual do MDB, ocupando este cargo até 1978. Reeleito em novembro de 1974, cumpriu novo mandato entre 1975 e 1979. Elegeu-se suplente do senador Jaison Barreto, em 1978 (MDB), assumindo a vaga em 1981 durante três meses, sendo que nesse período integrou a Comissão de Economia e Finanças. Já no PMDB desde a década de 80, foi eleito deputado federal nas eleições de 1990 e, no pleito de outubro de 1994, obteve apenas uma suplência⁴⁷¹.

Casildo Maldaner foi eleito vereador de Modelo (SC), em 1962, pelo UDN. Em 1974 foi eleito deputado estadual (MDB), sendo que em seu mandato assumiu a vice-presidência da Comissão de Finanças e Orçamento (1975) e a presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Agricultura, Economia e Desenvolvimento (1976), além de ter integrado a Comissão de Viação e Obras Públicas e a comissão especial que tratou de assuntos relacionados aos três estados do Sul. Por fim, em 1978, ocupou a função de segundo-secretário da Assembleia Legislativa. Reeleito deputado estadual em 1978, tornou-se vice-líder do novo partido, o PMDB, em 1981. Em 1982 foi eleito deputado federal, ocupando o espaço de Titular das comissões de Educação e Cultura, de Agricultura e Política Rural, e da Subcomissão da Pesca. Sendo escolhido primeiro-secretário da comissão executiva nacional do PMDB, em novembro de 1986 se elegeu vice-governador de Santa Catarina, tendo como titular do executivo o também peemedebista Pedro Ivo Campos. Com a morte de Pedro Ivo no início de 1990, Maldaner

⁴⁷⁰ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série** – Eleições Catarinenses 1945-1998. Florianópolis TRESC, 2001, p. 81, 82, 92, 112, 164.

⁴⁷¹ CPDOC-FGV. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dalpasquale-dejandir>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

assume o governo do estado de 27 de fevereiro de 1990 até março de 1991. Candidato ao senado em 1994, foi eleito com 682.252 votos, sendo Titular, em seu mandato, das comissões de Assuntos Sociais e de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Em 1996, Maldaner foi o escolhido presidente do PMDB em Santa Catarina, desempenhando três mandatos consecutivos, até 2005. No ano seguinte, integrou, como primeiro-suplente, mais uma candidatura ao senado, tendo como cabeça de chapa o ex-prefeito de Lages, Raimundo Colombo (PFL). Com a vitória da referida chapa, Maldaner volta a exercer o cargo de senador, em substituição ao titular, de julho a outubro de 2008⁴⁷².

Neuto Fausto de Conto, ainda que tivesse sido Membro fundador do PTB de São Miguel d'Oeste (SC) em 1962⁴⁷³, acabou fazendo sua carreira política integralmente no MDB e no PMDB. Foi vereador de São Miguel do Oeste entre 1973 e 1983, deputado estadual catarinense entre 1983 e 1987, teve dois mandatos seguidos de deputado federal (entre 1991 e 1999) e ocupou o mandato de senador entre 2007 e 2011, já que era suplente do titular Leonel Pavan, eleito em 2006 vice-governador de Santa Catarina⁴⁷⁴.

Paulo Ernani da Cunha Tatim foi candidato a deputado federal, nas eleições de 1998, pelo PMDB. Ainda que alcançasse 34.903 votos, Tatim alcançou somente a suplência⁴⁷⁵.

Com extensa carreira política, Victor José Faccioni foi eleito vereador de Caxias do Sul (RS), pelo PDC, para o período 1963-1967, duas vezes deputado Estadual, pela ARENA, para o período 1967-1971 e 1971-1975, e, como deputado federal, foi eleito pela ARENA e pelo PDS para quatro mandatos consecutivos, entre 1979 e 1995. No primeiro destes quatro mandatos, entre 15 de março de 1979 a 4 de dezembro de 1980, acabou se licenciando para exercer o cargo de

⁴⁷² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maldaner-casildo>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

⁴⁷³ PORTAL DA REGIÃO DOS VALES (RS). Disponível em: <<http://www.regiaodosvales.com.br/noticia/noticia.php?id=12509>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

⁴⁷⁴ SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3644>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

⁴⁷⁵ TRE-SC. Disponível em: <<https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/1998/ResultFinalE19981.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

Secretário do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas do Rio Grande do Sul⁴⁷⁶. Entre suas atuações na Câmara dos Deputados, disse não às Diretas Já e absteve-se no Colégio Eleitoral. Absteve-se também quanto à nacionalização das reservas minerais, e não teve dúvida em votar com a proposta da União Democrática Ruralista (UDR), contra a reforma agrária⁴⁷⁷.

Nelson Roberto Plácido da Silva Justus, mais conhecido simplesmente por Nelson Justus, foi eleito deputado estadual do Paraná para sete mandatos consecutivos a partir da eleição de 1990⁴⁷⁸, sendo que no primeiro pleito estava filiado ao PRN do então presidente Fernando Collor de Mello, e a partir de 1994 passou para o PTB, permanecendo nesta sigla até 2009, quando então se filiou ao DEM. Emerson Urizzi Cervi e Renan Colombo (2014, p.6), narrando uma parte da influente trajetória de Justus no mundo da política e da gestão do estado paranaense, expressam que

Justus ocupou quatro importantes cargos não eletivos na administração estadual. Sob o governo de José Richa, foi presidente da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), em 1985; e da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), no ano seguinte. Já durante as duas gestões do governador Jaime Lerner, ele foi secretário da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, entre 1996 e 1998; e secretário dos Transportes, entre 2001 e 2002, ambos os cargos ocupados quando já era deputado estadual, o que exigiu licença temporária do cargo parlamentar. Justus foi presidente do diretório regional do PTB no Paraná entre 1994 e 1998. Em 1999, assumiu a presidência da Assembleia Legislativa do Paraná pela primeira vez, ficando no cargo até o ano seguinte. A segunda passagem pela presidência da

⁴⁷⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=106092&tipo=0>. Acesso em: 11 jun. 2015.

⁴⁷⁷ DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. Disponível em: <www.diap.org.br>. Acesso em: 29 abr. 2015.

⁴⁷⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/42-nelson-justus>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Alep foi mais duradoura e ocorreu entre 2007 e 2010.

Affonso Dêntice da Silva foi candidato a vice-prefeito de Pelotas (RS), pela ARENA, em 1976, e secretário de Governo, neste município, do ex-prefeito Ary Alcântara (1973 a 1977)⁴⁷⁹.

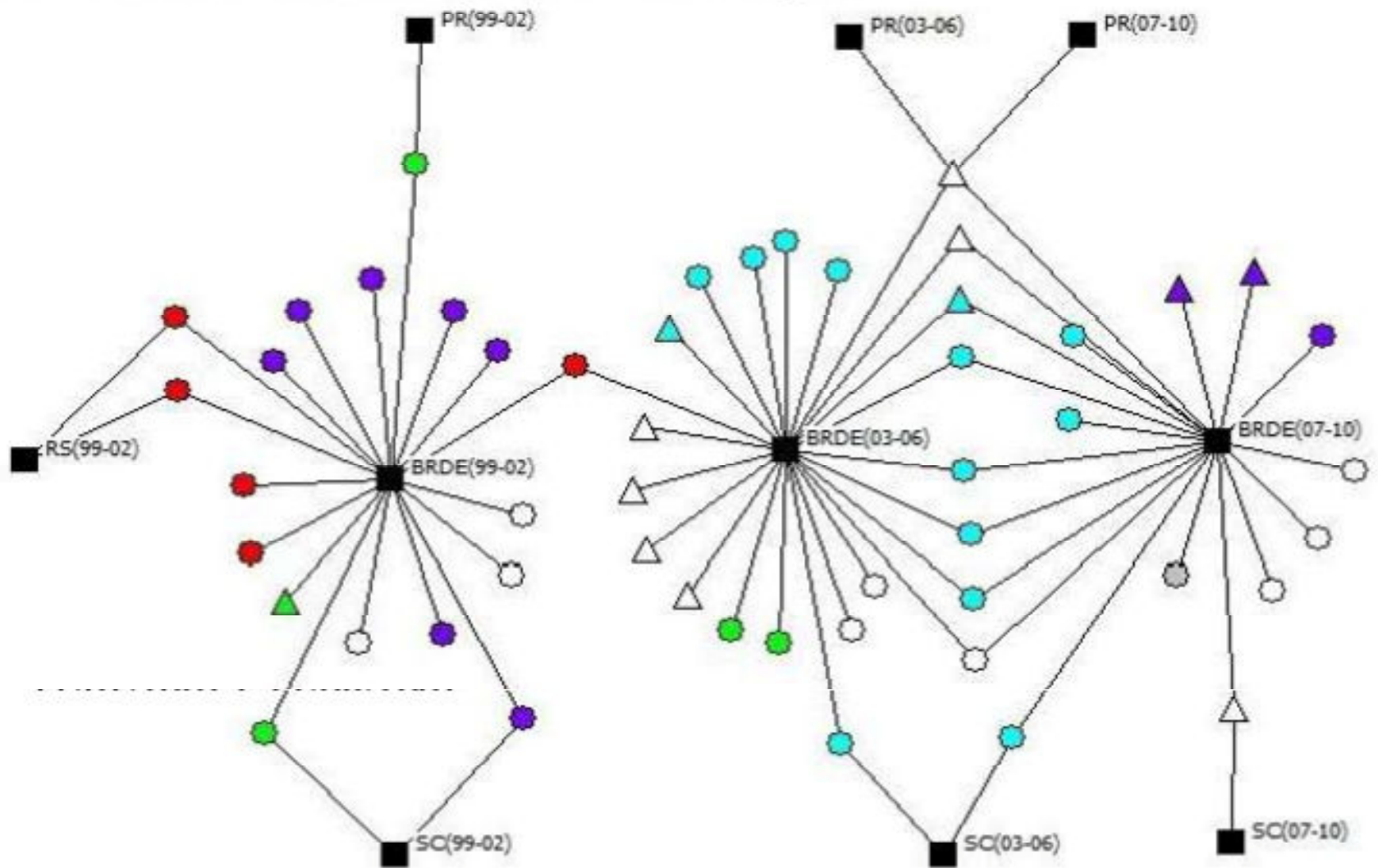
Por fim, Celso Bernardi, após responder pelas secretarias municipais de Educação e de Justiça de Santo Ângelo (RS), de 1979 a 1986, foi candidato neste mesmo ano, e eleito, ao cargo de deputado estadual, pelo PDS. Elegeu-se em 1990 para deputado federal, também pelo PDS. Em 1993 foi escolhido para ser o presidente do Diretório Regional do PPR. Disputou o pleito ao governo do Rio Grande do Sul em 1994, pelo PPR, mas tal eleição foi vencida por Antônio Britto, do PMDB. No pleito de 2002, voltou a ser candidato ao Palácio Paratini, pelo PPB, porém o então eleito foi Germano Rigotto, do PMDB. No governo de Yeda Crusius foi secretário de Relações Institucionais até setembro de 2009, cargo que lhe permitiu estar presente no BRDE⁴⁸⁰.

Abaixo, no “Sociograma 4a”, como conclusão do presente capítulo, apresenta-se uma visualização gráfica quanto à ocupação empresarial e partidária dos cargos de comando do BRDE ao longo do período 1999-2010. Embora o intervalo entre os anos de 1995 e 1998 faça parte do período de investigação referente a esta instituição, cumpre destacar que este momento ficou excluído do citado sociograma tendo em vista a impossibilidade de considerá-lo como parâmetro comparativo às agências de fomento de cada um dos três estados, haja vista que as mesmas ainda não possuíam, nesta época, seus quadros de conselhos e de direção estruturados.

⁴⁷⁹ CÂMARA DE VERADORES DE PELOTAS. Disponível em: <<http://www.camarapel.rs.gov.br/imprensa/legislativo-lamenta-falecimento-de-affonso-dentice-da-silva/>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

⁴⁸⁰ CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bernardi-celso>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

Sociograma 4a - BRDE. Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Membros, filiação partidária e empresários.



Fonte: Banco Central do Brasil e BRDE (composição da direção); Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (filiação partidária). Fontes diversas citadas na tese (identificação empresarial). Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

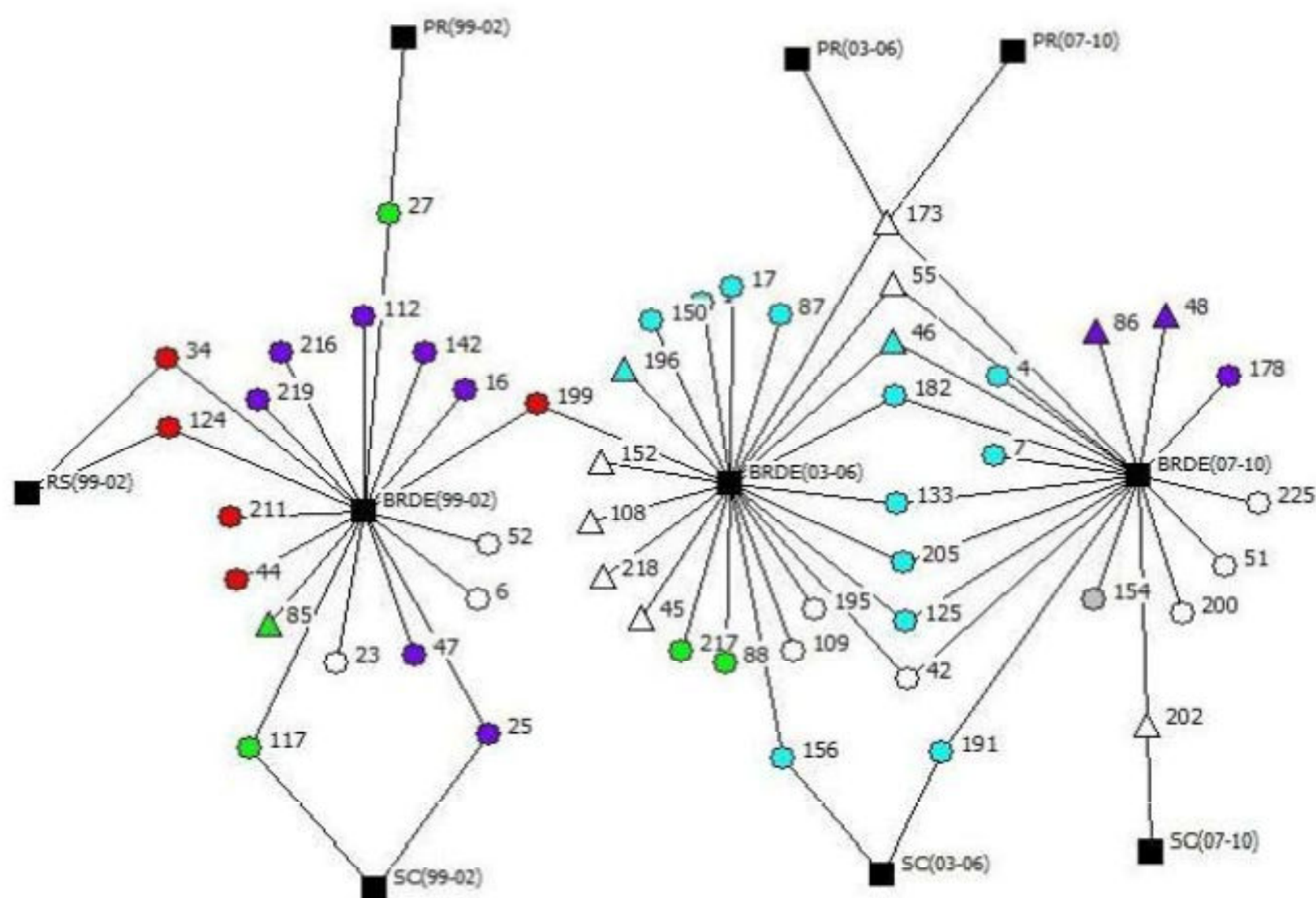
Legenda: Triângulo representa empresário. Filiação Partidária: Azul – PMDB; Roxo – PP; Verde – DEM; Vermelho – PT; Cinza - Outros partidos; Branco – sem filiação.

Obs.: Antônio de Araújo, representado como um dos círculos pintados em verde, teve registro de filiação só no momento em que fez parte do comando da Fomento Paraná (ainda que este círculo esteja aparecendo vinculado tanto à Fomento Paraná como ao BRDE). Detalhadamente, resgatando as informações da tese, a data exata da filiação dele no DEM se deu em 18/04/2002. Quanto às aprovações do nome dele pelo Banco Central para participar das duas instituições: no caso do BRDE, ele teve o nome aprovado nas datas de 26/08/1999, 05/07/2000 e 06/12/2001; no caso da Fomento Paraná, ele teve o nome aprovado nas datas de 23/05/2000, 11/10/2000, 12/07/2002 e 27/08/2002.

Levando em conta o sociograma acima, no recorte de tempo 1999-2010, como dados mais gerais, depreende-se que, do total de 51 integrantes do comando institucional, 34 possuíam filiação partidária (66,6%) e 12 eram identificados como empresários (23,5%). De forma mais específica, percebe-se que, ao longo das gestões que estão

contextualizadas em tal período, dois dos partidos de maior representatividade no cenário político regional preencheram amplamente os mencionados espaços do BRDE: PMDB e PP. No que diz respeito ao quantitativo de correligionários pertencentes a estes, o PMDB contou com quatorze integrantes e o PP com dez. Todavia, esta mencionada totalização de correligionários das duas legendas não se fez diretamente proporcional à quantidade de representantes empresariais entre os mesmos filiados de cada partido. Ou seja, ainda que o PMDB contemplasse o maior número de filiados (14), tal sigla possuiu dois empresários entre os mesmos (14,2%); enquanto que o PP, por sua vez, também teve dois empresários entre os filiados, os quais no caso desta sigla somavam 10 membros (20% destes filiados, portanto, eram empresários).

Sociograma 4b - BRDE. Composição da Direção 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010. Identificação dos Membros, filiação partidária e empresários.



Fonte: Banco Central do Brasil e BRDE (composição da direção); Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (filiação partidária). Fontes diversas citadas na tese (identificação empresarial). Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Triângulo representa empresário. Filiação Partidária: Azul – PMDB;

Roxo – PP; Verde – DEM; Vermelho – PT; Cinza - Outros partidos; Branco – sem filiação

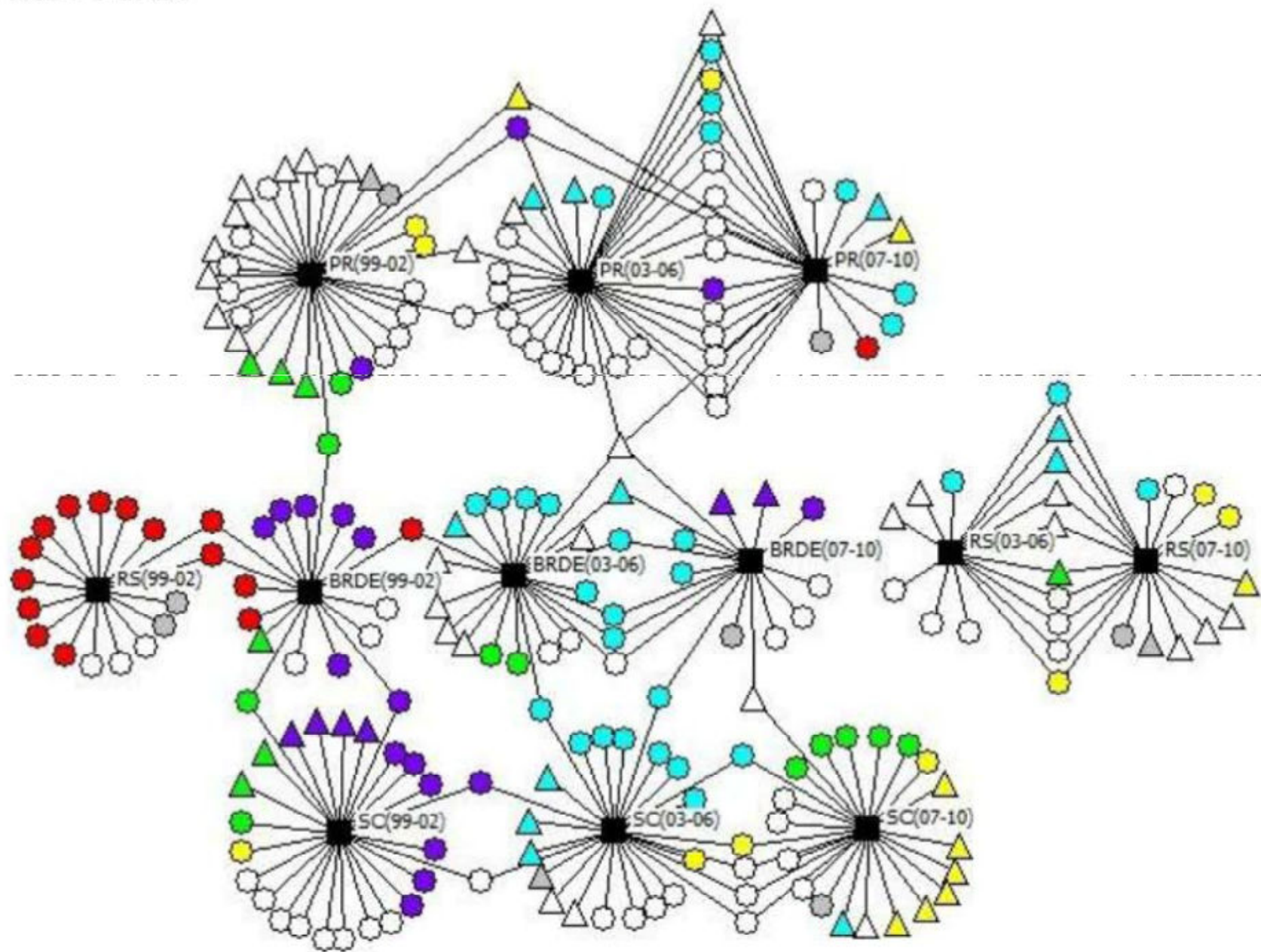
Obs.: Antônio de Araújo, representado como um dos círculos pintados em verde, teve registro de filiação só no momento em que fez parte do comando da Fomento Paraná (ainda que este círculo esteja aparecendo vinculado tanto à Fomento Paraná como ao BRDE). Detalhadamente, resgatando as informações da tese, a data exata da filiação dele no DEM se deu em 18/04/2002. Quanto às aprovações do nome dele pelo Banco Central para participar das duas instituições: no caso do BRDE, ele teve o nome aprovado nas datas de 26/08/1999, 05/07/2000 e 06/12/2001; no caso da Fomento Paraná, ele teve o nome aprovado nas datas de 23/05/2000, 11/10/2000, 12/07/2002 e 27/08/2002.

Acima, o “Sociograma 4b” contém o mesmo sentido de representação já expresso no sociograma anterior (“Sociograma 4a”). Porém, com a condição de se reportar à verificação do quadro 49 (no Apêndice B), e por meio das correspondentes numerações, é propiciada a identificação específica de todos os integrantes que constam como membros do comando do BRDE.

7 OS MEMBROS DO BRDE E DAS AGÊNCIAS DE FOMENTO DA REGIÃO SUL: UM EXAME DAS CONFORMAÇÕES EMPRESARIAIS, POLÍTICO-PARTIDÁRIAS E GOVERNAMENTAIS (1995-2010)

Antes de se levar em conta o período completo considerado pelo estudo (1995-2010), faz-se relevante atentar para o momento que, de forma comum, abrangeu o contexto de organização e funcionamento das quatro instituições examinadas. E isto somente se fez possível a partir de 1999, já que, anteriormente ao referido ano, somente o BADESUL, enquanto agência de fomento, e o BRDE, é que haviam sido estabelecidos de forma legal e efetiva. Assim, entre 1999 e 2010, no sentido de se verificar padrões quanto à configuração de relações constituídas por meio dos integrantes do comando das quatro instituições prioritariamente focadas, apreciaremos os vínculos empresariais e político-partidários expressos por tais membros e evidenciaremos a maneira como tais conexões foram tecidas. Neste sentido, primeiramente observemos o “Sociograma 5a” abaixo, o qual tem por objetivo expressar, em forma de imagem de rede, a manifestação dos atributos e das relações empresariais e partidárias os quais caracterizam o conjunto total dos integrantes do comando institucional do BRDE, da Fomento Paraná, do BADESUL e do BADESC.

Sociograma 5a – BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul, Direção. Membros, filiação partidária e empresários. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.



Fonte: Banco Central do Brasil e documentos das entidades (composição da direção); Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (filiação partidária). Fontes diversas citadas na tese (identificação empresarial). Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

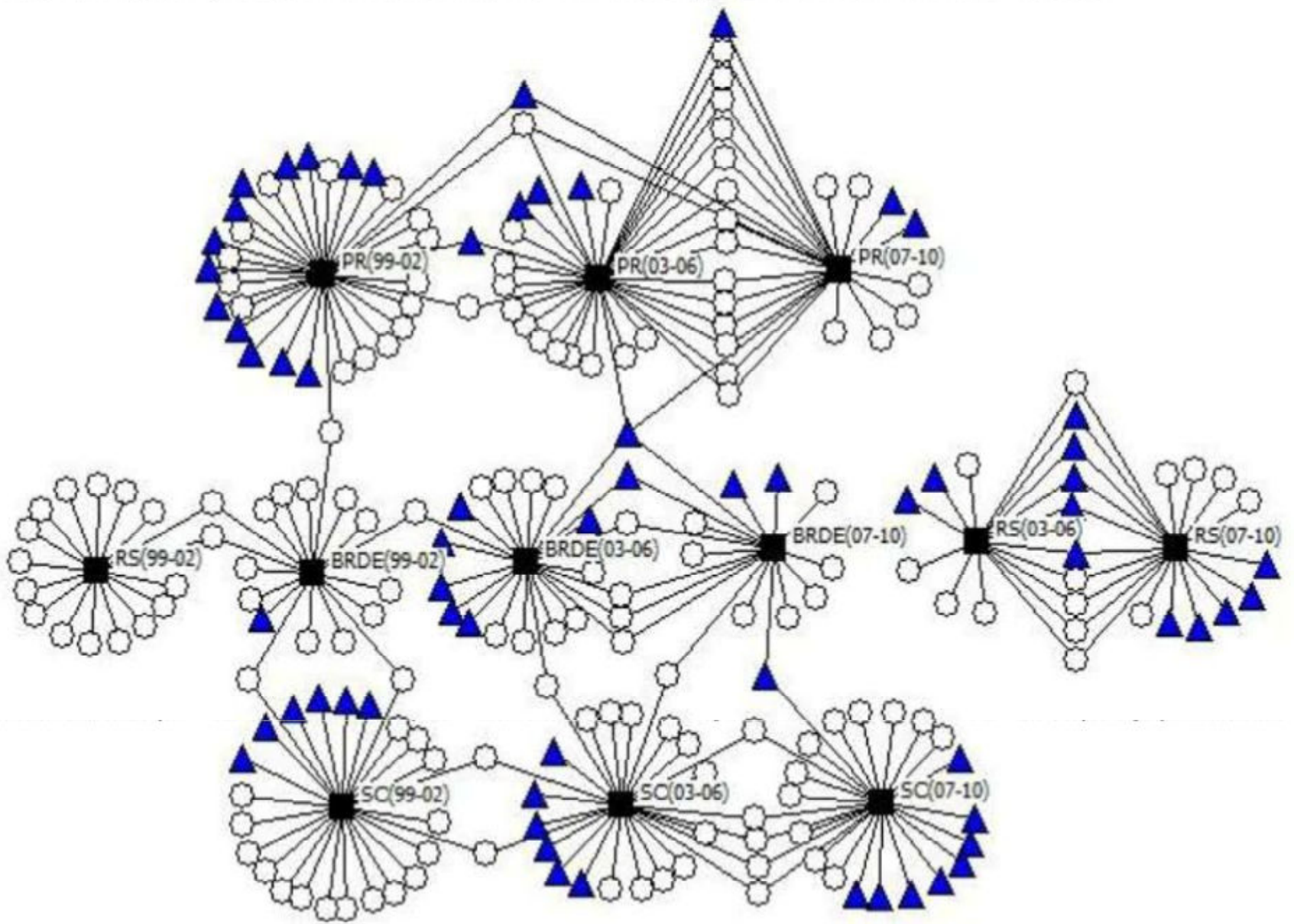
Legenda: Triângulo representa empresário. Filiação Partidária: Azul – PMDB; Amarelo - PSDB; Roxo – PP; Verde – DEM; Vermelho – PT; Cinza - Outros partidos; Branco – sem filiação.

O “Sociograma 5b”, que consta no “APÊNDICE A”, contém o mesmo sentido de representação já expresso no sociograma acima. Todavia, tal gráfico exposto no apêndice propicia que se possa identificar cada um dos integrantes que constam como membros do comando das quatro instituições delimitadas.

Foquemos agora, especificamente, no que concerne ao aspecto “participação empresarial”. Neste sentido, como se pode verificar abaixo por meio do “Sociograma 6a”, as quatro instituições delimitadas prioritariamente pelo estudo, consideradas as respectivas

proporcionalidades, são constituídas de empresários entre os membros do comando institucional, sendo que o período referente ao governo de Olívio Dutra (1999-2002) diz respeito ao único momento em que tal presença não é percebida. Nos demais onze contextos administrativos que coincidem com os correspondentes mandatos governamentais, o preenchimento empresarial variou de uma única presença identificada (no BRDE, entre 1999 e 2002) até 15 presenças identificadas (no Governo Jaime Lerner, entre 1999 e 2002).

Sociograma 6a – BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul, Direção. Membros empresários. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.



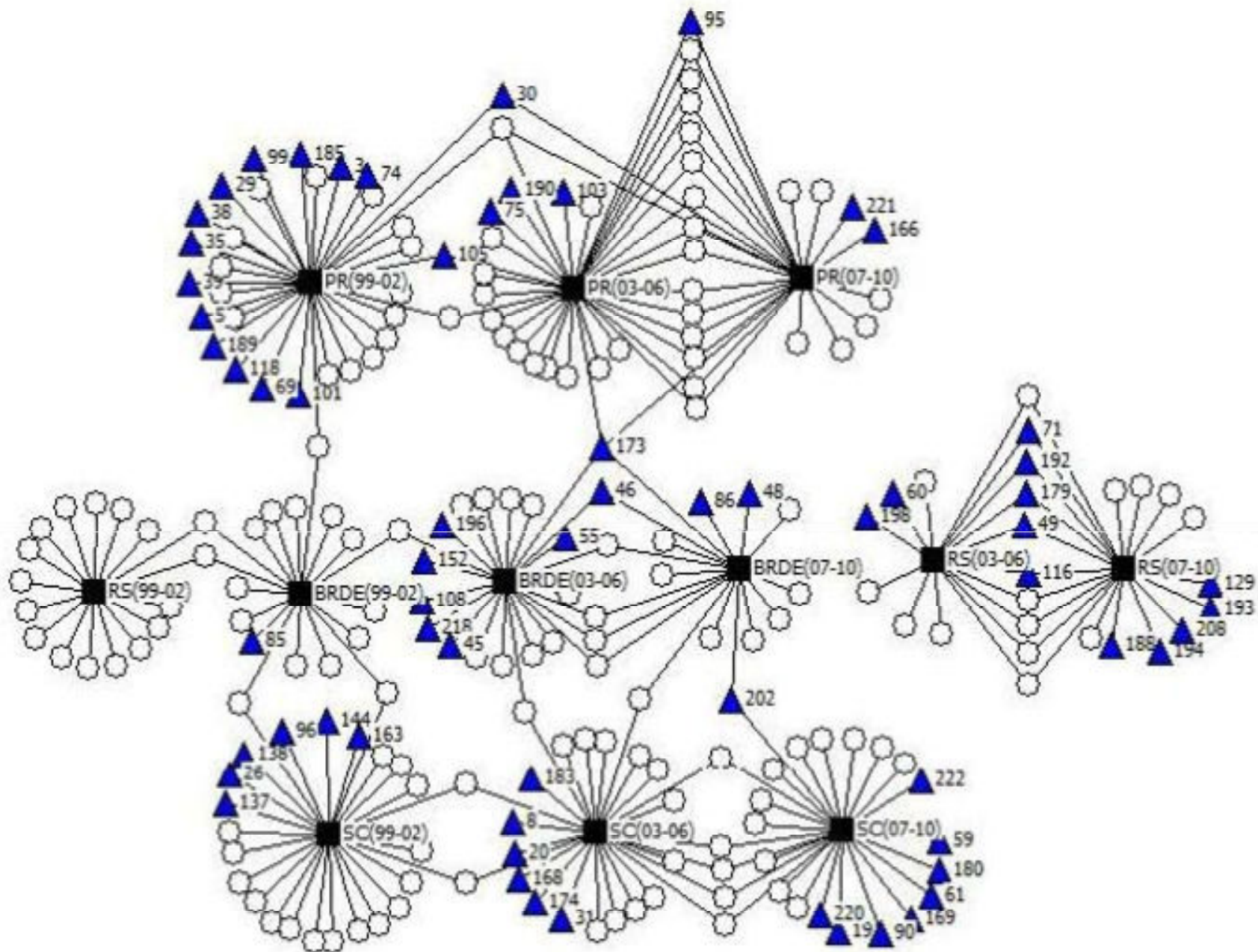
Fonte: Banco Central do Brasil e documentos das entidades (composição da direção); Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (filiação partidária). Fontes diversas citadas na tese (identificação empresarial). Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Triângulo – empresário; círculo – demais membros.

Abaixo, o “Sociograma 6b” contém o mesmo sentido de representação já expresso no sociograma anterior. Porém, com a condição de se reportar à verificação do quadro 49 (no Apêndice B), é propiciada, por meio das correspondentes numerações, a identificação

específica quanto a quem são os empresários que constam como membros do comando das quatro instituições delimitadas.

Sociograma 6b – BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul, Direção. Membros empresários. Identificação. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.



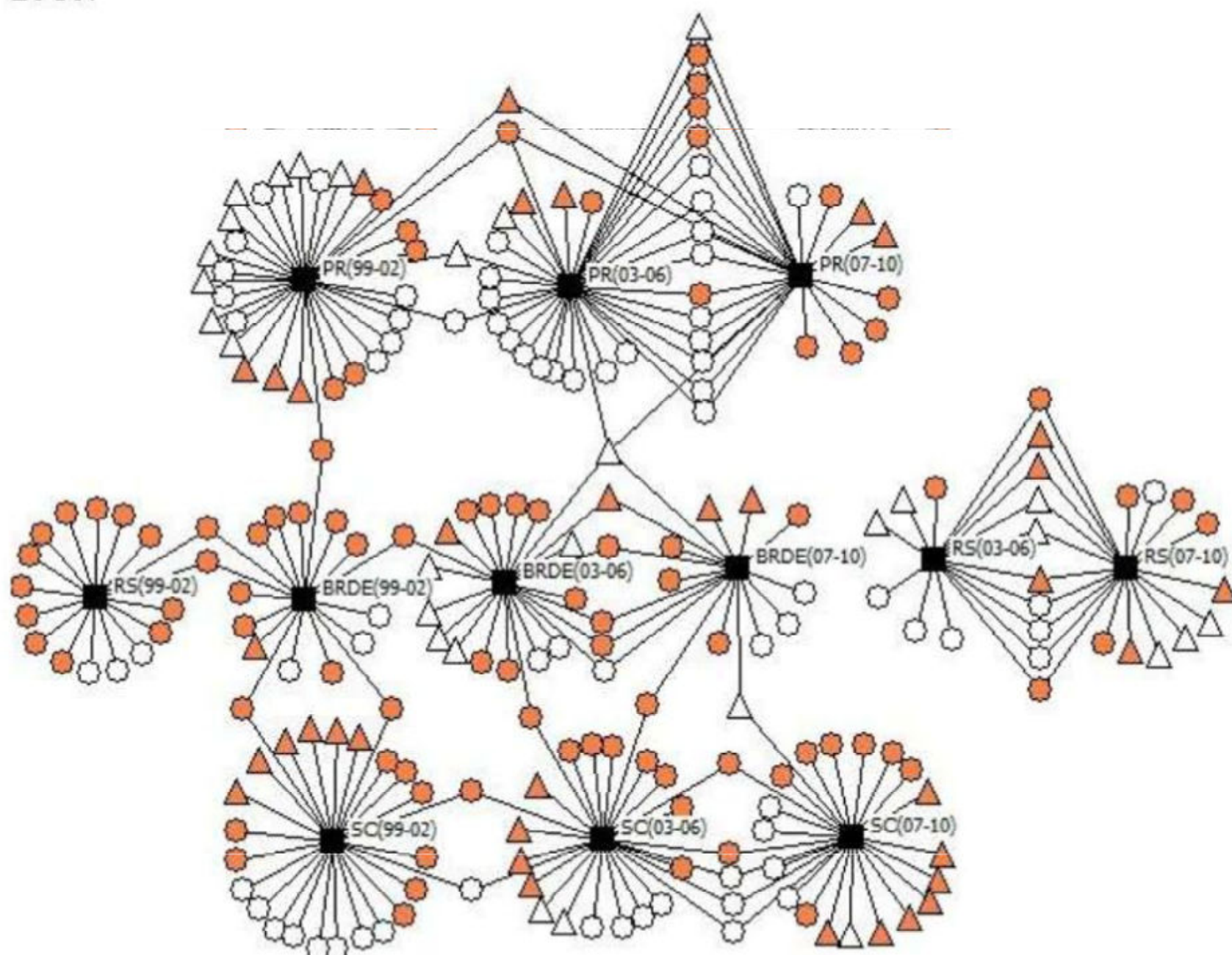
Fonte: Banco Central do Brasil e documentos das entidades (composição da direção); Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (filiação partidária). Fontes diversas citadas na tese (identificação empresarial). Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Triângulo – empresário; círculo – demais membros.

Especificamente quanto ao formato político-partidário, como se vê abaixo no “Sociograma 7”, as quatro instituições examinadas, em todos os períodos expressos pelo gráfico, contavam com membros do comando institucional que eram filiados a partidos políticos. Neste sentido, percebe-se então, entre todos os membros dos comandos institucionais, a presença de 36 filiados-empresários e 91 filiados não-empresários, perfazendo um total de 127 filiados. Constata-se, por fim, que a gestão onde se registra a maior quantidade de filiados-empresários

é referente ao segundo governo de Luiz Henrique (7); onde se registra a maior quantidade de filiados não-empresários é no governo Dutra (14); e onde se registra a maior quantidade de empresários sem filiação é no governo Lerner (10).

Sociograma 7 – Direção do BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Membros filiados a partidos políticos. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.



Fonte: TSE. Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

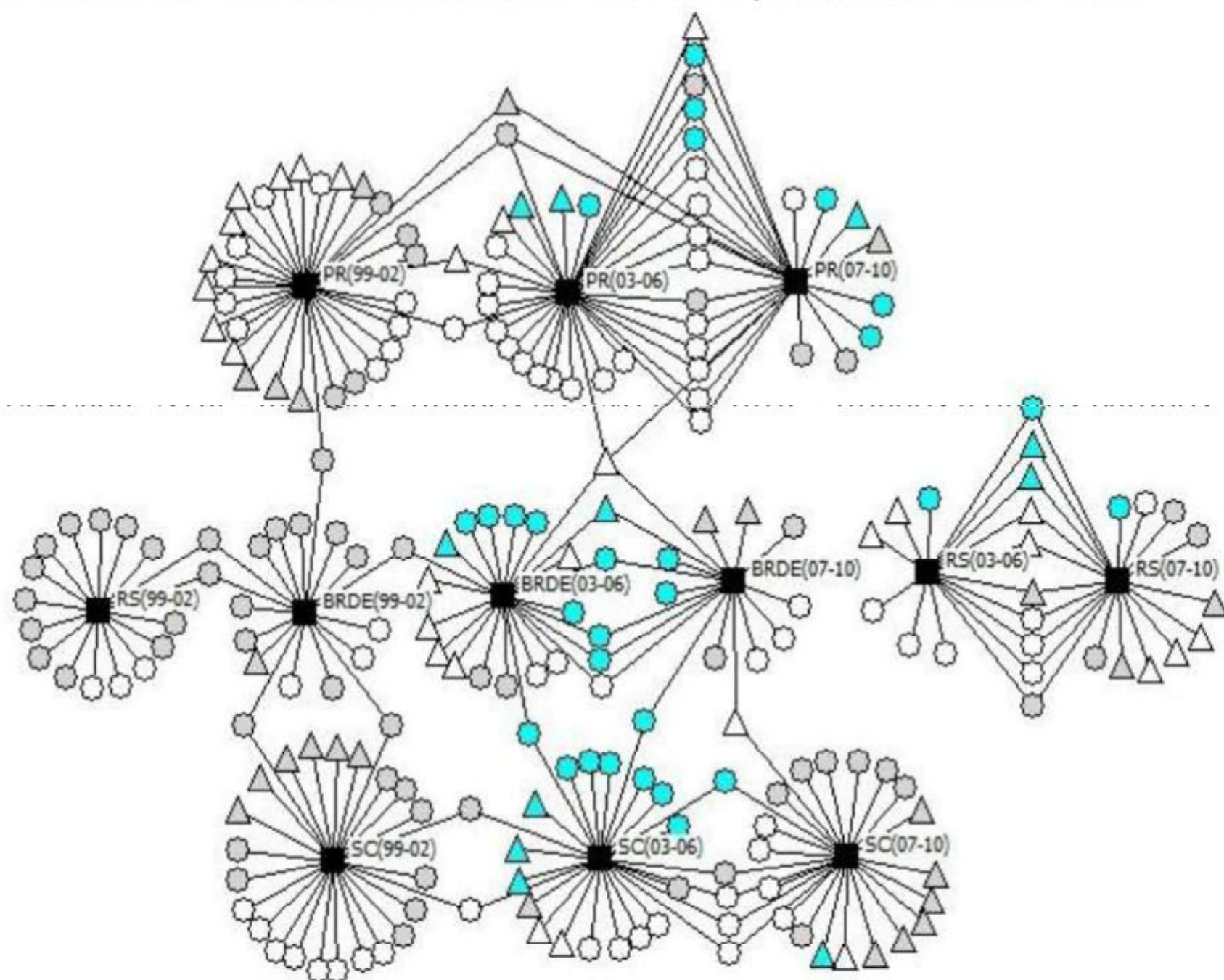
Legenda: Cor – membros filiados; Triângulo – empresário; Círculo – demais membros.

Obs.: Antônio de Araújo, representado como um dos círculos pintados, teve registro de filiação só no momento em que fez parte do comando da Fomento Paraná (embora este círculo esteja aparecendo vinculado tanto à Fomento Paraná como ao BRDE). Detalhadamente, resgatando as informações da tese, a data exata da filiação dele no DEM se deu em 18/04/2002. Quanto às aprovações do nome dele pelo Banco Central para participar das duas instituições: no caso do BRDE, ele teve o nome aprovado nas datas de 26/08/1999, 05/07/2000 e 06/12/2001; no caso da Fomento Paraná, ele teve o nome aprovado nas datas de 23/05/2000, 11/10/2000, 12/07/2002 e 27/08/2002.

Pormenorizando uma abordagem mais detalhada acerca dos partidos políticos que contaram com correligionários seus entre os integrantes que preencheram os espaços decisórios das quatro instituições priorizadas pelo estudo, seguirá abaixo uma descrição, seguida da respectiva visualização gráfica, quanto às legendas que tiveram maior representação no que diz respeito à ocupação dos mencionados comandos institucionais.

Assim é que, no “Sociograma 8” abaixo ilustrado, ao expressar a percepção acerca do PMDB enquanto partido presente no tempo e nos espaços priorizados pelo estudo, realça-se a presença desta legenda no conjunto dos atributos e relações, políticas e empresariais, demarcados no mencionado gráfico. Desta forma, levando em conta os cargos de comando das quatro instituições delimitadas, o PMDB esteve presente em oito das doze administrações examinadas. Assim contextualizado, o PMDB encerrou 40 filiados, sendo que, destes, 11 eram e 29 não eram empresários. Portanto, no recorte das 12 gestões, entre 1999 e 2010, considerando todos os partidos envolvidos pelo estudo (13), e considerando o número total de filiados (127), filiados-empresários (36) e de filiados não-empresários (91), o PMDB contou com: 31,4% dos filiados, 31,8% dos filiados não-empresários e 30,5% dos filiados-empresários. Além de expressar grande contingente representativo, com os citados números percentuais quase idênticos entre si, esta sigla igualmente chama atenção pelo fato de que foi somente a partir do ano de 2003 em diante que a mesma começou a integrar os respectivos espaços dos comandos institucionais.

Sociograma 8 – Direção do BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Membros filiados ao PMDB. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.



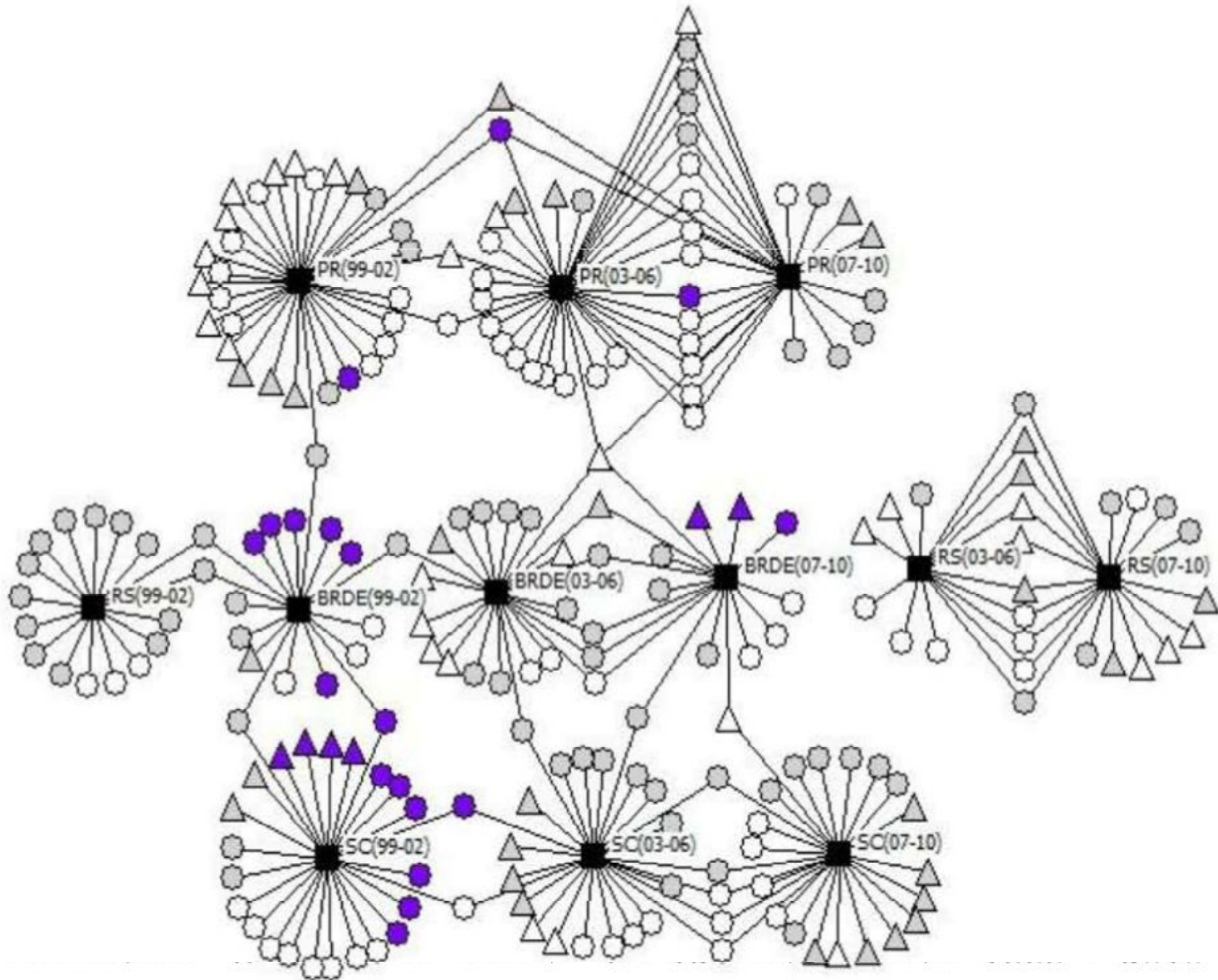
Fonte: TSE. Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Azul – membros filiados ao PMDB; Cinza – filiados a outros partidos; Branco – sem filiação; Triângulo – empresário; Círculo – demais membros.

Por sua vez, no “Sociograma 9” abaixo ilustrado, ao expressar a percepção acerca do PP enquanto partido presente no tempo e nos espaços priorizados pelo estudo, realça-se a presença desta legenda no conjunto dos atributos e relações, políticas e empresariais, demarcados no mencionado gráfico. Desta forma, levando em conta os cargos de comando das quatro instituições delimitadas, o PP esteve presente em sete das doze administrações examinadas. Assim contextualizado, o PP encerrou 24 filiados, sendo que, destes, 6 eram e 18 não eram empresários. Portanto, nas 12 gestões, e entre 1999 e 2010, considerando todos os partidos envolvidos pelo estudo (13), e considerando o número total de filiados (127), filiados-empresários (36) e de filiados não-empresários (91), o PP contou com: 18,8% dos

filiados, 19,7% dos filiados não-empresários e 16,6% dos filiados-empresários.

Sociograma 9 – Membros filiados ao PP. Direção do BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.



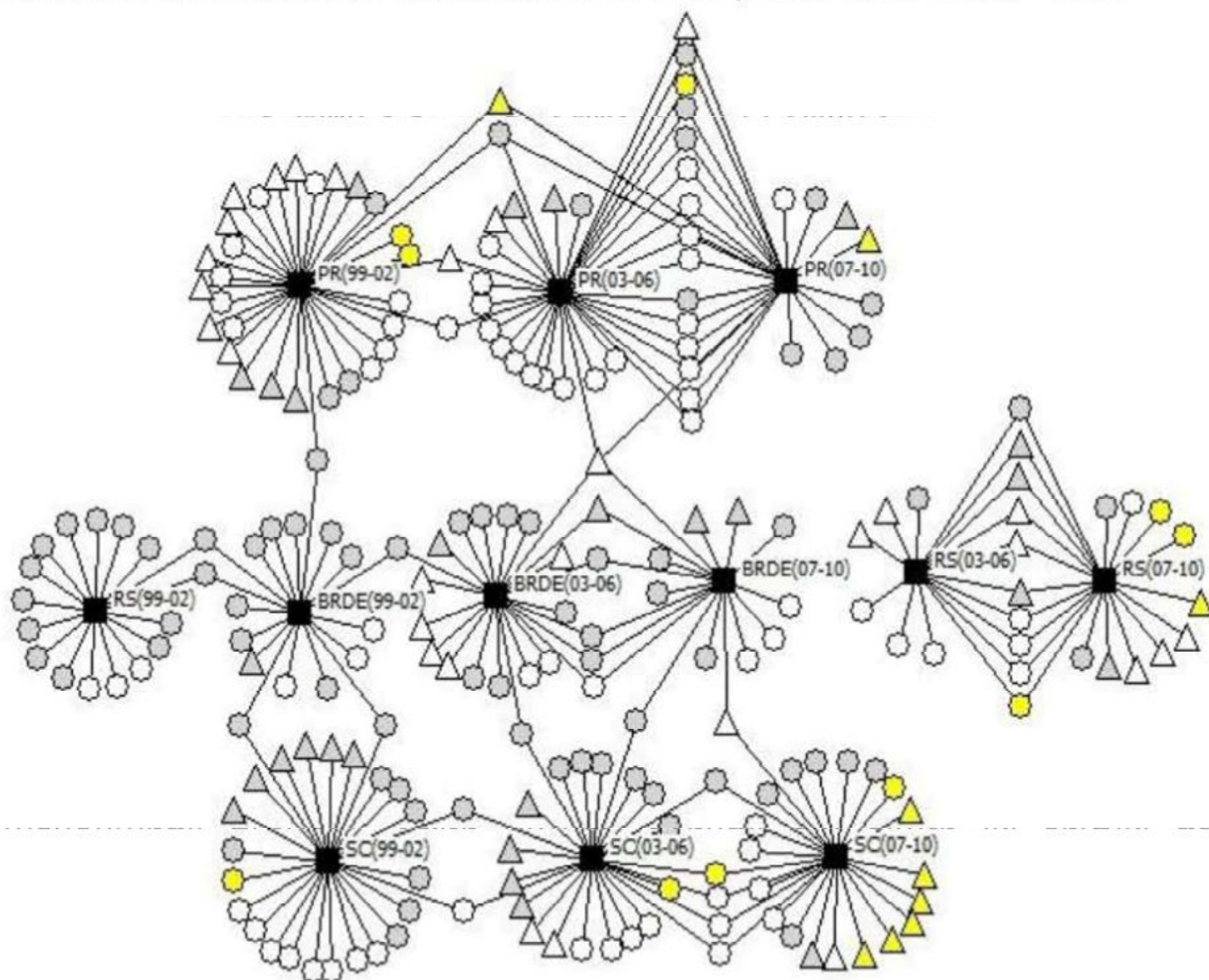
Fonte: TSE. Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Roxo – membros filiados ao PP; Cinza – filiados a outros partidos; Branco – sem filiação; Triângulo – empresário; Círculo – demais membros.

No “Sociograma 10” abaixo ilustrado, ao expressar a percepção acerca do PSDB enquanto partido presente no tempo e nos espaços priorizados pelo estudo, realça-se a presença desta legenda no conjunto dos atributos e relações, políticas e empresariais, demarcados no mencionado gráfico. Desta forma, levando em conta os cargos de comando das quatro instituições delimitadas, o PSDB esteve presente em oito das doze administrações examinadas. Assim contextualizado, o PSDB encerrou 19 filiados, sendo que, destes, 9 eram e 10 não eram empresários. Portanto, no recorte das 12 gestões, entre 1999 e 2010,

considerando todos os partidos envolvidos pelo estudo (13), e considerando o número total de filiados (127), filiados-empresários (36) e de filiados não-empresários (91), o PSDB contou com: 14,9% dos filiados, 10,9% dos filiados não-empresários e 25% dos filiados-empresários.

Sociograma 10 – Direção do BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Membros filiados ao PSDB. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.



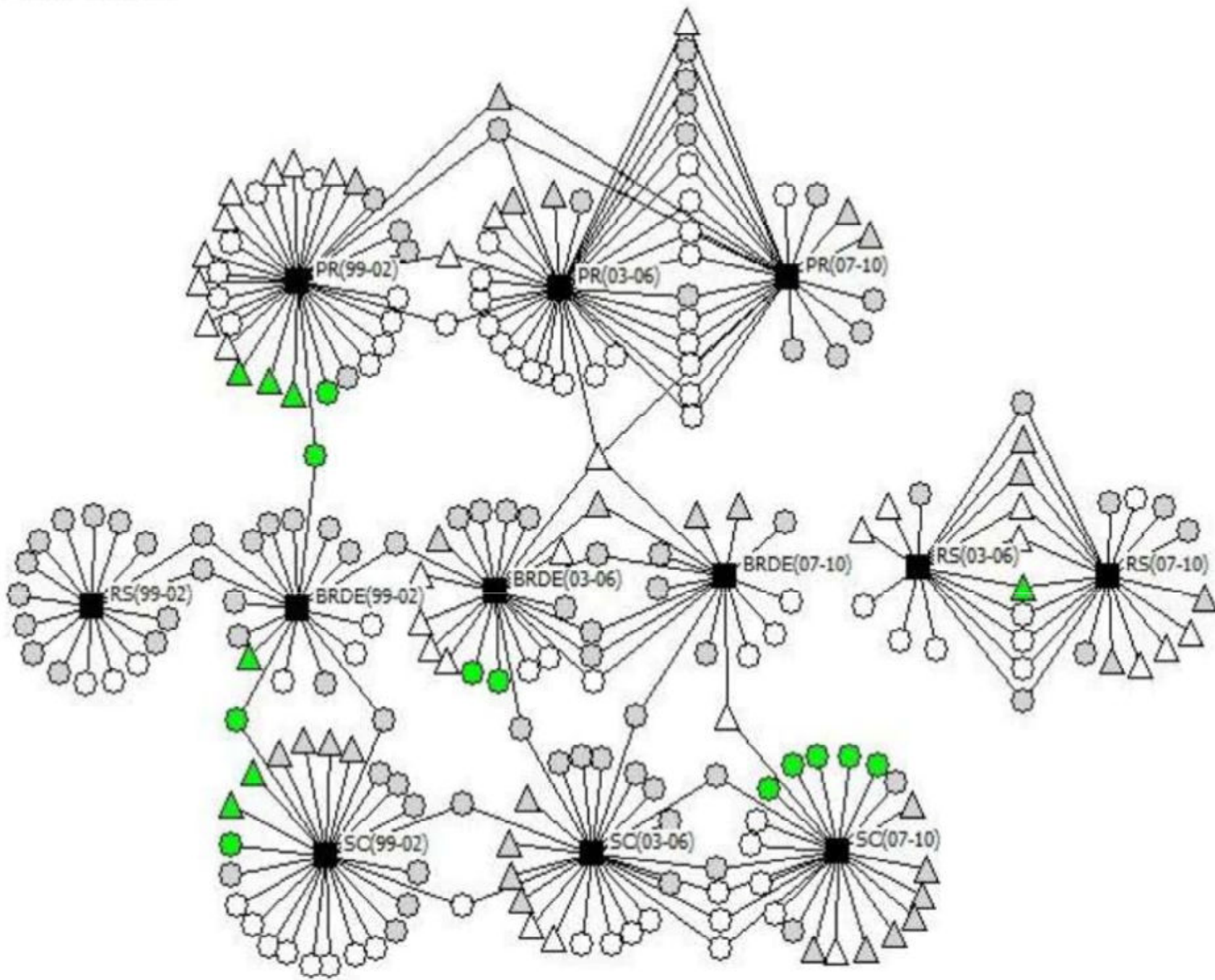
Fonte: TSE. Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Amarelo – membros filiados ao PSDB; Cinza – filiados a outros partidos; Branco – sem filiação; Triângulo – empresário; Círculo – demais membros.

No “Sociograma 11” abaixo ilustrado, ao expressar a percepção acerca do DEM enquanto partido presente no tempo e nos espaços priorizados pelo estudo, realça-se a presença desta legenda no conjunto dos atributos e relações, políticas e empresariais, demarcados no mencionado gráfico. Desta forma, levando em conta os cargos de

comando das quatro instituições delimitadas, o DEM esteve presente em sete das doze administrações examinadas. Assim contextualizado, o DEM contou com 18 filiados, sendo que, destes, 7 eram e 11 não eram empresários. Portanto, nas 12 gestões, e entre 1999 e 2010, considerando todos os partidos envolvidos pelo estudo (13), e considerando o número total de filiados (127), filiados-empresários (36) e de filiados não-empresários (91), o DEM contou com 14,1% dos filiados, 12% dos filiados não-empresários e 19,4% dos filiados-empresários.

Sociograma 11 – Membros filiados ao Partido DEM (Democratas). Direção do BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.

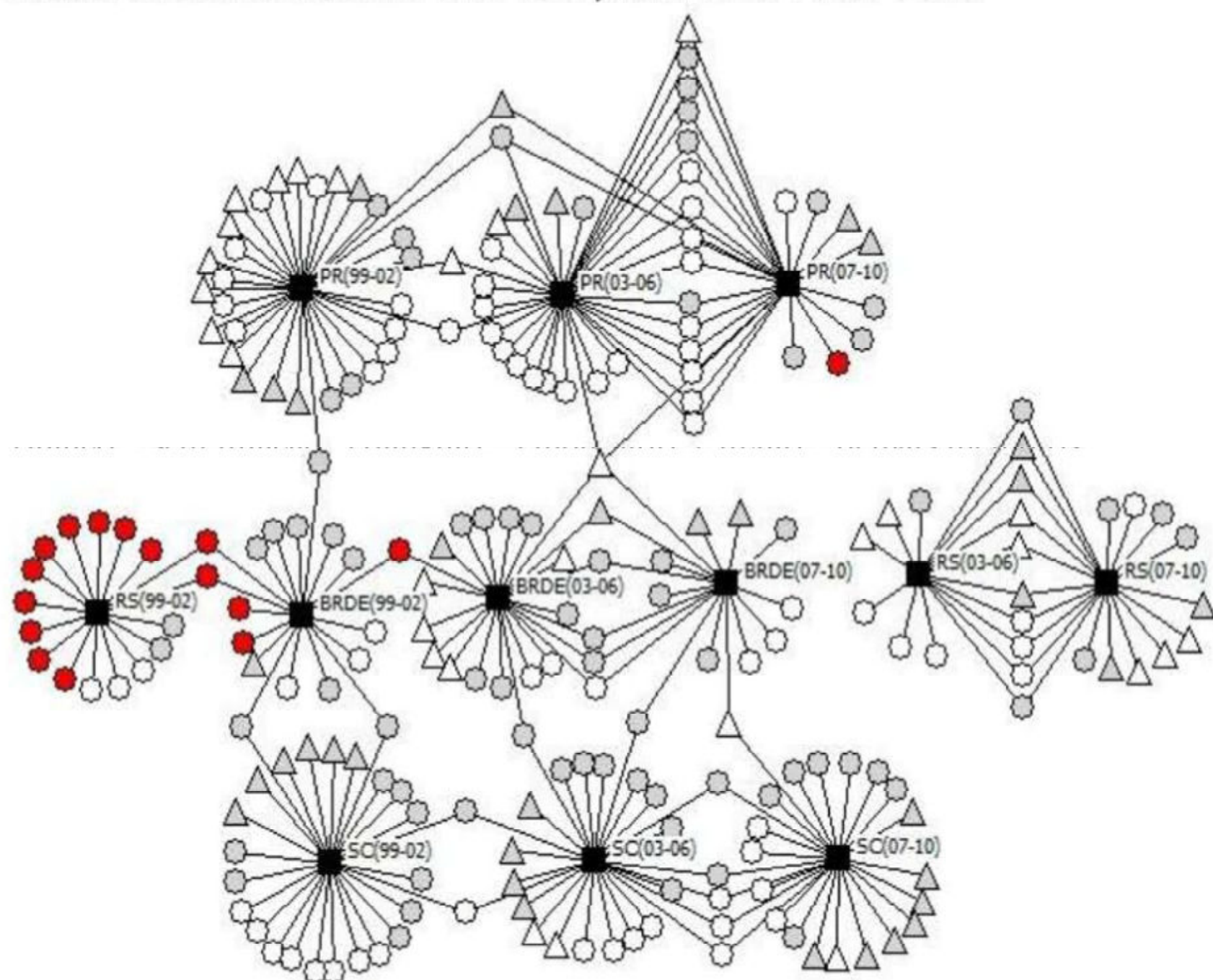


Fonte: TSE. Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Verde – membros filiados ao DEM; Cinza – filiados a outros partidos; Branco – sem filiação; Triângulo – empresário; Círculo – demais membros.

Por fim, no “Sociograma 12” abaixo ilustrado, ao expressar a percepção acerca do PT enquanto partido presente no tempo e nos espaços priorizados pelo estudo, realça-se a presença desta legenda no conjunto dos atributos e relações, políticas e empresariais, demarcados no mencionado gráfico. Desta forma, levando em conta os cargos de comando das quatro instituições delimitadas, o PT esteve presente em quatro das doze administrações examinadas. Assim contextualizado, o PT encerrou 16 filiados, sendo que nenhum deles era empresário. Portanto, no recorte das 12 gestões, entre 1999 e 2010, considerando todos os partidos envolvidos pelo estudo (13), e considerando o número total de filiados (127), filiados-empresários (36) e de filiados não-empresários (91), o PT contou com: 12,5% dos filiados, 17,5% dos filiados não-empresários e nenhum filiado-empresário.

Sociograma 12 – Membros filiados ao PT. Direção do BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Período: 1999-2002, 2003-2006 e 2007-2010.



Fonte: TSE. Elaboração própria. Software Ucinet6 e Netdraw.

Legenda: Vermelho – membros filiados ao PT; Cinza – filiados a outros partidos; Branco – sem filiação; Triângulo – empresário; Círculo – demais membros.

Realizada a comparação empresarial e política quanto ao contexto temporal que foi comum entre as quatro instituições delimitadas pela presente investigação (1999-2010), em seguida será examinado em conjunto todo o período abarcado pelo estudo (1995-2010). Além de envolver o momento histórico de recorte completo da análise proposta, tal abrangência propõe que não se perca de vista o principal alcance objetivado pelo trabalho, em face dos desenhos governamentais constituídos: dar conta de se compreender a configuração empresarial e política quanto ao preenchimento dos espaços de decisão institucional do BRDE, do BADESC, do BADESUL e da Fomento Paraná.

7.1 ABRANGÊNCIA INTEGRAL (1995-2010) DO ESTUDO PROPOSTO E O EXAME DE SUAS RESPECTIVAS PERCEPÇÕES

Obtidos os dados e realizadas as respectivas abordagens específicas quanto a cada uma das instituições priorizadas pelo estudo, cumpre cruzar tais informações entre si no sentido de se identificar relações as quais nos remetem a percepções referentes a semelhanças, contrastes, convergências e conexões entre estas mesmas entidades. Por conseguinte, faz-se relevante a avaliação de tais movimentos relacionais no sentido de se alcançar uma compreensão mais integral quanto à representação/composição empresarial e sociopolítica das focadas quatro instituições da região sul do Brasil, tanto especificamente como em conjunto, no que diz respeito aos seus padrões de atributos que, ao longo do tempo, foram se constituindo.

Primeiramente tratando dos espaços preenchidos por representantes empresariais nos cargos de comando de tais instituições, é possível verificar, como consta na Tabela 1, que no período delimitado pelo estudo, entre 282 membros considerados, 81 deles ou seja 28,7%, eram empresários ou estavam vinculados ao setor empresarial. A Fomento Paraná apresentou a maior participação (30,6%) enquanto o BADESUL a menor (26,4%).

Tabela 1: FOMENTO PARANÁ/BADESUL/BADESC/BRDE - DIREÇÃO: número de membros e participação empresarial

Instituições	Membros	Empresários	% empresários
FOMENTO PARANÁ (1999-2010)	72	22	30,6
BADESUL (1998-2010)	53	14	26,4
BADESC (1999-2010)	70	21	30,0
BRDE (1995-2010)	87	24	27,6
Total	282	81	28,7

Fontes: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015) e dados referentes às fontes das Notas de rodapé dos Capítulos 3 a 6. Elaboração própria.

Note-se que, ao longo de todo o período, ainda que em termos absolutos o número de membros do comando das quatro instituições tenha uma variação grande (53, 70, 72 e 87), as proporções das participações empresariais em cada uma das instituições estão muito próximas (26,4%, 27,6%, 30,0% e 30,6%).

Ao contrário da acima mencionada similitude das quatro instituições quanto à proporção dos empresários que integraram o comando das mesmas, as administrações governamentais específicas de cada uma das respectivas entidades refletiram discrepâncias numéricas notáveis, entre cada uma destas gestões, no que se refere ao preenchimento de tais espaços. A Tabela 2 evidencia esta situação.

Tabela 2: FOMENTO PARANÁ/BADESUL/BADESC/BRDE - DIREÇÃO: número de membros e participação empresarial por Governo

Instituições/ Governos	Membros	Empresários	% empresários
FOMENTO PARANÁ	72	22	30,6
Lerner (99-2002)	33	15	45,5
Requião (2003-2006)	34	6	17,6
Requião (07-2010)	25	5	20,0
BADESUL (1998-2010)	53	14	26,4
Britto (Dez. 1998)	11	3	27,3
Dutra (99-2002)	17	0	0
Rigotto (2003-2006)	16	7	43,8
Crusius (2007-2010)	20	10	50,0
BADESC (1999-2010)	70	21	30,0
Amin (99-2002)	26	6	23,0
L. Henrique(03-2006)	26	6	23,0
L.Henrique (07-10)	25	9	36,0
BRDE (1995-2010)	87	24	27,6
Lerner/ Britto /P.Afonso (95-1998)	38	14	36,8
Lerner/ Dutra/ Amin (99-2002)	18	1	5,6
Requião/Rigotto/ L. Henrique (03-06)	23	7	30,4
Requião /Crusius/ L. Henrique (07-10)	17	4	23,5

Fontes: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015) e dados referentes às fontes das Notas de rodapé dos Capítulos 3 a 6. Elaboração própria.

Obs.: O resultado da soma do número de integrantes por gestão (valores que não estão em negrito) difere do total de integrantes de cada instituição (valores em negrito) porque alguns deles ocuparam cargos em mais de uma gestão.

No sentido do que acima se constata, cada uma das quatro instituições, comparando seus próprios períodos administrativos, expressa uma intensa oscilação interna quanto à participação empresarial. Os dados referentes a cada uma das entidades examinadas manifestam, inclusive, que as proporções extremas, no que diz respeito às menores e às maiores participações empresariais, refletem valores que na Fomento Paraná vão de 17,6% (primeiro governo Requião) até 45,5% (governo Lerner), no BADESUL vão de 0% (governo Dutra) até 50% (governo Crusius), no BADESC vão de 23% (governo Amin e

primeiro governo Luiz Henrique) até 36% (segundo governo Luiz Henrique) e no BRDE vão de 5,6% (gestão compartilhada de Lerner/Dutra/Amin) até 36,8% (gestão compartilhada de Lerner, Britto e Paulo Afonso). Chama atenção o fato de que, ainda que na média geral o BADESUL seja a instituição que possuiu a menor proporção de participação empresarial (26,4%), é em relação a esta entidade que se verifica o maior índice de participação empresarial de um período administrativo específico (50%, referente ao governo Crusius) se comparados com os outros 13 governos que geriram os demais períodos delimitados pelo estudo de cada uma das quatro entidades. Não obstante, foi também no BADESUL que se revelou o único período administrativo em que houve ausência de participação empresarial (Governo Dutra) se comparado com os demais 13 governos de cada uma das quatro instituições. Por sua vez, o BADESC foi a instituição mais estável no que se refere ao número total de membros pertencentes ao comando da instituição (26, 26 e 25) quanto à totalização de empresários integrantes de tais espaços (6, 6 e 9), contemplando uma frequência empresarial de 23%, 23% e 36% de presença nos cargos decisórios desta empresa.

No que se refere aos vínculos políticos, e independentemente de serem empresários ou não, 155 membros constavam com filiações partidárias (54,9%) dentro do universo completo de 282 integrantes do comando institucional das quatro entidades examinadas entre 1995 e 2010. Tais dados são expressos na Tabela 3, sendo que a mesma também leva ao diagnóstico de que, se acrescentados ao conjunto de filiados todos aqueles integrantes que constam com filiações em demais momentos que não estão delimitados pelo estudo, perfaz-se um total de 182 integrantes com vinculação político-partidária (64,5%).

Tabela 3: FOMENTO PARANÁ/BADESUL/BADESC/BRDE - DIREÇÃO: número de membros e total de filiação partidária

Instituições	Membros	TOTAL DE FILIADOS	% FILIADOS	Filiados em outros momentos	Sem filiação
FOMENTO PARANÁ (99-2010)	72	27	37,5	11	34
BADESUL (1998-2010)	53	28	52,8	3	22
BADESC (1999-2010)	70	46	65,7	3	21
BRDE (1995-2010)	87	54	62,1	10	23
TOTAL	282	155	54,9	27	100

Fontes: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015) e TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaboração própria.

Obs.: as filiações partidárias foram consideradas quanto ao momento que coincidiu com as aprovações dos nomes para o comando da instituição.

Em termos gerais pode-se constatar que a filiação partidária é uma condição predominante para a indicação aos postos de comando das instituições de fomento analisadas. Com exceção da Fomento Paraná que se constata uma filiação partidária de 37,5%, os demais casos ultrapassam os 50%, chegando a 65,7% no caso do BADESC. No entanto, é importante observar que existem diferenças significativas em relação aos partidos de filiação e os distintos governos, como se verá nos próximos parágrafos.

Os registros específicos das filiações partidárias de tais membros dos espaços decisórios (Tabela 4) revelam que o PMDB com 53 casos – que representam 34% do total de filiados –, foi o partido com maior presença no comando das instituições de fomento. Os demais partidos têm a seguinte participação (números absolutos e participação relativa): PP 32 (21%), PSDB 20 (13%), DEM 19 (12%), PT 18 (12%), PTB 5 (3,2%), PDT 3 (1,9%), PPS 3 (1,9%), PSB e PTC com um filiado (0,6% cada). Entre estes integrantes filiados, mais de um terço, portanto, tinha vinculação ao PMDB. Nestes termos, voltemos à memória de que, no período 1995-2010, o PMDB teve como governadores Roberto Requião (2003-2010), Antônio Britto (1995-1998), Germano Rigotto (2003-2006), Paulo Afonso Vieira (1995-1998) e Luiz Henrique da Silveira (2003-2010). Assim, entre 1995 e 2010, o PMDB administrou o Paraná e o Rio Grande do Sul ao longo de oito anos e Santa Catarina durante

doze anos, resultando não somente na intensa indicação de nomes desta legenda para ocupar espaços em suas agências de fomento mas, também, como circunstância propícia para designar membros do partido para compor a direção do BRDE.

Tabela 4: FOMENTO PARANÁ/BADESUL/BADESC/BRDE - DIREÇÃO: número de membros e filiação por partido

Instituições	Membros	PMDB	PSDB	PFL/ DEM	PPB/ PP	PTB	PT	PTC	PDT	PSB	PPS	TOTAL DE FILIADOS	% FILIADOS	Filia-dos em outros momentos	Sem filiação
FOMENTO PARANÁ (1999-2010)	72	10	5	5	3	2	1	1				27	37,5	11	34
BADESUL (1998-2010)	53	7	4	1		1	13a		2a	1		28	52,8	3	22
BADESC (1999-2010)	70	13	10	9	12						2	46	65,7	3	21
BRDE (1995-2010)	87	23	1	4	17	2	5		1		1	54	62,1	10	23
TOTAL	282	53	20	19	32	5	18	1	3	1	3	155	54,9	27	100

Fontes: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015) e TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaboração própria.

(a) Uma das integrantes do BADESUL teve duas aprovações de seu nome, para participar do comando da instituição, enquanto esteve filiada ao PDT e outras duas aprovações a partir do momento em que esteve filiada ao PT.

Obs.: as filiações partidárias foram consideradas quanto ao momento que coincidiu com as aprovações dos nomes para o comando da instituição;

Além da presença peemedebista já relatada no parágrafo anterior e apresentada na respectiva tabela, chama atenção o fato de que o PPB/PP, ainda que também tivesse alcançado grande representação quanto à totalização dos integrantes pertencentes aos quadros decisórios recortados pelo estudo (32 membros), teve como governador eleito de sua legenda somente Esperidião Amin, e em um único mandato que se estendeu de 1999 até 2002. Precisamente o PPB/PP também compôs a coligação que levou Jaime Lerner (PFL) à sua reeleição ao executivo paranaense em 1998, porém tal aliança não ofereceu oportunidade aos progressistas nem mesmo ao lançamento de candidato a vice na chapa de Lerner. Por sua vez, em todo o período 1995-2010 o Rio Grande do

Sul jamais teve a presença do PPB/PP no contexto de legendas que fizeram parte das coligações vitoriosas. Levando em conta este fato, e também considerando que o BADESUL não possuiu nenhum nome deste partido entre seus principais membros ao longo de todo o período examinado, ainda assim o estado do Rio Grande do Sul indicou 7 de seus correligionários para integrar os espaços de comando do BRDE entre 1995 e 2010 (Cf. Quadro 41). Comparativamente, deve-se atentar aqui para o fato de que, no mesmo período, Paraná e Santa Catarina, estados que, ao contrário do Rio Grande do Sul, compuseram coligações vitoriosas do PPB/PP em suas circunscrições, indicaram respectivamente 3 e 7 representantes desta legenda para assumir cargos de comando no BRDE (cf. Quadro 41).

Como se constata na tabela acima, PMDB, PSDB e PFL/DEM foram os únicos partidos que tiveram representantes seus enquanto integrantes dos cargos de comando de todas as quatro instituições delimitadas. PPB/PP e PT, ainda que também somassem uma totalização considerável de filiados nos espaços decisórios, não estiveram presentes em todas as quatro entidades, já que o PPB/PP esteve ausente dos cargos de comando do BADESUL e o PT não integrou tais cargos referentes ao BADESC.

Como se vê nas tabelas 3 e 4, os 155 filiados representaram 54,9% do total de 282 membros dos espaços decisórios, ao passo que, em relação aos empresários (tabelas 1 e 2), totalizaram em número de 81 (28,7%) os seus representantes que integraram os mesmos espaços ao longo de todo o recorte temporal situado. Assinalando dados mais específicos, ainda no sentido de relacionar tais informações condizentes a empresários e filiados, e expostos por meio das mencionadas tabelas, percebe-se que a Fomento Paraná foi a entidade que manifestou a presença do maior quantitativo de empresários (30,6%) e, ao mesmo tempo, encerrou a menor quantidade de filiados (37,5%). Estas referidas proporções (30,6% e 37,5%) igualmente colocam a Fomento Paraná como a instituição que representou a menor diferença percentual no que diz respeito à relação entre os atributos empresariais e de filiação partidária. Isto porque as demais entidades respectivamente refletiram diferenças que foram de 26,4% a 52,8% (BADESUL), 27,6% a 62,1% (BRDE) e 30,0% a 65,7% (BADESC). Assim, enquanto o BADESC expressou a maior diferença real de entre os dois atributos (35,7%), a Fomento Paraná, que foi a empresa com maior participação empresarial no comando decisório, expressou uma diferença de 6,9%.

Concernente à tabela abaixo, faz-se manifesto um conjunto ainda maior de relações entre fatores empresariais e de filiação partidária correspondentes às instituições examinadas:

Tabela 5: FOMENTO PARANÁ/BADESUL/BADESC/BRDE - DIREÇÃO: número de membros, filiação partidária e participação empresarial (nas gestões específicas consta apenas a filiação partidária dos empresários)

Instituições/ Governos	Membros	PMDB	PSDB	PFL/ DEM	PPB/PP	PTB	PT	PTC	PDT	PSB	PPS	Filiados em outros momentos	Sem filiação	EMPRESARIOS (*)	% empresários
FOMENTO PARANÁ (1999- 2010)	72	10	5	5	3	2	1	1				11	34	22	30,6
Lerner (99-2002)	33		1	3		1							10	15	45,5
Requião (2003- 2006)	34	2											4	6	17,6
Requião (07-2010)	25	1	2										2	5	20,0
BADESUL (1998-2010)	53	7	4	1		1	13 (a)		2(a)	1		3	22	14	26,4
Britto (Dez. 1998)	11												3	3	27,3
Dutra (99-2002)	17													0	0
Rigotto (2003- 2006)	16	1		1(b)									5	7	43,8
Crusius (2007- 2010)	20	2	1	1(b)					1				5	10	50,0
BADESC (1999- 2010)	70	13	10	9	12						2	3	21	21	30,0
Amin (99-2002)	26			2	4									6	23,0
L. Henrique (03- 2006)	26	3									1		2	6	23,0
L.Henrique (07- 10)	25	1	6										2	9	36,0
BRDE (1995- 2010)	87	23	1	4	17	2	5		1		1	10	23	24	27,6
Lerner/ Britto /P.Afonso (95- 1998)	38	4		1	2	2			1				4	14	36,8
Lerner/ Dutra/ Amin (99-2002)	18			1										1	5,6

continua

participações de filiados-empresários que foram registradas, duas delas se deveram a dois integrantes que participaram do comando institucional em duas gestões governamentais diferentes (Casildo Maldaner, do PMDB, que adveio das administrações sucessivas de Luiz Henrique, e Francisco Fernando Fontana, do PFL/DEM, que adveio das administrações sucessivas de Jaime Lerner). O BADESC foi a única entidade em que cada empresário-filiado integrou uma única gestão, resultando em um total de 17 participações no comando institucional.

No sentido do que também se verifica a partir dos dados da tabela 5, o BADESC foi a instituição que apresentou, nos cargos de comando institucional, o maior contingente de membros que simultaneamente figuravam como empresários e como filiados a algum partido político, tanto em números brutos quanto em percentuais: 17 dos 21 empresários eram filiados (80,9%). No Badesul, 5 dos 14 empresários eram filiados a algum partido político (35,7%); na Fomento Paraná, 9 dos 22 empresários (40,9%); no BRDE, 14 dos 24 empresários (58,3%). Desta forma, ainda que as quatro instituições expressassem números bastante próximos quanto à relação entre o total de membros e o total de integrantes-empresários (valores entre 26,4% e 30,6%), as mesmas instituições apresentaram números muito discrepantes quanto à relação entre o total de empresários e o total de empresários-filiados (valores entre 35,7% e 80,9%).

Em relação aos três estados, entre todas as gestões governamentais, a do governo Amin (1999-2002) foi a única em que todos os empresários (seis) designados para o comando do BADESC eram concomitantemente filiados a um partido político (quatro ao próprio partido do Governador, na época o PPB, e dois ao então PFL). Igualmente como caso à parte, mas pelo motivo inverso ao do anterior, no governo Britto se deu a única gestão em que nenhum dos empresários designados ao comando do BADESUL era filiado a partidos políticos (três integrantes no ano de 1998). Neste último caso, deve-se considerar o fato de que o BADESUL, enquanto agência de fomento, implementou o início de suas atividades exatamente ao final do ano de 1998, momento de término do governo Britto.

Outra singularidade, já abordada ao longo do capítulo IV e também exposta na última tabela, é que não havia nenhum empresário entre os 17 membros do comando do BADESUL no decorrer do governo Dutra (1999-2002). Ademais, tampouco eram empresários os seis integrantes do BRDE designados por este governo ao longo de seu mandato. Particularidade esta, quanto à ausência de composição empresarial no BADESUL e no BRDE, que fez do governo Dutra uma

exceção dentre o total de exercícios administrativos referentes ao conjunto das 12 gestões governamentais que, somadas, dirigiram o poder público dos 3 estados entre 1995 e 2010.

Não obstante, nas quatro instituições demarcadas, a maior parte da participação empresarial em geral se deu de forma conexas à filiação partidária e relacionada a um conjunto amplo de siglas, tais quais o PMDB, PSDB, PFL/DEM, PPB/PP, PTB, PDT e PPS. Tais empresários representantes destes partidos participaram 50 vezes dos cargos de comando das referidas entidades, ao passo que os empresários sem filiações partidárias estiveram presentes em 43 oportunidades na ocupação de tais cargos. No entanto, em que pese a presença de filiações a vários partidos, é marcante a presença de empresários filiados ao PMDB (17 casos, que representam 34% do total de 50 participações) (Cf. Tabela 6). Em seguida se destaca o PSDB com 10 (20%) que somado ao PMDB representam 54% das filiações empresariais, seguindo o PFL/DEM com 9 (18%). A presença de empresários filiados ao PPB/PP se concentrou mais em Santa Catarina, durante o governo Amin (são 4 casos de um total de 8 deste partido).

Tabela 6: Total de participações de empresários com filiação partidária na Fomento Paraná, BADESUL, BADESC e BRDE (1995-2010).

Partido	Participação de Empresários-filiados	%
PMDB	17	34
PSDB	10	20
PFL/DEM	9	18
PPB/PP	8	16
PTB	3	6
PDT	2	4
PPS	1	2
Total	50	100

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015). Elaboração própria.

Obs: A participação de empresários-filiados representou 53,7% do total de empresários.

É interessante observar algumas particularidades desta participação empresarial filiada a partidos políticos. Na Fomento Paraná, enquanto o governo Lerner (1999-2002) deu preferência a empresários filiados ao PFL/DEM (são três casos) o governo Requião privilegiou o PMDB no primeiro mandato e o PSDB no segundo (cf. Tabela 5). No

Badesul, a maior participação se deu no governo Crusius (2007-2010) que ampliou a representação político-empresarial com filiados a quatro partidos (PMDB, PSDB, PFL/DEM e PDT). E no BADESC que a clivagem partidária é nítida, com o governo Amin priorizando empresários do PP e do PFL enquanto o governo Luiz Henrique prioriza o PMDB com três empresários deste partido no primeiro mandato e o PSDB no segundo, com o maior número de participação empresarial verificado na pesquisa (seis). No BRDE, em relação à participação de filiados empresários, também predominou o PMDB (7 casos) enquanto a participação de empresários de outros partidos ficou concentrada na primeira gestão que foi analisada (1995-1998).

Nos parágrafos seguintes analisaremos de forma mais detalhada a composição dos cargos principais dentro do comando das quatro instituições considerando como tal o de Diretor Presidente (Diretoria) e o de Presidente do Conselho de Administração e das Juntas da Administração.

Neste sentido é que, dos 282 membros que preencheram os órgãos de comando das quatro instituições ao longo de todo este tempo, 44 deles correspondem aos mencionados acima. Os demais atuaram nos respectivos cargos de conselheiros administrativos, fiscais e enquanto titulares de diversas diretorias, e membros de juntas e representações.

Os dados principais estão no Quadro 47 e incluem os integrantes, as instituições, os cargos que ocuparam, as filiações partidárias, a indicação da condição de empresário e os respectivos governos.

Quadro 47: BADESC (1999-2010), BADESUL (1998-2010), Fomento Paraná (1999-2010) e BRDE (1995-2010) – Integrantes que ocuparam cargos de Presidente e Diretor Presidente do Conselho Administrativo (CA) e Diretoria (DIR) respectivamente

Membro	Instituição	Órgão	Cargo	Partido	Empresário	Governo
Antônio C. Vieira	BADESC	CA	Presid.	PP		Amin
Arno Garbe	BADESC	DIR	Dir. Presid.	PP		Amin
José Lunardelli	BADESC	CA	Presid.	DEM		Amin
Max Bornholdt	BADESC	CA	Presid.	PMDB		1º LHS (*)
Sayde Miguel	BADESC	DIR	Dir. Presid.			1º LHS
Alfredo Sobrinho	BADESC	CA	Presid.	PMDB	Sim	1º LHS
Antônio Gavazzoni	BADESC	CA	Presid.	DEM		2º LHS
Cleverson Siewert	BADESC	CA	Presid.			2º LHS
Cromácio da Rosa	BADESC	DIR	Dir. Presid.	PSDB	Sim	2º LHS
Dalírio Beber	BADESC	DIR	Dir. Presid.	PSDB	Sim	2º LHS

continua

continuação

Sérgio Alves	BADESC	CA	Presid.		Sim	2° LHS
Renato Vianna	BADESC	DIR	Dir. Presid.	PMDB		1° LHS
Joao C. B. Torres	BADESUL	CA	Presid.	PMDB		Britto
Eduardo A. de L. Maldonado Filho	BADESUL	DIR	Dir. Presid.			Dutra
Jose L. Moraes	BADESUL	CA	Presid.	PT		Dutra
Dagoberto Godoy	BADESUL	CA/ DIR	Presid. e Dir. Presid.		Sim	Rigotto
Carlos Hartmann	BADESUL	DIR	Dir. Presid.	PSDB		Crusius
Marcio Biolchi	BADESUL	CA	Presid.	PMDB		Crusius
Ricardo Englert	BADESUL	CA	Presid.	PMDB	Sim	Crusius
Ricardo R. Hingel	BADESUL	CA	Presid.		Sim	Crusius
Rogério A. Wallau	BADESUL	DIR	Dir. Presid.	PMDB		Crusius
Susana Kakuta	BADESUL	CA/ DIR	Presid. e Dir. Presid.		Sim	Crusius
Antonio de Araujo	Fomento PR	DIR	Dir. Presid.	DEM		Lerner
Francisco A. C. de Britto Filho	Fomento PR	DIR	Dir. Presid.			Lerner
Giovani Gionedis	Fomento PR	CA	Presid.			Lerner
Ingo Hubert	Fomento PR	CA	Presid.	DEM	Sim	Lerner
Pedrinho Furlan	Fomento PR	DIR	Dir. Presid.		Sim	Lerner
Antonio Arten	Fomento PR	DIR	Dir. Presid.			1° Requião
Jose L. da Silva	Fomento PR	DIR	Dir. Presid.			1° Requião
Murilo Schmitt	Fomento PR	DIR	Dir. Presid.			2° Requião
Heron Arzua	Fomento PR	CA	Presid.	PMDB		1° e 2° Requião
Nelson Wedekin	BRDE	DIR	Dir. Presid.	PDT	Sim	P. Afonso
Luiz Ferrari	BRDE	DIR	Dir. Presid.	PP		Amin
Casildo Maldaner	BRDE	DIR	Dir. Presid.	PMDB	Sim	1° e 2° LHS
Renato Vianna	BRDE	DIR	Dir. Presid.	PMDB		2° LHS
Francisco Fontana	BRDE	DIR	Dir. Presid.	DEM	Sim	Lerner
Aldo de Almeida Júnior	BRDE	DIR	Dir. Presid.			Lerner
Carlos de Souza Filho	BRDE	DIR	Dir. Presid.			1° Requião
Airton Pissetti	BRDE	DIR	Dir. Presid.	PMDB		2° Requião
José Moraes Neto	BRDE	DIR	Dir. Presid.	PMDB		2° Requião
José da Silva	BRDE	DIR	Dir. Presid.	PMDB		Britto
Carlos Horn	BRDE	DIR	Dir. Presid.	PT		Dutra
Lélio de Souza	BRDE	DIR	Dir. Presid.	PMDB		Rigotto

Mário B. Neto	BRDE	DIR	Dir. Presid.	PPS		Crusius
---------------	------	-----	--------------	-----	--	---------

Fontes: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015), TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (2015) e dados referentes às fontes das Notas de rodapé dos Capítulos 3 a 6. Elaboração própria.

(*) LHS = Luiz Henrique da Silveira

Em termos gerais, pode-se constatar que, entre os 44 diretivos que ocuparam o comando principal das instituições (presidência do Conselho de Administração e da Diretoria), 29 deles (ou seja, 65,9%) possuíam filiação partidária. Aqui também observamos a hegemonia do PMDB, com 14 filiados, ficando os demais partidos com menor participação: cinco com o DEM; PSDB e PP com três cada um; PT com dois; e o PDT e PPS com apenas um filiado.

Em relação à presença empresarial no alto comando das instituições pode-se constatar a existência de 13 empresários, que representa 29,5% do total de 44 deste núcleo seletivo. Essa participação está próxima da média verificada para a presença total dos empresários, conforme visto anteriormente. A maioria deles (oito) eram filiados à partidos políticos, dos quais 3 no PMDB, 2 no PSDB, 2 no DEM e 1 no PDT. Quanto aos 13 empresários do núcleo do comando das quatro instituições, seus ramos de atuação referentes às atividades na iniciativa privada eram bastante diversificados (quadro abaixo).

Quadro 48: BADESC, BADESUL, Fomento Paraná e BRDE - Ramo/setor/atuação dos empresários integrantes dos núcleos dos comandos das instituições (Presidentes e Diretores Presidentes) (1995-2010)

Empresários	instituição	Alimentação	Agroind./ Agropec./Reforest./ Papel e celulose	Constr. Civil/ Imobiliário	Farmacêutico	Finanças	Peças, componen. e equipam.	Plástico	Serviços Empresariais*	Vestuário
Alfredo Sobrinho	BADESC		X							
Cromácio da Rosa	BADESC							X		X
Dalírio Beber	BADESC			X						
Sérgio Alves	BADESC					X	X			X
Dagoberto	BADESUL			X	X				X	

continua

conclusão

Godoy										
Ricardo Englert	BADESUL								X	
Ricardo R. Hingel	BADESUL					X				
Susana Kakuta	BADESUL								X	
Casildo Maldaner	BRDE		X							
Francisco Fontana	BRDE		X							
Nelson Wedekin	BRDE					X				
Ingo Hubert	Fomento PR							X		
Pedrinho Furlan	Fomento PR	X								

Fonte: dados referentes às fontes das Notas de rodapé dos Capítulos 3 a 6. Elaboração própria.

(*) Contábeis, consultorias e assessorias.

Ainda que se fizessem diversas as atividades empresariais retratadas, algumas delas predominaram entre as executadas pelos 13 membros do núcleo do comando das instituições examinadas. É o que se percebe quanto ao grupo dos empresários ligados ao conjunto das atividades da agroindústria/agropecuária/reflorestamento/papel e celulose, ao ramo das finanças e ao conjunto dos serviços empresariais (contábeis, consultorias e assessorias). Também se verificam integrantes que atuaram em mais de uma atividade empresarial, como foi o caso de Cromácio da Rosa e de Sérgio Alves (ambos do BADESC), e Dagoberto Godoy (do BADESUL). Igualmente se notam, entre os mencionados 13 membros, alguns políticos tradicionais de seus estados como foi o caso de Casildo Maldaner, ex-governador e ex-senador catarinense; Dalírio Beber, um dos fundadores do PSDB em Santa Catarina, presidente catarinense da sigla e figura sempre influente nas atuações do partido; Nelson Wedekin, ex-senador catarinense; e Francisco Fontana, que foi fundador do PFL no Paraná e candidato a vice-prefeito de Jaime Lerner em Curitiba, nas eleições de 1985.

Dentre os 13 integrantes acima, também se verifica a presença de dois representantes daquela que era, então, uma das maiores forças do

empresariado regional, a agroindústria Sadia: Pedrinho Furlan (na Fomento Paraná) e Alfredo Sobrinho (no BADESC).

Também é significativo o registro de que, entre os empresários integrantes do núcleo do comando das instituições, três deles estão assinalados como pertencentes ao setor de serviços. Tais serviços eram empresariais, exercidos especialmente no desenvolvimento de atividades aplicadas em setores estratégicos que realizavam articulações entre a administração pública e organizações privadas. Tais atividades tinham sempre o intuito de colaborar com a assistência à melhor adequação das gestões governamentais àquilo que os interesses empresariais almejavam a partir de seus projetos de curto, médio e longo prazos.

Dagoberto Godoy, Ricardo Englert e Susana Kakuta são tais integrantes e todos eles foram presidentes do Conselho de Administração do BADESUL, sendo que Godoy e Kakuta também foram diretores-presidentes na mesma instituição. Godoy integrou o governo Rigotto e Englert e Kakuta fizeram parte do governo Crusius. As informações mais detalhadas sobre a trajetória desses empresários foi apresentada nos capítulos anteriores, de onde recuperamos alguns dados para situar aqui. Godoy, que também era ligado ao setor empresarial farmacêutico e das construtoras, consta como sócio gerente de uma empresa de consultoria desde 1989. Englert, que já havia integrado o comando do BADESUL nos governos Britto e Rigotto, mas que foi no governo Crusius que atuou como membro do núcleo comando da empresa, possui um longo histórico de colaboração aos interesses empresariais tanto no interior das estruturas do poder público gaúcho quanto em relação às suas atividades exercidas junto ao Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS). Kakuta atuou como diretora de Operações do Sebrae/RS e foi uma das coordenadoras técnicas da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Faz-se perceptível, desta forma, que a origem empresarial dos integrantes do núcleo do comando do BADESUL não advinha unicamente dos setores primário e secundário, mas que também o setor de serviços igualmente era tido como um espaço empresarial importante quanto à colaboração ao aprimoramento da articulação entre os planejamentos públicos e os interesses privados, no que concerne à atuação da mencionada agência.

E tal relevância do setor de serviços fica ainda mais evidente, como também se constata no quadro acima, quando se percebe que sujeitos com atuações no mundos das finanças privadas, como Nelson Wedekin (área de previdência privada), Sérgio Alves (dirigiu a Manchester S.A. Corretora de Câmbio e Títulos) e Ricardo Hingel

(Diretor Regional do Banco BTG Pactual) igualmente foram alçados para integrar, respectivamente, o núcleo do comando do BRDE, do BADESC e do BADESUL. Por outro lado, mesmo que se tratassem de entidades que operassem em uma ampla dinâmica que envolvia a atuação econômica em unidades específicas da federação e na região sul como um todo, o meritocrático conhecimento desta área não era considerado como requisito indispensável para que se ocupassem os principais espaços decisórios de tais instituições. Desta forma, para ser um ocupante do núcleo do comando de uma das quatro instituições, presidindo o CA ou sendo Diretor-Presidente, não era imprescindível que se tivesse um qualificado conhecimento técnico ou científico na área econômica, por exemplo. Assim é que, cruzando os dados dos quadros 47 e 48 com aqueles que ao longo dos capítulos III, IV, V e VI dizem respeito às profissões/ocupações/formações dos integrantes das quatro instituições, constata-se que somente uma pequena parte dos membros do núcleo do comando de tais entidades possuía formação em economia (9 entre os 44 membros). E entre os integrantes caracterizados como empresários, este número, ainda menor, era de 2 dos 13 membros. A formação predominante neste núcleo de comando das instituições é a jurídica com 20 casos (representa 45,4% dos 44 membros), proporção ainda mais expressiva entre os 13 empresários, com 8 deles com formação em direito. Sintetizando o presente capítulo, pode-se destacar: 1) o apontamento, de forma agregada, das informações e abordagens específicas relativas à ocupação dos cargos de comando (Diretorias e Conselhos Administrativo) das instituições delimitadas, mais especialmente quanto ao atributo de preenchimento empresarial e de filiação político-partidária de seus membros; 2) o exame e a interpretação de dados e registros, no seu conjunto e de maneira cruzada, que acabaram se expressando em padrões, formando médias e definindo proporções ao se comparar o processo de ocupação dos espaços decisórios das tais instituições entre si, e, internamente, comparar-se o mesmo processo em relação às gestões governamentais das próprias instituições; e 3) o exame acerca da conformação de preenchimento dos cargos de diretores-presidentes e presidentes dos CAs das quatro instituições delimitadas, cargos estes que, em seu conjunto, denominamos de “núcleos dos comandos” institucionais, sendo que no interior dos quais, por sua vez, encontramos a presença e atuação de representantes do empresariado.

Contemplou-se, assim, um retrato da ocupação dos espaços decisórios das quatro instituições, ao longo do período delimitado pelo estudo, ficando especialmente patentes as presenças de seus 282

membros quanto: às filiações político-partidárias; às correspondentes vinculações com o contexto governamental estadual e regional que lhes contextualizava; às suas vinculações empresariais referentes às respectivas particularidades conexas, entre as quais as atividades econômicas de onde advinham; aos chefes do executivo estadual que indicavam os que eram empresários ou não; aos partidos políticos aos quais pertenciam os membros das instituições; e, por fim, ainda mais especificamente, à conformação de 44 destes empresários e de não-empresários nos chamados núcleos dos *locus* institucionais decisórios, fossem estes núcleos nas presidências de diretorias ou nas presidências dos CAs.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

BRDE, Fomento Paraná, BADESUL E BADESC: quatro instituições que trazem em suas denominações conceitos que evocam “desenvolvimento”, “fomento”, “regionalismo”, “estadualismo” e “integração”. Suas políticas, práticas e programas de funcionamento foram se alterando à medida que também mudaram o contexto sociopolítico e econômico desde a dimensão internacional até o nível coletivo mais local onde o fator cultural imprime diuturnamente novos procedimentos e necessidades econômicas.

Episódios como as Guerras Mundiais..., os (secretos ou não) grupos de debates estratégicos como o *Council on Foreign Relations* (CFR), o *Political and Economic Planning* (PEP), o *Round Table Groups* e o *Royal Institute of International Affairs*..., decisões como as germinadas a partir dos Acordos de Bretton Woods e do Consenso de Washington..., comissões, que geraram supostos enfrentamentos entre governos imperialistas e nacionalistas e entre seus correspondentes governantes, como a CMBEU..., inspirações advindas da subida de Fidel ao poder, admitindo-se a possibilidade de se traçar novos caminhos para o futuro das coletividades..., artifícios e chantagens como os que foram arquitetados pelo grupo de John McCloy e utilizados contra a coalisão que o governo da França possuía com os seus aliados comunistas..., planos de governos em períodos democráticos ou autoritários..., programas de saneamento, privatização, desregulamentações, reformas liberais, neoliberais, enfim ... tudo isso se encontra no nascedouro e também no que é coevo do que se foi constituindo acerca dos chamados bancos de desenvolvimento internacionais, nacionais, regionais, estaduais e, mais recentemente, das agências de fomento.

Ao se pretender entrar no mérito quanto às variadas formas possíveis de utilização destas instituições pelo mundo afora, percebe-se que ao longo do tempo tais empresas foram manejadas e direcionadas para as mais diversas finalidades sociais, econômicas e políticas, sejam elas de alavancamento da infraestrutura nacional por meio do financiamento de empresas estratégicas, seja através de inclusão destas instituições em programas de políticas públicas que estivessem fundamentadas em relações de confiança comunitária, seja através de instigadores internacionais do desenvolvimento privado que pudesse propalar maior autonomia em relação a incertos programas econômicos governamentais, especialmente dos países periféricos, e seja através de núcleos que servissem como pontes entre as três esferas do poder público, tendo como destino final a realização de obras tidas como

imprescindíveis para a realização daquilo que cada coletividade compreende, a seu modo, como atendimento satisfatório ao bem-estar de seus cidadãos, urbanos ou rurais.

Não obstante se façam presentes tais elementos inovadores que, por suas características, são constituidores legítimos e exclusivos destas instituições contemporâneas, a aplicação das atribuições que cabem aos bancos de desenvolvimento e às agências de fomento estaduais acabam se dando, quase que sem exceção, por meio das mesmas práticas tradicionais de ocupação de espaços burocráticos ajustados aos poderes político e econômico prevalecentes. E assim ocorrendo muitas vezes de forma direta, por meio do preenchimento de suas diretorias e conselhos, mais especialmente os administrativos e fiscais, e principalmente com representantes advindos do contexto político oficial e também de vários ramos e setores da iniciativa privada que já encontram amplo reconhecimento e respaldo social fora destes espaços.

Espaços estes que, por este motivo, são privilegiados meios de reprodução do *locus* de poder em que determinados indivíduos realizam com eficiência a ininterrupta tecitura de objetivos privados por meio de sendas públicas. Tais indivíduos são, especialmente, empresários e políticos que, portanto, procuram agregar, por exemplo, como vimos, por meio de suas passagens pelo BRDE e pelas agências de fomento do sul do Brasil, mais uma faceta às suas carreiras de articuladores entre a população e o que a mesma espera que se faça para alcançar, de forma supostamente consensual, o chamado “desenvolvimento”.

Em um contexto de complexificação do capitalismo internacional em que o viés da aspiração pelo lucro derivado das finanças supera os limites da conexão da economia com o mundo concreto da produção, imprimindo, ademais, novas prioridades quanto aos investimentos e acessibilidade de crédito, nem sempre estendidas a camadas da sociedade que se fazem carentes do mesmo, faz-se de grande relevância o papel e as discussões a serem tratadas acerca da finalidade dos bancos de desenvolvimento, como é o caso do BRDE, e das agências de fomento, como são o caso das três oficiais do sul do Brasil. Instituições estas que, como vimos, não deixam de ser resultados últimos de processos sociopolíticos que, externamente, incluíram guerras e temores de supostas construções alternativas à ordem política e econômica internacional impulsionada pelos EUA e, internamente, muitas vezes se tornaram meros apêndices de planos de governos baseados em projetos políticos autoritários ou de reformas liberalizantes que, ao implementar programas de desregulamentações institucionais, contribuía ainda mais para concentrar e centralizar a gama de privilégios materiais e

culturais advindos das tradicionais formas de poder constituídas. Por sua vez, igualmente se intensifica tal processo a partir do momento em que os bancos de desenvolvimento e as agências de fomento, como foi o caso que também evidenciamos acerca do BRDE, da Fomento Paraná, do BADESUL e do BADESC, conformam seus espaços de comando institucionais (Diretorias e Conselhos Administrativo e Fiscal) em grande medida atendendo aos arranjos políticos a partir da composição governamental em turno, observando-se, em termos gerais a predominância de um partido, secundado por outros dois ou três. Neste sentido o vínculo partidário se mostrou com muita força como elemento formador das composições diretivas das instituições estudadas.

Em relação à participação de empresários em termos gerais, observou-se a garantia da presença dos mesmos no comando das instituições dentro de um certo padrão embora se tenha constatado diferenças significativas em relação às diferentes gestões dos governos dos estados do sul do país.

REFERÊNCIAS

AGENCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. **Estatuto Social**. Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 19 de junho de 1997.

ALBARUS SISTEMAS HIDRÁULICOS LTDA. **Diário Oficial Empresarial**. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, quarta-feira, 24 de junho de 2015, pág 42.

ALBUQUERQUE, E. S. de; AUED, I. M.. A atuação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) nos campos meridionais brasileiro. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, vol. 29, n.º 02, p. 329-354, jan/jun 2008.

ALCÂNTARA . J. C. **O dualismo partidário no período de 1966 a 1982 e sua representação local** . Tese de doutorado em História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Campus Assis, 2004.

BACCIN, E. V.C. **Educação Física Escolar**: Implicações das Políticas Educacionais na Organização do Trabalho Pedagógico. Dissertação – Mestrado em Educação Física – Pelotas, Universidade Federal de Pelotas, 2010.

BADESC- AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. **Estatuto Social**. Governo do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, BADESC, 1999.

_____. **Relatório da Administração do BADESC – ANO 2007**. Notas explicativas às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 . Florianópolis, Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A., 2008.

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS. **Estatuto Social**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 20 maio de 1998.

_____. **Histórico**: A linha do tempo. Disponível em: <<http://www.caixars.com.br/index.php?mnu=1&pg=38&cat=36>>. Acesso em: 11 de novembro de 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Banco Central Responde - Demanda 2015306301** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <gabrielschmitt@yahoo.com.br> em 30 de julho de 2015.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. Disponível em: <www.iadb.org/leg/Documents/Pdf/Convenio-Por.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2013.

BANCO MUNDIAL. **Quiénes somos: Historia**. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/es/about/history>>. Acesso em: 19 de outubro de 2013.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O BNDES: A empresa**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/>. Acesso em: 22 de outubro de 2013.

_____. **História**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html>. Acesso em: 22 de outubro de 2013.

BORGATTI, S.P. **NetDraw**: Graph Visualization Software. Harvard: Analytic Technologies, 2002.

_____. S.P., Everett, M.G. and Freeman, L.C. **Ucinet 6 for Windows**: Software for Social Network Analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 jul. 2013.

_____. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 1964.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14595.htm>. Acesso em: 10 julho de 2013.

_____. **Resolução 2828** – Banco Central do Brasil - Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento. Brasília, DF, 30 mar. 2001. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2001/pdf/res_2828_v5_P.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2014.

BRIZOLA, L. de M. **Discurso do governador Leonel Brizola por ocasião da instalação do CODESUL e do BRDE**. Disponível em: <<http://www.pdtrs.org.br/trabalhismo/20-nossa-historia/leonel-brizola/289-discurso-do-governador-leonel-brizola-por-ocasio-da-instalacao-do-codesul-e-do-brde>>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

CABRAL, O. H. **Visão de Brizola sobre a função do Estado**, 2005. Disponível em: <<http://www.pdtrs.org.br/todos-os-artigos/263-visao-de-brizola-sobre-a-funcao-do-estado>>. Acesso em: 27 de out. 2013.

CAIXARS CRESCE 275% NO PRIMEIRO SEMESTRE. **Jornal Gazeta do Sul**, Economia, p. 12, 27.08.2004, Santa Cruz do Sul, RS. Disponível em: <http://www.grupogaz.com.br/gazetadosul/tratadas/eo_edicao/1/2004/08/20040827_f65d6f272/pdf/382_20040827_317.pdf>. Acesso em 30 nov. 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGES. **Mémórias do Legislativo Lageano**. Lages, Câmara Municipal de Vereadores de Lages S.C., 2008.

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**. Marília, ano II, nº 3, 2008, p.37-46.

CASTRO, A. C. B. de. **Os bancos de desenvolvimento e a integração da América do Sul**: bases para uma política de cooperação. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

CASTRO, M. F. de; SAID, M. O BID Como ator estratégico na América Latina e no Caribe. In: Castro, M. F. de (org.) **A Sociedade**

Civil e o Monitoramento das Instituições Financeiras Multilaterais. Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2005, p. 167-182.

CERVI, E. U.; COLOMBO, R. Escândalo midiático e financiamento eleitoral: Comparação dos gastos de campanha dos deputados estaduais paranaenses Alexandre Khury e Nelson Justus entre 2006 e 2010. In: **38º Encontro Anual Anpocs**, 2014, Caxambu. Anais do 38º Encontro Anual Anpocs. Caxambu: Anpocs, 2014.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.5, dez. 1995, p.1-30 .

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - CRCRS. **Relatório de Atividades - Gestão 2002 -2005.** Porto Alegre, 2005.

COSTA, A. B.; BURGOS, F. Diversidade de Empreendedores, Diversidade de Programas: o Papel da Agência Curitiba de Desenvolvimento. In: GOMES, M. V. P.; A., M. A.; FERNANDES, R. J. R. (organizadores). **Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas.** 1ª ed. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2013, v. 1, p. 134-146.

COSTA, R. S. da. **Poder, espaço público e ciclo institucional:** a Codesc e o Sistema Financeiro Público Estadual em Santa Catarina. 1. ed. Palhoça: Editora da Unisul, 2014. v. 1.

COSTA NETO, Y. C. da. **Bancos oficiais no Brasil:** origem e aspectos de seu desenvolvimento. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

DEGENNE, A.; FORSÉ, M. **Les réseaux sociaux.** 2ª ed. Paris, Armand Colin, 2004.

DELLAMÉA, R. B. **A política de atração e manutenção dos investimentos industriais do estado do Rio Grande do Sul; uma análise do Fundo Operação Empresa.** Dissertação de Mestrado em Economia – Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

DENIS, H. **História do Pensamento Econômico**. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

DOUSTDAR, N. M. **O paranismo atualizado**: a democracia cristã e o planejamento no primeiro governo Ney Braga. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

DRAIBE, S. M. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, R. A. **A Internacional capitalista**: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918- 1986). 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

EMIRBAYER, M. Manifesto for a relational sociology. **The American Journal of Sociology**, vol. 103, nº 2, p. 281-317, Sep., 1997. Disponível em

<<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCcQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.gvpt.umd.edu%2FCITE-IT%2FDocuments%2FEmirbayer%25201997%2520Manifesto%2520for%2520a%2520relational%2520sociology.pdf&ei=i8JTVOCDN5XasASOk4HwBg&usg=AFQjCNEXetI5OaVMnF3L2SkFqiI3guVsfA&bvm=bv.78677474,d.eXY>>. Acesso em: 31 out. 2014.

ESPINOZA, V. Genealogia de los usos actuales del análisis de redes en Latino- américa. In: PORRAS, J. I.; ESPINOSA, V. (orgs.). **Redes**: enfoques y aplicaciones del Análisis de Redes Sociales (ARS). Santiago do Chile, Editorial Universidad Bolivariana, pp. 15-65, 2005.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2000.

FILOMENA, C. L. **Agente político, articulação e políticas públicas**: o antagonismo posicional na política do Rio Grande do Sul (1995-2002). Tese de Doutorado, Porto Alegre: UFRS, 2015.

FONSECA, P. C. D. **Da hegemonia à crise do desenvolvimento: a história do BRDE**. Porto Alegre: BRDE, 1988.

FURLAN, O. Colégio Santo Antônio de Blumenau, 95 anos de educação. **Blumenau em Cadernos**, Tomo XIII, Dez. 1972, nº 12, p. 230.

GARCIA, D. **O sistema financeiro do Rio Grande do Sul: da criação da Caixa Econômica Estadual ao surgimento dos bancos múltiplos**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

GOMES, C. A. F. **Planejamento e Industrialização em regiões periféricas: As idéias da CEPAL no Projeto Paranaense de Desenvolvimento**. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GOULART, J. Discurso ao instalar o Banco Regional do Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. In: MARCELINO, W. B. (org.). **Discursos selecionados do presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009, pp. 23-26.

GOULARTI FILHO, A. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, vol. 26, nº 1, pp. 627-660, jun 2005. Disponível em:
<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2096/2478>>. Acesso em 09/10/2015.

GRANOVETTER, M. The strenght of weak ties. **The American Journal of Sociology**, vol. 78, nº 6: 1360-1380, 1973.

_____. The strength of weak ties: a network theory revisited. In: MARSDEN, P. V.; LIN, N. (eds.), **Social structure and network analysis**. Beverly Hills, Sage, pp. 105-130, 1982.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **The American Journal of Sociology**, vol. 91, nº 3, pp. 481-510, 1985.

GROHMANN, L. G. M. As oposições no Rio Grande do Sul: balanço e perspectivas. **Conjuntura Política**, UFMG, v.34, 2002.

GROS, D. B. Individualismo e mercado: reflexões sobre a doutrina neoliberal. In: STREY, M. N.; CABEDA, S. T. L.; PREHN, D. R. (Orgs.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 223-247.

GÜTHS, M. L. A ação política do empresariado industrial catarinense: o caso da Fiesc – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. In: **V Workshop Empresa, Empresários e Sociedade**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

HIRST, M. E. S. **As relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional**: evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI . Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

KARSTEN S.A. **Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Karsten S.A. Realizada no dia 08.04.2004**. Blumenau, 08 de abril de 2004.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas), 1996.

LA COOPERACIÓN INTERNACIONAL EN BOLIVIA (2013). **Ministerio de Planificación del Desarrollo - Viceministerio de Inversión Pública y Financiamiento Externo**, 4ª edición, La Paz, 2013.

LIMA, A. E. M. **Avaliação de impacto e de efeitos econômicos nas regiões do Rio Grande do Sul dos projetos e investimentos industriais incentivados pelo FUNDOPEM no período 1989/1998**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LIMA, E. P. S. O neoliberalismo no Paraná: um resgate histórico. **Revista de História Regional**, ano 11, n.º 1, 2006, p. 109-124.

LOSSO, M. E. F. **A responsabilidade social da empresa na qualificação profissional do jovem**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

LOURENÇO, G. M. Economia paranaense: rótulos históricos e encaixe recente na dinâmica brasileira. **IPARDES Análise Conjuntural**. v. 26, n.º 11-12, nov./dez. 2005, p. 8-14.

_____. Cenários de recomposição do peso econômico do Paraná no Brasil. **Comunicado para o Planejamento**, Curitiba: IPARDES, n.º 9, maio 2011.

LOZARES, C. La teoría de redes sociales. **Papers**, n.º48, 1996, p. 103-126. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/papers/article/view/25386/58613>. Acesso em 30 out. 2014.

_____. Bases socio-metodológicas para el Análisis de Redes Sociales. **EMPIRIA - Revista de Metodología de Ciencias Sociales**. n.º 10, julio-diciembre, 2005, pp. 9-35.

LUNDBERG, E. L. Saneamento do sistema financeiro: a experiência brasileira dos últimos 25 anos. In: SADDI, J. (Org.). **Intervenção e liquidação extrajudicial do sistema financeiro nacional: 25 anos da Lei 6.024/74**. São Paulo: Textonovo, 1999.

MALDONADO FILHO, E. A. Os novos rumos do setor financeiro: evolução e transformações recentes do sistema financeiro. In: ALMEIDA, P. F. C. de. (coord.) **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, tomo 2, 1990, p. 403-452.

MANFREDINI, L. **Empreendedores do Paraná: oeste e sudoeste**. Curitiba, Ipê Amarelo, 2008.

MARX, K. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. Vols. 1-3. Trad. Reginaldo Sant Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

MICK, J. **O Caráter Social do Crédito**. Microcrédito, combate à pobreza e desenvolvimento alternativo – a experiência brasileira e o caso da Portosol (1996-2002). Tese de Doutorado, Florianópolis: UFSC, 2003.

MINELLA, A. C. **Banqueiros**: Organização e Poder Político no Brasil. Rio de Janeiro: ANPOCS e Espaço e Tempo, 1988. 530p.

MORAES, G. F. de. **O Rio Grande do Sul como segundo polo industrial do país**: uma análise da abertura empresarial gaúcha a uma nova ordem econômica 1971-1974. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORO, D. Á.; PIERUCCINI, M. A. A participação das políticas de incentivo à agroindustrialização na região oeste do Paraná. Maringá: **Boletim de Geografia**, v. 18, n.º 1, p. 65-83, 2000.

NUNES, F. G. **O econômico na geografia**: influências do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2001). Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

OLIVEIRA, R. C. de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n.º 18, jun./dez. 2007, p. 150-169.

PAIVA, M. de. **BNDES**: Um banco de história e do futuro. São Paulo: Museu da Pessoa, 2012. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf. Acesso em 28 ago. 2013.

PASTORINI, A. **O círculo “maldito” da pobreza no Brasil** – a mistificação das “novas” políticas sociais. Tese (Doutorado) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio do Janeiro, 2002.

PEREIRA, J. M. M. Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-60). **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.391-419, jan/jun 2012.

PEREIRA, T. C. G. **Bancos e banqueiros, sociedade e política: o Bamerindus e José Eduardo de Andrade Vieira (1981 a 1994)**. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PERTILE, N. Processo de reprodução do capital agroindustrial contemporâneo no oeste catarinense. **14.º EGAL – Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos. Lima: abril de 2013.

PIZARRO, N. **Tratado de metodología de las ciencias sociales**. Madri, Siglo Veintiuno, 1998.

_____. Un nuevo enfoque sobre la equivalência estructural: lugares y redes de lugares como herramientas para la teoría sociológica. **Redes: Revista hispana para el análisis de redes sociales**, vol.5, Ene./Feb. 2004.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

QUIGLEY, C. **The Anglo-American Establishment: From Rhodes to Cliveden**. New York: Books in Focus, 1981.

REHBEIN, M. P. **Curitiba – 50 anos de eleições municipais – as forças políticas que na democracia e no governo militar disputam o poder**. Curitiba, 2008. 403 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPR, Curitiba, 2008.

REQUIÃO, R. (senador). Discursos encaminhados à publicação. Brasília, 1998, 31p. [**Diário do Senado Federal**, 28.04.1998 – p. 07041-07071.].

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas), 1996.

SAES, D. A. M. de. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SAGASTI, F. **La banca multilateral de desarrollo en América Latina**. Santiago do Chile: CEPAL, 2002.

_____.; PRADA, F. Bancos regionales de desarrollo: una perspectiva comparativa. In: OCAMPO, J. A (org). **Cooperación financiera regional**. Santiago, Chile: Cepal, 2006, cap. 3.

SANTANA, J. V. **Banco Interamericano de Desenvolvimento e política urbana no município de Belém**: tensões e compatibilidades no modelo de gestão de cidades e no discurso da participação social. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, I. M. **Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina – BADESC**: sua transformação em agência de fomento e o microcrédito. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SAUNDERS, A. **Administração de Instituições Financeiras**. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHAPIRO, M. G. **Novos parâmetros para a intervenção do estado na economia**: persistência e dinâmica na atuação do BNDES em uma economia baseada no conhecimento. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Departamento de Direito Econômico e Financeiro, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SCHLOSSER, M. T.S. **Rádio, Consensos e dissensos: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (Extremo Oeste do Paraná 1980-2000)**. Presidente Prudente, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP .

SCHMITT, G. **A conformação dos espaços públicos do sistema financeiro catarinense (1983 - 2002): um estudo das redes de relações constituídas**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas), 1997.

SCHWARTZ, W. Tal pai... - De Richa a Richa: governos apostam tudo em Curitiba. **Jornal Folha de Londrina**, Folha Política, 23.01.2012, Londrina, PR. Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br/politica/tal-pai-de-richa-a-richa-governos-apostam-tudo-em-curitiba-787490.html>. Acesso em 19 set. 2014.

SEREIA, V. J.; CAMARA, M. R. G. da; VIEIRA, S. F. A. A Trajetória competitiva e a internacionalização da empresa Perdigão. **Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 138-164, jul./dez. 2011 .

SICSÚ, J. Definições, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula. **Economia e Sociedade**. Campinas, Vol. 12, n. 2 (21), p. 311-327 , jul./dez. 2003.

SILVA, V.A. da. **Assistência financeira do Grupo Banco Mundial ao Brasil: ajustamento do setor financeiro e programas de privatização - o PROES e o caso particular do SFBESC**. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre a sua natureza e suas causas**. São Paulo: editora Abril Cultural, 1983.

SOUZA, J. C. F. **Eficiência bancária**: uma abordagem não paramétrica aplicada ao Banco do Brasil. 2006. 132 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

STUDART, R. Estado, mercados e o financiamento do desenvolvimento: algumas considerações. IN: CICLO DE SEMINÁRIOS, 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, UFRJ, 2003. p. 2-25. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/118815858/Estudo-do-Grau-de-Intangibilidade-Por-Meio-das-Demonstracoes-Contabeis-Uma-Analise-das-Empresas-S-A-de-Capital-Aberto-Constantes-do-Indice-Ibrx-Ind>> . Acesso em 08 mar. 2014.

TABAK, B. M., CRAVEIRO, G. L., CAJUEIRO, D. O. Eficiência Bancária e Inadimplência: Testes de Causalidade. **DEPEP BACEN**, Brasília, out. 2010. Disponível em: <www.bcb.gov.br/pec/wps/port/td220.pdf> Acesso em 06 mar. 2014.

TAVARES, M. da C.; MELO, H. P. de; CAPUTO, A. C.; COSTA, G. M. M. da; ARAÚJO, V. L. de. O Plano de Metas e o papel do BNDE. In: TAVARES et al. **Memórias do Desenvolvimento**. Ano 4, nº 4. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010, pp. 45-87.

TEIXEIRA, R. G. L. **Reforma financeira e Banco Central do Brasil em tempos de capital monopolista (1964- 1967)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

TORRES FILHO, E.T. **Direcionamento do crédito**: papel dos bancos de desenvolvimento e a experiência recente do BNDES. Rio de Janeiro: ANBID, 2007.

TRANSFERÊNCIA DE VOTOS GARANTE FAVORITISMO. **Jornal Valor Econômico**, p. A12, 16.10.2006, São Paulo, SP. Disponível em: <<https://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico/20061016/textview>>. Acesso em 12 jan.2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE-SC. **Resenha Eleitoral – Nova Série – Eleições Catarinenses 1945-1998**. Florianópolis TRESC, 2001.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados Gerais referentes a filiações partidárias**. Disponível em: <www.tse.jus.br>. Acessado entre mar. 2012 e abr. 2015.

VAZ, A. **Museu Oscar Niemeyer e seu público**: articulações entre o culto, o massivo e o popular. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

WAHRHAFTIG, R. Perspectiva social do e-learning no sistema universitário do Brasil. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento (RUSC)** [palestra on line]. UOC. Vol. 1, n. 1. 2004. Disponível em: <<http://www.uoc.edu/rusc/dt/pt/wahrhaftig0704.pdf>>. Acesso em 19 dez 2014.

APÊNDICE B – Quadro 49: BRDE, Fomento Paraná, Badesc e Badesul. Membros da Direção (entre 1999 e 2010). Código para identificação nos sociogramas

ID	Nome
1	Adao Faraco
2	Afonso Borghezan
3	Ágide Meneguette
4	Airton Pissetti
5	Alcy A. Marochi
6	Aldo de A. Junior
7	Alexandre Fernandes
8	Alfredo Sobrinho
9	Allan Costa
10	Almedes Oliveira
11	Altair Guidi
12	Altivo Junior
13	Alvaro Bertoli
14	Alvaro Preis
15	Alvaro Rodriguez
16	Amadeu B. Filho
17	Amadeu Geara
18	Amer Soneh
19	André Luiz de Rezende
20	Andronico Pereira Filho
21	Angelo Menegat
22	Antonio Arten
23	Antonio Banzatto
24	Antonio Calabresi
25	Antonio Carlos Vieira
26	Antônio Ceron
27	Antonio de Araujo
28	Antonio Gavazzoni
29	Antônio Poloni
30	Ardisson Naim Akel
31	Armando de Souza
32	Arnaldo Schmitt Junior
33	Arno Garbe
34	Arno H. A. Filho
35	Athur C. dos Santos
36	Augusto Fett
37	Baltazar Carioni

38	Benoni Manfrin
39	Carlos A. de Almeida Ferreira
40	Carlos A. Neves
41	Carlos Albuquerque
42	Carlos de Souza Filho
43	Carlos Hartmann
44	Carlos Horn
45	Carlos Odebrecht
46	Casildo Maldaner
47	Celestino Roque Secco
48	Celso Bernardi
49	Celso Luft
50	Cesar Ferreira
51	Cezar Exemberger
52	Clarisse Castilhos
53	Claudemir de Oliveira
54	Claudia Hofmeister
55	Cláudio Slaviero
56	Cleverson Siewert
57	Clovis I. da Silva
58	Cristina Stephanes
59	Cromácio da Rosa
60	Dagoberto Lima Godoy
61	Dalírio José Beber
62	Danilo Empinoti
63	Deni Schwartz
64	Denise Russo
65	Derly de Anunciacao
66	Dilma Roussef
67	Diogenes Oliveira
68	Diogo Collaco
69	Dionísio A. Dal Prá
70	Disonei Zampieri
71	Edemar Morel Tutikian
72	Edilon G. Pereira
73	Eduardo A. de L. Maldonado Filho

74	Eduardo F. Sciarra	116	Jorge Luis Cardoso
75	Eduardo J.D.de Araujo	117	Jose Abelardo Lunardelli
76	Eleonora Fruet	118	José C. Campelo Filho
77	Eliel de Freitas	119	Jose Carvalho
78	Elio Panato	120	Jose de Mattos Neto
79	Elmiro Hallmann	121	José Fernandes
80	Ernani Althaus	122	José Hoffmann
81	Ernesto Batista	123	Jose L. da Silva
82	Fernando Mazon	124	Jose L. Moraes
83	Francisco B. Filho	125	Jose Moraes Neto
84	Francisco Cordeiro...	126	Jose Oneda
85	Francisco Fontana	127	Jose Richa Filho
86	Francisco Turra	128	Josue Barbosa
87	Geovah Amarante	129	Juarez Molinari
88	Germano Mostardeiro Bonow	130	Julio Ribeiro
89	Getulio da Silva	131	Kazuto Yokoo
90	Gil Roberto Morais	132	Lauro A. Cerutti
91	Gilberto Coelho	133	Lelio de Souza
92	Gilmar da Silva	134	Leonardo Andrade
93	Giovani Gionedis	135	Lessi Pinheiro
94	Heitor França	136	Lirio Rosso
95	Hélio Bampi	137	Lothar Stein
96	Helio da Silva Winckler	138	Luciano F. Bartolomeu
97	Helio Rodrigues	139	Luiz C. da Silva
98	Herlon Almeida	140	Luiz Carvalho
99	Hermes C. Bollmann	141	Luiz Clasen
100	Heron Arzua	142	Luiz Ferrari
101	Ingo H. Hubert	143	Luiz Forte Neto
102	Ismael dos Santos	144	Luiz Gomes
103	Jacir C. Bergmann II	145	Luiz Grubba
104	Jackson de Toni	146	Luiz Ramos
105	Jackson P. C. Filho	147	Marcelo Artilheiro
106	Jacques N. Filho	148	Marcelo Rego
107	Jair Vendruscolo	149	Marcio Biolchi
108	Jamiro Wiest	150	Marco Dutra
109	Joao de Oliveira	151	Marcos A. Jagher
110	Joao Lucena	152	Marcos Domakoski
111	Joao Macagnan	153	Maria Bittencourt
112	Joao A. Valente Junior	154	Mario B. Neto
113	Joni J. Kaercher	155	Mario L. Filho
114	Jorge da Silva	156	Max Bornholdt
115	Jorge Guerra	157	Miguel Salomão

158	Miguel X. de M. Filho	193	Ricardo Felizzola
159	Milton Kruger	194	Ricardo Hingel
160	Milton Ribeiro	195	Ricardo Khury
161	Moacir J. Soares	196	Rodrigo Loures
162	Murilo Schmitt	197	Rogério A. de Wallau
163	Nagib Zattar	198	Rogério Rosi Sola
164	Nelson da Rosa	199	Rolf Hackbart
165	Nelson da Silva	200	Roselaine Machado
166	Nelson Garcia	201	Sayde Miguel
167	Nelson Guimaraes	202	Sérgio Alves
168	Nelson Wedekin	203	Sergio Kapron
169	Nereu Baú	204	Sergio Marchauek
170	Nestor Garcia	205	Silverino da Silva
171	Nestor Mendes	206	Solange Merida
172	Newton Bruggemann	207	Solon Rigon
173	Odisnei A.Bega	208	Susana Kakuta
174	Olvacir Fontana	209	Tercio Albuquerque
175	Onofre Agostini	210	Tereza Campello
176	Osmar Santos	211	Tulio Zamin
177	Otaviano Ferraz	212	Valdir Colzani
178	Otomar Vivian	213	Valmir Silveira
179	Paulo Armando Born	214	Valter Nagelstein
180	Paulo Cesar da Costa	215	Vanderlino Ramage
181	Paulo Duarte	216	Vasco Furlan
182	Paulo Furiati	217	Vercidino Albarello
183	Paulo Linzmeyer	218	Vicente Donini
184	Paulo Ragnini	219	Vicente Farias
185	Pedrinho A. Furlan	220	Vinícius Lummertz da Silva
186	Pedro Alves	221	Virgílio Moreira Filho
187	Pedro Gomes	222	Vitor A.Pinto
188	Pery S. Coelho	223	Wilfredo Amorim
189	Ramiro Wahrhaftig	224	Wilson Lipski
190	Reinhold Stephanes	225	Wilson Portes
191	Renato Vianna	226	Zany Leite
192	Ricardo Englert	227	Zelio Silveira

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2015). Elaborado pelo autor (2016).